Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Brasil em números
Brazil in figures

ISSN 0103-9288
Brasil núm., Rio de Janeiro, v.5, p. 1-317, 1997

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
Antonio Kandir

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Simon Schwartzman

Diretor de Planejamento e Coordenação
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Trento Natali Filho

Diretoria de Informática
Fernando Elyas Nóbrega Nasser

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Brasil em números

Brazil in figures

ISSN 0103-9288
Brasil núm., Rio de Janeiro, v.5, p. 1-317, 1997

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 0103-9288

© IBGE. 1997

Capa/*Cover* - Helga Szpiz,Divisão de Criação-DIVIC/CDDI.
Silvia (Silvia de Leon Chalréo)
Gente da areia/*People on the sand*, 1972
Óleo /tela e eucatex/*Oil on canvas and masonite* - 0,92x0,73

Projeto gráfico editorial/*Printing Project* - Luiz Carlos Chagas Teixeira, Divisão de Editoração-DIEDI/DEDIT/CDDI.

Fotos/*Photographs* - Verônica Peixoto

Impressão/*Printing* - Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, em novembro de 1997.

Brasil em números / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. __v 1 (1992-).__Rio de Janeiro. IBGE, 1992-

Anual

Publicados anteriormente, séries estatísticas retrospectivas, sob os títulos. "O Brasil em números" = ISSN 0524-2010, v 1 e v 2 (1960, 1966), continuado por "Brasil· séries estatísticas retrospectivas"= ISSN 0068-0842, v.1 e v.2, (1970, 1977)

ISSN 0103-9288

1 Brasil - Estatística I IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações

IBGE CDDI Div. de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ - IBGE / 92-15

CDU 31(81)(05)
PERIÓDICO

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Agradecimentos

O IBGE agradece aos colaboradores abaixo relacionados que com suas análises e comentários enriqueceram o conteúdo desta obra.

Alkimar R. Moura
Aloísio Teixeira
André Urani
Bertha K. Becker
Bolívar Lamounier
Charles Curt Mueller
Doris Ruschmann
Eduardo Augusto Guimarães
Elza Berquó
Ernane Galvêas
Fabio Giambiagi
Helio Oliveira Portocarrero de Castro
Hésio Cordeiro
Honorio Kume
José Goldemberg
Juarez Rizzieri
Lícia Valladares
Maria Helena Guimarães de Castro
Newton Rabello de Castro
Sérgio Abranches

O IBGE agradece, também, ao Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil - MIAN - que permitiu que algumas obras de seu acervo ilustrassem esta publicação.

O MIAN, situado na cidade do Rio de Janeiro, num casarão colonial cercado de árvores centenárias, de valor histórico reconhecido e onde, no século passado, funcionou o *atelier* do pintor Eliseu Visconti, dispõe do maior e mais completo acervo do mundo no gênero naïf, com cerca de 8 000 obras de pintores nacionais e estrangeiros de mais de 130 países, desde o Século XV até os dias de hoje.

O adjetivo naïf é o mais empregado para o gênero de pintura chamado também de ingênua e, às vezes, no Brasil, de primitiva. Os naïfs, em geral, são autodidatas e sua pintura não é ligada a nenhuma escola ou tendência.

Esta arte transcende o que se convencionou chamar de arte popular, porque seus artistas são os próprios criadores de suas obras, que são únicas, ao contrário do artista popular que segue uma tradição já existente e que repete suas obras em série.

Tendo em vista a diversidade de temas relativos à fauna, à flora, ao sincretismo religioso e as suas várias etnias, o Brasil ocupa lugar de destaque no contexto mundial e, junto com a França, a Iugoslávia, o Haiti e a Itália, é um dos "cinco grandes" deste gênero de arte.

Reunir as obras dos naïfs brasileiros lado a lado com os naïfs de outros países, no MIAN, proporciona ao público a oportunidade de conhecer a arte viva brasileira, expressão mais legítima de seu povo e, oficializa, internacionalmente, a importante posição do Brasil no cenário mundial desse expressivo segmento das artes plásticas.

Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil - MIAN - Fundação Lucien Finkelstein.
Rua Cosme Velho, 561 - Rio de Janeiro (a 30 metros da estação do Trenzinho do Corcovado).
Tel: (021) 205-8612, Fax: (021) 205-8291

Acknowledgments

IBGE would like to thank the following collaborators for their analyses and comments that enriched this publication.

Alkimar R. Moura
Aloísio Teixeira
André Urani
Bertha K. Becker
Bolívar Lamounier
Charles Curt Mueller
Doris Ruschmann
Eduardo Augusto Guimarães
Elza Berquó
Ernane Galvêas
Fabio Giambiagi
Helio Oliveira Portocarrero de Castro
Hésio Cordeiro
Honorio Kume
José Goldemberg
Juarez Rizzieri
Lícia Valladares
Maria Helena Guimarães de Castro
Newton Rabello de Castro
Sérgio Abranches

We also thank the International Museum of Naïf Art (Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil – MIAN) for allowing us to make use of works from its collection for the illustrations of this publication.

MIAN is situated in the city of Rio de Janeiro, in a big, historical colonial house surrounded with centenary trees. This is where the painter Eliseu Visconti had his atelier in the last century, and it houses today one of the largest and most complete collections of the naïf style in the world, with about 8 000 works of national and of foreign painters from more than 130 countries, since the 15th century till today.

"Naïf" is the term employed to describe the painting style also called "ingenuous" and sometimes, in Brazil, "primitive". Naïf artists are usually self-taught, and their art is not linked to any art school or trend. Their art transcends what people generally call "popular art", because of the uniqueness and creativity of the authors and their work, in contrast with popular artists that follow a tradition already established and reproduce their works in series.

Due to the diversity of themes related to fauna, flora, religious syncretism and its several ethnic groups, Brazil, together with France, Yugoslavia, Haiti and Italy, it is one of the "five big" of this art style.

The International Museum of Naïf Art brings together works of naïf artists from Brazil and other countries, providing the public with a rare opportunity to appreciate this expressive segment of the visual arts, a most genuine expression of its people, shared by similar materials from other peoples and cultures.

Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil - MIAN - Fundação Lucien Finkelstein
Address: Rua Cosme Velho, 561, Rio de Janeiro, (30 meters from Corcovado's train station)
Tel.: (021)205 8612, Fax: (021)205 8291

Apresentação

O Brasil é um País de grandes mudanças e contrastes. Para alguns, ele ainda retém a imagem de uma sociedade semicolonial e tradicional, baseada em grandes propriedades agrícolas e com um grande campesinato empobrecido e analfabeto. Algo disto ainda existe, mas nas últimas décadas o Brasil se transformou em uma sociedade predominantemente urbana. Milhões emigraram do campo para as cidades, conquistando novas oportunidades, mas também sofrendo os problemas associados à urbanização excessiva e ao crescimento populacional descontrolado. Até os anos 70, a imagem do Brasil constumava ser associada à de uma potência industrial promissora, embora problemática. Nos anos 80, na medida em que a economia estagnava e a inflação saía de controle, os problemas sociais associados à desigualdade, pobreza e violência urbana passaram ao primeiro plano. Agora, nos anos 90, uma nova imagem está surgindo. A inflação foi controlada, a economia volta a crescer, os indicadores sociais mostram sinais de melhoria, e a abertura para a competição internacional está tendo efeitos profundos na organização da atividade produtiva e nos mercados de trabalho. As mudanças na economia coincidem com processos sociais e demográficos de longo prazo que estão afetando de maneira profunda a agenda do País, alterando percepções e definindo novas prioridades.

Brasil em números 1997 apresenta informações recentes, sistematizadas e sintéticas sobre a realidade brasileira em suas dimensões territorial, demográfica, social, econômica e política, provenientes, em sua maior parte, de pesquisas do IBGE, e complementadas por outras fontes nacionais e internacionais. Nesta edição, cada tema é introduzido por um especialista convidado, que chama a atenção para os aspectos mais significativos dos quadros e tabelas.

Com esta publicação, pela primeira vez bilíngüe, o IBGE pretende colocar à disposição do público um instrumento ao mesmo tempo simples e de qualidade para o conhecimento da realidade brasileira, que pode ser aprofundado e expandido com as informações mais detalhadas do Anuário Estatístico do Brasil, da página do IBGE na Internet (http://www.ibge.gov.br), assim como das outras fontes das quais estes dados se originam. Brasil em números é uma publicação que se aperfeiçoa a cada ano, e contamos para isto com as críticas e sugestões de seus leitores e usuários.

Rio de Janeiro, novembro de 1997

Simon Schwartzman
Presidente do IBGE

Presentation

Brazil is a Country of rapid changes and big contrasts. For some, it still holds the image of a traditional and semi-colonial society, centered on extensive plantations and a large, poor, uneducated peasantry. Part of that still exists, but in the last several decades it became a predominantly urban society. Millions moved from country to town, gathering in large metropolitan areas, gaining new opportunities and suffering the problems associated with urban overcrowding and untrammeled population growth. Until the seventies, its image used to be associated with that of a promising, if troubled, industrial powerhouse. In the eighties, as the economy stagnated and inflation took over, the social ills associated with income inequality, poverty and urban violence came to the forefront. Now, in the nineties, a new picture is emerging. Inflation is under control, economic growth is picking up, the social indicators are showing signs of improvement, and the opening of the economy to international competition is having profound effects in the organization of the productive sector and in the labor market. The changes in the economy coincide with long-term social and demographic processes that are altering the shape of Brazilian society. When combined, these two processes of social and economic change affect the Country's agenda, altering perceptions and defining new priorities.

Brazil in figures is meant to be an introduction to this complex and changing reality. It gives a summary of the main information available from the Brazilian Institute for Geography and Statistics, complemented by data gathered from other national and international sources. In this edition, for the first time, each section is introduced by experts invited to present their views on the meaning and significance of the tables and graphs. Further information

can be obtained from IBGE's Anuário Estatístico do Brasil, from our home page on the Internet (http://www.ibge.gov.br) and from the other sources used to produce this volume. We welcome suggestions and criticisms from our readers, so that Brazil in figures can continue to improve its quality and usefulness in each edition.

Rio de Janeiro, November, 1997

Simon Schwartzman
President, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Sumário

Uma Breve História do Brasil 33

Território 43

População 59

Habitação 75

Saúde 87

Previdência Social 99

Educação 111

Trabalho 125

Participação Política 141

Preços 151

Contas Nacionais 161

Agropecuária 171

Indústria 189

Energia 201

Comércio 211

Transportes 221

Turismo 237

Comunicações 251

Finanças 263

Comércio Exterior 277

Ciência e Tecnologia 293

Governo 303

Bibliografia 313

Território

1.1 - Pontos extremos do País - 1996 47
1.2 - Extensão da linha divisória, segundo os países limítrofes e o Oceano Atlântico - 1995 47
1.3 - Área total do País - 1995 48
1.4 - Evolução político-administrativa do País - 1940/1997 50
1.5 - Pontos mais altos do País - 1995 52
1.6 - Principais observações meteorológicas dos Municípios das Capitais - 1994 53
1.7 - Área e potencial hidrelétrico, segundo as bacias hidrográficas - 1995 54
1.8 - Terras indígenas, por situação de demarcação - 1995 55
1.9 - Unidades de conservação da natureza, por Grandes Regiões - 1996 55

População

2.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 1996 63
2.2 - Indicadores demográficos - 1991/1996 65
2.3 - Projeções preliminares de população e taxas - 1996-2020 67
2.4 - Indicadores demográficos, por países selecionados - 1990 69

Habitação

3.1 - Domicílios particulares permanentes ocupados e média de moradores, por situação do domicílio - 1996 79
3.2 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de alguns bens duráveis - 1992/1995 83

Saúde

4.1 - Hospitalizações pagas pelo Sistema Único de Saúde - SUS - 1995 91
4.2 - Principais causas de óbitos no País - 1994 93
4.3 - Taxas de mortalidade infantil, por Grandes Regiões - 1980-1994 94
4.4 - Dados gerais dos estabelecimentos de saúde, por Grandes Regiões - 1992 95

Previdência Social

5.1 - Benefícios de prestação continuada - 1995 103

Educação

6.1 - Dados gerais dos estabelecimentos de ensino - 1996 115
6.2 - Indicadores educacionais da população na faixa etária de 7 a 14 anos - 1991/1995 115
6.3 - Crianças de 0 a 6 anos de idade, por taxa de freqüência à creche e/ou ao pré escolar - 1995 116
6.4 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade - 1995 119

Trabalho

7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com indicação de algumas características - 1995 129
7.2 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, por principais aspectos - 1994-1996 131
7.3 - Pessoas sindicalizadas, em relação à população de 18 anos ou mais de idade - 1992/1995 136
7.4 - Taxas de desemprego por países selecionados - 1993-1994 137

Participação Política

8.1 - Número de seções e eleitores - 1996 143
8.2 - Candidatos eleitos para vereador e prefeito - 1996 146
8.3 - Votação por partidos políticos - 1994 147
8.4 - Candidatos eleitos por partido político - 1994 148

Preços

9.1 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1996 154

Contas Nacionais

10.1 - Produto interno bruto - PIB - 1993-1995 165
10.2 - Produto interno bruto - PIB -, produto nacional bruto e renda nacional disponível bruta - 1993-1995 167

Agropecuária

11.1 - Principais produtos das lavouras permanentes - 1994 176
11.2 - Principais produtos das lavouras temporárias - 1994 178
11.3 - Rendimento médio de cereais, leguminosas e oleaginosas, por países selecionados - 1987/1996 180
11.4 - Preços médios reais das lavouras - 1990-1996 181
11.5 - Número de estabelecimentos e capacidade útil das unidades armazenadoras - 1º semestre de 1996 181

11.6 - Produção de grãos, por países selecionados - 1993 182
11.7 - Efetivos dos rebanhos e das aves - 1994 183
11.8 - Variação percentual do número de cabeças abatidas e do peso das carcaças - 1986-1996 184
11.9 - Produção de leite e ovos de galinha e número de cabeças abatidas de frangos - 1987-1996 184
11.10 - Preços médios reais dos produtos animais e derivados - 1990-1996 185
11.11 - Produção das principais espécies florestais - 1993-1994 186

Indústria

12.1 - Taxas anuais de crescimento na indústria - 1996 193
12.2 - Taxa de crescimento industrial - 1990-1996 195
12.3 - Produção industrial - 1994-1995 196

Energia

13.1 - Produção e consumo total e "per capita" de eletricidade, por países selecionados - 1994 206
13.2 - Produção e consumo total e "per capita" de petróleo, por países selecionados - 1994 207

Transportes

15.1 - Dados gerais do transporte rodoviário - 1994-1995 225
15.2 - Extensão da rede rodoviária nacional em tráfego - 1996 228
15.3 - Dados gerais do transporte ferroviário - 1995 230
15.4 - Tráfego aéreo doméstico e internacional - 1995 231

Turismo

16.1 - Entrada de turistas no País - 1993-1995 241
16.2 - Entrada de turistas no Brasil, por Unidades da Federação de acesso - 1993-1995 243
16.3 - Permanência e gasto médio de turistas no País - 1995 244
16.4 - Meios de hospedagem e unidades habitacionais - 1995 245
16.5 - Agências de viagens e turismo - 1995 246

Comunicações

17.1 - Organização dos Correios e Telégrafos - 1993-1995 257
17.2 - Tráfego postal e telemático - 1993-1995 257
17.3 - Terminais telefônicos em serviço - 1995 258

Finanças

18.1 - Execução financeira do Tesouro Nacional - 1994-1996 267
18.2 - Empréstimos do sistema financeiro - 1996 269
18.3 - Saldos dos meios de pagamento - 1996 272

Comércio Exterior

19.1 - Balanço de pagamentos - 1994-1996 281
19.2 - Exportação - 1994-1996 282
19.3 - Importação - 1994-1996 284
19.4 - Investimentos diretos e reinvestimentos estrangeiros no País - 1992-1994 286
19.5 - Dívida externa registrada total - 1993-1995 287
19.6 - Taxa de câmbio - 1995-1996 288

Ciência e Tecnologia

20.1 - Dispêndios públicos em ciência e tecnologia, por fontes de recursos - 1990-1995 297
20.2 - Publicações de cientistas brasileiros na literatura internacional - 1981/1995 299
20.3 - Cientistas e engenheiros na área de desenvolvimento científico e tecnológico, por países selecionados - 1993 299
20.4 - Percentual do produto nacional bruto gasto com a área de desenvolvimento científico e tecnológico, por países selecionados - 1993 300

Governo

21.1 - Distribuição dos gastos federais por fontes e despesas - 1995 ... 307
21.2 - Gastos social-federal, total "per capita" e total como percentual do produto interno bruto - PIB - 1994-1996 309
21.3 - Pessoas empregadas no setor público, total absoluto e distribuição percentual - 1995 311
21.4 - Servidores civis do poder executivo - Dez. 1996 312
21.5 - Distribuição da despesa com o pessoal da União - 1987-1996 . 312

Gráficos

População

2.1 - Esperança de vida ao nascer - 1930/2000 68
2.2 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade - 1980/2000 68

2.3 - Taxa de fecundidade total - 1940/2000 69
2.4 - Idade média ao casar - 1974-1994 70
2.5 - Processos de separação encerrados em 1ª instância, por natureza da ação - 1984-1994 70
2.6 - Proporção de óbitos no período neonatal e pós-neonatal - 1974-1994 71
2.7 - Proporção de óbitos de menores de 1 ano em relação ao total de óbitos - 1974-1994 71

Habitação

3.1 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação - 1995 81
3.2 - Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água - 1995 81
3.3 - Domicílios particulares permanentes, por instalação sanitária - 1995 82
3.4 - Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo - 1995 82
3.5 - Domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica - 1995 83

Saúde

4.1 - Casos notificados de Aids - 1984-1995 96

Previdência Social

5.1 - Gastos previdenciários como percentual do produto interno bruto - PIB - 1985-1996 103
5.2 - Quantidade de benefícios em manutenção - 1985-1995 104
5.3 - Quantidade de benefícios em manutenção, por grupos de espécie - 1985-1995 104
5.4 - Aposentadorias urbanas concedidas pela Previdência Social - 1995 105
5.5 - Benefícios concedidos pela Previdência Social - 1995 105
5.6 - Quantidade de benefícios de prestação continuada concedidos - 1985-1995 106
5.7 - Acidentes de trabalho registrados - 1995 106
5.8 - Reabilitação profissional - 1993-1995 107

Educação

6.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e anos de estudo - 1995 117
6.2 - Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 1981/1995 118

6.3 - Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, por rendimento mensal familiar "per capita" - 1990/1995 118
6.4 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 1900/2020 120
6.5 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por países selecionados - 1995 121
6.6 - Gastos totais com educação como percentual do produto nacional bruto, por países selecionados - 1994 121

Trabalho

7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por horas semanais trabalhadas - 1995 133
7.2 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por classes de rendimento - 1995 133
7.3 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade - 1995 134
7.4 - Taxa de desemprego aberto - 1990/1996 134
7.5 - Indicadores de condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1990/1996 135
7.6 - Variação do rendimento médio real dos empregados - 1990-1996 135

Participação Política

8.1 - Quantidade de eleitores, por idade e sexo - 1996 145

Preços

9.1 - Variação acumulada no ano do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -, por grupos de produtos - 1996 156
9.2 - Variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1996 156
9.3 - Variação mensal de custos de material e mão-de-obra para a construção civil - 1996 157
9.4 - Custo médio do metro quadrado na construção civil - Dez. 1996 .. 157
9.5 - Índices de Preços ao Consumidor, por países selecionados - 1995 . 158

Contas Nacionais

10.1 - Variação anual do produto interno bruto - PIB - total e "per capita" - 1981-1995 166
10.2 - Variação anual do produto interno bruto - PIB - , por setor de atividade - 1981-1995 166

2.3 - Taxa de fecundidade total - 1940/2000 69
2.4 - Idade média ao casar - 1974-1994 70
2.5 - Processos de separação encerrados em 1ª instância, por natureza da ação - 1984-1994 70
2.6 - Proporção de óbitos no período neonatal e pós-neonatal - 1974-1994 71
2.7 - Proporção de óbitos de menores de 1 ano em relação ao total de óbitos - 1974-1994 71

Habitação

3.1 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação - 1995 81
3.2 - Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água - 1995 81
3.3 - Domicílios particulares permanentes, por instalação sanitária - 1995 82
3.4 - Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo - 1995 82
3.5 - Domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica - 1995 83

Saúde

4.1 - Casos notificados de Aids - 1984-1995 96

Previdência Social

5.1 - Gastos previdenciários como percentual do produto interno bruto - PIB - 1985-1996 103
5.2 - Quantidade de benefícios em manutenção - 1985-1995 104
5.3 - Quantidade de benefícios em manutenção, por grupos de espécie - 1985-1995 104
5.4 - Aposentadorias urbanas concedidas pela Previdência Social - 1995 105
5.5 - Benefícios concedidos pela Previdência Social - 1995 105
5.6 - Quantidade de benefícios de prestação continuada concedidos - 1985-1995 106
5.7 - Acidentes de trabalho registrados - 1995 106
5.8 - Reabilitação profissional - 1993-1995 107

Educação

6.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e anos de estudo - 1995 117
6.2 - Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 1981/1995 118

6.3 - Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, por rendimento mensal familiar "per capita" - 1990/1995 118
6.4 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 1900/2020 120
6.5 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por países selecionados - 1995 121
6.6 - Gastos totais com educação como percentual do produto nacional bruto, por países selecionados - 1994 121

Trabalho

7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por horas semanais trabalhadas - 1995 133
7.2 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por classes de rendimento - 1995 133
7.3 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade - 1995 134
7.4 - Taxa de desemprego aberto - 1990/1996 134
7.5 - Indicadores de condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1990/1996 135
7.6 - Variação do rendimento médio real dos empregados - 1990-1996 135

Participação Política

8.1 - Quantidade de eleitores, por idade e sexo - 1996 145

Preços

9.1 - Variação acumulada no ano do Indice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -, por grupos de produtos - 1996 156
9.2 - Variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1996 156
9.3 - Variação mensal de custos de material e mão-de-obra para a construção civil - 1996 157
9.4 - Custo médio do metro quadrado na construção civil - Dez. 1996 .. 157
9.5 - Índices de Preços ao Consumidor, por países selecionados - 1995 . 158

Contas Nacionais

10.1 - Variação anual do produto interno bruto - PIB - total e "per capita" - 1981-1995 166
10.2 - Variação anual do produto interno bruto - PIB - , por setor de atividade - 1981-1995 166

10.3 - Produto interno bruto - PIB -, por setor de atividade - 1990-1995 168
10.4 - Produto interno bruto - PIB -, taxa real de crescimento e valores "per capita", por países selecionados - 1994 168

Agropecuária

11.1 - Evolução da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1979-1997 174
11.2 - Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - Safra 1996 .. 174
11.3 - Área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1987-1997 175
11.4 - Variação percentual da área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1987-1997 175
11.5 - Consumo de fertilizantes, por países selecionados - 1993 182
11.6 - Produção de couro - 1986-1995 185

Indústria

12.1 - Taxas anuais de crescimento da produção industrial, por categoria de uso - 1993-1996 194
12.2 - Indicadores da indústria - 1986-1996 195
12.3 - Produção de autoveículos, por países selecionados - 1994-1995 . 198
12.4 - Produção de aço, por países selecionados - 1995 198

Energia

13.1 - Produção de energia primária - 1985-1995 203
13.2 - Evolução da oferta interna de energia - 1985-1995 203
13.3 - Evolução do consumo final de energia, por fonte - 1985-1995 .. 204
13.4 - Evolução do consumo final de energia, por setor - 1991-1995 .. 204
13.5 - Dependência externa de energia - 1985-1995 205
13.6 - Produção de energia primária, por países selecionados - 1993 .. 205

Comércio

14.1 - Dados gerais do comércio - 1988/1994 213
14.2 - Receita líquida de revenda - 1988/1994 213
14.3 - Margem de comercialização - 1988/1994 214
14.4 - Receita de revenda, por Grandes Regiões - 1992-1994 214
14.5 - Receita de revenda, por principais Unidades da Federação - 1992-1994 215
14.6 - Evolução do salário médio no setor de comércio - 1988/1994 ... 215
14.7 - Evolução do comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1995-1996 216

14.8 - Taxa de variação do faturamento real do comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1996 216
14.9 - Índice de emprego assalariado, por classes de pessoal ocupado no comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1995-1996 217
14.10 - Índice de salários total e de outras remunerações, por classes de pessoal ocupado, no comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1995-1996 217

Transportes

15.1 - Evolução da receita e do custo total do transporte rodoviário total - 1991-1995 225
15.2 - Evolução da receita e do custo total do transporte rodoviário de passageiros - 1991-1995 226
15.3 - Evolução da receita e do custo total do transporte rodoviário de cargas - 1991-1995 226
15.4 - Receita de transporte rodoviário, por Grandes Regiões - 1994-1995 227
15.5 - Receita de transporte rodoviário na Região Sudeste - 1995 227
15.6 - Evolução do tráfego aéreo brasileiro - 1985-1995 232
15.7 - Evolução do movimento de embarcações, por tipo de navegação - 1993-1995 232
15.8 - Passageiros transportados pelo tráfego aéreo, por países selecionados - 1994 233

Turismo

16.1 - Evolução da entrada de turistas no País - 1985-1995 243
16 2 - Cidades mais visitadas do País, por turistas estrangeiros - 1995 244
16.3 - Receita da balança de pagamentos da conta turismo - 1985-1995 246
16.4 - Entrada de turistas, por países selecionados - 1994 247

Comunicações

17.1 - Evolução dos terminais telefônicos - 1988-1995 259
17.2 - Localidades atendidas por empresas telefônicas - 1991-1995 259
17.3 - Telefones convencionais, por países selecionados - 1994 260

Finanças

18.1 - Principais receitas do Tesouro Nacional - Mar. 1995/Dez. 1996 ... 268
18.2 - Principais despesas do Tesouro Nacional - Mar.1995/Dez. 1996 .. 268

18.3 - Empréstimos do sistema financeiro - Mar. 1995/Dez. 1996 271
18.4 - Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 1996 271
18.5 - Base monetária média diária - 1996 271
18.6 - Meios de pagamento no fim do período - 1996 274
18.7 - Saldos em depósitos de poupança - 1996 274

Comércio Exterior

19.1 - Comércio exterior - 1994-1996 285
19.2 - Reservas internacionais do País - 1990-1996 287
19.3 - Comércio mundial, por países selecionados - 1995 290
19.4 - Reservas internacionais, por países selecionados - 1994-1995 .. 290

Ciência e Tecnologia

20.1 - Dispêndios públicos em ciência e tecnologia como percentual do produto interno bruto - PIB - 1990-1995 297
20.2 - Bolsas de estudos concedidas no País e no exterior - 1990-1995 . 298
20.3 - Gastos com bolsas de estudo e com apoio a projetos de pesquisa - 1980-1995 298

Quadro

Participação Política

8.1 - Partidos políticos com votação - 1996 145

Convenções

... Dado numérico não disponível;

.. Não se aplica dado numérico;

\- Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento;

0; 0.0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

Contents

A Brief History of Brazill 37

Territory 45

Population 61

Housing 77

Health 89

Social Security 101

Education 113

Labor 127

Political Participation 142

Prices 153

National Accounts 163

Agriculture 173

Industry 191

Energy 202

Trade 212

Transportation 223

Tourism 239

Communications 254

Finances 265

Foreign Trade 279

Science and Technology 295

Government 305

Bibliography 313

Tables

Territory

1.1 - Extreme points of Brazil 1996 47
1.2 - Extent of the border line, by neighboring countries and the Atlantic Ocean - 1995 47
1.3 - Total area of Brazil - 1995 48
1.4 - Administrative evolution of Brazil - 1940/1997 50
1.5 - Highest points in Brazil - 1995 52
1.6 - Main weather records in the state capital municipalities - 1993 53
1.7 - Area and hydroelectric potential, by hydrographic basins - 1995 54
1.8 - Indian lands, with boundaries established or not - 1995 55
1.9 - Environment conservation units, by Major Regions - 1996 55

Population

2.1 - Resident population, by urban/rural residence and sex - 1996 63
2.2 - Demographic indicators - 1991/1996 65
2.3 - Preliminary population projections and rates - 1996-2020 67
2.4 - Demographic indicators, by selected countries - 1990 69

Housing

3.1 - Permanent privately owned housing units and average number of residents, by urban or rural situation - 1996 79
3.2 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by urban/rural situation and presence of some durable goods - 1992/1995 83

Health

4.1 - Hospitalizations paid by the National Health System - SUS - 1995 91
4.2 - Main causes of death in Brazil - 1994 93
4.3 - Infant mortality rates, by Major Regions - 1980-1994 94
4.4 - General data of health care establishments, by Major Regions - 1992 95

Social Security

5.1 - Continuous benefits - 1995 103

Education

6.1 - General data of schools - 1996 115
6.2 - Educational indicators of the population in the age group of 7 to 14 years - 1991/1995 115
6.3 - Children 0 to 6 years old, by attendance rate in day-care center and/or nursery school - 1995 116
6.4 - Illiteracy rate of persons 10 years old and over - 1995 119

Labor

7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, and some characteristics - 1995 129
7.2 - Percent distribution of employed persons 15 years old and over, and main characteristics - 1994-1996 131
7.3 - Ratio of union members to the population 18 years old and over - 1992/1995 136
7.4 - Unemployment rates, by selected countries - 1993-1994 137

Political Participation

8.1 - Number of polling sections and voters - 1996 143
8.2 - Mayors and municipal council members elected - 1996 146
8.3 - Vote cast by political parties - 1994 147
8.4 - Candidates elected by political parties - 1994 148

Prices

9.1 - National Consumer Price Index - INPC - 1996 154

National Accounts

10.1 - Gross domestic product - GDP - 1993-1995 165
10.2 - Gross domestic product - GDP -, gross national product and gross national disposable income - 1993-1995 167

Agriculture

11.1 - Main products of permanent crops - 1994 176
11.2 - Main products of temporary crops - 1994 178
11.3 - Mean yield of cereals, legumes and oilseeds, by selected countries - 1987/1996 180
11.4 - Average real prices of the crops - 1990-1996 181
11.5 - Number of establishments and capacity of storage units - 1 st semester 1996 181

11.6 - Production of grains, by selected countries - 1993 182
11.7 - Number of livestock and poultry on farms - 1994 183
11.8 - Percent change of the number of animals slaughtered and carcass weight - 1986/1996 184
11.9 - Production of milk and hens's eggs and number of pullets slaughtered - 1987-1996 184
11.10 - Average real prices of animal products - 1990-1996 185
11.11 - Production of the main forest species - 1993-1994 186

Industry

12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing - 1996 193
12.2 - Mining and manufacturing growth rate - 1990-1996 195
12.3 - Mining and manufacturing production - 1994-1995 196

Energy

13.1 - Total production and total and per capita consumption of electricity, by selected countries - 1994 206
13.2 - Production and total and per capita consumption of petroleum, by selected countries - 1994 207

Transportation

15.1 - General data of highway transportation - 1994-1995 225
15.2 - Extent of the national highway network in traffic - 1996 228
15.3 - General data of railway transportation - 1995 230
15.4 - Domestic and international air traffic - 1995 231

Tourism

16.1 - Tourists admitted to the Country - 1993-1995 241
16.2 - Tourist admitted to Brazil, by Federative Unit of access - 1993-1995 243
16.3 - Lenght of stay and avarage expenditure of tourist in the Country - 1995 244
16.4 - Lodging places and number of rooms - 1995 245
16.5 - Travel and tourism agencies - 1995 246

Communications

17.1 - Organization of Postal and Telegraph Services - 1993-1995 257
17.2 - Postal and electronic data traffic - 1993-1995 257
17.3 - Telephone lines in service - 1995 258

Finances

18.1 - National Treasury performance - 1994-1996 267
18.2 - Financial system loans - 1996 269
18.3 - Money supply balances - 1996 272

Foreign Trade

19.1 - Balance of payments - 1994-1996 281
19.2 - Exports - 1994-1996 282
19.3 - Imports - 1994-1996 284
19.4 - Foreign investments and reinvestments in the Country - 1992-1994 286
19.5 - Total registered external debt - 1993-1995 287
19.6 - Exchange rate - 1995-1996 288

Science and Technology

20.1 - Public expenditure for science and technology, by source of funds - 1990-1995 297
20.2 - Publications by brazilian scientists on the international literature - 1981/1995 299
20.3 - Scientists and engineers working in the field of scientific and technological development, by selected countries - 1993 299
20.4 - Percent of gross national product expended in scientific and technological development, by selected countries - 1993 300

Government

21.1 - Distribution of federal expenditure, by source and outlays - 1995 307
21.2 - Espenditure - social-federal, total per capita and total as percent of gross domestic product - GDP - 1994-1996 309
21.3 - Public sector personnel, total and percent distribution - 1995 311
21.4 - Civil servants in the executive power - Dec. 1996 312
21.5 - Distribution of the expenditure with Union personnel - 1987-1996 .. 312

Graphs

Population

2.1 - Expectation of life at birth - 1930/2000 68
2.2 - Crude birth and death rates - 1980/2000 68

2.3 - Total fertility rate - 1940-2000 69
2.4 - Median age at marriage - 1974-1994 70
2.5 - Divorce petitions granted by nature of the action - 1984-1994 70
2.6 - Neonatal and post-neonatal deaths - 1974-1994 71
2.7 - Ratio of deaths of infants under one year old to the total of deaths - 1974-1994 71

Housing

3.1 - Distribution of permanent privately owned housing units, by tenure - 1995 81
3.2 - Permanent privately owned housing units, by source of water - 1995 81
3.3 - Permanent privately owned housing units, by means of sewage disposal, and units lacking sewage disposal facilities - 1995 82
3.4 - Permanent privately owned housing units, by type of refuse disposal - 1995 82
3.5 - Permanent privately owned housing units with electric illumination - 1995 83

Health

4.1 - Aids cases reported - 1984-1995 96

Social Security

5.1 - Social security expenditures as percent of gross domestic product - GDP - 1985-1996 103
5.2 - Number of benefits maintained - 1985-1995 104
5.3 - Number of benefits maintained, by type of benefit - 1985-1995 104
5.4 - Urban retirement pensions granted by Social Security - 1995 105
5.5 - Benefits granted by Social Security - 1995 105
5.6 - Number of continuous benefits granted - 1985-1995 106
5.7 - Occupational injuries registered - 1995 106
5.8 - Vocational rehabilitation - 1993-1995 107

Education

6.1 - Persons 10 years old and over, by sex and years of schooling - 1995 117
6.2 - School enrollment rates of persons 5 to 17 years old, by age groups - 1981/1995 118

6.3 - School enrollment rates of persons 7 to 14 years old, by level of per capita monthly family income - 1990/1995 118
6.4 - Illiteracy rates of the population 15 years old and over - 1900/2020 120
6.5 - Illiteracy rates of the population 15 years old and over, by selected countries - 1995 121
6.6 - Total expenditure with education as percent of gross national product, by selected countries - 1994 121

Labor

7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by number of weekly hours of work - 1995 133
7.2 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by classes of income - 1995 133
7.3 - Labor force participation rate of persons 10 years old and over - 1995 134
7.4 - Open unemployment rate - 1990/1996 134
7.5 - Employment indicators of persons 15 years old and over - 1990/1996 135
7.6 - Percent change of real average income of employees - 1990-1996 135

Political Participation

8.1 - Number of voters, by age and sex - 1996 145

Prices

9.1 - Accumulated annual change of the National Consumer Price Index - INPC -, by groups of products - 1996 156
9.2 - Monthly change of the National Consumer Price Index - INPC - 1996 156
9.3 - Monthly change of material and labor costs in construction - 1996 157
9.4 - Average cost per square meter of construction - Dec. 1996 157
9.5 - Consumer Price Indexes, by selected countries - 1995 158

National Accounts

10.1 - Annual percent change of total and per capita gross domestic product - GDP - 1981-1995 166
10.2 - Annual percent change of gross domestic product - GDP -, by industry sector - 1981-1995 166

10.3 - Gross domestic product - GDP -, by industry sector - 1990-1995 168
10.4 - Gross domestic product - GDP -, real growth rate and per capita values, by selected countries - 1994 168

Agriculture

11.1 - Evolution of the production of cereals, vegetables and oilseeds -1979-1997 174
11.2 - Production of cereals, vegetables and oilseeds - 1996 Harvest ... 174
11.3 - Total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1987-1997 175
11.4 - Percent change of total area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1987-1997 175
11.5 - Use of fertilizers, by selected countries - 1993 182
11.6 - Production of leather - 1986-1995 185

Industry

12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing production, by categories of use - 1993-1996 194
12.2 - Mining and manufacturing indicators - 1986-1996 195
12.3 - Production of motor vehicles, by selected countries - 1994-1995 .. 198
12.4 - Production of steel, by selected countries - 1995 198

Energy

13.1 - Primary energy production - 1985-1995 203
13.2 - Domestic supply of energy - 1985-1995 203
13.3 - Final energy consumption, by source - 1985-1995 204
13.4 - Final energy consumption, by sector - 1991-1995 204
13.5 - Dependence on foreign energy - 1985-1995 205
13.6 - Primary energy production, by selected countries - 1993 205

Trade

14.1 - General data of trade - 1988/1994 213
14.2 - Net receipt of sales - 1988/1994 213
14.3 - Sales margin - 1988/1994 214
14.4 - Receipt of sales, by Major Regions - 1992-1994 214
14.5 - Receipt of sales, by main Federative Units - 1992-1994 215
14.6 - Evolution of the average wage in the trade sector - 1988/1994 .. 215
14.7 - Evolution of retail trade in the Metropolitan Area of Rio de Janeiro - 1995-1996 216

14.8 - Rate of change of retail trade real invoicing in the Metropolitan Area of Rio de Janeiro - 1996 216
14.9 - Index of salaried employment in retail trade of the Metropolitan Area of Rio de Janeiro, by employee size-class - 1995-1996 217
14.10 - Index of total wages and other remuneration in retail trade of the Metropolitan Area of Rio de Janeiro, by employee size-class - 1995-1996 217

Transportation

15.1 - Evolution of receipts and total outlays of passenger and freight highway transportation - 1991-1995 225
15.2 - Evolution of receipts and total outlays of passenger highway transportation - 1991-1995 226
15.3 - Evolução da receita e do custo total do transporte rodoviário de cargas - 1991-1995 226
15.4 - Receipts of highway transportation, by Major Regions - 1994-1995 227
15.5 - Receipts of highway transportation in the Southeast Region - 1995 227
15.6 - Brazilian air traffic - 1985-1995 232
15.7 - Movement of vessels, by type of navigation - 1993-1995 232
15.8 - Passengers transported by the air traffic, by selected countries - 1994 233

Tourism

16.1 - Tourists admitted to the Country - 1985-1995 243
16.2 - Cities more visited by foreign tourists in the Country - 1995 244
16.3 - Receipt of the balance of payments of the tourism account - 1985-1995 246
16.4 - Tourists admitted, by selected countries - 1994 247

Communications

17.1 - Telephone lines in service - 1988-1995 259
17.2 - Localities served by telephone companies - 1991-1995 259
17.3 - Conventional telephone lines, by selected countries - 1994 260

Finances

18.1 - National Treasury major revenues - Mar.1995/Dec.1996 268
18.2 - National Treasury major expenditures - Mar.1995/Dec.1996 268
18.3 - Financial system loans - Mar.1995/Dec.1996 271

18.4 - Nominal income of financial investments - 1996 271
18.5 - Monetary base daily average - 1996 271
18.6 - Money supply at the end of period - 1996 274
18.7 - Savings deposits balances - 1996 274

Foreign Trade

19.1 - Foreign trade - 1994-1996 285
19.2 - International reserves of the Country - 1990-1996 287
19.3 - World trade, by selected countries - 1995 290
19.4 - International reserves, by selected countries - 1994-1995 290

Science and Technology

20.1 - Public expenditure for science and technology as percent of Gross Domestic Product - GDP - 1990-1995 297
20.2 - Scholarships granted in the Country and abroad - 1990-1995 ... 298
20.2 - Expenditure with scholarships and grants to research projects - 1980-1995 298

Figure

Political Participation

8.1 - Political parties with votes - 1996 145

Symbols used

... Figure not available;

.. Not applicable;

- Zero not resulting from rounding;

0; 0.0 Originally positive numerical data rounded to zero.

Uma Breve História do Brasil

A Brief History of Brazil

Lia Mittarakis
Terra de Santa Cruz / *Santa Cruz Land,* 1980
Acrílica s/tela e eucatex / *Acrylic colour on canvas and masonite* - 1,14x1,44 m

Uma Breve História do Brasil

O Brasil faz parte do processo de expansão do Ocidente nas terras da América. Como parte do chamado "novo mundo" ora é considerado como país novo e portanto "terra do futuro", ora é visto como "filho" da Europa, herdeiro de tradições do Estado Português e da Igreja Católica. As instituições e os comportamentos transplantados pelos europeus tiveram que se adaptar aos vazios territoriais e aos hábitos e costumes dos povos indígenas que habitavam a terra. A necessidade de mão-de-obra fez introduzir outros povos, os negros, que foram trazidos como escravos em um processo de imigração forçada. Mais tarde levas e levas de imigrantes espanhóis, italianos, japoneses, sírio-libaneses, entre outros, vieram se juntar à vida brasileira.

Para se compreender o Brasil de hoje, torna-se necessário conhecer alguns traços de sua formação histórica.

Período colonial: a América Portuguesa

Os portugueses, no bojo da expansão marítima dos Séculos XV e XVI e na busca de novo caminho para as Índias, chegam a uma nova terra habitada por povos com hábitos e costumes até então desconhecidos. A terra nomeada por inúmeros viajantes de "maravilhosa" foi conquistada na busca de produtos valiosos para o mercado, dentre eles o pau-brasil. A necessidade de assegurar o controle sobre o território levou à criação de uma colônia. Durante 300 anos a América Portuguesa desenvolveu-se à base de extração do pau-brasil e da produção do açúcar para o mercado internacional, utilizando como mão-de-obra o índio e o negro trazido como escravo.

No nordeste da colônia e em alguns pontos do litoral, estavam os principais empreendimentos, alguns deles ameaçados de invasão principalmente por franceses e por holandeses. A luta contra os invasores estrangeiros favoreceu o início de um sentimento nativista na colônia. Mais ao sul, os portugueses avançam no território da América Espanhola na busca de índios e do ouro. Este movimento permitiu a ampliação do território e teve seu apogeu na segunda

metade do Século XVIII - o ciclo de mineração do ouro - quando se criaram os primeiros núcleos urbanos no interior - as hoje chamadas cidades históricas de Minas Gerais.

Independência: o Estado Imperial

A América Portuguesa torna-se independente como resultado das guerras européias e da ocupação de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão, mas mantém o regime monárquico, diferentemente da colônia espanhola que se divide em inúmeras repúblicas. Trata-se então de fazer da colônia um Estado Nacional capaz de garantir a unidade territorial. A centralização imperial sustentada por uma elite relativamente coesa reprime movimentos separatistas e republicanos que ao longo do Século XIX ameaçavam desmembrar o País. Uma literatura de cunho romântico que valoriza o índio e seu encontro com o português fornece as bases para a nacionalidade. O escravismo é a base de sustentação da economia cafeeira que se implanta no Sudeste, primeiro no Rio de Janeiro e depois em São Paulo.

A economia cafeeira permite o início da industrialização e a construção das primeiras estradas de ferro necessárias ao escoamento da produção. No final do Século XIX, novas levas de imigrantes chegam ao País e, em 1888, é, por fim, abolido o trabalho escravo.

República

A mudança do regime monárquico para o republicano envolveu uma maior descentralização política com predomínio de alguns estados da federação. O federalismo e o presidencialismo inspirados no modelo norte-americano passam a ser o aparato jurídico da Constituição republicana de 1891. Conhecido como "República dos Coronéis" ou "República Velha", este período da História do Brasil, que vai de 1889 até 1930, fortaleceu o poder dos proprietários de terra permitindo alianças entre os coronéis do interior e setores mais modernos da burguesia cafeeira paulista.

A descentralização dando ênfase aos traços regionais e à competição entre os estados acaba por fazer emergir questões referentes à identidade nacional. Estas se colocam diante de um país de tão grande extensão territorial, com traços regionais tão distintos e com população tão variada e mestiça. Após a Primeira Guerra Mundial e durante os anos 20, o pacto político entre as elites que presidiu a República passa a ser duramente criticado através de ações políticas, culturais e revoltas armadas.Os anos 30 marcam o início de nova

etapa histórica. No plano político, a Revolução de 1930 provoca novo movimento de centralização que transfere o poder dos estados da federação para o governo central e aos poucos cresceria substancialmente o papel do Estado na sociedade e na economia. No plano econômico o colapso da economia agrário-exportadora, baseada no café, daria lugar a um intenso movimento de industrialização e urbanização, que nos anos cinqüenta se faria acompanhar de políticas consistentemente desenhadas e executadas para a implantação de uma economia industrial moderna.

A construção do Estado desenvolvimentista demandou a capacidade de agir sobre setores da economia e a criação de diferentes órgãos para a implementação das novas políticas. Isto significou também a criação de um aparato burocrático dotando o Estado de meios de ação sobre a sociedade. Nesse contexto, tornou-se necessário, entre outras medidas, reunir informações básicas sobre o próprio País, sendo então criado o IBGE, em 1936, como órgão produtor, sistematizador das estatísticas nacionais.

Integrar diferentes regiões, incentivar e financiar setores econômicos considerados estratégicos no processo de desenvolvimento foi tendência marcante dos anos 30 aos anos 80. Este processo de modernização onde o Estado tem papel central marca a história brasileira tanto nos períodos de governo autoritário (de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985) quanto no período de democracia liberal com partidos e congresso em funcionamento (de 1945 a 1964). Em 1960 a capital foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília situada no Planalto Central, podendo ser tomada como símbolo da modernidade e da busca de integração do interior ao litoral e das varias regiões do País.

A história econômica desse período impressiona pela rapidez com que se transitou da economia de base agrícola à de base industrial. Entre os anos 1943 e 1980, a taxa média de crescimento do PIB foi de cerca de 7% ao ano, e a taxa média de expansão do produto industrial superou os 8% anuais. Em 1980 o Brasil tinha um dos parques industriais mais modernos do mundo, integrado vertical e horizontalmente.

O sucesso desse processo por sua vez permitiu a exposição de seus males e pontos frágeis. Os desequilíbrios regionais não diminuíram, a migração interna do campo para as cidades deu-se em curto espaço de tempo, o crescimento desordenado das cidades gerou demandas crescentes por serviços públicos, infra-estrutura, transporte, moradia e emprego, além do crescimento da violência urbana. Os números da

saúde e da educação são indicadores do processo de exclusão social por que passa a maioria da população brasileira hoje vivendo em cidades.

Estes desafios, que já se encontravam na agenda política brasileira no início dos anos 80, tiveram sua relevância ampliada pela longa instabilidade macroeconômica e conseqüente estagnação que marcaram a economia brasileira entre o início dos anos 80 e os primeiros anos da presente década.

No entanto, uma vez que as condições macroeconômicas voltaram a permitir o reencontro com o desenvolvimento, é possível afirmar que seguem presentes as condições básicas estruturais que o viabilizam - força de trabalho eficiente e criativa, terras e riquezas minerais abundantes, capacidade empresarial e tecnológica crescentemente integrada à economia mundial globalizada.

Olhar o Brasil em termos de quantidade, seus números, saber como ele é e como gostaríamos que fosse, conhecer os dados, seus desdobramentos e implicações são requisitos fundamentais para a construção de um futuro mais equânime e para o exercício de uma cidadania plena, consciente dos direitos e cumpridores dos deveres perante a sociedade.

Lúcia Lippi Oliveira
CPDOC/Fundação Getúlio Vargas

Maria Cristina Guido
Museu da República

Ricardo Bielschowsky
CEPAL

A Brief History of Brazil

Brazil is part of the expansion of Western Europe in the American Continent. It belongs to the so-called "New World," it is sometimes viewed as a new country, "land of the future," and sometimes as the "offspring" of Europe and heir to the traditions of the Portuguese State and the Catholic Church. The institutions and customs brought by the Europeans had to be adapted to the empty territories and to the customs and habits of the native peoples that occupied the land. The need for labor led the colonists to bring black African peoples to serve as slave laborers. Later, large groups of Spaniards, Italians, Japanese, Lebanese and other immigrants came to join the Brazilian life.

To better understand the Brazil of today it is necessary to know some of its history.

Colonial Period: The Portuguese America

In the context of the seafaring expansion of the 15th and 16th centuries and in the quest of a new route to India, the Portuguese reached a new land, inhabited by peoples of unknown customs and traditions. The region, which many travelers deemed "wonderful," was conquered in the search for valuable market products, including the Brazil- wood. The need to secure control over the territory led to the creation of a colony. For three hundred years, Portuguese America grew based on the extraction of Brazil-wood and the production of sugar for export through the labor of the native Indians and the African slaves.

The main settlements took place in the Northeast and along the coast, and were vulnerable to attacks of invaders from other countries, mostly French and Dutch seamen. The fight against the invaders favored the beginning of a feeling of love for the land. To the south, the Portuguese invaded the territory of Spanish America looking for Indians and gold. This activity caused the territory to grow, peaking in the second half of the 18th century with the gold mining cycle, when the first urban concentrations toward the inner part of the continent were created. These are known nowadays as the historical cities of Minas Gerais.

Independence: The Imperial State

Portuguese America became independent as a result of the wars in Europe and the occupation of Portugal by Napoleon's French troops, but it continued to be a monarchy, unlike the Spanish colony which disintegrated into several small republics. It was necessary to turn the colony into a National State capable of securing the territorial unity. Imperial centralization, sustained by a relatively cohesive elite, suppressed the republican and separatist activities that threatened to dismember the Country during the 19th century. Romantic literature, valuing the Indians and their encounter with the Portuguese, provided the grounds for nationality. Slave labor provided the foundations of the coffee-based economy risen in the southeast, first in Rio de Janeiro and then in São Paulo. The coffee economy was the basis for the beginnings of industrialization and the construction of the first railroads necessary to transport the produce. By the end of the 19th century, many new immigrants started coming to the Country and, in 1888, slave labor was finally abolished.

Republic

The change from monarchy to republic led to political decentralization, with the prevalence of some states of the new federation. Federalism and Presidentialism, inspired by the North-American model, were the legal centerpieces of the 1891 republican Constitution. The period from 1889 through 1930 became known as the "Old Republic" or "Colonels' Republic" a reference to the landowners and political bosses in the countryside, who were also chiefs of the National Guard. The alliance between the "colonels" in the countryside and the more modern coffee bourgeoisie in São Paulo symbolizes these first decades of the Republic.

Decentralization, by emphasizing regional differences and competition between the states, caused the emergence of questions regarding the national identity of a country with such vast proportions, different regional customs and a varied and mixed population. After World War I and during the twenties, the political pact between traditional elites came under hard criticism, inspiring new political and cultural actions and armed insurrections. The thirties marked the beginning of a new phase. Politically, the Revolution of 1930 triggered a new movement for centralization, transferring power from the individual states to the central government, leading to the progressive enlargement of the State's social and economic role. Economically, the collapse of the

coffee-based agriculture and exporting economy would give place to an intense process of industrialization and urbanization, which would be accompanied in the fifties by conscientiously designed and executed political plans to build a modern industrial economy.

The rising of a State seeking development required the ability to act over certain areas of the economy, which in turn demanded the creation of several institutions to carry on the new policies. One of the needs was to gather information about the country's territory, economy and society. This is when the Brazilian Institute of Geography and Statistics, IBGE, was created in 1936 to produce and organize the national statistics.

The integration of different regions, the encouragement and financing of economic sectors deemed strategic for the country's development, these were the landmarks of the period from the thirties to the eighties. This process of modernization, in which the State plays a leading role, is present in the Brazilian history as much in the periods of authoritarian government (from 1937 to 1945 and from 1964 to 1985) as in the periods of full-fledged liberal democracy, with political parties and a working Congress (from 1945 to 1964). In 1960 the capital was transferred from Rio de Janeiro to Brasília, located in the central high plains, frequently seen as a symbol of modernity and search for integration of all regions of the Country.

The economic history of this period is impressive by the speed with which Brazil changed from an agricultural-based economy to an industrial-based one. Between 1943 and 1980 the GDP grew at around 7% a year, while the average growth rate of the industrial production exceeded 8% a year. By 1980 Brazil had a very modern industrial sector, with strong vertical and horizontal integration.

The very success of this development drive brought its problems and weak points. The imbalances among regions remained, the massive internal migration from rural areas to the cities happened in a short span of time, and the uncontrolled growth of the cities generated an increasing need for public services, infrastructure, transportation, housing and employment, aside from the growing urban violence. The health and education statistics evidence the process of social exclusion still affecting large segments of the Brazilian population living in cities today.

These problems, already present in the Brazilian political agenda from the beginning of the eighties, were aggravated by the prolonged macroeconomic instability and consequent stagnation that marked the

Brazilian economy from the beginning of the eighties to the early years of the current decade.

Now, with the economy in equilibrium, it is possible to develop again, and the basic elements needed to make it succeed are present - an efficient and creative labor force, abundant land and mineral wealth, managerial and technological capabilities and increasing integration to the worldwide global economy.

Viewing Brazil in terms of quantity, its statistics, knowing how it is and how we would like it to be, examining the data, its consequences and implications, these are essential requisites for building a future of equality and exercising a mature citizenship, conscious of one's rights and duties to society.

Lúcia Lippi Oliveira
CPDOC/Fundação Getúlio Vargas

Maria Cristina Guido
Museu da República

Ricardo Bielschowsky
CEPAL

Território

Territory

Romulo Cardoso

De norte a sul, um grande escândalo, s. data / *From north to south, a great scandal, no date*

Técnica mista s/tela e eucatex / *Mixed technique on canvas and masonite* - 1,03x0,95 m

Território

O Brasil é um continente, em si. Sua extensão territorial (8,5 milhões de km^2) o coloca no quinto lugar entre os maiores países do globo, após a Rússia (17,1 milhões), o Canadá (10 milhões), os Estados Unidos (9,8 milhões) e a China (9,6 milhões). Correspondendo a dois terços da América Latina, tem fronteiras com todos os países Sul-americanos, à exceção do Equador e do Chile. Mas o Brasil é também um País marítimo graças à sua extensa costa atlântica e à grande calha do rio Amazonas que estende a maritimidade até o seu âmago. É o maior País situado na faixa intertropical, e sua reserva de terras é a maior floresta pluvial do planeta - a Amazônia - com uma fantástica diversidade biológica. Ademais, sua tropicalidade aliada a um relevo onde predominam extensos planaltos - serras estão restritas à faixa costeira e à fronteira norte - resultam em grandes bacias hidrográficas e num imenso potencial hidrelétrico. Tal potencialidade de recursos amplia-se pela disponibilidade de espaço útil, decorrente de sua posição geográfica.

O território brasileiro ainda não é plenamente ocupado. Historicamente o povoamento concentrou-se na faixa costeira, permanecendo mais da metade do território, correspondendo às Regiões Centro-Oeste e Norte, com muito baixa densidade demográfica. A expansão das fronteiras ocorreu com mais intensidade nas décadas de 70 e 80 e, desde então, observa-se a ocupação progressiva dessas regiões com a interiorização da população. Ao mesmo tempo, a modernização da agricultura, entre outros fatores, continua levando a população rural a se deslocar para os centros urbanos. Este fenômeno complexo vem exigindo, cada vez mais, a concertação de interesses das populações, empresas e de entidades públicas e não governamentais, nacionais e internacionais, para conciliar a exploração econômica, a preservação ambiental, as condições de vida das populações e a preservação das terras indígenas, localizadas em sua maioria nas áreas de expansão.

As condições naturais são importantes, mas não determinantes. As formas de apropriação e uso do território são reflexo do desenvolvimento econômico, social e político de uma nação. A

economia brasileira requer a integração do espaço nacional para continuar crescendo. O desafio atual é viabilizar as comunidades locais e as novas áreas de produção com a ampliação da infra-estrutura econômica e social, visando à sua articulação com os mercados interno e externo e à criação de novas oportunidades de investimento e inserção social, e fundamentar um novo padrão de desenvolvimento sustentável para o País.

Bertha K. Becker
Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Territory

Brazil is a continental Country. With 8.5 million square kilometers, it is the fifth among the world's largest countries, after Russia (17.1 million sq. km), Canada (10 million sq. km), the United States (9.8 million sq. km) and China (9.6 million sq. km). Corresponding to two thirds of Latin America's area, its frontier borders all South-American countries except Ecuador and Chile. Brazil is also a maritime Country, due to its extensive Atlantic coast and to the large channel of the Amazon river, which brings the sea to its core. It is the largest Country in the intertropical zone, and its land reserves include the largest rain forest of the planet - the Amazon - with a fantastic biological diversity. Most of the territory is composed by extensive plateaux, with ranges restricted to the coastal zone and the northern border, creating large hydrographic basins and an immense hydroelectric potential.

The occupation of the Brazilian territory is still sparse. Population is concentrated on the coastal area, while more than half of the territory, in the Central West and North Regions, present very low demographic density. The expansion of internal frontier was intense in the seventies and eighties and, since then, we observe the progressive occupation of new areas, albeit at a slower pace. In other regions, the modernization of agriculture, among other factors, is pushing the rural population to the cities. This complex process leads to the need to balance the interests and concerns of local populations, national and international, public, private and non-governmental organizations and enterprises to harmonize goals of the economic production, environment protection and the preservation of Indian lands, most of them located in new areas of agricultural settlement.

Natural conditions are important but not determinant. The forms of appropriation and use of its territory reflect a nation's economic, social and political development. The Brazilian economy requires the proper utilization of the Country's physical endowments. The challenge is to combine economic development,

the expansion of economic and social infrastructure and the opening of the economy to the international markets and competition with the preservation of local economies and community life, creating new opportunities for investment and social participation, in a context of sustainable development.

Bertha K. Becker
Professor, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Tabela 1.1 - Pontos extremos do País - 1996

Table 1.1 - Extreme points of Brazil - 1996

Extremo/ *Extreme points*	Coordenadas geográficas/ *Geographical coordinates*		Localização/ *Location*
	Latitude/ *Latitude*	Longitude/ *Longitude*	
Norte/*North*	+ 05° 16'20"	-60° 12'43"	Nascente do rio Ailã/ *Source of Ailã river*
Sul/*South*	-33° 45'03"	-53° 23'48"	Arroio Chuí/ *Chuí brook*
Leste/*East*	-07° 09'28"	-34° 47'30"	Ponta do Seixas (Cabo Branco)/ *Point of Seixas (Cape Branco)*
Oeste/*West*	-07° 33'13"	-73° 59'32"	Nascente do Rio Moa/ *Source of Moa river*

Fonte/*Source* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro· IBGE, v 56, p. 1-9, 1-11, 1997

Tabela 1.2 - Extensão da linha divisória, segundo os países limítrofes e o Oceano Atlântico - 1995

Table 1.2 - Extent of the border line, by neighboring countries and the Atlantic Ocean - 1995

Países limítrofes e Oceano Atlântico/ *Neighboring countries and Atlantic Ocean*	Extensão/ *Extent*	
	Absoluta (km)/ *Absolute (km)*	Relativa (%)/ *Relative (%)*
Total/*Total*	**23 086**	**100,00**
Países limítrofes/*Neighboring countries*	**15 719**	**68,09**
Guiana/*Guyana*	1 606	6,96
Venezuela/*Venezuela*	1 495	6,47
Suriname/*Suriname*	593	2,57
Guiane/*French Guiana*	655	2,84
Uruguai/*Uruguay*	1 003	4,34
Argentina/*Argentina*	1 263	5,47
Paraguai/*Paraguay*	1 339	5,80
Bolívia/*Bolivia*	3 126	13,54
Peru/*Peru*	2 995	12,98
Colômbia/*Colombia*	1 644	7,12
Oceano Atlântico/*Atlantic Ocean*	**7 367**	**31,91**

Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 1-18, 1997

Tabela 1.3 - Área total do País - 1995

Table 1.3 - Total area of Brazil - 1995

(continua/*continued*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Área total/ *Total area*		
	Absoluta (km^2)/ *Absolute (km^2)*	Relativa (%)/ *Relative (%)*	
		Brasil/ *Brazil*	Regiões/ *Regions*
Brasil/*Brazil*	**8 547 403,5**	**100,00**	
Norte/*North*	**3 869 637,9**	**45,27**	**100,00**
Rondônia	238 512,8	2,80	6,16
Acre	153 149,9	1,79	3,96
Amazonas	1 577 820,2	18,45	40,77
Roraima	225 116,1	2,64	5,81
Pará	1 253 164,5	14,65	32,38
Amapá	143 453,7	1,67	3,70
Tocantins	278 420,7	3,26	7,20
Nordeste/*Northeast*	**1 561 177,8**	**18,27**	**100,00**
Maranhão	333 365,6	3,90	21,35
Piauí	252 378,5	2,95	16,16
Região em litígio - Piauí-Ceará/ *Piauí-Ceará litigation*	2 977,4	0,03	0,19
Ceará	146 348,3	1,71	9,37
Rio Grande do Norte	53 306,8	0,62	3,41
Paraíba	56 584,6	0,66	3,62
Pernambuco (1)	98 937,8	1,16	6,33
Alagoas	27 933,1	0,32	1,79
Sergipe	22 050,4	0,26	1,41
Bahia	567 295,3	6,64	36,34

Tabela 1.3 - Área total do País - 1995

Table 1.3 - Total area of Brazil - 1995

(conclusão/*concluded*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Área total/ *Total area*		
	Absoluta (km²)/ *Absolute (km²)*	Relativa (%)/ *Relative (%)*	
		Brasil/ *Brazil*	Regiões/ *Regions*
Sudeste/*Southeast*	**927 286,2**	**10,85**	**100,00**
Minas Gerais	588 383,6	6,89	63,45
Espírito Santo (2)	46 184,1	0,54	4,98
Rio de Janeiro	43 909,7	0,51	4,73
São Paulo	248 808,8	2,91	26,83
Sul/*South*	**577 214,0**	**6,76**	**100,00**
Paraná	199 709,1	2,34	34,61
Santa Catarina	95 442,9	1,12	16,53
Rio Grande do Sul	282 062,0	3,30	48,86
Centro-Oeste/*Central West*	**1 612 077,2**	**18,86**	**100,00**
Mato Grosso do Sul	358 158,7	4,19	22,22
Mato Grosso	906 806,9	10,60	56,25
Goiás	341 289,5	3,99	21,17
Distrito Federal/*Federal District*	5 822,1	0,07	0,36

Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro· IBGE, v 56, p 1-19, 1997

Nota· Leitura de cartas topográficas e cálculos geodésicos de áreas */Note. Topographic charts reading and geodetic measurement of areas.*

(1) Inclusive a área do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (18,4 km²) (2) Inclusive as áreas das ilhas da Trindade (10,1 km²) e Martin Vaz (0,3 km²) */(1) Including the area of State District of Fernando de Noronha (18 4 km²) (2) Including the area of the islands of Trindade (10 1 km²) and Martin Vaz (0.3 km²)*

Tabela 1.4 - Evolução político-administrativa do País - 1940/1997

Table 1.4 - Administrative evolution of Brazil - 1940/1997

(continua/*continued*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Unidades administrativas (Em 01.09)/ *Administrative units (On Sept. 1st)*						
	Municípios criados e instalados/ *Municipalities created and installed*						
	1940 (1)	1950	1960	1970	1980	1990	1997
Brasil/*Brazil*	**1 574**	**1 889**	**2 766**	**3 952**	**3 974**	**4 491**	**5 507**
Norte/*North*	**88**	**99**	**120**	**143**	**153**	**298**	**449**
Rondônia	-	2	2	2	7	23	52
Acre	7	7	7	7	12	12	22
Amazonas	28	25	44	44	44	62	62
Roraima	-	2	2	2	2	8	15
Pará	53	59	60	83	83	105	143
Amapá	-	4	5	5	5	9	16
Tocantins	-	-	-	-	-	79	139
Nordeste/*Northeast*	**584**	**609**	**903**	**1 376**	**1 375**	**1 509**	**1 787**
Maranhão	65	72	91	130	130	136	217
Piauí	47	49	71	114	114	118	221
Ceará	79	79	142	142	141	178	184
Rio Grande do Norte	42	48	83	150	150	152	166
Paraíba	41	41	88	171	171	171	223
Pernambuco	85	91	103	165	165	(3) 168	(2) 185
Alagoas	33	37	69	94	94	97	101
Sergipe	42	42	62	74	74	74	75
Bahia	150	150	194	336	336	415	415

Tabela 1.4 - Evolução político-administrativa do País - 1940/1997

Table 1.4 - Administrative evolution of Brazil - 1940/1997

(conclusão/*concluded*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Unidades administrativas (Em 01.09)/ *Administrative units (On Sept. 1st)*						
	Municípios criados e instalados/ *Municipalities created and installed*						
	1940 (1)	1950	1960	1970	1980	1990	1997
Sudeste/*Southeast*	**641**	**845**	**1 085**	**1 410**	**1 410**	**1 432**	**1 666**
Minas Gerais	288	386	483	722	722	723	853
Espírito Santo	32	33	37	53	53	67	77
Rio de Janeiro	51	57	62	64	64	70	91
São Paulo	270	369	503	571	571	572	645
Sul/*South*	**181**	**224**	**414**	**717**	**719**	**873**	**1 159**
Paraná	49	80	162	288	290	323	399
Santa Catarina	44	52	102	197	197	217	293
Rio Grande do Sul	88	92	150	232	232	333	467
Centro-Oeste/*Central West*	**80**	**112**	**244**	**306**	**317**	**379**	**446**
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	55	72	77
Mato Grosso	28	35	64	84	38	95	126
Goiás	52	77	179	221	223	211	242
Distrito Federal/*Federal District*	-	-	1	1	1	1	1

Fonte/*Source.* Banco de Estruturas Territoriais [online] Rio de Janeiro IBGE, 1940/1997.

(1) Unidades administrativas em 01.07. (2) Municípios com administradores nomeados pelo Governador nos termos do parágrafo segundo, artigo 108, da Constituição Estadual. (3) Inclui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha *I(1) Administrative units on July 1st (2) Municipalities with administrators appointed by the Governor according to the second paragraph, article 108, of the State Constitution (3) Including the State District of Fernando de Noronha.*

Tabela 1.5 - Pontos mais altos do País - 1995
Table 1.5 - Highest points in Brazil - 1995

Topônimos/ *Toponyms*	Unidades da Federação/ *Federative Units*	Localização/ *Location*	Altitude (m) (1)/ *Altitude (m) (1)*
Pico da Neblina/ *Neblina Peak*	Amazonas	Serra Imeri/ *Imeri Range*	3 014,1
Pico 31 de Março/ *31 de Março Peak*	Amazonas (2)	Serra Imeri/ *Imeri Range*	2 992,4
Pico da Bandeira/ *Bandeira Peak*	Minas Gerais/Espírito Santo	Serra do Caparaó/ *Caparaó Range*	2 889,8
Pico das Agulhas Negras/ *Agulhas Negras Peak*	Minas Gerais/Rio de Janeiro	Serra do Itatiaia/ *Itatiaia Range*	2 787,0
Pico do Cristal/ *Cristal Peak*	Minas Gerais	Serra do Caparaó/ *Caparaó Range*	2 780,0
Pedra da Mina/ *Mina Rock*	Minas Gerais/São Paulo	Serra da Mantiqueira/ *Mantiqueira Range*	2 770,0
Monte Roraima/ *Roraima Mount*	Roraima (2) (3)	Serra do Pacaraima/ *Pacaraima Range*	2 739,3
Morro do Couto/ *Couto Mount*	Minas Gerais	Serra das Prateleiras/ *Prateleiras Range*	2 680,0
Pedra do Sino de Itatiaia/ *Sino de Itatiaia Rock*	Minas Gerais	Serra da Mantiqueira/ *Mantiqueira Range*	2 670,0
Pico Três Estados/ *Três Estados Peak*	São Paulo/Minas Gerais/ Rio de Janeiro	Serra da Mantiqueira/ *Mantiqueira Range*	2 665,0
Pedra do Altar/ *Altar Rock*	Rio de Janeiro	Serra da Mantiqueira/ *Mantiqueira Range*	2 665,0

Fonte/*Source*· Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v 56, p 1-99, 1997

Nota. Foram considerados os pontos com altitude superior a 2 500 metros */Note. Only the points over 2,500 meters were included*
(1) As altitudes ao decímetro correspondem às medições de campo e, as demais, à leitura de cartas topográficas (2) Fronteira com a Venezuela (3) Fronteira com a Guiana */(1) Altitudes including decimeters correspond to field measurements and the other altitudes, topographic chart readings (2) Venezuela border (3) Guyana border.*

Tabela 1.6 - Principais observações meteorológicas dos Municípios das Capitais - 1994

Table 1.6 - Main weather records in the State Capital municipalities - 1994

Municípios das Capitais/ *State Capital municipalities*	Temperatura do ar (°C)/ *Air temperature (Celsius)*		Umidade relativa (%)/ *Relative humidity (%)*	Altura total da precipitação pluviométrica (mm)/ *Total precipitation (mm)*
	Máxima absoluta/ *Maximum temperature*	Mínima absoluta/ *Minimum temperature*		
Porto Velho (1)	34.8	15.0	84	2 310,1
Rio Branco (1)	35 6	.	85	1 855,0
Manaus (2)	36.3	18.3	82	2 522,6
Boa Vista	..	..	...	..
Belém (2)	33.8	20 8	86	3 188,7
Macapá	...	. .	...	..
São Luís (2)	33.6	20 0	80	.
Teresina	...	.	..	..
Fortaleza (2)	33.3	21 3	75	843,8
Natal (2)	31 0	18.3	81	859,0
João Pessoa (2)	31 2	19 0	74	1 057,3
Recife (2)	32.0	18 4	78	1 330,9
Maceió	. .	.		
Aracaju	31 0	19 4	77	1 346,7
Salvador	33 1	19.2	82	2 286,8
Belo Horizonte	34 8	9.4	64	1 452,7
Vitória	37 3	15.8	76	1 199,6
Rio de Janeiro (3)			.	1 413,6
São Paulo (2)	33.9	4 4	74	1 582,9
Curitiba	33.6	- 2.2	80	1 394,8
Florianópolis	35 3	1 7	82	1 855,6
Porto Alegre	39 5	0.4	77	1 670,6
Campo Grande (2)	36.1	2 8	70	.
Cuiabá	39.7	6 7	79	1 781,2
Goiânia	37.8	.		1 627,4
Brasília	33.7	6.6	66	1 379,6

Fontes/*Sources*: Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro. IBGE, v 56, p. 1-73-84, 1997, dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Instituto Nacional de Meteorologia.

Nota: Dados referentes ao período de janeiro a dezembro */Note Data for the period of January to December.*

(1) Dados de 1992. (2) Dados de 1989. (3) Dados de 1991. */(1) Data for 1992 (2) Data for 1989.(3) Data for 1991.*

Tabela 1.7 - Área e potencial hidrelétrico, segundo as bacias hidrográficas - 1995

Table 1.7 - Area and hydroelectric potential, by hydrographic basins - 1995

Bacias hidrográficas/ *Hydrographic basins*	Área (km²)/ *Area (km²)*	Potencial hidrelétrico (energia firme-MW/ano)/ *Hydroelectric potential (capability-MW/year)*			
		Total/ *Total*	Em operação e/ou em construção/ *In operation and/or under construction*	Inventário da viabilidade do potencial básico/ *Inventory of basic potential viability*	Estimado/ *estimated*
Total/*Total*	**8 547 374,7**	**1 113 267,6**	**273 468,5**	**396 170,4**	**443 628,7**
Amazônica/*Amazon*	3 904 392,8	472 901,0	1 535,7	147 538,8	323 826,5
Tocantins/*Tocantins*	813 674,1	127 177,9	32 379,4	81 628,7	13 169,8
Atlântico Sul/*South Atlantic*					
Trecho Norte/Nordeste (1)/ *North/Northeastern section (1)*	990 229,1	13 844,6	1 318,4	884,3	11 641,9
Trecho Leste (2)/ *Eastern section (2)*	572 295,8	60 018,9	7 758,1	41 263,0	10 997,8
Trecho Sudeste (3)/ *Southeastern section (3)*	223 810,2	31 807,2	10 487,6	10 058,8	11 260,8
São Francisco/*São Francisco*	645 067,2	128 552,6	53 128,7	26 917,6	48 506,3
Paraná/*Paraná*	1 220 411,7	220 296,9	165 626,2	43 757,5	10 913,2
Uruguai/*Uruguay*	177 493,8	58 668,5	1 234,4	44 121,7	13 312,4

Fontes/*Sources:* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro. IBGE, v 56, p 1-121, 1997, dados fornecidos pelo Ministério de Minas e Energia, Centrais Elétricas Brasileiras S/A, Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia

Notas 1 Energia firme é a produção anual garantida

2. Exclui as áreas referentes às ilhas oceânicas de Fernando de Noronha e da Trindade e Martin Vaz

3. Dados sujeitos a retificação /

Notes: 1 - Capability is the annual guaranteed output

2 - Excluding the area of the ocean islands of Fernando de Noronha and of Trindade and Martin Vaz.

3 - Data subject to correction

(1) Compreende as bacias dos rios que deságuam no Oceano Atlântico, ao norte da bacia Amazônica e entre a foz do rio Tocantins e a do rio São Francisco (2) Compreende as bacias dos rios que deságuam no Oceano Atlântico entre a foz do rio São Francisco e a divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. (3) Compreende as bacias dos rios que deságuam no Oceano Atlântico ao sul da divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. */(1) Includes the basins of the rivers flowing into the Atlantic Ocean, to the north of the Amazon Basin and between the mouths of the Tocantins and São Francisco rivers. (2) Includes the basins of the rivers flowing into the Atlantic Ocean between the mouth of the São Francisco river and the boundary of the States of Rio de Janeiro and São Paulo. (3) Includes the basins of the rivers flowing into the Atlantic Ocean to the south of the boundary of the States of Rio de Janeiro and São Paulo*

Tabela 1.8 - Terras indígenas, por situação de demarcação - 1995

Table 1.8 - Indian lands, with boundaries established or not - 1995

Grandes Regiões/ *Major Regions*	Situação de demarcação/ *Indian land boundaries*	
	Não-demarcada/ *Not established*	Demarcada/ *Established*
Brasil/*Brazil*	**281**	**275**
Norte/*North*	122	184
Nordeste/*Northeast*	39	25
Sudeste/*Southeast*	22	5
Sul/*South*	24	33
Centro-Oeste/*Central West*	74	28

Fonte/*Source*· Cadastro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas Brasília FUNAI, Rio de Janeiro IBGE, 1996 Listagem de computador.

Nota As terras indígenas que ocupam mais de uma região foram consideradas em uma única, para não haver duplicidade */Note. The Indian lands occupying more than one area have been considered as being in just one to prevent duplication*

Tabela 1.9 - Unidades de conservação da natureza, por Grandes Regiões - 1996

Table 1.9 - Environment conservation units, by Major Regions - 1996

Unidades de conservação/ *Conservation units*	Brasil/ *Brazil*	Grandes Regiões/*Major Regions*				
		Norte/ *North*	Nordeste/ *Northeast*	Sudeste/ *Southeast*	Sul/ *South*	Centro-Oeste/ *Central West*
Total/ *Total*	**191**	**20**	**33**	**76**	**50**	**12**
Parques nacionais/ *National parks*	35	08	08	08	06	05
Reservas biológicas nacionais/ *National biological reservations*	25	08	08	07	01	01
Parques estaduais/ *State parks*	64	02	05	33	21	03
Reservas biológicas estaduais/ *State biological reservations*	36	02	-	20	11	03
Parques ecológicos estaduais/ *State ecological parks*	07	-	04	02	01	-
Parques florestais estaduais/ *State forest parks*	24	-	08	06	10	-

Fonte/*Source*· Cadastro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas Brasília: FUNAI; Rio de Janeiro IBGE, 1996 Listagem de computador

População

Population

Silvia (Silvia de Leon Chalréo)
Gente da areia / *People on the sand,* 1972
Óleo s/tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,92x0,73 m

População

O atual retrato demográfico do Brasil deixa ver um País mais urbanizado, crescendo a ritmos cada vez menores, com uma estrutura etária mais madura e mais habitado por mulheres. Marcas iniciadas, algumas em passado recente, outras mais remotas, acabam por configurar um perfil que incorpora as transformações em curso na sociedade brasileira.

A queda sistemática do número médio de filhos por mulher, a partir de 1970, vem reduzindo a taxa anual de crescimento da população que atingiu, em 1996, 1,38%, ou seja, seu mais baixo valor ao longo deste século. Esta média reflete, com intensidades variadas, a desaceleração do crescimento em todas as cinco grandes regiões do País, entre os períodos 1980/97 e 1991/96. Destaca-se o Nordeste na liderança do menor crescimento no último qüinqüênio. Duas tendências demográficas, e suas interações, podem ser evocadas para dar conta deste resultado. A intensificação da queda da fecundidade nos últimos anos e a emigração de cerca de 850 mil pessoas entre 1991 e 1996.

A estrutura etária, em decorrência do declínio da fecundidade, vem se modificando, com redução do peso relativo dos menores de 15 anos, que passou de 38% a 32%, entre 1980 e 1996. Por sua vez, cresceu a participação da população economicamente ativa (15 a 64 anos), de 58% a 63%, no mesmo período. Aumentou também a participação dos maiores de 64 anos, representando hoje 5,4%, contra os 4,0% registrados em 1980. Esta situação conduz a um período favorável para a razão de dependência que continuará declinante por um período de tempo relativamente longo, até que o contingente de idosos passe a pesar mais do que aquele dos muito jovens.

O processo de urbanização continuou seu curso para atingir seu máximo valor em 1996, com 78,4% das pessoas vivendo em cidades. Internamente este indicador apresenta um forte diferencial regional. De 45% em 1960, a atual taxa de urbanização coloca o Brasil ao lado de países mais desenvolvidos como Japão, Alemanha, França e Canadá, entre outros.

Embora os brasileiros continuem, a cada ano, ganhando anos para viver, a expectativa de vida vem, ultimamente, crescendo de forma mais

lenta. O valor atual de 67,3 anos representa apenas um ganho de 5,5 anos, desde 1980. Neste ritmo, só lá por volta do ano 2020 o Brasil conquistaria uma expectativa de vida ao nascer que os países mais desenvolvidos já alcançaram há pelo menos duas décadas. A evolução da mortalidade infantil responde por parte desta tendência. Ainda que nos últimos 20 anos os óbitos de menores de um ano venham representando cada vez menos no obituário total da população, ou seja, passando de 30% a 10%, continua elevada a taxa de mortalidade infantil, ou seja, 43,4% por mil nascidos vivos. Ainda quando se leva em conta o fato de que os óbitos neo-natais pesem cada vez mais na morte de menores de um ano de idade, variando de 39% a 52%, entre 1974 e 1994, considera-se elevada a participação dos óbitos ocorridos no período pós-natal, reflexo, entre outras, de condições ainda precárias de saneamento básico e de cobertura vacinal, em certas regiões do Território Nacional.

Na área do comportamento matrimonial crescem as separações e divórcios , porém alterou-se muito pouco no País a idade média ao casar. Os últimos dados disponíveis mostram que em 1994 os homens se casaram, em média, aos 27,6 anos, valor igual àquele registrado em 1974. O mesmo sucede com as mulheres, variando de 23,7 a 24,1 a idade ao casar entre 1974 e 1994. Por serem valores médios, sujeitos a variabilidades, resultam de situações que incluem também casamentos precoces e tardios, hoje comuns no País.

As feições demográficas do País nos próximos anos serão conformadas pelas mudanças sociais, econômicas e culturais que influenciarão as trajetórias individuais e as estratégias familiares dos brasileiros.

Elza Berquó
Presidente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

Population

The current demographic picture of Brazil is of a Country that is more urbanized, growing at a slower pace, with a more mature age structure and more women.

Several trends, some from the recent past, others much older, contributed to this picture.

The decrease in the average number of children per woman that started in 1970 has been reducing the annual rate of population growth, which reached 1.38% in 1996, the lowest of this century. These figures reflect, with various intensities, the slowing down of growth in all five major regions of the country, between the 1980/97 and the 1991/96 period. The Northeast is the region with the lower growth rate in the last five years. Two demographic trends and their interactions may be called to explain this result, the intensification of fertility decrease in the last years and the emigration of roughly 850 thousand persons between 1991 and 1996.

The age structure has been changing also, because of the decline in fertility. The proportion of persons less than 15 years fell from 38% to 32% between 1980 and 1996. On the other hand, the proportion of the economically active population (15 to 64 years old) increased from 58% to 63% during the same period. Another increase was the percentage of persons over 64 years old, which is today 5.4%, compared with 4.0% in 1980. Thus, the dependence ratio (children and older people in relation to the active population) will be improving for a relatively long time, until the proportion of the aged gets higher that of the very young.

Urbanization continued its course, reaching its highest rate in 1996, with 78.4% of the population living in cities, with strong regional differences. Overall, starting from 45% in 1960, the current rate of urbanization places Brazil next to more developed countries such as Japan, Germany, France and Canada.

Brazilians continue to gain more years to live, but recently life expectation has been increasing at a more leisurely pace. The current figure, 67.3 years, represents an addition of just 5.5 years, since 1980.

Population

The current demographic picture of Brazil is of a Country that is more urbanized, growing at a slower pace, with a more mature age structure and more women.

Several trends, some from the recent past, others much older, contributed to this picture.

The decrease in the average number of children per woman that started in 1970 has been reducing the annual rate of population growth, which reached 1.38% in 1996, the lowest of this century. These figures reflect, with various intensities, the slowing down of growth in all five major regions of the country, between the 1980/97 and the 1991/96 period. The Northeast is the region with the lower growth rate in the last five years. Two demographic trends and their interactions may be called to explain this result, the intensification of fertility decrease in the last years and the emigration of roughly 850 thousand persons between 1991 and 1996.

The age structure has been changing also, because of the decline in fertility. The proportion of persons less than 15 years fell from 38% to 32% between 1980 and 1996. On the other hand, the proportion of the economically active population (15 to 64 years old) increased from 58% to 63% during the same period. Another increase was the percentage of persons over 64 years old, which is today 5.4%, compared with 4.0% in 1980. Thus, the dependence ratio (children and older people in relation to the active population) will be improving for a relatively long time, until the proportion of the aged gets higher that of the very young.

Urbanization continued its course, reaching its highest rate in 1996, with 78.4% of the population living in cities, with strong regional differences. Overall, starting from 45% in 1960, the current rate of urbanization places Brazil next to more developed countries such as Japan, Germany, France and Canada.

Brazilians continue to gain more years to live, but recently life expectation has been increasing at a more leisurely pace. The current figure, 67.3 years, represents an addition of just 5.5 years, since 1980.

At this pace, only around the year 2020 Brazil would achieve the life expectation at birth that more developed countries have reached at least two decades before. The decrease in infant mortality explains part of this trend. Deaths of infants under one year have been reduced from 30% to 10% in the last twenty years, but the infant mortality rate it is still high, i. e., 43.4 per one thousand live births. Neonatal deaths weight increasingly more in the total deaths of infants under one year old, changing from 39% to 52% between 1974 and 1994. Still, the participation of deaths occurring in the post- neonatal period remains high, a consequence, among other things, of the still precarious conditions of basic sanitation and vaccine coverage in some regions of the country.

Separations and divorces are increasing, but the median age at marriage has changed very little. The latest data available show that in 1994 men got married at 27.6 years of age on average, not very different from 1974. The same occurs with women, for whom the age at marriage went from 23.7 to 24.1 between 1974 and 1994. These average figures hide the existence of a growing number of premature and late marriages.

These demographic trends will lead to significant social, economic and cultural changes, shaping the individual and family choices to be made in the years to come.

Elza Berquó
President, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

Tabela 2.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 1996

Table 2.1 - Resident population, by urban/rural residence and sex - 1996

(continua/*continued*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Total/ *Total*	Situação do domicílio/ *Residence*		Sexo/ *Sex*	
		Urbana/ *Urban*	Rural/ *Rural*	Homens/ *Male*	Mulheres/ *Female*
Brasil/*Brazil*	**157 079 573**	**123 082 167**	**33 997 406**	**77 447 541**	**79 632 032**
Norte/*North*	**11 290 093**	**7 039 327**	**4 250 766**	**5 726 588**	**5 563 505**
Rondônia	1 231 007	762 864	468 143	634 487	596 520
Acre	483 726	315 404	168 322	244 512	239 214
Amazonas	2 389 279	1 766 166	623 113	1 200 109	1 189 170
Roraima	247 131	174 277	72 854	127 378	119 753
Pará	5 510 849	2 949 017	2 561 832	2 791 945	2 718 904
Amapá	379 459	330 590	48 869	191 039	188 420
Tocantins	1 048 642	741 009	307 633	537 118	511 524
Nordeste/*Northeast*	**44 768 201**	**29 192 696**	**15 575 505**	**21 908 869**	**22 859 332**
Maranhão	5 222 565	2 711 557	2 511 008	2 595 362	2 627 203
Piauí	2 673 176	1 556 115	1 117 061	1 310 255	1 362 921
Ceará	6 809 794	4 713 311	2 096 483	3 317 586	3 492 208
Rio Grande do Norte	2 558 660	1 843 486	715 174	1 249 544	1 309 116
Paraíba	3 305 616	2 261 986	1 043 630	1 599 386	1 706 230
Pernambuco	7 399 131	5 476 915	1 922 216	3 573 377	3 825 754
Alagoas	2 633 339	1 661 914	971 425	1 285 173	1 348 166
Sergipe	1 624 175	1 140 569	483 606	795 062	829 113
Bahia	12 541 745	7 826 843	4 714 902	6 183 124	6 358 621

Tabela 2.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 1996

Table 2.1 - Resident population, by urban/rural residence and sex - 1996

(conclusão/*concluded*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Total/ *Total*	Situação do domicílio/ *Residence*		Sexo/ *Sex*	
		Urbana/ *Urban*	Rural/ *Rural*	Homens/ *Male*	Mulheres/ *Female*
Sudeste/*Southeast*	**67 003 069**	**59 825 958**	**7 177 111**	**32 906 538**	**34 096 531**
Minas Gerais	16 673 097	13 074 245	3 598 852	8 259 252	8 413 845
Espírito Santo	2 802 707	2 176 006	626 701	1 393 783	1 408 924
Rio de Janeiro	13 406 379	12 806 488	599 891	6 447 672	6 958 707
São Paulo	34 120 886	31 769 219	2 351 667	16 805 831	17 315 055
Sul/*South*	**23 516 730**	**18 158 350**	**5 358 380**	**11 650 500**	**11 866 230**
Paraná	9 003 804	7 011 990	1 991 814	4 472 354	4 531 450
Santa Catarina	4 875 244	3 565 130	1 310 114	2 438 768	2 436 476
Rio Grande do Sul	9 637 682	7 581 230	2 056 452	4 739 378	4 898 304
Centro-Oeste/*Central West*	**10 501 480**	**8 865 836**	**1 635 644**	**5 255 046**	**5 246 434**
Mato Grosso do Sul	1 927 834	1 604 318	323 516	968 860	958 974
Mato Grosso	2 235 832	1 695 548	540 284	1 154 216	1 081 616
Goiás	4 515 868	3 873 722	642 146	2 258 056	2 257 812
Distrito Federal/*Federal District*	1 821 946	1 692 248	129 698	873 914	948 032

Fonte/*Source* Contagem da População 1996 Rio de Janeiro IBGE, 1997 v 1 Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar

Tabela 2.2 - Indicadores demográficos - 1991/1996

Table 2.2 - Demographic indicators - 1991/1996

(continua/*continued*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Taxa de urbanização (%)/ *Urbanization rate (%)*	Taxa média geométrica de crescimento anual 1991/1996/ *Mean geometric rate of annual increase*	Densidade demográfica (hab /km²)/ *Demographic density (inhab /km²)*	Coeficiente de masculinidade/ *Ratio of males to females*	Razão de dependência/ *Dependence ratio*
Brasil/ *Brazil*	**78,36**	**1,38**	**18,45**	**97,26**	**58,69**
Norte/ *North*	**62,35**	**2,44**	**2,93**	**102,93**	**73,67**
Rondônia	61,97	1,71	5,16	106,36	66,05
Acre	65,20	3,03	3,15	102,21	77,37
Amazonas	73,92	2,63	1,52	100,92	75 52
Roraima	70,52	2,62	1,10	106,37	73,32
Pará	53,51	2,21	4,42	102,69	74,53
Amapá	87,12	5,67	2,67	101,39	76,13
Tocantins	70,66	2,70	3,78	105,00	71,91
Nordeste/ *Northeast*	**65,21**	**1,06**	**28,77**	**95,84**	**69,64**
Maranhão	51,92	1,18	15,85	98,79	79,91
Piauí	58,21	0,71	10,64	96,14	72,36
Ceará	69,21	1,38	46,74	95,00	71,57
Rio Grande do Norte	72,05	1,18	48,13	95,45	67,82
Paraíba	68,43	0,66	61,26	93,74	70,16
Pernambuco	74,02	0,76	73,24	93,40	64,11
Alagoas	63,11	0,95	90,47	95,33	71,78
Sergipe	70,22	1,74	74,29	95,89	68,22
Bahia	62,41	1,13	22,12	97,24	67,38

Tabela 2.2 - Indicadores demográficos - 1991/1996

Table 2.2 - Demographic indicators - 1991/1996

(conclusão/*concluded*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Taxa de urbanização (%)/ *Urbanization rate (%)*	Taxa média geométrica de crescimento anual 1991/1996/ *Mean geometric rate of annual increase*	Densidade demográfica (hab /km²)/ *Demographic density (inhab /km²)*	Coeficiente de masculinidade/ *Ratio of males to females*	Razão de dependência/ *Dependence ratio*
Sudeste/ *Southeast*	**89,29**	**1,35**	**72,49**	**96,51**	**51,96**
Minas Gerais	78,42	1,17	28,42	98,16	56,97
Espírito Santo	77,64	1,53	61,28	98,93	56,77
Rio de Janeiro	95,53	0,93	307,11	92,66	48,84
São Paulo	93,11	1,58	137,44	97,06	50,47
Sul/ *South*	**77,21**	**1,24**	**40,88**	**98,18**	**54,20**
Paraná	77,88	1,30	45,17	98,70	55,62
Santa Catarina	73,13	1,45	51,15	100,09	54,84
Rio Grande do Sul	78,66	1,09	34,34	96,76	52,57
Centro-Oeste/ *Central West*	**84,42**	**2,22**	**6,54**	**100,16**	**55,68**
Mato Grosso do Sul	83,22	1,63	5,39	101,03	59,20
Mato Grosso	75,84	2,01	2,48	106,71	59,74
Goiás	85,78	2,40	13,28	100,01	54,74
Distrito Federal/ *Federal District*	92,88	2,66	314,44	92,18	49,79

Fonte/*Source* Contagem da População 1996 Rio de Janeiro. IBGE, 1997. v 1 Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar

Tabela 2.3 - Projeções preliminares de população e taxas - 1996-2020

Table 2.3 - Preliminary population projections and rates - 1996-2020

Ano/ *Year*	População/ *Population*	Taxa bruta de natalidade (por 1 000 hab)/ *Crude live birth rate (per 1,000 inhab)*	Taxa bruta de mortalidade (por 1 000 hab)/ *Crude death rate (per 1,000 inhab)*	Esperança de vida ao nascer/ *Expectation of life at birth*	Taxa de mortalidade infantil (1)/ *Infant mortality rate (1)*	Taxa de fecundidade total/ *Total fertility rate*
1996	157 871 980	19,69	6,82	67,32	43,40	2,21
1997	159 884 278	19,25	6,78	67,61	42,30	2,16
1998	161 856 953	18,81	6,74	67,91	41,30	2,11
1999	163 796 075	18,47	6,71	68,21	40,20	2,07
2000	165 715 411	18,23	6,69	68,51	39,20	2,04
2001	167 620 126	17,99	6,67	68,82	38,10	2,01
2002	169 507 209	17,73	6,66	69,13	37,00	1,98
2003	171 374 184	17,48	6,64	69,45	36,00	1,95
2004	173 226 542	17,31	6,63	69,77	34,90	1,93
2005	175 077 284	17,21	6,63	70,09	33,80	1,92
2006	176 922 789	17,01	6,63	70,42	32,80	1,90
2007	178 758 275	16,88	6,62	70,75	31,70	1,89
2008	180 578 278	16,63	6,62	71,09	30,60	1,87
2009	182 377 137	16,43	6,61	71,43	29,50	1,86
2010	184 157 039	16,21	6,61	71,77	28,50	1,85
2011	185 920 957	16,06	6,60	72,12	27,40	1,85
2012	187 664 420	15,80	6,59	72,48	26,30	1,84
2013	189 374 541	15,52	6,58	72,84	25,20	1,83
2014	191 053 412	15,29	6,57	73,20	24,10	1,83
2015	192 695 701	14,97	6,57	73,57	23,10	1,82
2016	194 297 781	14,73	6,57	73,95	22,00	1,82
2017	195 865 089	14,49	6,58	74,33	20,90	1,82
2018	197 388 335	14,17	6,58	74,72	19,80	1,81
2019	198 866 320	13,93	6,59	75,11	18,70	1,81
2020	200 306 313	13,69	6,60	75,51	17,60	1,81

Fonte/*Source* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 2-49, 1997

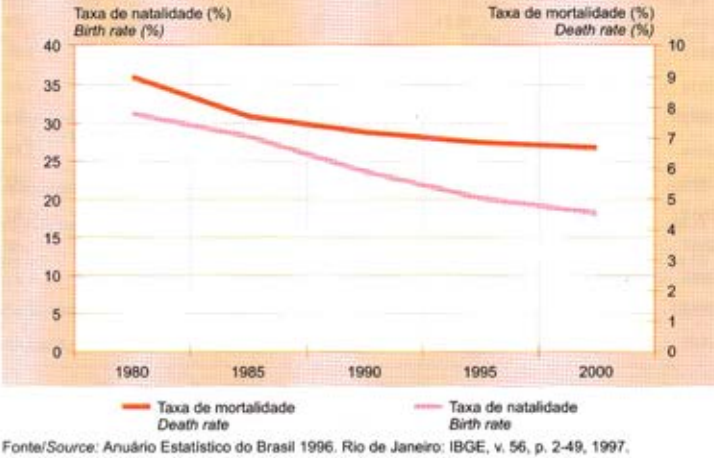
(1) Calculada para cada mil nascidos vivos */(1) Estimated per 1,000 live births*

Gráfico 2.1 - Esperança de vida ao nascer - 1930/2000
Graph 2.1 - Expectation of life at birth - 1930/2000

Fonte/*Source:* Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2.ed. rev. e atual. do v. 3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Mendes, Marcia M. S. et al. Projeção Preliminar do Brasil para o período 1980-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

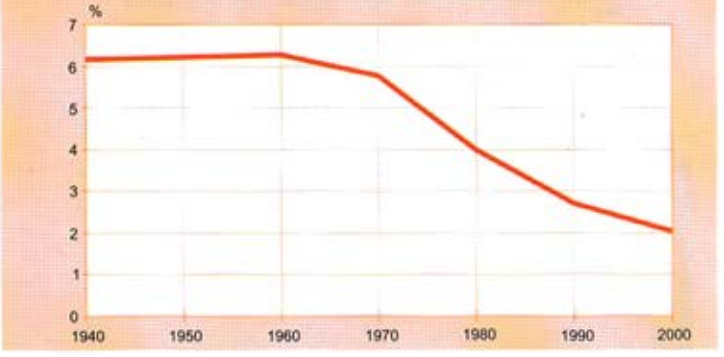
Nota: Indicadores implícitos na projeção preliminar da população brasileira, pelo método das componentes, para o período 1980/2000 / *Note: Indicators implicit in the preliminary projection of the Brazilian population, by the method of components, for the 1980/2000 period.*

Gráfico 2.2 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade - 1980/2000
Graph 2.2 - Crude birth and death rates - 1980/2000



Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, p. 2-49, 1997.

Gráfico 2.3 - Taxa de fecundidade total - 1940/2000
Graph 2.3 - Total fertility rate - 1940/2000



Fonte/*Source:* Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v.3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Mendes, Marcia M. S. et al. Projeção Preliminar da População do Brasil para o período 1980-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

Tabela 2.4 - Indicadores demográficos, por países selecionados - 1990
Table 2.4 - Demographic indicators, by selected countries - 1990

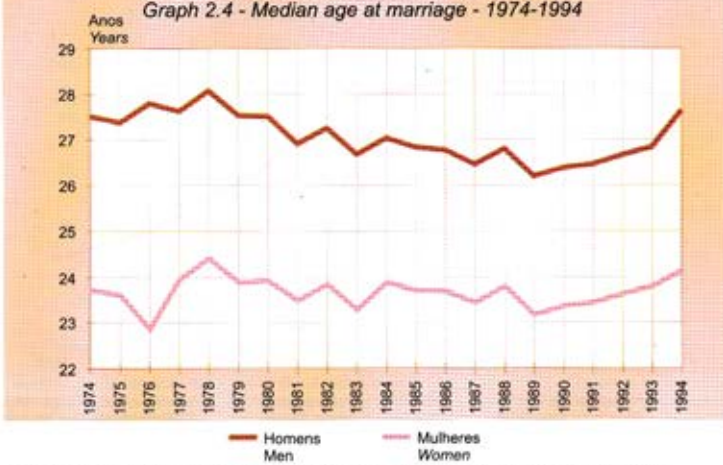
Países selecionados/ *Selected countries*	Taxa de urbanização (%)/ *Urbanization rate (%)*	Densidade demográfica (hab./km²)/ *Population density (inhab./km²)*
Alemanha/*Germany*	76,3	246
Canadá (1)/*Canada (1)*	76,6	3
Estados Unidos/*United States*	75,2	28
França/*France*	74,0	105
Itália (1)/*Italy (1)*	96,6	190
Japão/*Japan*	77,4	331
Reino Unido/*United Kingdom*	...	238
Argentina/*Argentina*	...	12
Brasil (1)/*Brazil (1)*	75,6	18
Chile (2)/*Chile (2)*	85,3	18
Paraguai (3)/*Paraguay (3)*	50,3	12
Uruguai (2)/*Uruguay (2)*	89,6	18

Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v.56, p.2-49, 1997.

(1) Dados de 1991. (2) Dados de 1993. (3) Dados de 1992. /*(1) Data for 1991. (2) Data for 1993. (3) Data for 1992.*

Gráfico 2.4 - Idade média ao casar - 1974-1994

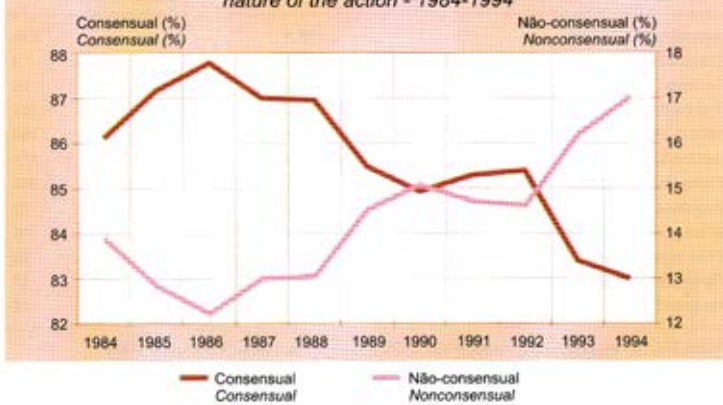
Graph 2.4 - Median age at marriage - 1974-1994



Fonte/*Source*: Estatísticas do Registro Civil 1974-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1-21, 1979-1996.

Gráfico 2.5 - Processos de separação encerrados em 1ª instância, por natureza da ação - 1984-1994

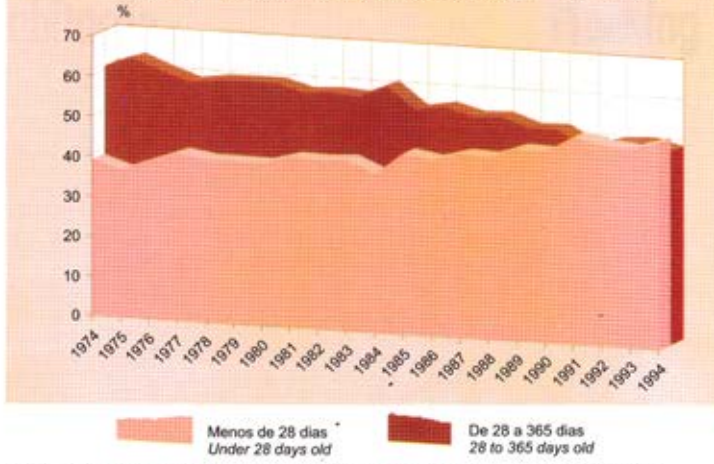
Graph 2.5 - Divorce petitions granted by nature of the action - 1984-1994



Fonte/*Source*: Estatísticas do Registro Civil 1984-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v.11-21, 1986-1996.

Gráfico 2.6 - Proporção de óbitos no período neonatal e pós-neonatal - 1974-1994

Graph 2.6 - Neonatal and post-neonatal deaths - 1974-1994



Fonte/*Source*: Estatísticas do Registro Civil 1974-1984. Rio de Janeiro: IBGE, v.1-11, 1979-1986.

Nota: Considera-se o período neonatal como sendo inferior a 28 dias e pós-neonatal o período de 28 a 365 dias. / *Note: Neonatal deaths (less than 28 days) and post-neonatal deaths (28 days to 1 year).*

Gráfico 2.7 - Proporção de óbitos de menores de 1 ano em relação ao total de óbitos - 1974-1994

Graph 2.7 - Ratio of deaths of infants under one year old to the total of deaths - 1974-1994

Fonte/*Source*: Estatísticas do Registro Civil 1974-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1-21, 1979-1996.

Habitação

Housing

Lia Mittarakis

Copacabana, princesa do mar / *Copacabana, princess of the sea*, 1985

Acrílica s/tela e eucatex / *Acrylic colour on canvas and masonite* - 0,38x0,48 m

Habitação

O Brasil vem aumentando o estoque de suas moradias (quase 39 milhões de domicílios particulares permanentes ocupados em 1995) e vem conseguindo ampliar o acesso da sua população à moradia própria, aos bens duráveis e aos serviços básicos (iluminação elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo). Os indicadores relativos à habitação apresentados pela PNAD 1995 mostram, no entanto, que permanecem fortes as desigualdades entre o urbano e o rural e entre várias regiões do País.

Comparando-se os dados do Censo de 1991 com os da PNAD 1995 verifica-se, com efeito, ter ocorrido um aumento de 4,2 milhões de domicílios particulares permanentes no período (um acréscimo anual de cerca de um milhão de habitações). Além disso, em 1995, 72% dos domicílios já são próprios (em1991, 70%), 36 milhões dispõem de iluminação elétrica, 29 milhões têm acesso à rede geral de água, 28 milhões têm lixo coletado e 23 milhões dispõem de instalação sanitária.

Um olhar mais arguto permite que se considere a performance dos diversos indicadores de habitação, segundo a divisão rural/urbano e as diversas regiões do País. Chama a atenção o peso dos domicílios localizados nas áreas urbanas: se já eram 78,18% em 1991, passam a 80,77% quatro anos mais tarde, ficando a área rural com menos de 20% do total de domicílios em 1995. Na região mais urbanizada do País - o Sudeste - esta concentração pode chegar a beirar os 90%; o Centro-Oeste confirma sua forte vocação urbana (81,58 % de domicílios urbanos, acima da média nacional), enquanto que o Nordeste apresenta-se como a única região que ainda tem mais de um terço de seus domicílios localizados na área rural (35,45%). O Maranhão aparece como a única Unidade da Federação que ainda tem maior percentual de domicílios rurais que urbanos (56,16 %).

A densidade residencial é outro indicador que varia bastante entre áreas urbanas e rurais e entre as várias regiões do País. A média de moradores por domicílio em 1995 é bem maior nas áreas rurais que nas urbanas (4,25 e 3,80, respectivamente), refletindo-se em todas as regiões. O Nordeste mais uma vez se destaca (4,30), desta feita

enquanto região onde a densidade residencial é a maior tanto na área rural (4,52) como na urbana (4,19). O Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste situam-se abaixo da média nacional (3,88 moradores por domicílio), refletindo a tendência demográfica de redução do tamanho da família.

Uma comparação entre os anos 1992 e 1995 revela dados interessantes sobre o consumo de bens duráveis no País. Fogão, rádio, televisão e geladeira são, em ordem decrescente, os bens mais consumidos e estão presentes em 1995 em não menos que 96,4%, 88,8 %, 81,0 % e 74,8% dos domicílios. Consideradas as áreas rural e urbana observam-se mais uma vez diferenças significativas: embora a presença de fogão e rádio já se dê em mais de 80% dos domicílios (sejam eles rurais ou urbanos), o mesmo não ocorre com o consumo da televisão e da geladeira, que continuam proporcionalmente mais presentes nas áreas urbanas que nas rurais (televisão, 88,9% *versus* 48,0%, geladeira, 83,4% *versus* 38,7%). No período 1992-1995 o bem durável que mais cresceu na área rural foi a televisão (passou de 37,4% a 48,0%).

Indicadores relativos ao acesso aos serviços públicos completam o quadro da situação habitacional do Brasil em 1995. Mais uma vez as disparidades regionais vêm relativizar o progresso apontado pelos indicadores. Assim, observa-se que a Região Sudeste é a que sempre mais se aproxima da distribuição nacional em termos do acesso ao abastecimento de água, instalação sanitária, destino do lixo. Somente no que se refere ao acesso à iluminação elétrica todas as regiões do País apresentam uma distribuição similar.

Lícia Valladares
Professora Adjunta e Coordenadora do Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - IUPERJ/URBANDATA

Housing

Brazil has been increasing its housing stock (almost 39 million permanent, privately owned, occupied housing units in 1995) and has been successful about extending the access of its population to home ownership, durable consumer goods and basic services (electric and water supply, refuse collection). The comparison between data from the 1991 Census and those from PNAD 1995 shows an increase of 4.2 million permanent privately owned housing units during the period (an annual increment around one million housing units). Moreover, in 1995, 72% of homes are already owner occupied (70%, in 1991), 36 million homes get their refuse collected and 23 million homes enjoy sanitary facilities.

Housing indicators from PNAD 1995, however, show that strong inequalities remain between urban and rural areas and the different regions of the country. The proportion of housing units located in urban areas draws the attention: they were already 78.18% in 1991, and four years later they reached 80.77%. In the country's more urbanized region - the Southeast - this concentration may be around 90%. The figure for the Central West Region is of 81.58% of housing units in urban areas, above the national average; the Northeast was the only region still having more than one third of its housing units located in rural areas (35.45%); Maranhão is the only state having more rural, rather than urban housing units (56.16%).

Residential density is another indicator that varies significantly between urban and rural areas and the various regions of the country. In all regions, the average number of persons per household in 1995 was much higher in rural than in urban areas (4.25 and 3.80, respectively). The Northeast, again, appears as the region where the residential density is the highest (4.30), be it in rural (4.52) or in urban areas (4.19). The South, the Southeast and the Central West regions are below the national average (3.88 persons per household), reflecting the demographic trend of family size reduction.

Ownership of durable goods changed considerably between 1992 and 1995. Stoves, radios, television sets and refrigerators are, in

decreasing order, the more frequent items in 1995, present in not less than 96.4%, 88.8%, 81.0% and 74.8% of the households respectively. Significant differences exist between urban and rural areas for some items: television sets and refrigerators are still scarce in the countryside (television sets, in 88.9% of urban versus 48.0% in the countryside; refrigerators, 83.4% versus 38.7%). Things are changing very rapidly in the rural areas, however: between 1992-1995 the number of rural households with TV sets went from 37.4% to 48.0%.

Access to public services is also marked by regional differences, with the Southwest showing consistently better conditions regarding to water supply, sanitary facilities and refuse disposal. Access to electricity, however, is almost universal in all regions.

Lícia Valladares
Assistant Professor and Coordinator, Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - IUPERJ/URBANDATA

Tabela 3.1 - Domicílios particulares permanentes ocupados e média de moradores, por situação do domicílio - 1996

Table 3.1 - Permanent privately owned housing units and average number of residents, by urban or rural situation - 1996

(continua/*continued*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Domicílios/ *Housing units*			Média de moradores por domicílios/ *Residents per housing unit*		
	Total/ *Total*	Urbano/ *Urban*	Rural/ *Rural*	Total/ *Total*	Urbano/ *Urban*	Rural/ *Rural*
Brasil (1)/ *Brazil (1)*	**39 599 568**	**31 880 112**	**7 719 456**	**3,94**	**3,84**	**4,37**
Norte (1)/ *North (1)*	**2 367 596**	**1 512 173**	**855 423**	**4,73**	**4,63**	**4,91**
Rondônia (2)	293 707	186 125	107 582	4,16	4,07	4,31
Acre (2)	108 724	74 330	34 394	4,42	4,22	4,84
Amazonas (2)	472 901	361 940	110 961	5,03	4.86	5,57
Roraima (2)	54 337	40 005	14 332	4,42	4,32	4,69
Pará (2)	1 123 033	612 276	510 757	4,87	4,79	4,96
Amapá (2)	77 105	67 969	9 136	4,89	4,83	5,29
Tocantins	237 789	169 528	68 261	4,36	4,32	4,46
Nordeste/ *Northeast*	**10 143 912**	**6 826 373**	**3 317 539**	**4,39**	**4,25**	**4,68**
Maranhão	1 102 663	581 281	521 382	4,72	4,65	4,80
Piauí	583 495	350 448	233 047	4,57	4,43	4,78
Ceará	1 537 130	1 092 912	444 218	4,41	4,29	4,71
Rio Grande do Norte	586 449	432 798	153 651	4,35	4,24	4,64
Paraíba	764 642	540 138	224 504	4,30	4,17	4,63
Pernambuco	1 750 981	1 331 282	419 699	4,20	4,09	4,56
Alagoas	582 100	381 934	200 166	4,49	4,31	4,82
Sergipe	381 996	274 281	107 715	4,23	4,14	4,47
Bahia	2 854 456	1 841 299	1 013 157	4,37	4,22	4,63

Tabela 3.1 - Domicílios particulares permanentes ocupados e média de moradores, por situação do domicílio - 1996

Table 3.1 - Permanent privately owned housing units and average number of residents, by urban or rural situation - 1996

(conclusão/*concluded*)

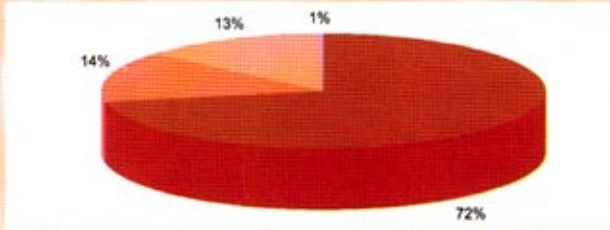
Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Domicílios/ *Housing units*			Média de moradores por domicílios/ *Residents per housing unit*		
	Total/ *Total*	Urbano/ *Urban*	Rural/ *Rural*	Total/ *Total*	Urbano/ *Urban*	Rural/ *Rural*
Sudeste/ *Southeast*	**17 923 736**	**16 172 077**	**1 751 659**	**3,71**	**3,67**	**4,06**
Minas Gerais	4 213 438	3 358 234	855 204	3,93	3,87	4,18
Espírito Santo	720 397	571 216	149 181	3,87	3,79	4,18
Rio de Janeiro	3 833 968	3 676 962	157 006	3,48	3,46	3,79
São Paulo	9 155 933	8 565 665	590 268	3,70	3,68	3,93
Sul/ *South*	**6 460 356**	**5 086 890**	**1 373 466**	**3,62**	**3,55**	**3,87**
Paraná	2 399 824	1 906 891	492 933	3,73	3,66	3,99
Santa Catarina	1 294 529	969 230	325 299	3,74	3,66	3,99
Rio Grande do Sul	2 766 003	2 210 769	555 234	3,46	3,41	3,68
Centro-Oeste/ *Central West*	**2 703 968**	**2 282 599**	**421 369**	**3,85**	**3,86**	**3,80**
Mato Grosso do Sul	496 256	413 461	82 795	3,84	3,85	3,81
Mato Grosso	548 495	416 587	131 908	4,03	4,04	3,99
Goiás	1 200 059	1 024 939	175 120	3,73	3,75	3,62
Distrito Federal/ Federal District	459 158	427 612	31 546	3,93	3,93	4,03

Fonte/*Source*: Contagem da População 1996 Rio de Janeiro. IBGE, 1997 v.1. Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar

(1) Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Pará e Amapá (2) Exclui os dados da zona rural. / *(1) Excludes data for the rural area of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá (2) Excludes data for the rural area.*

Gráfico 3.1 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação - 1995

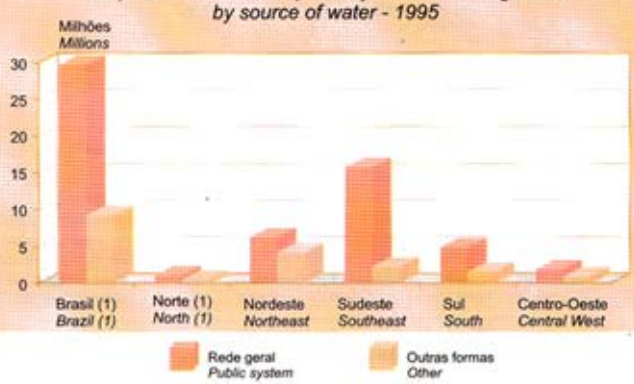
Graph 3.1 - Distribution of permanent privately owned housing units, by tenure - 1995



Fonte/*Source:* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 1995. Rio de Janeiro: IBGE, p.66, 1996.

Gráfico 3.2 - Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água - 1995

Graph 3.2 - Permanent privately owned housing units, by source of water - 1995

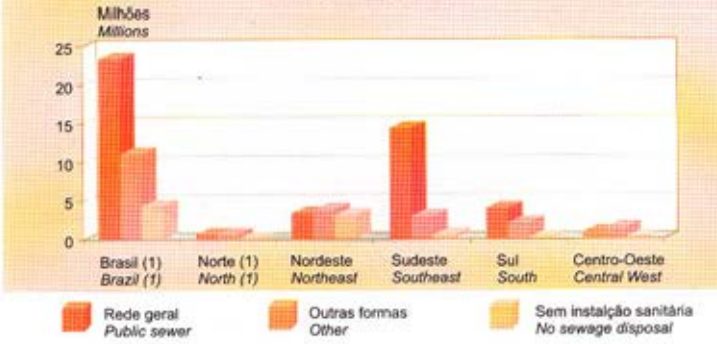


Fonte/*Source:* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 1995. Rio de Janeiro: IBGE, p.58, 1996.

(1) Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá / *(1) Excluding data for the rural area of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.*

Gráfico 3.3 - Domicílios particulares permanentes, por instalação sanitária - 1995

Graph 3.3 - Permanent privately owned housing units, by means of sewage disposal, and units lacking sewage disposal facilities - 1995

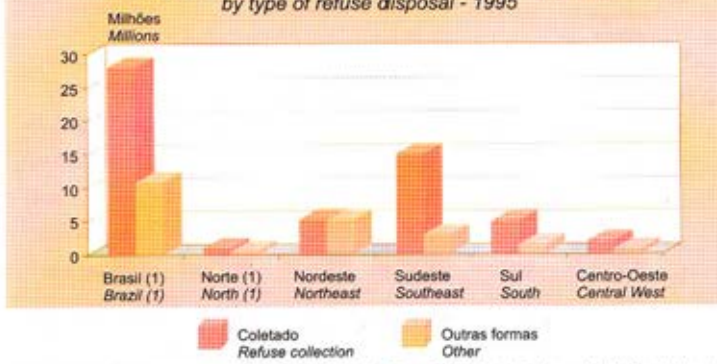


Fonte/*Source*: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 1995. Rio de Janeiro: IBGE, p.58, 1996.

(1) Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá / *(1) Excluding data for the rural area of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.*

Gráfico 3.4 - Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo - 1995

Graph 3.4 - Permanent privately owned housing units, by type of refuse disposal - 1995

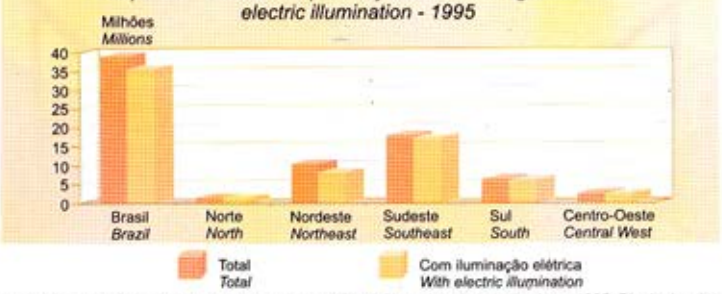


Fonte/*Source*: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 1995. Rio de Janeiro: IBGE, p.58, 1996.

(1) Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá / *(1) Excluding data for the rural area of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.*

Gráfico 3.5 - Domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica - 1995

Graph 3.5 - Permanent privately owned housing units with electric illumination - 1995



Fonte/*Source:* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 1995. Rio de Janeiro: IBGE, p.58-59, 1996.

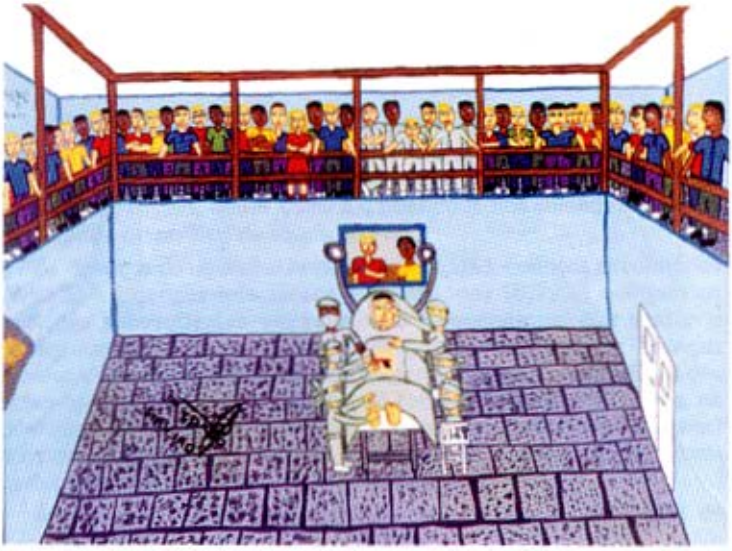
Tabela 3.2 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de alguns bens duráveis - 1992/1995

Table 3.2 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by urban/rural situation and presence of some durable goods - 1992/1995

Bens duráveis/ *Durable goods*	Distribuição dos domicílios particulares permanentes (%)/ *Distribution of privately owned housing units (%)*					
	Total/ *Total*		Urbana/ *Urban*		Rural/ *Rural*	
	1992	1995	1992	1995	1992	1995
Total/*Total*	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fogão/*Stove*	94,8	96,4	97,1	98,1	85,3	89,0
Filtro de água/*Water filter*	57,0	57,8	61,5	61,7	39,4	41,4
Geladeira/*Refrigerator*	71,5	74,8	80,9	83,4	34,4	38,7
Freezer/*Freezer*	12,3	15,4	13,1	16,4	9,2	11,2
Máquina de lavar roupa/*Clothes washer*	24,0	26,6	28,2	31,2	7,5	7,3
Rádio/*Radio*	84,9	88,8	87,3	90,8	75,5	80,4
Televisão/*Television set*	73,9	81,0	83,1	88,9	37,4	48,0

Fonte/*Source:* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 1, 1997; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 1995. Rio de Janeiro: IBGE, p. 65, 1996.

Nota: Exclui os domicílios da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, e Amapá. / *Note: Excludes housing units in the rural area of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.*



Saúde

Health

Dalvan (Dalvan da Silva Filho)
Primeira operação por computador no Brasil
First surgery by computer in Brazil, 1996
Acrílica s/tela / *Acrylic on canvas* - 0,46x0,61 m

A morbidade hospitalar verificada no ano de 1995, pelo registro do sistema de autorizações hospitalares (SIA/SUS), evidencia que as complicações da gravidez, parto e puerpério contribuíram com 25,8% das hospitalizações, o que justifica a prioridade dos cuidados ao parto e puerpério na política de saúde do País.

As doenças do aparelho respiratório (16,0%), doenças circulatórias (9,96%) e doenças infecciosas e parasitárias (8,79%) ocupam as posições subseqüentes em relação à freqüência, o que traduz a configuração epidemiológica brasileira, onde coexistem as doenças crônico-degenerativas com as infecto-parasitárias, em decorrência dos abismos sociais ainda prevalentes na sociedade brasileira. Juntas, as doenças crônico-degenerativas (cardiovasculares e neoplasias malignas) e as causas externas associadas à violência e acidentes contribuíram com cerca de 2,3 milhões de internações em 1995.

Muitas condições ocupam um lugar de destaque nas causas de hospitalização por fatores que podem ser decorrentes da baixa resolubilidade da rede ambulatorial, produzindo uma pletora de internações que, em condições de melhor qualidade de atendimento, não levariam à internação. Tal se pode ter como hipótese, tanto para as condições infecto-parasitárias, quanto para as doenças do aparelho digestivo e do aparelho genitourinário.

É relevante, ainda, ressaltar a freqüência de internações por doenças mentais, ocupando o 5º lugar entre as internações (3,46%) com um tempo médio de hospitalização da ordem de 49 dias, o que reflete a persistência de uma política hospitalista e asilar, ao contrário das tendências internacionais que dão prioridade ao tratamento ambulatorial, aos hospitais-dia, aos grupos comunitários de apoio e a internações de curta permanência nas situações críticas e emergenciais.

A estrutura da mortalidade em 1994 representa os padrões epidemiológicos associados às mudanças da estrutura demográfica da população brasileira, com aumento da esperança de vida ao nascer, com os agravos vinculados às condições crônico-degenerativas, além da persistência das desigualdades sociais, de algumas das "velhas"

pestilências relacionadas às doenças transmissíveis, além do surgimento das "novas epidemias" como o HIV/AIDS.

Por tal razão, assumem relevância as doenças crônico-degenerativas, especialmente a hipertensão arterial, a doença cardíaca coronariana, as neoplasias malignas e o trauma (violências e acidentes). Este quadro também é coerente com as estimativas do Banco Mundial até o ano 2020 (BANCO MUNDIAL.Brasil - novo desafio à saúde do adulto. Washington, DC: World Bank, 1991).

A AIDS vem apresentando alteração nos padrões de transmissão, elevando-se exponecialmente o número de casos notificados entre 1984 e 1995. É notável a mudança no perfil epidemiológico da transmissão da infecção que era de 29 homens para 1 mulher em 1985, modificando-se para 3 homens para 1 mulher em 1995.

Quanto aos recursos para atendimento básico, ambulatorial e hospitalar verifica-se a existência de 49 676 estabelecimentos de saúde e 544 357 leitos hospitalares, com uma distribuição desigual que deveria ser analisada com base nos dados populacionais por regiões do País. O tamanho médio dos estabelecimentos com leitos hospitalares (inclui as unidades mistas) é de 73 leitos por estabelecimentos. Embora os dados não estejam desagregados, permitem supor que os estabelecimentos hospitalares conformam uma rede dispersa e de pequeno ou médio porte, como situação modal para o País.

Hésio Cordeiro
Presidente do Conselho Nacional de Educação - CNE

Figures on hospital morbidity, observed in 1995 through the records of authorizations for hospital treatment (SAS/SUS), show that complications of pregnancy, childbirth and puerperium contributed to 25.8% of the hospitalizations, explaining the priority given to childbirth and puerperium care by the Country's health policies.

Respiratory diseases (16.0%), diseases of circulatory system (9.96%) and infectious and parasitic diseases (8.79%) occupy the subsequent positions in frequency, providing a picture of the Brazilian epidemiological pattern, where chronic-degenerative diseases coexist with infectious and parasitic diseases, due to the social chasms that still prevail in the Brazilian society. Together, chronic- degenerative diseases (cardiovascular diseases and malignant neoplasms) and external causes associated to violence and to accidents caused approximately 2.3 million hospitalizations in 1995.

Many hospitalizations occur, probably, because of the inability of public outpatient services to handle situations that should not lead to hospital care. This hypothesis applies not only to infectious and parasitic conditions but also to diseases of digestive system and of genitourinary system. It is also relevant to mention the frequency of hospitalizations due to mental health conditions, which occupy the 5th place among causes for hospital stays (3.46%) with an average stay of 49 days, reflecting the persistence of a policy of institutionalization and confinement, as opposed to international trends which give priority to outpatient treatment, day-hospitals, community-based support groups and short-term hospitalization in crisis and emergencies.

The structure of mortality in 1994 reflects the epidemiological patterns associated to changes in the demographic structure of the Brazilian population, with increasing life expectation at birth, the growth afflictions linked to chronic-degenerative conditions, the persistence of some "old" blights related to transmissible diseases and social inequalities, and the appearance of "new epidemics" such as HIV/AIDS.

Chronic-degenerative diseases, especially arterial hypertension, coronary diseases, malignant neoplasms are now more relevant, and

so is trauma (violence and accidents). This scenario is consistent with the estimates of the World Bank until 2020 (BANCO MUNDIAL. Brasil - novo desafio à saúde do adulto. Washington, DC: World Bank, 1991).

AIDS is changing its patterns of transmission, with an exponential increase in the number of cases reported between 1984 and 1995. The change is remarkable: there were 29 men to one woman in 1985 with AIDS infection, and three men to one woman in 1995.

The distribution of resources for basic, outpatient and inpatient health care is skewed, and should be better analyzed using population data for the Country's regions. There are 49 676 health establishments and 544 357 hospital beds. The average size of the establishments with hospital beds (including mixed units) is 73 beds per establishment. Although the data are not presented separately, it suggests that the typical situation in the Country is that of a network of scattered and small- or medium-sized establishments.

Hésio Cordeiro
President, Conselho Nacional de Educação - CNE

Tabela 4.1 - Hospitalizações pagas pelo Sistema Único de Saúde - SUS - 1995

Table 4.1 - Hospitalizations paid by the National Health System - SUS - 1995

(continua/*continued*)

Causas das internações/ *Cause of hospitalization*	Internações/ *Number of patients*	Coeficiente de letalidade/ *Death coefficient*	Média de permanência (dias)/ *Average length of stay (days)*
Total/ *Total*	**12 646 200**	**2,43**	**6,6**
Doenças infecciosas e parasitárias/ *Infectious and parasitic diseases*	1 112 308	2,97	6,4
Neoplasmas/ *Neoplasms*	400 800	6,11	7,9
Doenças das glândulas endócrinas, da nutrição, do metabolismo e transtornos imunitários/ *Diseases of endocrine glands, nutrition, metabolism and immune system conditions*	347 952	5,53	6,9
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos/ *Diseases of blood and hematopoietic organs*	72 491	3,31	6,5
Transtornos mentais/ *Mental health conditions*	438 334	0,30	49,1
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos/ *Diseases of nervous system and sense organs*	315 601	2,28	6,7
Doenças do aparelho circulatório/ *Diseases of circulatory system*	1 260 302	7,01	7,6
Doenças do aparelho respiratório/ *Diseases of respiratory system*	2 035 400	2,56	5,7
Doenças do aparelho digestivo/ *Diseases of digestive system*	887 640	2,72	5,1
Doenças do aparelho geniturinário/ *Diseases of genitourinary system*	922 212	0,88	4,3

Tabela 4.1 - Hospitalizações pagas pelo Sistema Único de Saúde - SUS - 1995

Table 4.1 - Hospitalizations paid by the National Health System - SUS - 1995

(conclusão/*concluded*)

Causas das internações *Cause of hospitalization*	Internações *Number of patients*	Coeficiente de letalidade *Death coefficient*	Média de permanência (dias)/ *Average length of stay (days)*
Complicações da gravidez, do parto e do puerpério/ *Complications of pregnancy, childbirth and puerperium*	3 269 396	0,04	2,2
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo/ *Diseases of skin and subcutaneous cellular tissue*	119 133	0,94	6,4
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo/ *Diseases of osteomuscular system and conjunctive tissue*	238 352	0,43	5,7
Anomalias congênitas/ *Congenital anomalies*	57 244	3,21	6,7
Algumas afecções originadas no período perinatal/ *Other conditions originating in the perinatal period*	175 972	7,22	8,2
Sintomas, sinais e afecções mal definidas/ *Symptoms, signs and ill-defined conditions*	213 005	4,13	4,1
Lesões e envenenamentos/ *Injuries and poisoning*	735 774	2,57	5,5
Fatores que exercem influências sobre o estado de saúde e oportunidades de contato com serviços de saúde/ *Factors influencing health and opportunities to contact health services*	44 284	1,94	9,8

Fonte/*Source*: Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro. IBGE, v 56, p 2-111, 1997, dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde.

Tabela 4.2 - Principais causas de óbitos no País - 1994

Table 4.2 - Main causes of death in Brazil - 1994

Causas de óbitos/ *Cause of death*	Quantidade/ *Number*
Total de óbitos/ *Total of deaths*	**887 594**
Neoplasmas malignos/ *Malignant neoplasms*	93 865
Doença cerebrovascular/ *Cerebrovascular diseases*	82 960
Outras doenças do aparelho respiratório/ *Other diseases of respiratory system*	81 160
Doença isquêmica do coração/ *Ischemic heart diseases*	68 718
Doença da circulação pulmonar e outras formas de doenças do coração/ *Pulmonary circulation disease and other heart diseases*	62 842
Doenças endócrinas e metabólicas e transtornos imunitários/ *Endocrine and metabolic diseases and immune system conditions*	39 788
Algumas afecções originadas no período perinatal/ *Other conditions originating in the perinatal period*	37 656
Doenças do aparelho digestivo/ *Digestive system diseases*	36 969
Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas/ *Homicide and injury purposely inflicted by other persons*	32 603
Acidentes de transporte/ *Motor vehicle accidents*	29 529
Outros acidentes e efeitos adversos por drogas e medicamentos/ *Other accidents and adverse effects of drugs and medications*	20 099
Doença hipertensiva/ *Hypertensive disease*	17 541
Doenças infecciosas intestinais/ *Infectious intestinal diseases*	14 403
Demais causas/ *All other causes*	269 461

Fonte/*Source.* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro. IBGE, v 56, p 2-130, 1997, dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde

Nota Lista Brasileira para Mortalidade, elaborada segundo recomendações da 9ª revisão do Código Internacional de Doenças - CID (1975) /*Note Brazilian Mortality List, compiled according to recommendations by the Ninth Revision of the International Statistical Classification of Diseases, Injuries and Causes of Death (1975)*

Tabela 4.3 - Taxas de mortalidade infantil, por Grandes Regiões - 1980-1994

Table 4.3 - Infant mortality rates, by Major Regions - 1980-1994

Ano/ *Year*	Brasil/ *Brazil*	Grandes Regiões/*Major Regions*				
		Norte/ *North*	Nordeste/ *Northeast*	Sudeste/ *Southeast*	Sul/ *South*	Centro-Oeste/ *Central West*
1980	73,0	63,7	103,2	54,7	48,4	53,7
1981	70,0	61,1	99,5	52,0	46,3	50,8
1982	67,1	58,5	95,9	49,4	44,3	48,1
1983	64,2	56,0	92,3	46,9	42,3	45,5
1984	61,5	53,6	88,9	44,5	40,4	43,1
1985	58,9	51,3	85,6	42,3	38,7	40,9
1986	56,3	49,1	82,4	40,1	36,9	38,8
1987	53,9	47,0	79,4	38,0	35,3	36,9
1988	51,6	45,0	76,6	36,1	33,8	35,2
1989	49,3	43,1	73,9	34,3	32,3	33,5
1990	47,2	41,3	71,4	32,6	30,9	32,1
1991	45,3	39,7	69,1	31,0	29,6	30,8
1992	43,4	38,1	66,9	29,5	28,4	29,6
1993	41,6	36,6	64,9	28,1	27,2	28,5
1994	40,0	35,2	63,1	26,8	26,1	27,5

Fonte/*Source*: Censo Demográfico 1980-1991. Rio de Janeiro IBGE, 1983-1997; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981-1995 Rio de Janeiro IBGE, 1983 - [1996]

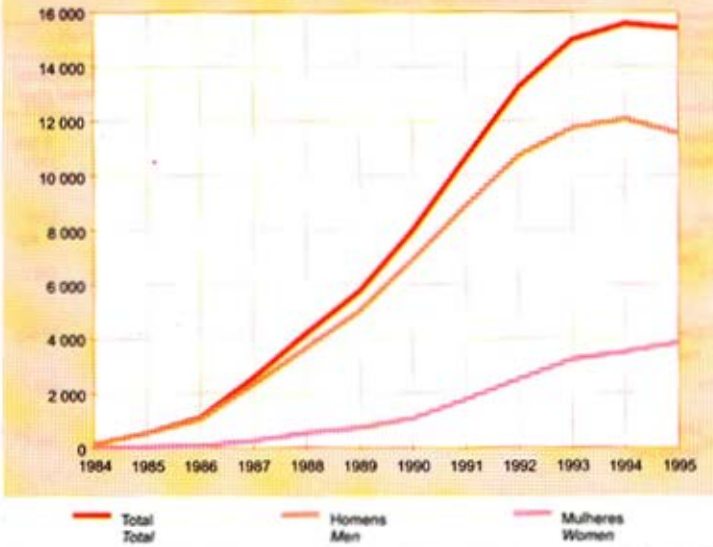
Tabela 4.4 - Dados gerais dos estabelecimentos de saúde, por Grandes Regiões - 1992

Table 4.4 - General data of health care establishments, by Major Regions - 1992

Especificação/ *Type of facility*	Brasil/ *Brazil*	Grandes Regiões/*Major Regions*				
		Norte/ *North*	Nordeste/ *Northeast*	Sudeste/ *Southeast*	Sul/ *South*	Centro-Oeste/ *Central West*
Total de estabelecimentos/ *Number of establishments*	49 676	3 513	13 106	19 717	10 012	3 328
Posto de saúde/ *Health care unit*	8 556	1 996	4 095	1 154	910	401
Centro de saúde/ *Health care center*	14 763	487	3 622	5 907	3 805	942
Unidade mista/ *Mixed unit*	777	159	498	76	24	20
Hospital/ *Hospital*	6 653	412	1 730	2 471	1 253	787
Ambulatório/Clínica/ *Ambulatory/clinic*	10 259	191	1 882	5 759	2 017	410
Complementação diagnóstica e terapêutica/ *Diagnosis and therapy services*	8 668	268	1 279	4 350	2 003	768
Total de leitos/ *Number of beds*	544 357	23 075	131 506	260 377	89 110	40 289

Fonte/*Source*: Pesquisa de assistência médico-sanitária 1992: base de dados em formato tabular Rio de Janeiro IBGE, 1995. 2 disquetes

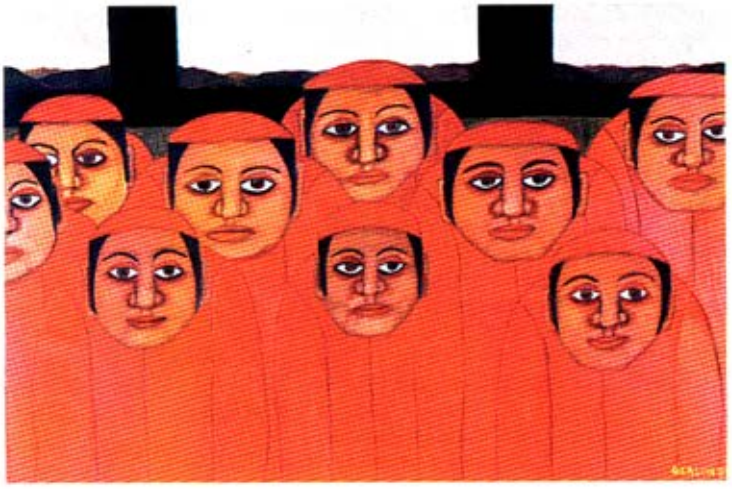
Grafico 4.1 - Casos notificados de Aids - 1984-1995
Graph 4.1 - Aids cases reported - 1984-1995



Fonte/Source: Boletim Epidemiológico de Aids. Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, v. 9, n. 5, p. 13, fev. 1997.

Previdência Social

Social Security



Gerson (Gerson Alves de Souza)
Gente no trem / *People on the train*, 1987
Óleo s/eucatex / *Oil on masonite* - 0,40x0,70 m

Previdência Social

No que diz respeito às informações a seguir apresentadas, cabe destacar que a Tabela 5.1 resume o movimento dos principais benefícios previdenciários brasileiros durante o ano de 1995. Observamos que o conceito de benefícios mantidos diz respeito ao total de benefícios no mês de dezembro e os valores são aqueles pagos neste mês. Os valores pagos a benefícios emitidos durante o ano estão acumulados e correspondem ao total do ano, assim como no caso de benefícios concedidos.

O seguro de acidente de trabalho no Brasil é administrado no âmbito do sistema de previdência social. Aí também se encontram os serviços de reabilitação profissional, cuja evolução está apresentada no Gráfico 5.7. O desempenho da reabilitação manteve-se regular no triênio. Há, porém, observações de que o número de acidentes de trabalho registrados no sistema (Gráfico 5.6) tende a ser subestimado. Por outro lado, o Ministério da Previdência, nos últimos anos, tem sido mais severo na crítica aos benefícios concedidos: repare-se na Tabela 5.1 a quantidade de benefícios acidentários cessados em relação ao número de benefícios concedidos nesta categoria, um bom indicador de controle.

A distribuição de benefícios concedidos pela Previdência Social por valor de salários mínimos representa um dos mais importantes indicadores sociais. Na realidade, 72,8% dos benefícios concedidos correspondem a valores menores ou iguais a 3 salários mínimos. O padrão é recorrente na evolução do sistema, ou seja, o grosso de benefícios se localiza nesta faixa inicial, facilmente visualizada no gráfico. É interessante conjugar esta informação com a que é apresentada no gráfico seguinte, onde estão discriminados os benefícios de aposentadoria por tempo de serviço, idade e invalidez. Aqui verifica-se que a faixa modal da primeira categoria se localiza entre 5 e 6 salários mínimos, enquanto para as outras duas categorias está na faixa inicial, igual a um salário mínimo. O valor médio da aposentadoria por tempo de serviço é bem maior que o de aposentadoria por idade. Por outro lado, 85,4% do número de aposentadorias concedidas com o valor de um salário mínimo se enquadram nas categorias por idade ou invalidez.

Estes dados apenas corroboram as evidências de que a aposentadoria por tempo de serviço atende sobretudo àqueles trabalhadores que auferem maior remuneração.

A série temporal de benefícios concedidos indica desde o início da década de 90 os efeitos da legislação adotada com base na Constituição de 1988, assim como a reação de comportamento ao início do debate sobre a reforma da previdência. É uma reação provavelmente inevitável, que, ela mesma, contribui para o processo de reforma.

Helio Oliveira Portocarrero de Castro
Superintendente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Social Security

Table 5.1 summarizes the flow of social security benefits during the year 1995 in Brazil. The concept of benefits maintained refers to total benefits in December and the values are those paid that month. The figures paid for benefits issued during the year are accumulated and correspond to the year's total, as for the benefits granted.

The insurance of work-related injuries in Brazil is administered by the social security system. This system is responsible also for services of vocational rehabilitation, as presented by graph 5.7. Expenditures on rehabilitation remained stable during the three years considered. There are indications, however, the number of work-related injuries registered by the system (graph 5.6) is underestimated. The Ministry of Social Security (Ministério da Previdência Social) has increased its control on the validity of benefits granted, as shown by the comparison between number of work-related benefits cancelled and the number of benefits granted in that category.

The breakdown of benefits granted by Social Insurance in terms of minimum wages is a very important social indicator. Of the benefits granted, 72.8% were for three minimum wages or less. The pattern is recurrent in the system's evolution, that is, most benefits are included in this initial class, as is easily seen on the graph. It is interesting to compare this information with the one presented in the following graph, which distinguishes the retirement benefits by length of service, age and disability. For the first category, the modal point is placed between five and six minimum wages, while for the two other categories the mode is in the first class of one minimum wage. The average retirement pension for length of service is much higher than the value of the retirement pension for age. On the other hand, 85.4% of the retirement pensions granted with the value of one minimum wage went to the age or disability categories. These data confirm that retirement pensions for length of service benefit mostly workers with higher salaries.

The time series for benefits granted shows the effects, after 1991, of the legislation introduced by the 1988 Constitution and the reactions to the debate about the social security reorganization since the early 1990's. This reaction was probably unavoidable, and confirms the need for reform.

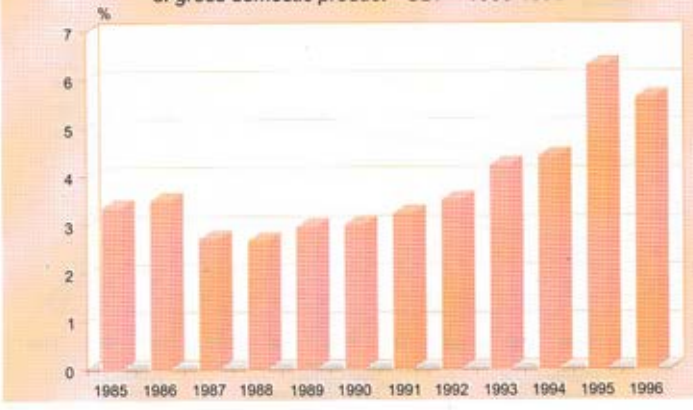
Helio Oliveira Portocarrero de Castro
Superintendent, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Tabela 5.1 - Benefícios de prestação continuada - 1995
Table 5.1 - Continuous benefits - 1995

Benefícios/ *Benefits*	Quantidade/ *Number*	Valor (R$)/ *Value (R$)*
Concedidos/*Granted*	1 926 778	430 149 407
Previdenciários/*Social insurance*	1 673 077	375 415 681
Assistenciais/*Social assistance*	55 596	5 309 696
Acidentários/*Work related*	198 105	49 424 030
Emitidos/*Issued*	15 724 774	32 190 645 294
Previdenciários/*Social insurance*	13 934 776	29 458 281 597
Assistenciais/*Social assistance*	1 217 525	1 798 705 908
Acidentários/*Work related*	572 473	933 657 789
Cessados/*Cancelled*	1 138 839	..
Previdenciários/*Social insurance*	919 755	..
Assistenciais/*Social assistance*	68 487	..
Acidentários/*Work related*	150597	..

Fonte/*Source*: Anuário Estatístico da Previdência Social 1995. Brasília, v. 4, p. 93-94, 209-210, 335-336, 425, 1996.

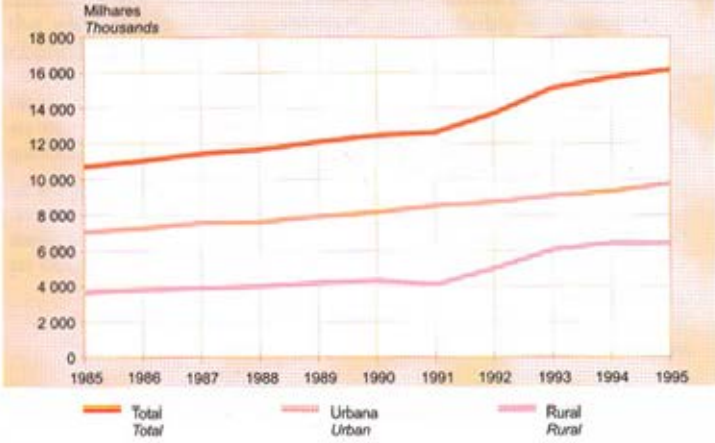
Gráfico 5.1 - Gastos previdenciários como percentual do produto interno bruto - PIB - 1985-1996
Graph 5.1 - Social security expenditures as percent of gross domestic product - GDP - 1985-1996



Fonte/*Source*: Contas Consolidadas para a Nação: Brasil 1990-1995: IBGE, 1996. Rio de Janeiro: Anuário Estatístico da Previdência Social 1995. Brasília, v. 4, 1996.

Gráfico 5.2 - Quantidade de benefícios em manutenção - 1985-1995

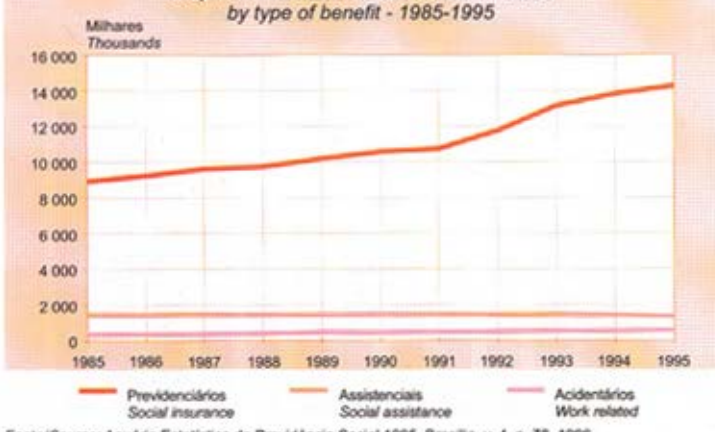
Graph 5.2 - Number of benefits maintained - 1985-1995



Fonte/*Source*: Anuário Estatístico da Previdência Social 1995. Brasília, v. 4, p. 78, 1996.

Gráfico 5.3 - Quantidade de benefícios em manutenção por grupos de espécie - 1985-1995

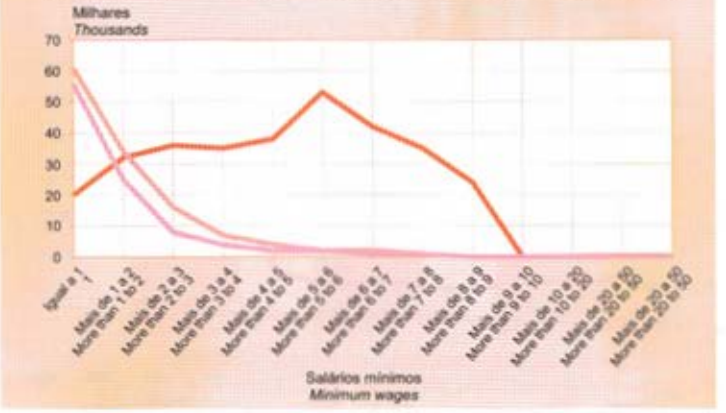
Graph 5.3 - Number of benefits maintained, by type of benefit - 1985-1995



Fonte/*Source*: Anuário Estatístico da Previdência Social 1995. Brasília, v. 4, p. 78, 1996.

Gráfico 5.4 - Aposentadorias urbanas concedidas pela Previdência Social - 1995

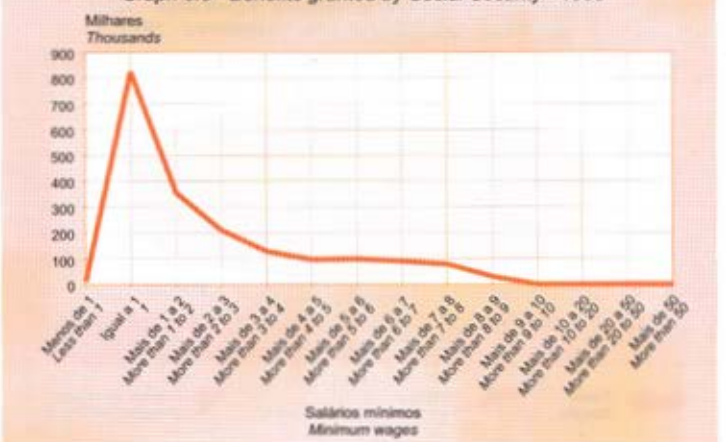
Graph 5.4 - Urban retirement pensions granted by Social Security - 1995



Fonte/*Source*: Anuário Estatístico da Previdência Social 1995. Brasília, v. 4, p. 124, 1996.

Gráfico 5.5 - Benefícios concedidos pela Previdência Social - 1995

Graph 5.5 - Benefits granted by Social Security - 1995



Fonte/*Source*: Anuário Estatístico da Previdência Social 1995. Brasília, v. 4, p. 95, 1996.

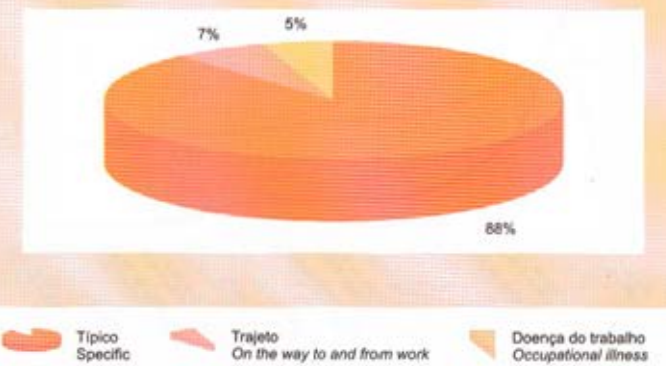
Gráfico 5.6 - Quantidade de benefícios de prestação continuada concedidos - 1985-1995

Graph 5.6 - Number of continuous benefits granted - 1985-1995

Fonte/*Source*: Anuário Estatístico da Previdência Social 1995. Brasília, v. 4, p. 66, 1996.

Gráfico 5.7 - Acidentes de trabalho registrados - 1995

Graph 5.7 - Occupational injuries registered - 1995



Fonte/*Source*: Anuário Estatístico da Previdência Social 1995. Brasília, v. 4, p. 540, 1996.

Gráfico 5.8 - Reabilitação profissional - 1993-1995
Graph 5.8 - Vocational rehabilitation - 1993-1995

Fonte/*Source*: Anuário Estatístico da Previdência Social 1995. Brasília, v. 4, p. 522, 1996.

Educação

Education

Maria José (Maria José Ribeiro)
Hora do recreio / *School break time*, 1982
Óleo s/tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,38x0,46 m

Educação

Os indicadores educacionais do Brasil apresentam uma evolução significativamente positiva na década de 90, refletindo os esforços realizados pelo setor público e pela sociedade para melhorar o sistema de ensino. Nesse período, houve queda substancial das taxas de analfabetismo, aumento expressivo do número de matrículas, em todas as séries do ciclo de educação básica, e crescimento sistemático das taxas de escolaridade média da população.

No entanto, o quadro educacional brasileiro ainda é bastante insatisfatório, tanto do ponto de vista qualitativo quanto em relação a alguns indicadores quantitativos. Comparações com outros países em estágio equivalente de desenvolvimento ainda colocam o Brasil em desvantagem na área da educação. Mas, a análise sobre o recente desempenho do sistema de ensino aponta avanços importantes e consistentes em direção à superação do atraso educacional.

Em primeiro lugar, observa-se uma progressiva queda das taxas de analfabetismo, de 20,1% para 15,6%, no período de 1991-1995. Contudo, essa redução não ocorreu de forma homogênea em todo o País, permanecendo, ainda, agudas diferenças regionais. A Região Nordeste, que conseguiu reduzir de 37,6% para 30,5% o número de analfabetos entre as pessoas com mais de 15 anos, continua ostentando quase o dobro da taxa média nacional e mais de três vezes as taxas das Regiões Sul e Sudeste, reduzidas para 9,1% e 9,3%, respectivamente.

Em segundo lugar, a expansão do atendimento, impulsionada na década de 80 pela universalização do acesso ao ensino fundamental e aumento da matrícula da pré-escola, nos anos 90 tem sido pressionada pelo rápido crescimento do ensino médio. Paralelamente, vem ocorrendo um sistemático recuo das taxas de evasão e repetência, em todos os níveis de ensino, aumentando a permanência do aluno na escola. Como resultado, verifica-se um aumento das taxas de escolarização em todas as *coortes* de 6 a 17 anos.

O terceiro aspecto que merece ser destacado diz respeito ao fluxo dos investimentos públicos e privados no setor educacional. O expressivo crescimento da demanda por serviços educacionais, pressionando os

orçamentos públicos, provocou um aumento substantivo dos gastos. Cálculos do Ministério da Educação e do Desporto, referentes ao exercício de 1995, indicam que os vários níveis de governo destinaram cerca de R$ 27,8 bilhões ao financiamento dos diferentes programas de educação, o que representa 4,5% do PIB. Agregando-se o investimento privado, o gasto total com educação no Brasil, em 1995, alcançou 5,5% do PIB, percentual que coloca o País no mesmo patamar de gastos dos países desenvolvidos.

Finalmente, ao eleger a educação básica como prioridade, o governo federal tem buscado reorientar as políticas públicas setoriais com vistas à redistribuição dos recursos e à promoção de maior eficiência e eqüidade no sistema de ensino. É sabido que a implementação de inovações e reformas educacionais é um processo que não se esgota no curto prazo. Mas, os resultados positivos, como demonstram os indicadores mais recentes, já começam a aparecer.

Maria Helena Guimarães de Castro
Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

Education

Brazilian education shows significant improvement in the nineties, reflecting the efforts by the public sector and society to improve the school system. This is expressed in the considerable decrease of illiteracy rates, expressive growth in enrollment in all grades of elementary education school and in a general increase of the population's average school enrollment rates. The situation is still far from satisfactory, not only from a qualitative viewpoint, but also regarding some quantitative indicators. Comparisons with other countries at equivalent stages of development show that Brazil still lags behind with respect to education. Nevertheless, the recent performance by the school system indicates important and consistent improvement toward overcoming the educational handicaps.

First, illiteracy fell from 20.1% to 15.6% during the 1991-1995 period. However, such reduction did not occur homogeneously, and acute regional disparities still remain. The Northeast Region, despite diminishing from 37.6% to 30.5% the number of illiterates among persons of 15 years and more years, continues to show almost twice the national average rate and more than three times the rates of the South and Southeast Regions, where illiteracy was reduced to 9.1% and 9.3%, respectively.

Secondly, school enrollment rates are increasing in all cohorts from six to 17 years old, and secondary education is also growing rapidly. This is explained by the virtual universalization of access to elementary education in the eighties, and the increase of enrollment in preschool and the systematic decline of school dropout and retention rates which are taking place in the nineties.

The third aspect to be mentioned is the increased flow of public and private investments to the school system. Estimates made by the Ministries of Education and Sports for the fiscal year of 1995 indicate that the various levels of government - federal, state and local - spent about R$ 27.8 billion in education, amounting to 4.5% of the GDP. Adding the private investment brings the total expenditure with education in Brazil in 1995 to 5.5% of the GDP, placing it on a par with that of developed countries.

Finally, the government has elected basic education as a central priority, and has strived to use the public funds so to make the school system more efficient and equitable. Implementing educational innovations and reforms is known to be a long term process. Nevertheless, the positive results are beginning to appear, as the most recent indicators show.

Maria Helena Guimarães de Castro
President, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

Tabela 6.1 - Dados gerais dos estabelecimentos de ensino - 1996

Table 6.1 - General data of schools - 1996

Especificação/ *Item*	Pré-escolar/ *Preprimary school*	1º grau/ *Elementary*	2º grau/ *Secondary*	Superior (1)/ *Higher education (1)*
Estabelecimentos/*Schools*	**77 740**	**195 767**	**15 213**	**851**
Público/*Public*	60 929	179 953	10 342	218
Privado/*Private*	16 811	15 814	4 871	633
Funções docentes/*Teachers*	**219 517**	**1 388 247**	**326 827**	**141 482**
Público/*Public*	152 641	1 180 618	233 958	75 285
Privado/*Private*	66 876	207 629	92 869	66 197
Matrículas/*Enrollment*	**4 270 376**	**33 131 270**	**5 739 077**	**1 661 034**
Público/*Public*	3 250 889	29 423 373	4 562 558	690 450
Privado/*Private*	1 019 487	3 707 897	1 176 519	970 584

Fontes/*Sources:* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 2-179, 2-181, 2-183, 1996, Informativo Estatístico1996 Brasil, Regiões e Unidades da Federação Brasília Ministério da Educação e do Desporto e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, p 24-27-35-36, 1997

(1) Dados de 1994 */(1) Data for 1994.*

Tabela 6.2 - Indicadores educacionais da população na faixa etária de 7 a 14 anos - 1991/1995

Table 6.2 - Educational indicators of the population in the age group of 7 to 14 years - 1991/1995

Ano/ *Year*	População na faixa etária de 7 a 14 anos/ *Population in the age group of 7 to 14 years*				
	Total/ *Total*	Com matrícula inicial/ *Enrolled*	Fora da escola/ *Out of school*		Taxa de escolarização/ *School enrollment rate*
			Total/ *Total*	Percentual/ *Percent*	
1991	27 611 580	25 287 823	2 323 757	8,4	91,6
1995	27 553 864	27 111 717	442 147	1,6	98,4

Fontes/*Sources:* Censo Demográfico 1991. Rio de Janeiro IBGE, 1997; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995 Rio de Janeiro. IBGE, 1996, dados fornecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais

Tabela 6.3 - Crianças de 0 a 6 anos de idade, por taxa de freqüência à creche e/ou ao pré-escolar - 1995

Table 6.3 - Children 0 to 6 years old, by attendance rate in day-care center and/or nursery school - 1995

(continua/*continued*)

Unidades da Federação/ *Federative Units*	Total/ *Total*	Taxas de freqüência (%)/ *Attendance rates (%)*	
		À creche e/ou maternal (1)/ *Day-care center and/or nursery school (1)*	Ao pré-escolar (2)/ *Preprimary school (2)*
Brasil/ *Brazil*	**21 386 636**	**7,57**	**47,80**
Rondônia	136 891	4,95	46,67
Acre	55 626	11,24	46,99
Amazonas	298 697	3,74	46,35
Roraima	27 778	7,69	51,34
Pará	496 143	7,21	56,56
Amapá	43 088	1,34	41,83
Tocantins	174 942	3,60	33,78
Maranhão	955 248	4,82	50,19
Piauí	423 561	7,86	53,52
Ceará	1 162 319	8,77	53,39
Rio Grande do Norte	417 185	11,62	57,15
Paraíba	496 741	4,89	57,58
Pernambuco	1 157 651	8,87	48,74
Alagoas	440 392	6,93	39,82
Sergipe	265 844	9,11	58,54
Bahia	1 946 458	5,31	47,58
Minas Gerais	2 295 504	4,90	44,83
Espírito Santo	417 718	7,44	45,40
Rio de Janeiro	1 476 747	10,41	60,09
São Paulo	4 044 328	9,52	50,58
Paraná	1 234 612	8,43	36,42
Santa Catarina	677 498	9,23	44,70
Rio Grande do Sul	1 242 899	8,38	35,52

Tabela 6.3 - Crianças de 0 a 6 anos de idade, por taxa de freqüência à creche e/ou ao pré-escolar - 1995

Table 6.3 - Children 0 to 6 years old, by attendance rate in day-care center and/or nursery school - 1995

(conclusão/*concluded*)

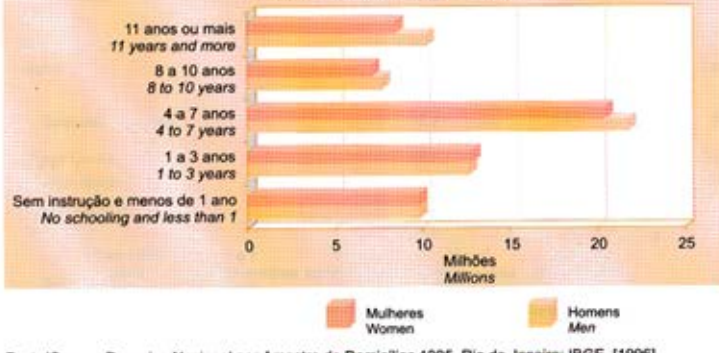
Unidades da Federação/ *Federative Units*	Total/ *Total*	Taxas de freqüência (%)/ *Attendance rates (%)*	
		À creche e/ou maternal (1)/ *Day-care center and/or nursery school (1)*	Ao pré-escolar (2)/ *Preprimary school (2)*
Mato Grosso do Sul	301 851	6,45	35,53
Mato Grosso	352 223	4,35	33,81
Goiás	603 020	2,78	40,87
Distrito Federal/ *Federal District*	241 672	12,19	54,65

Fonte/*Source*: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995. Rio de Janeiro: IBGE, [1996].

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /*Note: Excludes rural population of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.*
(1) Crianças de 0 a 3 anos de idade. (2) Crianças de 4 a 6 anos de idade. /*(1) Children 0 to 3 years old. (2) Children 4 to 6 years old.*

Gráfico 6.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e anos de estudo - 1995

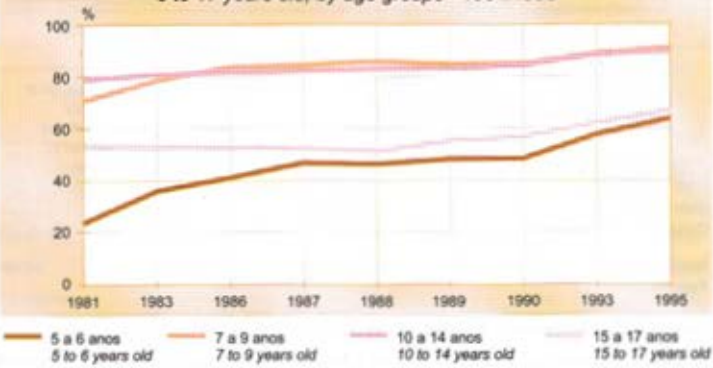
Graph 6.1 - Persons 10 years old and over, by sex and years of schooling - 1995



Fonte/*Source*: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995. Rio de Janeiro: IBGE, [1996].
Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. / *Note: Excludes rural population of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.*

Gráfico 6.2 - Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 1981/1995

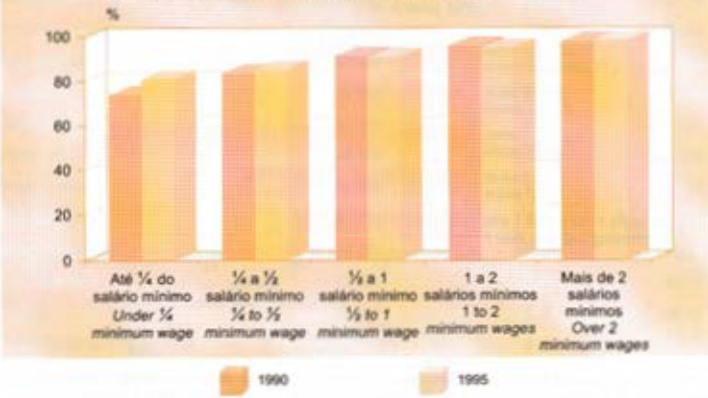
Graph 6.2 - School enrollment rates of persons 5 to 17 years old, by age groups - 1981/1995



Fonte/Source: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1988-[1996].

Gráfico 6.3 - Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, por rendimento mensal familiar "per capita" - 1990/1995

Graph 6.3 - School enrollment rates of persons 7 to 14 years old, by level of per capita monthly family income - 1990/1995



Fonte/Source: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1993-[1996].

Tabela 6.4 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade - 1995

Table 6.4 - Illiteracy rate of persons 10 years old and over - 1995

(continua/*continued*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	10 anos ou mais/ *10 years old and over*	11 a 14 anos/ *11 to 14 years old*	15 anos ou mais/ *15 years old and over*
Brasil (1)/*Brazil (1)*	**14,8**	**8,8**	**15,6**
Norte (2)/*North (2)*	**12,5**	**6,9**	**13,3**
Rondônia	7,9	1,4	9,1
Acre	16,0	12,0	15,8
Amazonas	9,7	5,8	10,3
Roraima	7,6	1,5	9,1
Pará	12,0	6,8	12,7
Amapá	8,7	0,9	10,7
Tocantins	23,2	14,5	24,6
Nordeste/*Northeast*	**29,4**	**21,5**	**30,5**
Maranhão	31,0	25,5	31,7
Piauí	35,4	32,7	35,1
Ceará	30,2	21,3	31,5
Rio Grande do Norte	27,8	19,0	29,5
Paraíba	30,6	19,5	32,2
Pernambuco	28,5	19,2	29,8
Alagoas	34,7	33,1	34,8
Sergipe	25,3	17,4	26,2
Bahia	26,9	18,1	28,3
Sudeste/*Southeast*	**8,4**	**2,1**	**9,3**
Minas Gerais	12,7	3,2	14,1
Espírito Santo	12,8	4,2	14,0
Rio de Janeiro	6,3	2,4	6,8
São Paulo	6,9	1,2	7,7
Sul/*South*	**8,2**	**1,8**	**9,1**
Paraná	10,2	1,8	11,6
Santa Catarina	6,7	1,8	7,4
Rio Grande do Sul	7,1	1,7	7,8

Tabela 6.4 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade - 1995

Table 6.4 - Illiteracy rate of persons 10 years old and over - 1995

(conclusão/*concluded*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	10 anos ou mais/ *10 years old and over*	11 a 14 anos/ *11 to 14 years old*	15 anos ou mais/ *15 years old and over*
Centro-Oeste/*Central West*	**12,1**	**3,9**	**13,4**
Mato Grosso do Sul	11,9	3,0	13,4
Mato Grosso	13,8	4,8	15,3
Goiás	13,7	4,2	15,1
Distrito Federal/*Federal District*	6,0	2,9	6,5

Fonte/*Source:* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995. Rio de Janeiro: IBGE, [1996].

(1) Exclui as pessoas com idade ignorada. (2) Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /*(1) Excludes persons with age unknown. (2) Excludes rural population of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.*

Gráfico 6.4 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 1900/2020

Graph 6.4 - Illiteracy rates of the population 15 years old and over - 1900/2020

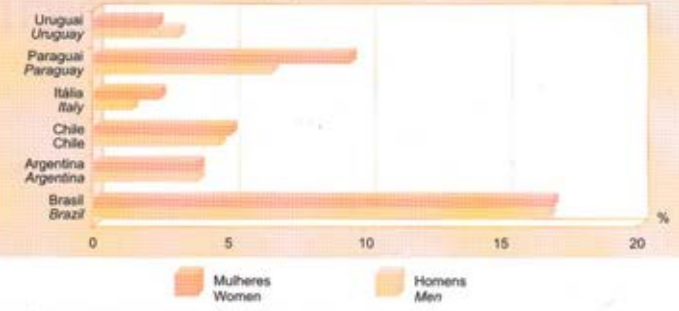
Fontes/*Sources:* Censo Demográfico 1900-2020. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1910-1940; Censo Demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997.

Notas: 1. As taxas de 1910 e 1930 são interpoladas.
2. Os dados entre 1992 e 2020 são estimativas projetadas. /

Notes: 1. 1910 and 1930 rates are interpolated.
2. Projected estimates for the period between 1992 and 2020.

Gráfico 6.5 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por países selecionados - 1995

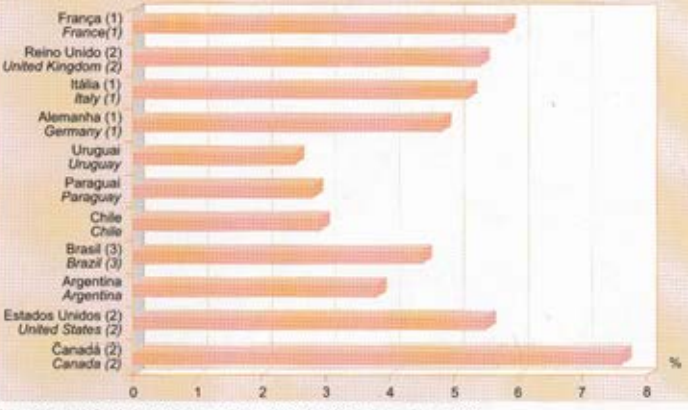
Graph 6.5 - Illiteracy rates of population 15 years old and over, by selected countries - 1995



Fonte/*Source:* Statistical Yearbook [of] UNESCO 1996. Paris, p.1-8, 1997.
Nota: Dados estimados. / *Note: Estimated data.*

Gráfico 6.6 - Gastos totais com educação como percentual do produto nacional bruto, por países selecionados - 1994

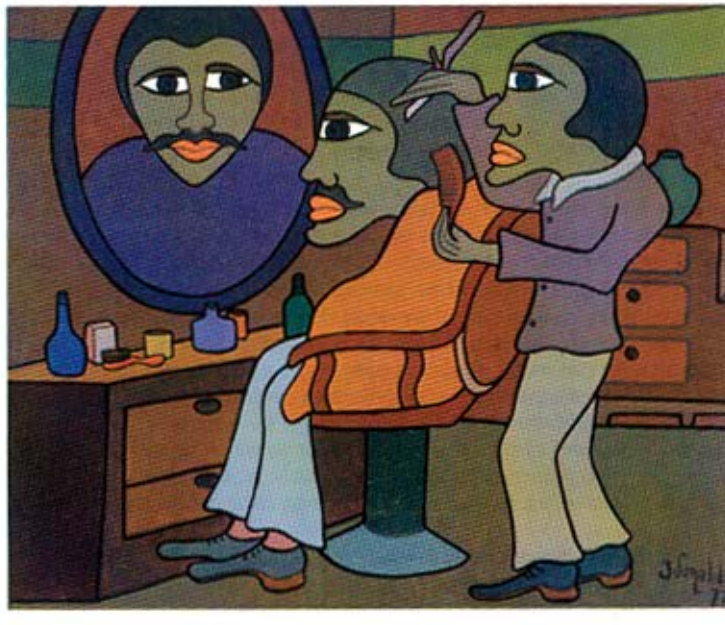
Graph 6.6 - Total expenditure with education as percent of gross national product, by selected countries - 1994



Fonte/*Source:* Statistical Yearbook [of] UNESCO 1996. Paris, p.4-4, 1997.
(1) Dados de 1993. (2) Dados de 1992. (3) Atualizado segundo o estudo Financiamento da Educação no Brasil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. / *(1) Data for 1993. (2) Data for 1992. (3) Updated according to study* Financiamento da Educação no Brasil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Trabalho

Labor



Ivonaldo (Ivonaldo Veloso de Melo)
O barbeiro / *The barber,* 1977
Óleo s/ tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,46x0,54 m

Trabalho

O aprofundamento das reformas estruturais tem agravado o quadro de declínio do emprego formal, sobretudo nos grandes centros urbanos - onde se concentram os setores de atividade que são hoje menos dinâmicos em termos de geração de empregos: a Indústria de Transformação, as Empresas Estatais, a Administração Pública e o Setor Financeiro.

A principal contrapartida deste fenômeno, no entanto, não tem sido um aumento da taxa de desemprego aberto, mas uma participação crescente de empregados sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria na ocupação total. Explica-se: a queda do emprego formal atinge, sobretudo, trabalhadores do sexo masculino, com mais de 30 anos de idade, chefes de domicílio, com baixa escolaridade e muito tempo de serviço em seus setores de origem. Pessoas que, dado este perfil, já se deram conta de serem "inempregáveis" e que não podem se permitir o luxo de permanecer desempregadas por muito tempo.

Os impactos sociais desta crescente informalização têm se agravado na medida em que se esgotaram os efeitos iniciais do Plano Real que haviam propiciado uma redução significativa dos diferenciais de rendimento entre empregados com carteira assinada e os sem carteira e trabalhadores por conta própria, num contexto de forte e generalizado aumento da renda real média.

A manutenção na taxa de desemprego em patamares relativamente baixos para os padrões internacionais não se deveu apenas, entretanto, à capacidade dos segmentos informais de absorver os crescentes contingentes de mão-de-obra expulsos do formal, mas também à queda observada da taxa de participação. É importante ressaltar que isto se verificou apenas entre os mais jovens, e sobretudo entre os de sexo masculino. Em outras palavras, observa-se um retardamento do ingresso no mercado de trabalho, o que deve ser atribuído a um aumento da atratividade da escola ou ao fato da demanda de trabalho ter se tornado mais seletiva em termos de escolaridade, visto que a renda real média destes grupos está aumentando e suas taxas de desemprego estão diminuindo.

No que diz respeito às mulheres, por fim, as tendências são contraditórias. Embora o emprego formal para elas continue aumentando (sobretudo nos serviços), de fato, suas taxas de desemprego são ainda substancialmente maiores que as dos homens e o ramo de atividade que mais contribui para empregá-las ainda é o trabalho doméstico.

Em suma, a realidade do mundo do trabalho brasileiro, nestes meados dos anos 90, vai se tornando cada vez mais multifacetada, o que exige, ao mesmo tempo, um aprofundamento das pesquisas empíricas necessárias para concretizá-las e novas formas de elaborar e implementar políticas públicas.

André Urani
Secretário de Trabalho do Município do Rio de Janeiro

Labor

Increasingly deeper structural reforms have been intensifying the decline of formal employment, especially in large urban centers, which concentrate the sectors of activity that today are the least dynamic in generating jobs: Manufacturing, State-Owned Companies, Public Administration and the Financial Sector.

This phenomenon's is not leading to an increase in open unemployment, but to growing numbers of employees without a formal working contracts and self- employed workers. The reason is that the loss of regular jobs affects chiefly male workers, over thirty years old, heads of household, with low educational attainment and having worked a long time in their sectors of origin. It is likely that individuals with this profile realize that are "unemployable" in the traditional way and move quickly to other kinds of activities, since they cannot afford to remain without earnings for long.

Economic stabilization has led to a significant reduction of income differentials among employees with and without working contracts and self-employed workers, in a context of strong and generalized increase of average real earnings. Yet, as the initial positive effects of Plan Real wear out and the labor market becomes more informal, negative social consequences begin to appear.

The maintenance of low unemployment rates in comparison with international standards is explained not only by the ability of informal segments to absorb the growing numbers of workers expelled from the formal sector, but also to the fall observed in the participation rate. It should be stressed this has occurred only among the youngest population, and especially among males. In other words, we observe a slowing down in the entrance in the labor market. The explanation may be that there are more incentives to remain longer in school, since the job market is becoming more selective concerning educational attainment, the average real income of the better educated growing, and their unemployment rates are declining.

Trends are contradictory for women. Formal employment for women keeps increasing, particularly in services, but female unemployment

rates are still higher than those for men, and female workers still find employment mostly as servants in private households.

In short, the Brazilian labor world, in the mid-nineties, is becoming more complex and multifaceted, requiring more research to understand it, and new approaches for the formulation and implementation of public policies.

André Urani
Secretary of Labor, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Tabela 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com indicação de algumas características - 1995

Table 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, and some characteristics - 1995

(continua/*continued*)

Características/ *Characteristics*	Total/ *Total*	Homens/ *Male*	Mulheres/ *Female*
Total/ *Total*	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Posição na ocupação no trabalho principal/ *Class of worker of primary job*			
Empregado/ *Employee*	51,2	57,4	41,9
Trabalhador doméstico/ *Private household worker*	7,4	0,9	17,2
Conta-própria/ *Self-employed*	22,6	26,5	16,6
Empregador/ *Employer*	3,9	5,3	1,9
Não-remunerado/ *Unpaid worker*	10,0	8,0	13,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo/ *Worker in production for own consumption*	4,6	1,6	9,2
Trabalhador na construção para o próprio uso/ *Worker in construction for own use*	0,3	0,3	0,1
Ramos de atividade do trabalho principal/ *Activity group of primary job*			
Agrícola/ *Agriculture*	26,1	28,4	22,5
Indústria de transformação/ *Manufacturing*	12,3	14,8	8,4
Indústria da construção/ *Construction*	6,1	9,9	0,4
Outras atividades industriais/ *Other industrial activities*	1,2	1,7	0,5
Comércio de mercadorias/ *Trade*	13,1	13,3	12,8

Tabela 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com indicação de algumas características - 1995

Table 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, and some characteristics - 1995

(conclusão/*concluded*)

Características/ *Characteristics*	Total/ *Total*	Homens/ *Male*	Mulheres/ *Female*
Ramos de atividade do trabalho principal/ *Activity group of primary job*			
Prestação de serviços/ *Services*	19,1	12,0	29,8
Serviços auxiliares da atividade econômica/ *Auxiliary services of the economic activity*	3,3	3,5	2,9
Transporte e comunicação/ *Transportation and communication*	3,6	5,6	0,8
Social/ *Social*	8,7	3,6	16,3
Administração pública/ *Public administration*	4,6	5,1	3,9
Outras atividades/ *Other activities*	1,9	2,1	1,7
Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal/ *Contribution to social security fund in primary job*			
Contribuintes/ *Participants*	42,8	45,1	39,4
Não-contribuintes/ *Nonparticipants*	57,2	54,9	60,6
Contribuição para previdência privada/ *Contribution to private security fund*			
Contribuintes/ *Participants*	2,6	2,8	2,3
Não-contribuintes/ *Nonparticipants*	97,4	97,2	97,7

Fonte/*Source:* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995. Brasil Rio de Janeiro IBGE, 1996

Nota Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá / *Note: Excludes rural population of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá*

Tabela 7.2 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, por principais aspectos - 1994-1996

Table 7.2 - Percent distribution of employed persons 15 years old and over, and main characteristics - 1994-1996

(continua/*continued*)

Principais aspectos/ *Main characteristics*	1994	1995	1996
Sexo/ *Sex*			
Masculino/ *Male*	61,5	60,7	60,35
Feminino/ *Female*	38,5	39,3	39,62
Grupos de idade/ *Age groups*			
15 a 17 anos/ *15 to 17 years old*	3,8	3,8	3,70
18 a 39 anos/ *18 to 39 years old*	62,4	61,2	60,74
40 a 59 anos/ *40 to 59 years old*	30,2	31,2	31,59
60 anos ou mais/ *60 years old and over*	3,6	3,8	3,93
Nível de instrução (1)/ *Educational attainment (1)*			
Sem instrução/ *No schooling*	5,7	5,3	4,75
1º grau incompleto/ *Elementary, incomplete*	43,9	43,1	41,64
1º grau completo/ *Elementary, complete*	12,5	12,5	12,75
2º grau incompleto/ *Secondary, incomplete*	5,5	5,7	5,65
2º grau completo/ *Secondary, complete*	17,7	18,2	19,20
Superior incompleto/ *College, incomplete*	3,9	3,9	4,03
Superior completo/ *College, complete*	10,8	11,1	11,64

Tabela 7.2 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas, por principais aspectos - 1994-1996

Table 7.2 - Percent distribution of employed persons 15 years old and over, and main characteristics - 1994-1996

(conclusão/*concluded*)

Principais aspectos/ *Main characteristics*	1994	1995	1996
Setor de atividade/ *Activity group*			
Indústria de transformação/ *Manufacturing*	19,8	19,5	18,31
Construção civil/ *Construction*	7,3	7,0	7,16
Comércio/ *Trade*	15,2	15,3	15,35
Serviços/ *Services*	50,3	51,0	52,03
Outras atividades/ *Other activities*	7,4	7,2	7,15
Posição na ocupação/ *Class of worker*			
Empregados com carteira assinada/ *Employed, with a formal contract*	49,2	48,4	46,68
Empregados sem carteira assinada/ *Employed, without a formal contract*	23,7	24,1	24,77
Conta-própria/ *Self-employed*	21,8	22,0	22,82
Empregador/ *Employer*	4,2	4,5	4,60
Não-remunerados/ *Unpaid worker*	1,1	1,0	1,13

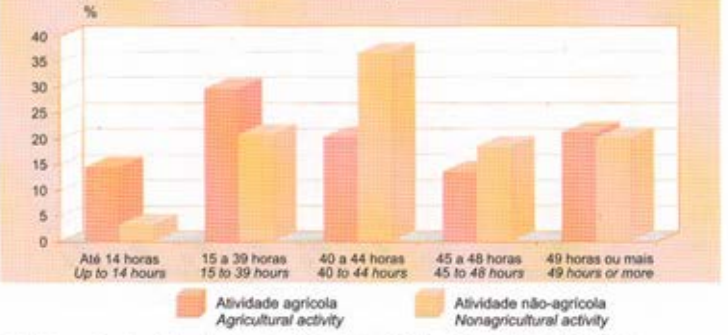
Fonte/*Source:* Indicadores IBGE pesquisa mensal de emprego Rio de Janeiro· IBGE, jan /dez , 1994-1996.

Nota. Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Sãc Paulo e Porto Alegre */Note Mean of the Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo and Porto Alegre*

(1) Inclui as pessoas com mestrado ou doutorado */(1) Includes persons with master's or doctor's degrees*

Gráfico 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por horas semanais trabalhadas - 1995

Graph 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by number of weekly hours of work - 1995

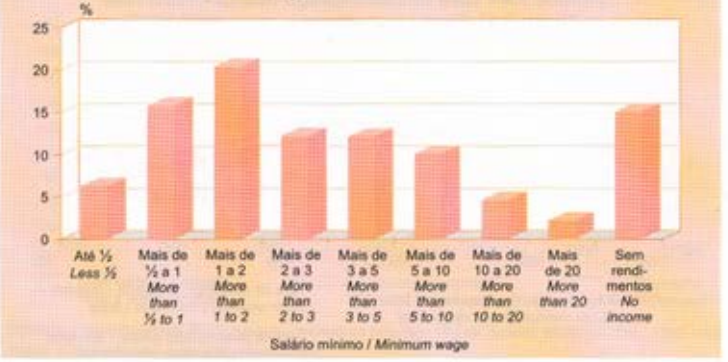


Fonte/*Source*: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rôndonia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá / *Note: Excludes rural population of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.*

Gráfico 7.2 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por classes de rendimentos - 1995

Graph 7.2 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by classes of income - 1995



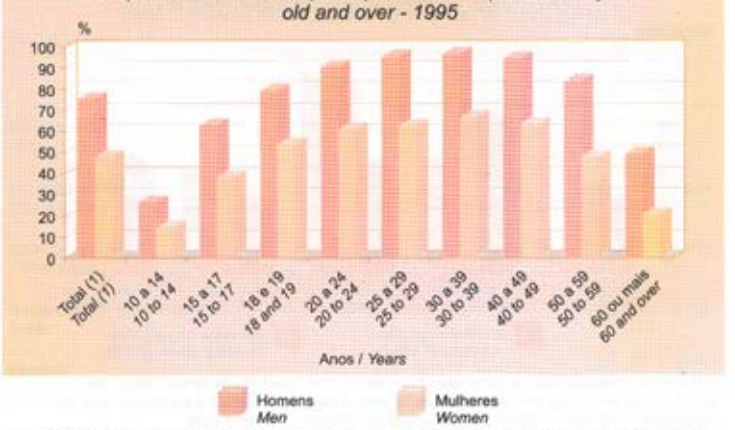
Fonte/*Source*: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Nota: 1 - Inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.
2 - Exclui as pessoas da zona rural de Rôndonia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá /

Note: 1 - Includes persons that received only benefits
2 - Excludes rural population of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 7.3 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade - 1995

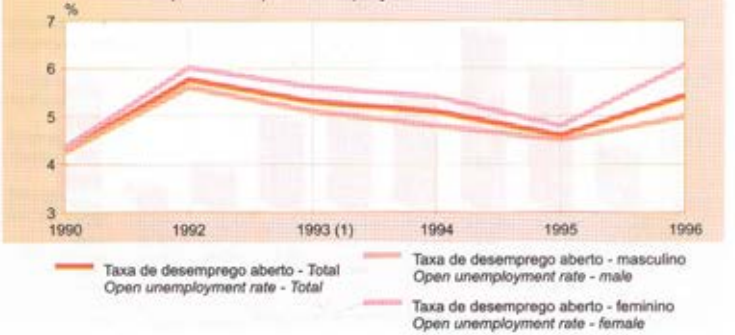
Graph 7.3 - Labor force participation rate of persons 10 years old and over - 1995



Fonte/*Source:* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá / *Note: Excludes rural population of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.*
(1) Inclui as pessoas com idade ignorada. / *(1) Includes persons of age unknown.*

Gráfico 7.4 - Taxa de desemprego aberto - 1990/1996

Graph 7.4 - Open unemployment rate - 1990/1996



Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez., 1990-1996.
Nota: Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre./ *Note: Mean of Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo and Porto Alegre.*
(1) Exclui os meses de junho e julho. / *(1) Excludes the months of June and July.*

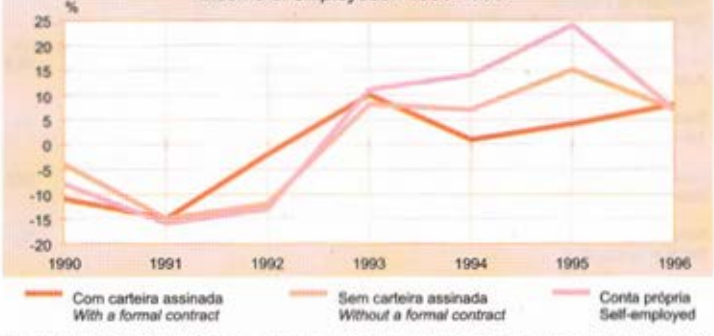
Gráfico 7.5 - Indicadores de condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1990/1996

Graph 7.5 - Employment indicators of persons 15 years old and over - 1990/1996

Fonte/Source: Indicadores IBGE, pesquisa mensal de emprego. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1990-1996.
Nota: Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. / *Note: Mean of Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo and Porto Alegre.*
(1) Exclui os meses de junho e julho. / *(1) Excludes the months of June and July.*

Gráfico 7.6 - Variação do rendimento médio real dos empregados - 1990-1996

Graph 7.6 - Percent change of real average income of employees - 1990-1996



Fonte/Source: Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez., 1990-1996.
Notas: 1 - Rendimento deflacionado pelo INPC.
2 - Base: ano anterior.
3 - Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. /
Notes: 1 - Income deflated by INPC.
2 - Base: previous year.
3 - Mean of Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo and Porto Alegre.

Tabela 7.3 - Pessoas sindicalizadas, em relação à população de 18 anos ou mais de idade - 1992/1995

Table 7.3 - Ratio of union members to the population 18 years old and over - 1992/1995

Ramos de atividade do trabalho principal/ *Activity group of primary job*	1992	1993	1995
Total/ *Total*	**18,7**	**18,5**	**18,0**
Agrícola/ *Agriculture*	16,5	17,1	16,7
Indústria de transformação/ *Manufacturing*	28,9	27,6	28,2
Indústria da construção/ *Construction*	9,9	9,0	8,8
Outras atividades industriais/ *Other industrial activities*	40,7	39,8	41,2
Comércio de mercadorias/ *Trade*	12,9	11,7	11,0
Prestação de serviços/ *Services*	6,7	5,9	5,8
Serviços auxiliares da atividade econômica/ *Auxiliary services of the economic activity*	23,8	22,4	20,9
Transporte e comunicação/ *Transportation and communication*	36,0	35,5	32,2
Social/ *Social*	27,4	29,6	29,6
Administração pública/ *Public administration*	20,3	22,0	22,8
Outras atividades/ *Other activities*	43,8	45,2	43,9

Fonte/*Source*· Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995. Brasil Rio de Janeiro. IBGE, 1992-1995

Nota. Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./ *Note Excludes rural population of the states of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá*

Tabela 7.4 - Taxas de desemprego por países selecionados - 1993-1994

Table 7.4 - Unemployment rates, by selected countries - 1993-1994

Países selecionados/ *Selected countries*	1993	1994
Alemanha/*Germany*	10,4	11,4
Argentina/*Argentina*	10,1	12,1
Brasil/*Brazil*	6,2	.
Canadá/*Canada*	11,2	10,4
Chile/*Chile*	4,5	5,9
Estados Unidos/*United States*	6,9	6,1
França/*France*	11,6	12,3
Itália/*Italy*	10,2	11,2
Japão/*Japan*	2,5	2,9
Paraguai/*Paraguay*	5,1	4,4
Reino Unido/*United Kingdom*	10,3	9,3
Uruguai/*Uruguay*	8,3	9,2

Fonte/*Source*: Yearbook of Labour Statistics 1996 Genève International Labour Office, p 387, 1996

Participação Política

Political Participation

Gilvan (Paulo Gilvan Duarte Bezerril)
Viva a reforma agrária / *Hurrah for the agrarian reform* , 1986
Óleo s/eucatex / *Oil on masonite* - 0,50x0,60 m

Participação Política

O número de eleitores - cerca de 95 milhões em 1994 - é o que mais chama a atenção entre os indicadores de participação política. Essa cifra faz do eleitorado brasileiro o terceiro; em termos absolutos, entre os países democráticos, em seguida à Índia e aos Estados Unidos. Vista como proporção da população total e em termos históricos, ela se torna ainda mais impressionante, pois indica a rápida transformação do Brasil de uma situação de democracia restrita a uma democracia de massas. Em 1945, havia apenas um eleitor em cada cinco habitantes; em 1970, pouco mais de dois em cada cinco; em 1994, três em cada grupo de cinco, proporção comparável à das democracias mais avançadas. Esse crescimento tem enorme importância política. Significa que o Brasil, ao contrário de numerosos outros países, conseguiu resolver rápida e pacificamente o problema da *franchise* - ou seja, da extensão do direito de voto à maior parcela possível da população adulta. Significa também que já se acha plenamente configurado, entre nós, um dos pressupostos básicos da democracia moderna: a autonomia decisória dos eleitores. Por sua simples dimensão quantitativa, o eleitorado brasileiro forma hoje um agregado cujo comportamento não pode ser cabalmente determinado por nenhuma instância exógena ao processo político-eleitoral.

Igualmente úteis para a compreensão do sistema político brasileiro são as cifras referentes aos partidos políticos. Começando já nos anos 30, e de maneira mais acentuada a partir do pós-guerra, o Brasil se tornou um País claramente multipartidário. Dos 23 partidos votados nas eleições de 1994, 8 conseguiram eleger governadores estaduais (incluindo o Distrito Federal), 10 elegeram senadores e 18 obtiveram representação na Câmara dos Deputados. O elevado grau de fragmentação do sistema partidário pode ser aquilatado pelo número de cadeiras que couberam aos três maiores partidos representados na Câmara Federal: o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) ficou com 107 (20,8%), o PFL (Partido da Frente Liberal) ficou com 89 (17,3%), e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), com 62 (12,0%) dos 513 deputados federais.

Bolívar Lamounier

Diretor de Pesquisa do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo-IDESP

Political Participation

The number of voters - about 95 millions of them in 1994 - is the most striking feature among the indicators of political participation. The Brazilian electorate is the third largest, in absolute terms, among democratic countries, after India and the United States. Seen as proportion of total population and in historical terms, it becomes even more impressive, because since it shows the swift transformation of Brazil from a condition of limited democracy to a democracy of the masses. There was only one voter for every five inhabitants in 1945; in 1970, a little over two for every five; in 1994, the ratio was three for every group of five, comparable to most advanced democracies. This growth is extremely important. It means that Brazil, differently from many other countries, succeeded in solving quickly and peacefully the problems of enfranchisement - that is, of extending the right to vote to the largest possible group of the adult population. It also means that a basic assumption of the modern democracy has already been fully established, the voters' autonomy to decide. Just because of its size, the Brazilian electorate is an aggregate whose behavior cannot be absolutely determined by any from outside the politico-electoral process.

The figures about the political parties are also very useful to understand the Brazilian political system. Starting in the thirties, and more emphatically after the Second World War, Brazil became a clearly multiparty country. Of the 23 parties voted for in the 1994 elections, eight elected state governors (including the Federal District), ten elected senators and 18 obtained representation in the House of Representatives. The high level of fragmentation of the party system may be gauged by the number of seats that fell to the three largest parties represented at the House of Representatives: PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) has 107 (20.8%), PFL (Partido da Frente Liberal) has 89 (17.3%), and PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) has 62 (12.0%) of the 513 federal representatives.

Bolívar Lamounier
Research Director, Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo - IDESP

Tabela 8.1 - Número de seções e eleitores - 1996

Table 8.1 - Number of polling sections and voters - 1996

(continua/*continued*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Seções/ *Polling sections*	Eleitores/ *Voters*
Brasil/*Brazil*	**294 478**	**100 169 609**
Norte/*North*	**20 881**	**6 306 545**
Rondônia	2 507	775 054
Acre	892	287 786
Amazonas	3 551	1 231 081
Roraima	456	140 504
Pará	10 634	3 031 696
Amapá	561	173 884
Tocantins	2 280	666 540
Nordeste/*Northeast*	**93 004**	**27 540 176**
Maranhão	10 145	2 782 116
Piauí	5 952	1 787 411
Ceará	16 175	4 338 238
Rio Grande do Norte	5 418	1 630 817
Paraíba	7 665	2 217 296
Pernambuco	14 554	4 851 695
Alagoas	4 536	1 268 884
Sergipe	3 091	1 028 501
Bahia	25 468	7 635 218

Tabela 8.1 - Número de seções e eleitores - 1996

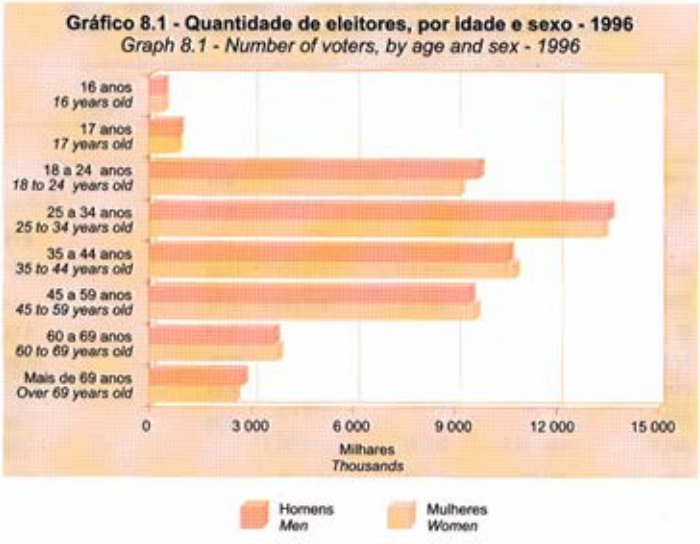
Table 8.1 - Number of polling sections and voters - 1996

(conclusão/*concluded*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Seções/ *Polling sections*	Eleitores/ *Voters*
Sudeste/*Southeast*	**109 047**	**44 920 061**
Minas Gerais	34 679	11 241 173
Espírito Santo	6 111	1 901 771
Rio de Janeiro	24 644	9 676 329
São Paulo	43 613	22 100 788
Sul/*South*	**53 973**	**16 026 748**
Paraná	18 836	6 078 799
Santa Catarina	12 099	3 353 065
Rio Grande do Sul	23 038	6 594 884
Centro-Oeste/*Central West*	**17 573**	**5 376 079**
Mato Grosso do Sul	3 883	1 186 962
Mato Grosso	4 682	1 430 695
Goiás	9 008	2 758 422
Distrito Federal/*Federal District*	...	...

Fonte/*Source:* Tribunal Superior Eleitoral, Eleições 96 [online]. Disponível: http //www.tse gov br [capturado em 25 jun. 1997].

Gráfico 8.1 - Quantidade de eleitores, por idade e sexo - 1996
Graph 8.1 - Number of voters, by age and sex - 1996



Fonte/*Source*: Tribunal Superior Eleitoral, Eleições 96 [online]. Disponível: http://www.tse.gov.br [capturado em 25 jun. 1997].

Quadro 8.1 - Partidos políticos com votação - 1996
Figure 8.1 - Political parties with votes - 1996

PAN	Partido dos Aposentados da Nação	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil	PSB	Partido Socialista Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro	PSC	Partido Social Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista	PSD	Partido Social Democrático
PFL	Partido da Frente Liberal	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores	PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PL	Partido Liberal	PSL	Partido Social Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PSN	Partido Solidarista Nacional
PMN	Partido da Mobilização Nacional	PST	Partido Social Trabalhista
PP	Partido Progressista	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PPB	Partido Progressista Brasileiro	PT	Partido dos Trabalhadores
PPR	Partido Progressista Reformador	PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PPS	Partido Popular Socialista	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional	PTN	Partido Trabalhista Nacional
PRONA	Partido Reedificação da Ordem Nacional	PTRB	Partido Trabalhista Renovador Brasileiro
PRP	Partido Republicano Progressista	PV	Partido Verde

Fonte/*Source*: Tribunal Superior Eleitoral, Eleições 96 [online]. Disponível: http://www.tse.gov.br [capturado em 25 jun. 1997].

Tabela 8.2 - Candidatos eleitos para vereador e prefeito - 1996

Table 8.2 - Mayors and municipal council members elected - 1996

Partido/ *Party*	Vereador/ *Council member*	Prefeito/ *Mayor*
	(%)	
PAN	0,01	-
PC do B	0,16	-
PDT	7,78	8,13
PFL	17,42	17,34
PGT	0,01	-
PL	5,17	4,13
PMDB	22,35	24,05
PMN	0,83	0,56
PPB	12,38	11,66
PPS	0,84	0,6
PRN	0,11	-
PRONA	0,06	0,02
PRP	0,65	0,56
PRTB	0,05	0,04
PSB	2,25	2,8
PSC	1,21	0,92
PSD	2,21	2,17
PSDB	14,44	17,02
PSDC	0,14	0,04
PSL	0,54	0,21
PSN	0,02	0,04
PST	0,28	0,17
PT	3,25	2,09
PT do B	0,19	0,07
PTB	7,27	7,12
PTN	0,06	0,02
PV	0,36	0,24

Fonte/*Source:* Tribunal Superior Eleitoral, Eleições 96 [online]. Disponível· http://www.tse.gov.br [capturado em 25 jun 1997].

Tabela 8.3 - Votação por partidos políticos - 1994

Table 8.3 - Vote cast by political parties - 1994

Partido/ *Party*	Deputado Federal/ *Representative (Federal)*		Deputado Estadual/ *Representative (State)*	
	Nominal/ *Nominal*	Legenda/ *Party*	Nominal/ *Nominal*	Legenda/ *Party*
PC do B	556 797	9 952	314 244	8 738
PCB	739	319	1 099	315
PDT	3 129 678	169 616	4 152 735	151 342
PFL	5 790 665	81 788	5 672 595	80 349
PL	1 567 812	35 243	2 530 391	33 010
PMDB	8 948 399	330 330	8 840 058	286 526
PMN	249 967	7 086	705 397	5 555
PP	3 157 392	18 258	2 881 233	15 725
PPR	4 201 942	88 622	4 378 661	89 084
PPS	248 000	7 511	305 213	9 474
PRN	132 950	51 879	155 498	47 992
PRONA	56 254	251 799	124 694	227 262
PRP	202 765	4 161	528 838	3 992
PRTB	841	82	38 582	126
PSB	972 978	20 479	1 335 619	17 428
PSC	199 994	13 946	789 967	12 478
PSD	391 511	20 417	945 379	19 717
PSDB	5 654 301	689 251	5 406 963	665 532
PSTU	71 831	4 459	48 889	4 576
PT	3 928 050	1 931 160	3 667 997	1 818 214
PT do B	-	39	2 975	29
PTB	2 324 426	54 608	3 729 627	44 300
PV	61 847	14 537	218 916	17 191

Fonte/*Source:* Sistema Estatísticas das Eleições de 1994 [online] Brasília Tribunal Superior Eleitoral, 1994. 4 disquetes

Tabela 8.4 - Candidatos eleitos por partido político - 1994

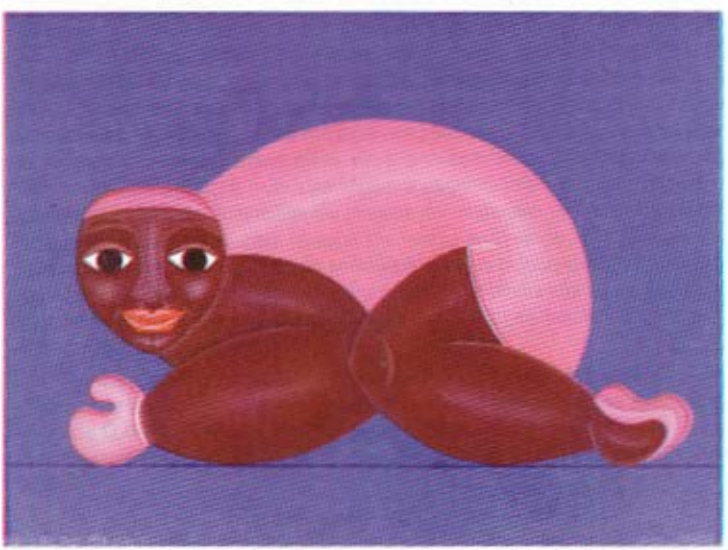
Table 8.4 - Candidates elected by political parties - 1994

Partido/ *Party*	Senador/ *Senator*	Governador/ *Governor*	Deputado Federal/ *Representative (Federal)*	Deputado Estadual/ *Representative (State)*
PC do B	-	-	10	8
PDT	4	2	34	87
PFL	11	2	89	157
PL	1	-	13	50
PMDB	14	9	107	205
PMN	-	-	4	18
PP	4		36	54
PPR	2	3	52	112
PPS	1	-	2	3
PRN	-	-	1	2
PRONA	-	-	-	3
PRP	-	-	1	7
PSB	1	2	15	32
PSC	-	-	3	19
PSD	-	-	3	20
PSDB	9	6	62	99
PT	4	2	49	92
PTB	3	1	31	72
PTRB	-	-	-	1
PV	-	-	1	4

Fonte/*Source*. Sistema Estatísticas das Eleições de 1994 [online]. Brasília Tribunal Superior Eleitoral, 1994 4 disquetes

Preços

Prices



Crisaldo Morais
Equilibrista no arame / *Tight - rope walker*, 1984
Óleo s/tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,30x0,40 m

Preços

A taxa de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 9,12% para o ano de 1996, revela um enorme sucesso no controle do processo inflacionário e na eliminação dos esquemas de indexação de preços previamente existentes na economia brasileira. Entretanto, conforme dados do Gráfico 9.1, observa-se que as taxas de variações de preços dos principais grupos que compõem o índice geral apresentaram uma enorme variabilidade, ficando as maiores pressões por conta das altas de preços de 26,09% dos produtos e serviços incluídos nas despesas com Habitação (principalmente os reajustes das tarifas de serviços públicos e aluguel) e com Transportes (reajustes das tarifas de transportes coletivos e combustíveis), da ordem de 19,91%. As altas de preços desses grupos, mais aquela de 12,94% verificada nos custos dos Serviços de Saúde e Cuidados Pessoais, refletem, em grande medida, o maior distanciamento em relação à competição imposta pela abertura da economia. Por outro lado, essa concorrência se fez presente nas menores altas de preços dos seguintes grupos: Alimentação e Bebidas 2,18%, Artigos de Residência 1,15%, Despesas Pessoais 7,13% e uma deflação de 1,68% para os preços do Vestuário. Os dados da Tabela 9.1 mostram que a média mensal de 0,73% foi superada ao longo do primeiro semestre do ano, invertendo-se a situação no segundo semestre, ficando a taxa máxima de variação de preços em janeiro (1,46%) e a taxa mínima em setembro (0,02%). Maio, junho e julho apresentam taxas altas devido à concentração dos reajustes das tarifas de serviços públicos (água e esgoto, telefone, eletricidade e combustíveis). As variações de preços do vestuário revelam os efeitos sazonais das modas nas roupas de verão e inverno. Os preços dos alimentos, invertendo o ciclo da safra/entressafra, acabaram pressionando as despesas das famílias no primeiro semestre e aliviando-as no segundo, porém bem menos que os preços dos produtos não-alimentícios, conforme informações do Gráfico 9.2.

Na área da Construção Civil, a variação do custo foi de 8,41% em 1996, apresentando pouca dispersão mensal em torno da média, ou seja de 0,68%. A maior alta foi registrada no mês de junho por conta do reajuste de mão-de-obra acordado no dissídio coletivo de trabalho,

conforme dados do Gráfico 9.3. O custo da construção por m^2, em Reais, não é muito diferente para as grandes regiões geográficas do País. O maior custo fica na Região Norte, devido ao elevado custo de transporte do material de construção.

Juarez Rizzieri
Diretor Presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo - FIPE

Prices

The National Consumer Price Index (INPC) increased 9.12% for 1996, confirming a huge success in controlling inflation and eliminating price indexation from the Brazilian economy. However, in Graph 9.1, we observe that the growth rates varied widely among groups of items. Prices for products and services for the household increased by 26.09% (caused mainly by increases in the tariffs of public utilities and rent). Transportation prices increased 19.91%, because of growing costs for public transportation and fuel. These price increases, plus the 12.94% increment for Health and Personal Care Services, reflect the fact that these sectors remained relatively protected from the competition imposed by the opening of the economy. Such competition was felt on the lower price increases for Food and Beverages (2.18%), Household Furnishings (1.15%), Personal Expenses (7.13%) and a 1.68% price deflation for Apparel. Table 9.1 shows that the monthly average of 0.73% price increases was exceeded during the first half of the year, the highest rate of price changes occurring in January (1.46%) and the lowest, in September (0.02%). May, June and July presented high rates due to price adjustments for public utilities (water and sewage, telephone, electricity and fuels). Price changes for apparel reveal the seasonal effects of fashion on summer and winter clothing. Food prices varied with the yearly harvest cycle, increasing family expenditures in the year's first half and relieving them later, having a smaller overall impact than the prices of non-food products (Graph 9.2).

Prices for Construction increased by 8.41% in 1996, with small monthly variation, a dispersion rate of 0.68%. The highest change took place in June, caused by salary increases which resulted from collective bargaining (Graph 9.3). The cost of construction by square meter, in Reais, does not differ much from other major geographic regions. The highest cost is in the North, due to the high transportation costs of construction materials.

Juarez Rizzieri
Director-President, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo - FIPE

Tabela 9.1 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1996

Table 9.1 - National Consumer Price Index - INPC - 1996

(continua/*continued*)

Mês/ *Month*	Variação mensal, por grupos de produtos (%)/ *Monthly change by groups of products (%)*			
	INPC/ *INPC*	Alimentação e bebidas/ *Food and beverages*	Habitação/ *Housing*	Artigos de residência/ *Household furnishings*
Janeiro/*January*	1,46	1,53	2,54	0,46
Fevereiro/*February*	0,71	0,10	2,31	0,15
Março/*March*	0,29	0,03	2,10	(-) 0,13
Abril/*April*	0,93	0,67	1,97	0,26
Maio/*May*	1,28	0,83	2,10	(-) 0,12
Junho/*June*	1,33	0,78	2,33	(-) 0,32
Julho/*July*	1,20	0,40	2,01	(-) 0,06
Agosto/*August*	0,50	(-) 0,70	2,43	(-) 0,05
Setembro/*September*	0,02	(-) 0,82	1,56	(-) 0,26
Outubro/*October*	0,38	(-) 0,27	1,44	(-) 0,15
Novembro/*November*	0,34	(-) 0,32	1,39	0,51
Dezembro/*December*	0,33	(-) 0,57	1,18	0,84

Tabela 9.1 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1996

Table 9.1 - National Consumer Price Index - INPC - 1996

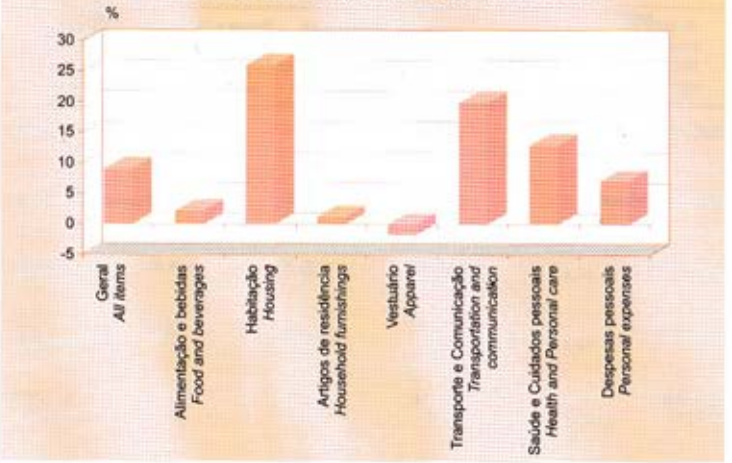
(conclusão/*concluded*)

Mês/ *Month*	Variação mensal, por grupos de produtos (%)/ *Monthly change by groups of products (%)*			
	Vestuário/ *Apparel*	Transporte e Comunicação/ *Transportation and communication*	Saúde e Cuidados pessoais/ *Health and personal care*	Despesas pessoais/ *Personal expenses*
Janeiro/*January*	(-) 0,18	1,11	2,23	1,70
Fevereiro/*February*	(-) 3,01	2,80	1,10	1,61
Março/*March*	(-) 2,35	0,89	1,03	(-) 0,24
Abril/*April*	0,46	1,95	0,66	0,19
Maio/*May*	1,44	0,97	0,66	2,78
Junho/*June*	0,88	4,26	0,81	0,42
Julho/*July*	0,26	3,94	2,43	0,31
Agosto/*August*	(-) 0,53	1,37	1,29	0,59
Setembro/*September*	(-) 0,52	0,10	0,37	0,14
Outubro/*October*	0,67	0,05	0,31	(-) 0,54
Novembro/*November*	0,40	0,49	0,43	0,03
Dezembro/*December*	0,88	0,54	0,92	(-) 0,02

Fonte/*Source:* Indicadores IBGE sistema nacional de índices de preços ao consumidor Rio de Janeiro IBGE, jan /dez 1996

Gráfico 9.1 - Variação acumulada no ano do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -, por grupos de produtos - 1996

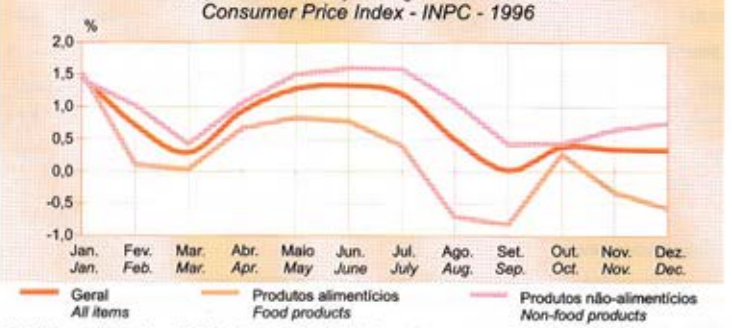
Graph 9.1 - Accumulated annual change of the National Consumer Price Index - INPC, by groups of products - 1996



Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

Gráfico 9.2 - Variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1996

Graph 9.2 - Monthly change of the National Consumer Price Index - INPC - 1996



Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

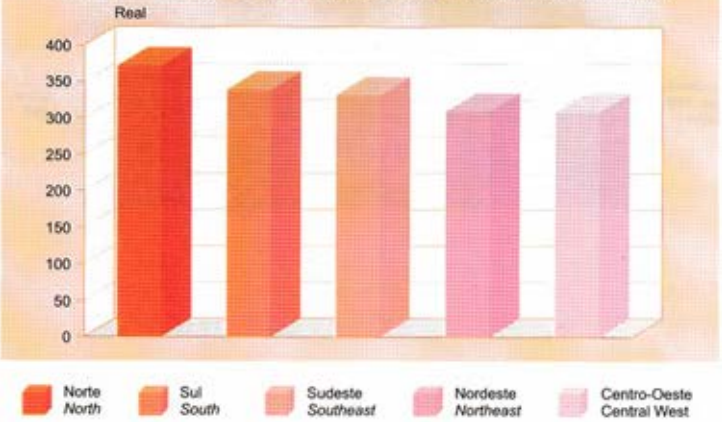
Gráfico 9.3 - Variação mensal de custos de material e mão-de-obra para a construção civil - 1996

Graph 9.3 - Monthly change of material and labor costs in construction - 1996

Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

Gráfico 9.4 - Custo médio do metro quadrado na construção civil - Dez. 1996

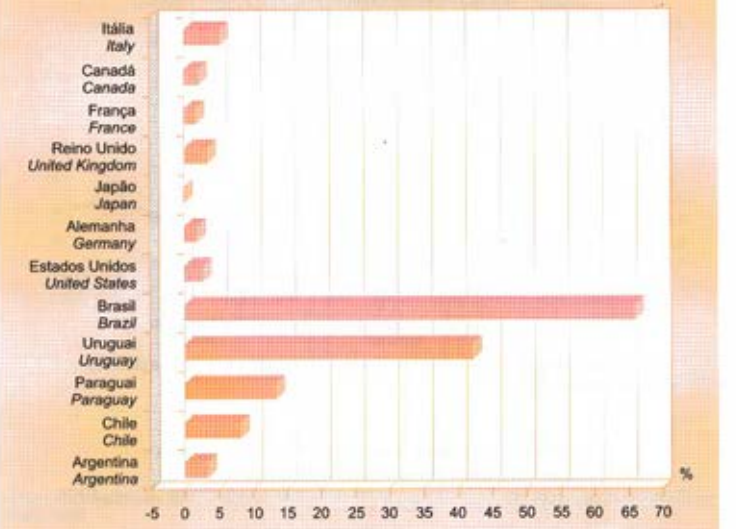
Graph 9.4 - Average cost per square meter of construction - Dec. 1996



Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

Gráfico 9.5 - Índices de Preços ao Consumidor, por países selecionados - 1995

Graph 9.5 - Consumer Price Indexes, by selected countries - 1995



Fontes/*Sources:* Boletim do Banco Central do Brasil, Suplemento Estatístico 1997. Brasília, p. 425, mar. 1997, dados fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional e Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe [de la] Comisión Económica para América Latina y el Caribe 1996. Chile, p. 105, 1997.

Contas Nacionais

National Accounts

Barbara Xumaia
Acorda, Brasil / *Wake up Brazil*, 1989
Óleo s/tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,50x0,40 m

Contas Nacionais

As tabelas e gráficos desta seção mostram a evolução do chamado "lado real" da economia. A Tabela 10.1 mostra a desagregação do PIB, com destaque para o aumento do peso relativo dos serviços, reflexo, em parte, do aumento significativo dos preços relativos deste setor, cuja contrapartida foi a queda dos preços relativos da indústria, refletida na menor participação deste setor no produto. A Tabela 10.2 refere-se ao mesmo universo que a tabela anterior, mas abrindo os dados em função das categorias de absorção - doméstica e externa. Há dois fenômenos que chamam a atenção: o aumento do consumo - o consumo privado aumentou de 62,3 para 65,3% do PIB e o consumo do Governo de 16,3 para 16,8% do PIB entre 1993 e 1995 - e o desaparecimento do saldo de bens e serviços reais com o exterior, que passou de um superávit de 2,2% do PIB em 1993, para um déficit de 1,3% do PIB dois anos depois. Tais fatos refletem a queda da poupança doméstica e a maior dependência em relação à poupança externa associada ao *boom* importador de 1994/1995.

O Gráfico 10.1 mostra a evolução do PIB e do PIB per capita ao longo do período 1981/1995. Note-se a dimensão da queda do início dos anos 80, o surto do crescimento de 1984/1989 e o novo "mergulho" recessivo de 1990/1992. Espera-se agora que, após a recuperação iniciada em 1993, o País possa ter uma trajetória de crescimento sustentado a taxas moderadas, sem as grandes oscilações que marcaram o período considerado. O Gráfico 10.2 mostra a mesma realidade que o anterior, porém desagregando os dados pelos componentes da oferta. Destaque-se, no caso, a maior regularidade do comportamento do setor de serviços e a perda de importância relativa da indústria, em função, principalmente, da dimensão das suas quedas de produção em 1981/1983 e em 1990/1992. Esta mesma realidade espelha-se no Gráfico 10.3, que reproduz os mesmos dados da Tabela 10.1 e mostra que, entre 1990 e 1995, a indústria caiu de 42 para 34% do PIB, enquanto que os serviços aumentaram a sua participação relativa, de 46 para 54% do PIB e a agropecuária manteve o seu peso relativamente constante, em torno de 12% do PIB.

Por último, o Gráfico 10.4 mostra as taxas anuais de crescimento de algumas economias, no biênio1994/1995, comparando o desempenho da economia brasileira com o de diversos países em diferentes estágios de desenvolvimento. Nota-se que, em 1994, o crescimento do Brasil só foi superado pelo da Argentina, no conjunto dos países selecionados, enquanto que em 1995 seu crescimento só foi inferior ao do Chile. Na média de 1994/1995, este último foi o país que mais cresceu, a um ritmo de 6,3% a. a., seguido pelo Brasil, com uma taxa média de 5,1% a. a. no biênio.

Fabio Giambiagi
Gerente de Macroeconomia do Departamento de Economia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

National Accounts

The tables and graphs in this section present the evolution of the so-called "real side" of the economy. Table 10.1 shows the disaggregation of the GDP, with emphasis on the increase of the relative weight of service industries, partly the reflex of the significant increase of relative prices in this sector, whose counterpart has been the decrease in the relative prices of mining and manufacturing industries, reflected in this sector's smaller share in the product. Table 10.2 refers to the same universe as the previous one, although opening the data by the categories of absorption - domestic and foreign. There are two phenomena which invite the attention: the increase of consumption - private consumption increased from 62.3 to 65.3% of the GDP, and Government consumption from 16.3 to 16.8% of the GDP between 1993 and 1995 - and the disappearance of the surplus in the balance of real goods and services with the rest of the world, which changed from a superavit of 2.2% of the GDP in 1993, to a deficit of 1.3% of the GDP two years later. These facts reflect the decrease of domestic savings and the greater dependence on foreign savings associated to the imports boom of 1994/1995.

Graph 10.1 shows the evolution of GDP and per capita GDP during the 1981/1995 period. The extent of the decline at the beginning of the eighties, the burst of growth in 1984/1989 and the new recessive "dive" in 1990/1992 must be noticed. The expectation is that, after the recovery started in 1993, the Country might follow a sustained process of moderate growth, without the large oscillations which marked the previous period. Graph 10.2 shows the same reality in terms of supply. We should stress, here, the greater regularity of the services sector's behavior and the relative loss of relevance of manufactures, due, chiefly, to the production decline in 1981/1983 and in 1990/1992. This same reality mirrors Graph 10.3, which reproduces the same data of Table 10.1 and shows that, between 1990 and 1995, manufactures fell from 42% to 34% of the GDP, while services increased their relative share, from 46 to 54% of the GDP, and agriculture kept its weight relatively constant, around 12% of the GDP.

Lastly, Graph 10.4 compares the performance of the Brazilian economy with that of many countries at different stages of development in the 1994/1995 period. In 1994 the growth of Brazil was surpassed only by that of Argentina among the selected countries showed, while in 1995 its growth was below that of Chile only. In the average for 1994/1995, Chile presented the fastest growth, at a 6.3% yearly rate, followed by Brazil, with an average rate of 5.1% a year during these two years.

Fabio Giambiagi
Manager, Macroeconomia, Departamento de Economia, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Tabela 10.1 - Produto interno bruto - PIB - 1993-1995
Table 10.1 - Gross domestic product - GDP - 1993-1995

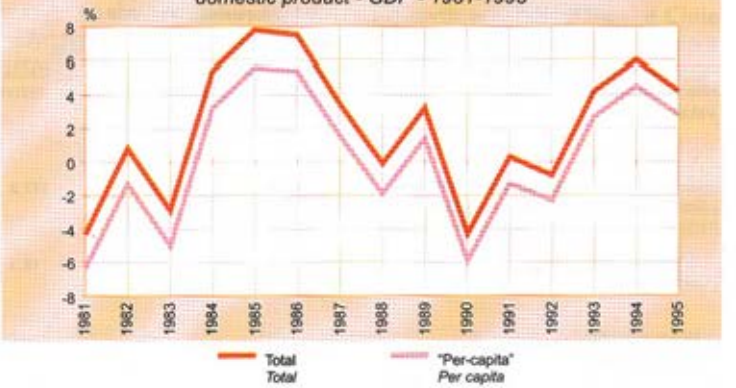
Especificação/ *Item*	Produto interno bruto - PIB(%)/ *Gross domestic product - GDP (%)*		
	1993	1994	1995
Níveis de valoração/ *Valuation levels*			
Produto interno bruto a preços de mercado/ *Gross domestic product at market prices*	**114,5**	**116,9**	**117,2**
Tributos indiretos/ *Indirect taxes*	15,8	18,2	18,3
Menos subsídios/ *Less subsidies*	1,3	1,3	1,1
Produto interno bruto a custo de fatores/ *Gross domestic product at factor's cost*	100,0	100,0	100,0
Setores de atividade/ *Industry sectors*			
Produto interno bruto a preços de mercado/ *Gross domestic product at market prices*	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Agropecuária/ *Agriculture*	12,4	14,2	12,2
Indústria/ *Mining and manufacturing*	37,9	36,1	33,6
Serviços (1)/ *Services (1)*	49,7	49,7	54,2

Fonte/*Source* Contas Consolidadas para a Nação Brasil 1990-1995 Rio de Janeiro IBGE, 1996 Quadro 7A

(1) Menos a imputação dos serviços de intermediação financeira */(1) Less imputation of financial intermediation services*

Gráfico 10.1 - Variação anual do produto interno bruto - PIB - total e "per capita" - 1981-1995

Graph 10.1 - Annual percent change of total and per capita gross domestic product - GDP - 1981-1995



Fonte/*Source:* Contas Consolidadas para a Nação: Brasil 1980-1993. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. Quadro 5; Contas consolidadas para a Nação: Brasil 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Quadro 5.

Gráfico 10.2 - Variação anual do produto interno bruto - PIB -, por setor de atividade - 1981-1995

Graph 10.2 - Annual percent change of gross domestic product - GDP -, by industry sector - 1981-1995

Fonte/*Source:* Contas Consolidadas para a Nação: Brasil 1980-1993. Rio de Janeiro: IBGE 1994.Quadro 9; Contas Consolidadas para a Nação: Brasil 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Quadro 9.

Tabela 10.2 - Produto interno bruto - PIB -, produto nacional bruto e renda nacional disponível bruta - 1993-1995

Table 10.2 - Gross domestic product - GDP -, gross national product and gross national disposable income - 1993-1995

Especificação/ *Item*	Valor (1 000 R$)/ *Value (1,000 R$)*		
	1993	1994	1995
Consumo final/ *Final consumption*	11 087 627	286 028 338	540 235 662
Consumo final das famílias (1)/ *Final consumption of families (1)*	8 791 670	228 362 408	429 753 134
Consumo final das administrações públicas/ *Final consumption of public administrations*	2 295 957	57 665 930	110 482 528
Formação bruta de capital/ *Gross capital formation*	2 714 429	70 877 024	126 643 575
Exportação de bens e serviços/ *Exports of goods and services*	1 377 985	30 087 000	46 311 000
Menos importação de bens e serviços/ *Less imports of goods and services*	1 063 872	26 073 000	55 049 000
Produto interno bruto/ *Gross domestic product*	**14 116 170**	**360 919 362**	**658 141 237**
Menos rendimentos líquidos enviados ao resto do mundo/ *Less: net income sent to the rest of the world*	393 370	6 765 003	11 191 688
Produto nacional bruto/ *Gross national product*	**13 722 800**	**354 154 359**	**646 949 549**
Menos transferências unilaterais líquidas, enviadas ao resto do mundo/ *Less net unrequited transfers to the rest of the world*	(-) 54 245	(-)1 644 084	(-) 3 639 268
Renda nacional disponível bruta/ *Gross national disposable income*	**13 777 045**	**355 818 443**	**650 588 817**

Fonte/*Source* Contas Consolidadas para a Nação Brasil 1990-1995 Rio de Janeiro· IBGE, 1996 Quadro 6

(1) Inclui variação de estoques */(1) Includes changes in inventories*

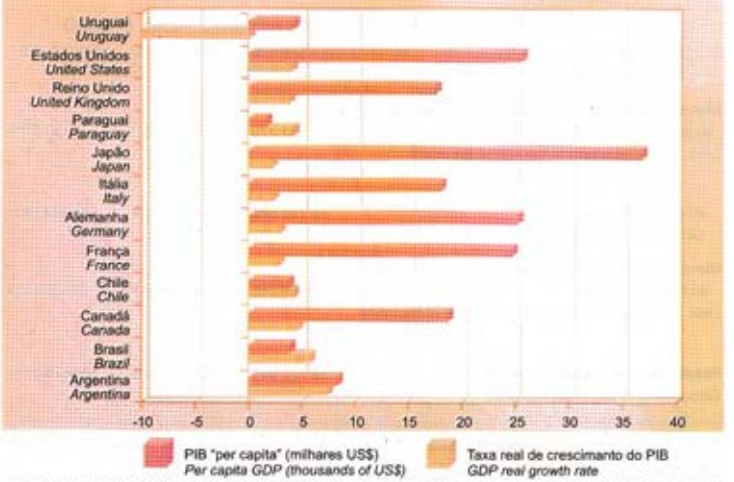
Gráfico 10.3 - Produto interno bruto - PIB -, por setor de atividade - 1990-1995

Graph 10.3 - Gross domestic product - GDP -, by industry sector - 1990-1995

Fonte/*Source:* Contas Consolidadas para a Nação: Brasil 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Quadro 7A.
Nota: Menos a imputação dos serviços de intermediação financeira. / *Note: Less imputed value of financial intermediation services.*

Gráfico 10.4 - Produto interno bruto - PIB -, taxa real de crescimento e valores "per-capita", por países selecionados - 1994

Graph 10.4 - Gross domestic product - GDP -, real growth rate and per capita values, by selected countries - 1994



Fonte/*Source:* Statistical Yearbook [of the] United Nations 1994. New York: Department of International Economic and Social Affairs, v. 41, p. 149, 1996.

Agropecuária

Agriculture

Gerardo de Souza

Bois no milharal / *Oxen in a cornfield*, 1985

Óleo s/tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,63x0,92 m

Agropecuária

Em que pese apresentar uma participação relativamente baixa na composição setorial do produto interno bruto, cerca de 12%, a exemplo de economias com estruturas produtivas mais complexas, a produção agropecuária brasileira tem um papel importante e estratégico para o País, tendo em vista sua relevância no abastecimento interno, no desdobramento de atividades agroindustriais e comerciais, na determinação de estruturas de custos setoriais, na sua contribuição à estabilidade dos preços e na formação das receitas de exportação.

Nas duas últimas décadas, a produção de grãos no País (cereais, leguminosas e oleaginosas) evoluiu de um patamar de 40 milhões para cerca de 75 milhões de toneladas anuais. Em contraste com a evolução de antes da década de 70, quando a expansão da produção dependia da incorporação de novas terras à produção, boa parte desse incremento deveu-se aos significativos aumentos de produtividade ocorridos no setor. Como mostram os dados desta seção, as taxas de crescimento das áreas cultivadas e colhidas foram inferiores às de crescimento do produto.

No entanto, em que pese o crescimento do rendimento físico médio verificado para a quase totalidade dos principais produtos, quando os mesmos são comparados com os alcançados por alguns países selecionados, verifica-se que ainda existe espaço para importantes ganhos adicionais de produtividade.

No que respeita à produção animal, excluindo-se a retração da oferta de bovinos para o abate ocorrida por ocasião dos primeiros planos de estabilização, implantados no início da segunda metade dos anos 80, o comportamento do setor tem sido excepcional, em particular, no que respeita ao incremento da oferta de leite e , em especial, de carne avícola. Esse comportamento tem assegurado uma oferta crescente de proteína animal, a preços relativos cada vez mais baixos.

Como reflexo desse comportamento do setor, em particular nos últimos anos, os preços dos produtos agropecuários têm dado uma importante contribuição para o programa de estabilização econômica, uma vez que têm evoluído abaixo das taxas de inflação observadas para o mesmo período. E isto ocorreu sem que houvesse acentuada redução na oferta do setor.

Do ponto de vista espacial, verifica-se a ocorrência de uma forte concentração da produção, uma vez que as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste respondem por quase 80% da produção de grãos e oleaginosas, bem como têm forte participação no que respeita à produção de origem animal. Em termos de produtos agrícolas, o café, a laranja, o cacau e a castanha de caju, respectivamente, predominam em relação às lavouras permanentes, no que diz respeito à área cultivada, enquanto o milho, a soja, o feijão, o arroz, a cana-de-açúcar, a mandioca, o trigo e o algodão, respectivamente, predominam em relação às lavouras temporárias.

Charles Curt Mueller
Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília - UNB

Agriculture

Brazilian agricultural production contributes with only 12% in the gross domestic product's sectorial composition, similar to economies with more complex productive structures, but has a role that is both important and strategic for the country. It attends the Country's requirements for food, generates additional industrial and commercial activities, contributes to price stability and generates significant export revenues.

In the last two decades the production of grain (cereals, legumes and oilseeds) progressed from a level of around 40 million tons to roughly 75 million tons annually. In the seventies, the increase in production was based on the incorporation of new areas. More recently a sizeable part of this increment was due to expressive productivity increases, as shown by the growth rates of planted and harvested areas, which are lower than the product's growth rates. However, the comparison of the mean physical yields of most all main products with those of some selected countries shows that there is still room for important productivity gains.

Animal products have grown at exceptionally high rates, except during the period of reduced supply associated with anti-inflationary price-control policies of the mid-eighties. Growth was particularly strong in the production of milk and poultry meat, guaranteeing a growing supply of animal protein at increasingly lower relative prices. The growing efficiency and falling prices of agricultural products in the last several years have been a significant contribution to the success of Brazil's current program of economic stabilization.

Agriculture production is very concentrated in the South, Southeast and Central West Regions, which answer for almost 80% of the production of grain and oilseeds. The main permanent crops are, for planted area, coffee, oranges, cacao and cashew nuts, while corn, soybeans, beans, rice, sugar cane, cassava, wheat and cotton are the predominant temporary crops. Animal production is also heavily concentrated in the southern and central regions

Charles Curt Mueller
Professor, Departamento de Economia, Universidade de Brasília - UNB

Gráfico 11.1 - Evolução da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1979-1997

Graph 11.1 - Evolution of the production of cereals, legumes and oilseeds - 1979-1997

Fonte/*Source:* Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 1979-maio 1997.

Nota: Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casca, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, cevada em grão, feijão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão. / *Note: Comprises the production of seed cotton (arboreous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnuts), rice (in the husk), oat (grain), rye (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, corn (grain), soybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain).*
(1) Dados até maio / *(1) Data collected until May.*

Gráfico 11.2 - Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - Safra 1996

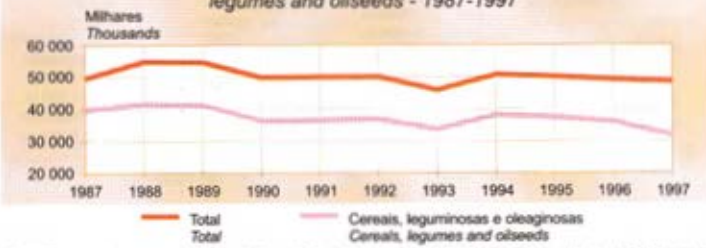
Graph 11.2 - Production of cereals, legumes and oilseeds - 1996 Harvest

Fonte/*Source:* Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 12, dez. 1996.

Nota: Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casca, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, cevada em grão, feijão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão./ *Note: Comprises the production of seed cotton (arboreous) , seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnuts), rice (in the husk), oat (grain), rye (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, corn (grain), soybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain).*

Gráfico 11.3 - Área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1987-1997

Graph 11.3 - Total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1987-1997



Fonte/Source: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 1987-1996. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

Notas: 1. Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casca, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, cevada em grão, feijão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão.

2. O total da área colhida é referente aos 35 produtos acompanhados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. /

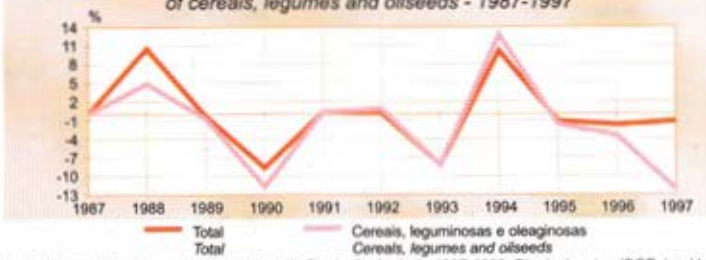
Notes: 1. Comprises the production of seed cotton (arboreous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnuts), rice (in the husk), oat (grain), rye (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, corn (grain), soybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain).

2. The total area harvested refers to the 35 products surveyed by the Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(1) Dados estimados. */ (1) Estimated data.*

Gráfico 11.4 - Variação percentual da área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1987-1997

Graph 11.4 - Percent change of total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1987-1997



Fonte/Source: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 1987-1996. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1987 - jan./dez. 1996.

Nota: Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casca, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, cevada em grão, feijão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão.

Note: Comprises the production of seed cotton (arboreous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnuts), rice (in the husk), oat (grain), rye (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, corn (grain), soybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain).

Tabela 11.1 - Principais produtos das lavouras permanentes - 1994

Table 11.1 - Main products of permanent crops -1994

(continua/*continued*)

Principais produtos/ *Main products*	Área colhida (ha)/ *Area harvested (ha)*	Quantidade produzida (1 000 t)/ *Total production (1,000 tons)*	Rendimento médio (kg/ha)/ *Mean yield (kg/ha)*	Principal produtor/ *Major producer*	
				Unidade da Federação/ *Federative Unit*	Produção obtida (1 000 t)/ *Production (1,000 tons)*
Abacate (1)/ *Avocados (1)*	14 933	410	27 494	São Paulo	179
Banana/ *Bananas*	516 087	573	1 109	Bahia	74
Borracha (látex coagulado)/ *Rubber (coagulated latex)*	58 715	66	1 117	São Paulo	32
Cacau (em amêndoa)/ *Cacao beans*	698 634	330	473	Bahia	272
Café (em coco)/ *Coffee beans*	2 097 650	2 614	1 246	Minas Gerais	1 237
Caqui(1)/ *Kakis (1)*	4 605	554	120 317	São Paulo	344
Castanha de caju/ *Cashew nuts*	680 615	150	220	Ceará	68
Coco-da-baía (1)/ *Coconut (1)*	237 038	919	3 876	Bahia	242
Dendê (coco)/ *Palm oil (nuts)*	67 388	662	9 817	Pará	534
Erva-mate (folha verde)/ *Yerba mate (green leaves)*	16 457	222	13 512	Rio Grande do Sul	177
Goiaba (1)/ *Guavas (1)*	7 841	1 283	116 651	São Paulo	758
Laranja (1)/ *Oranges (1)*	897 985	87 230	97 139	São Paulo	69 025

Tabela 11.1 - Principais produtos das lavouras permanentes - 1994

Table 11.1 - Main products of permanent crops -1994

(conclusão/*concluded*)

Principais produtos/ *Main products*	Área colhida (ha)/ *Area harvested (ha)*	Quantidade produzida (1 000 t)/ *Total production (1,000 tons)*	Rendimento médio (kg/ha)/ *Mean yield (kg/ha)*	Principal produtor/ *Major producer*	
				Unidade da Federação/ *Federative Unit*	Produção obtida (1 000 t)/ *Production (1,000 tons)*
Limão (1)/ *Lemons (1)*	40 590	7 020	172 949	São Paulo	5 475
Maçã (1)/ *Apples (1)*	27 112	3 500	129 082	Santa Catarina	1 489
Mamão (1)/ *Papayas (1)*	29 078	1 181	40 620	Bahia	592
Manga (1)/ *Mangoes (1)*	55 444	1 728	31 172	São Paulo	467
Maracujá (1)/ *Passion fruits (1)*	33 487	3 167	94 591	Pará	1 151
Pêssego (1)/ *Peaches (1)*	19 765	1 362	68 903	Rio Grande do Sul	754
Pimenta-do-reino/ *Black pepper*	21 023	35	1 661	Pará	27
Tangerina (1)/ *Tangerines (1)*	51 458	5 006	98 449	São Paulo	2 319
Uva/ *Grapes*	60 251	807	13 402	Rio Grande do Sul	479

Fonte/*Source* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 3-30, 1997

Nota Selecionados os produtos com valor de produção acima de 35 mil reais /*Note Includes only those products with production value above R$35,000*

(1) Quantidade obtida em 1 000 frutos e rendimento médio em fruto por hectare /*(1) Production expressed in thousand fruits and mean yield in fruits per hectare*

Tabela 11.2 - Principais produtos das lavouras temporárias - 1994

Table 11.2 - Main products of temporary crops - 1994

(continua/*continued*)

Principais produtos/ *Main products*	Área colhida (ha)/ *Area harvested*	Quantidade produzida (1 000 t)/ *Total production (1,000 tons)*	Rendimento médio (kg/ha)/ *Mean yield (kg/ha)*	Principal produtor/ *Major producer*	
				Unidade da Federação/ *Federative Unit*	Produção obtida (1 000 t)/ *Production (1,000 tons)*
Abacaxi (1)/ *Pineapples (1)*	45 218	989	21 884	Minas Gerais	341
Algodão herbáceo (caroço)/ *Seed cotton (herbaceous)*	1 060 564	1 351	1 273	Paraná	422
Arroz (em casca)/ *Rice (in the husk)*	4 414 803	10 541	2 387	Rio Grande do Sul	4 231
Batata-inglesa/ *Potatoes*	171 853	2 488	14 480	Paraná	644
Cana-de-açúcar/ *Sugarcane*	4 345 260	292 102	67 223	São Paulo	174 100
Cebola/ *Onions*	81 638	1 020	12 494	Santa Catarina	302
Feijão (em grão)/ *Beans (grain)*	5 471 322	3 370	615	Paraná	526
Fumo (em folha)/ *Tobacco (leaves)*	320 185	519	1 622	Rio Grande do Sul	229

Tabela 11.2 - Principais produtos das lavouras temporárias - 1994

Table 11.2 - Main products of temporary crops - 1994

(conclusão/*concluded*)

Principais produtos/ *Main products*	Área colhida (ha)/ *Area harvested*	Quantidade produzida (1 000 t)/ *Total production (1,000 tons)*	Rendimento médio (kg/ha)/ *Mean yield (kg/ha)*	Principal produtor/ *Major producer*	
				Unidade da Federação/ *Federative Unit*	Produção obtida (1 000 t)/ *Production (1,000 tons)*
Mandioca/ *Cassava*	1 850 932	24 464	13 217	Pará	3 742
Melancia/ *Watermelons*	72 213	149	2 067	Rio Grande do Sul	34
Milho (em grão)/ *Corn (grain)*	13 748 813	32 488	2 362	Paraná	8 162
Soja (em grão)/ *Soybeans (grain)*	11 525 410	24 932	2 163	Rio Grande do Sul	5 443
Tomate/ *Tomatoes*	61 939	2 688	43 406	São Paulo	883
Trigo/ *Wheat*	1 348 853	2 096	1 554	Paraná	1 076

Fonte/*Source* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 3-40, 1997.

Nota Selecionados os produtos com valor de produção superior a 100 milhões de reais /*Note Includes only those products with production value above R$100,000,000*

(1) Quantidade produzida em milhões de frutos e rendimento médio em frutos por hectare / *(1) Production expressed in million fruits and mean yield in fruits per hectare*

Tabela 11.3 - Rendimento médio de cereais, leguminosas e oleaginosas, por países selecionados - 1987/1996

Table 11.3 - Mean yield of cereals, legumes and oilseeds, by selected countries - 1987/1996

Anos/ Years	Países/*Countries*			
	Brasil/ *Brazil*	Estados Unidos/ *United States*	Argentina/ *Argentina/*	Canadá/ *Canada*
	Soja em grão/*Soybeans (grain)*			
1987	1 660	2 279	1 897	2 754
1992	2 033	2 530	2 292	2 336
1996	2 189	2 527	2 113	2 744
	Feijão em grão/*Beans (grain)*			
1987	384	1 752	840	2 208
1992	544	1 657	1 160	1 934
1996	571	1 785	921	1 196
	Milho em grão/*Corn (grain)*			
1987	1 984	7 522	3 190	7 020
1992	2 282	8 252	4 524	5 693
1996	2 389	7 974	4 010	6 759
	Arroz em casca/*Rice (in the husk)*			
1987	1 738	6 227	3 919	..
1992	2 125	6 431	5 208	..
1996	2 548	6 860	5 047	.
	Trigo em grão/*Wheat (grain)*			
1987	1 765	2 533	1 879	1 931
1992	1 428	2 643	2 321	2 160
1996	1 797	2 442	2 303	2 410
	Amendoim em casca/*Peanuts (groundnuts)*			
1987	1 377	2 619	2 097	
1992	1 714	2 871	3 658	
1996	1 929	2 936	1 941	
	Algodão em caroço/*Seed cotton*			
1987	847	2 081	1 181	
1992	1 004	2 040	1 232	
1996	1 187	2 043	1 370	

Fontes/*Sources* Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 1987, 1992, 1996 Rio de Janeiro. IBGE, 1987, 1992, 1996, FAO, Statistics Database [online], 1997 Disponível http //apps fao org/lim500/nph-wrap pl?Production Crops Primary&Domain=SUA [capturado em set 1997]

Tabela 11.4 - Preços médios reais das lavouras - 1990-1996

Table 11.4 - Average real prices of the crops - 1990-1996

Produtos (kg)/ *Products (kg)*	Valor (R$) / *Value (R$)*						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Algodão em caroço/*Seed cotton*	0,56	0,58	0,51	0,57	0,58	0,51	0,53
Amendoim em casca/*Peanuts (groundnuts)*	0,49	0,58	0,40	0,51	0,46	0,41	0,43
Arroz em casca/*Rice (in the husk)*	0,29	0,37	0,27	0,27	0,26	0,21	0,22
Feijão/*Beans*	0,87	0,86	0,67	0,84	1,01	0,6	0,66
Milho/*Corn*	0,2	0,21	0,19	0,19	0,16	0,14	0,15
Soja/*Soybeans*	0,23	0,29	0,30	0,30	0,26	0,19	0,25
Trigo em grão/*Wheat (grain)*	0,19	0,19	0,22	0,21	0,17	0,17	0,20

Fonte/*Source* Agroanalysis Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, v 17, n 2, p 40-41, maio 1997

Tabela 11.5 - Número de estabelecimentos e capacidade útil das unidades armazenadoras - 1º semestre de 1996

Table 11.5 - Number of establishments and capacity of storage units - 1st semester 1996

Tipos de propriedade da empresa/ *Type of owner*	Número de estabelecimentos/ *Number of establishments*	Armazéns convencionais, estruturais e infláveis (m^3)/ *Conventional, structural and inflatable warehouses (cubic meters)*	Armazéns graneleiros e granelizados (t)/ *Grain and bulk warehouses (tons)*	Silos (t)/ *Silos (tons)*
Total/ *Total*	**10 067**	**92 610 659**	**34 447 235**	**20 545 466**
Governo/ *Government owned*	436	10 863 132	1 616 480	924 982
Iniciativa privada/ *Private*	7 849	62 169 304	20 562 242	12 670 427
Cooperativa/ *Co-operative association*	1 521	14 168 506	10 705 773	5 718 511
Economia mista/ *Government and private co-ownership*	261	5 409 717	1 562 740	1 231 546

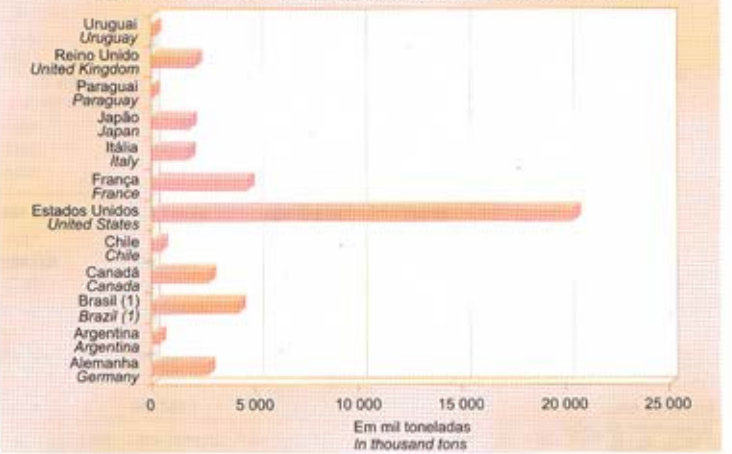
Fonte/*Source:* Pesquisa de Estoques Brasil Rio de Janeiro IBGE, 1 sem 1996 Tabela 1

Tabela 11.6 - Produção de grãos, por países selecionados - 1993
Table 11.6 - Production of grains, by selected countries - 1993

Países selecionados/ *Selected countries*	Produtos (1 000 t métricas)/ *Products (1,000 metric tons)*		
	Trigo/ *Wheat*	Arroz/ *Rice*	Milho/ *Corn*
Argentina/*Argentina*	10 000	502	11 300
Brasil/*Brazil*	2 340	10 376	29 422
Canadá/*Canada*	28 151	-	6 852
França/*France*	29 613	120	14 318
Alemanha/*Germany*	15 520	-	2 730
Itália/*Italy*	8 400	1 300	7 000
Japão/*Japan*	770	10 540	1
Estados Unidos/*United States*	65 904	7 496	176 839
Reino Unido/*United Kingdom*	12 400	-	-

Fonte/*Source:* Statistical Abstract of the United States 1995. Washington, D.C.: Bureau of the Census, p. 871, 1995.

Gráfico 11.5 - Consumo de fertilizantes, por países selecionados - 1993
Graph 11.5 - Use of fertilizers, by selected countries - 1993



Fonte/*Source:* FAO Fertilizer Yearbook 1994. Roma, v. 44, p. 119, 1995.
(1) Dados de 1994. *(1) Data for 1994.*

Tabela 11.7 - Efetivo dos rebanhos e das aves - 1994

Table 11.7 - Number of livestock and poultry on farms - 1994

Tipos/ *Type*	Efetivo (1 000 cabeças)/ *Number (1,000 heads)*
Bovinos/ *Cattle*	158 243
Bubalinos/ *Buffaloes*	1 571
Eqüinos/ *Horses*	6 356
Asininos/ *Asses*	1 313
Muares/ *Mules*	1 987
Caprinos/ *Goats*	10 879
Ovinos/ *Sheep*	18 436
Suínos/ *Hogs and pigs*	35 142
Coelhos/ *Rabbits*	542
Galinhas/ *Hens*	207 539
Galos, frangos (as), pintos de 1 dia/ *Roosters, pullets, one-day old chicks*	473 549
Codornas/ *Quails*	2 424

Fonte/*Source.* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 3-84, 3-87, 1997

Tabela 11.8 - Variação percentual do número de cabeças abatidas e do peso das carcaças - 1986-1996

Table 11.8 - Percent change of the number of animals slaughtered and carcass weight - 1986/1996

Período/ *Period*	Bovinos (%)/*Cattle*		Suínos (%)/*Hogs and pigs*		Aves (%)/*Poultry*	
	Cabeças abatidas/ *Animals slaughtered*	Peso das carcaças/ *Carcass weight*	Cabeças abatidas/ *Animals slaughtered*	Peso das carcaças/ *Garcass weight*	Cabeças abatidas/ *Animals slaughtered*	Peso das carcaças/ *Carcass weight*
1986/1985	(-)14,09	(-)11,88	7,32	5,72	1,58	4,55
1987/1986	16,23	15,47	18,81	20,49	9,83	11,04
1988/1987	18,42	14,11	(-)2,92	(-)5,03	(-)1,41	(-)0,83
1989/1988	7,34	6,51	(-)8,62	(-)7,88	2,97	8,30
1990/1989	(-)0,65	3,17	13,39	13,37	13,91	14,57
1991/1990	4,18	3,03	10,77	11,39	9,89	12,28
1992/1991	4,51	4,79	7,76	9,85	5,88	6,11
1993/1992	2,66	2,03	1,40	(-)0,78	10,12	8,53
1994/1993	3,75	6,72	9,54	10,28	17,40	18,56
1995/1994	10,71	11,22	13,68	18,24	11,08	13,58
1996/1995	10,16	9,33	5,34	7,45	7,94	7,77

Fonte/*Source*: Pesquisa Mensal de Abates de Animais 1986-1996. Rio de Janeiro. IBGE, jan /dez. 1986 - dez. 1996.

Tabela 11.9 - Produção de leite e ovos de galinha e número de cabeças abatidas de frangos - 1987-1996

Table 11.9 - Production of milk and hen's eggs and number of pullets slaughtered - 1987-1996

Ano/ *Year*	Leite/*Milk*		Ovos/*Eggs*		Frangos/*Pullets*	
	Produção (1 000 litros)/ *Production (1,000 liters)*	Variação (%)/ *Percent change (%)*	Produção (1 000 dúzias)/ *Production (1,000 dozens)*	Variação (%)/ *Percent change (%)*	Cabeças/ *Heads*	Variação (%)/ *Percent change (%)*
1987	8 906 423	.	1 284 990	.	806 717 819	
1988	9 062 971	1,76	1 238 970	(-) 3,58	799 678 093	(-) 0,87
1989	8 932 542	(-) 1,44	1 014 510	(-) 18,12	828 094 500	3,55
1990	9 609 042	7,57	1 121 100	10,51	945 999 588	14,24
1991	9 439 700	(-) 1,76	1 137 900	1,5	1 040 842 685	10,03
1992	9 690 427	2,66	1 182 330	3,9	1 099 711 219	5,66
1993	9 145 842	(-) 5,62	1 055 490	(-) 10,73	1 212 689 906	10,27
1994	9 442 059	3,24	1 121 070	6,21	1 425 541 271	17,55
1995	10 595 879	12,22	1 338 840	19,43	1 584 397 567	11,14
1996	11 483 351	8,38	1 327 650	(-) 0,84	1 706 814 704	7,73

Fontes/*Sources*: Pesquisa Mensal do Leite 1987-1996 Rio de Janeiro: IBGE, jan /dez 1987 - dez 1996 Pesquisa Mensal de Abate de Animais 1987-1996. Rio de janeiro: IBGE, jan/dez 1987 - dez 1996, Produção de Ovos de Galinha 1987-1996 Rio de Janeiro IBGE, 1987-1996

Gráfico 11.6 - Produção de couro - 1986-1995

Graph 11.6 - Production of leather - 1986-1995

Fonte/*Source:* Pesquisa Anual de Couro 1986-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-[1997].

Nota: Em 1995, dados preliminares. / *Note: Preliminary data for 1995.*

Tabela 11.10 - Preços médios reais dos produtos animais e derivados - 1990-1996

Table 11.10 - Average real prices of animal products - 1990-1996

Protudos/ *Products*	Unidade/ *Unit*	Valor (R$)/ *Value (R$)*						
		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Boi gordo/*Beef Cattle*	15 kg/*15 kg*	37,88	34,95	33,32	35,25	34,22	27,83	23,73
Suíno/*Hogs and pigs*	15 kg/*15 kg*	22,64	21,64	18,77	20,94	19,26	17,46	14,32
Frango/*Pullets*	kg/*kg*	1,64	1,41	1,23	1,24	1,18	0,96	0,90
Leite/*Milk*	Litro/*Liter*	0,38	0,36	0,34	0,35	0,31	0,33	0,29
Ovos/*Eggs*	Dúzia/*Dozen*	1,20	0,90	0,87	0,97	0,90	0,73	0,80
Boi magro/*Steer*	Cabeça/Head	348,18	301,12	280,35	293,42	328,4	289,65	235,16

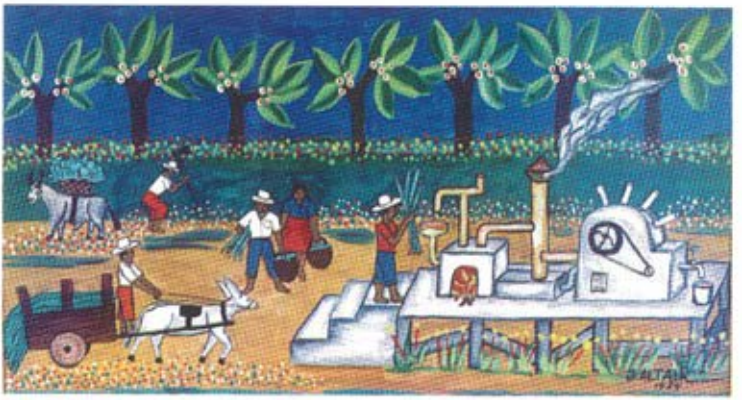
Fonte/*Source*: Agroanalysis. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.17, n.2, p.42-43, maio 1997.

Tabela 11.11 - Produção das principais espécies florestais - 1993-1994

Table 11.11 - Production of the main forest species - 1993-1994

Produtos/ *Products*	Quantidade obtida/ *Total production*		Variação no biênio 1993/1994 (%)/ *Percent change in the 1993/1994 period*
	1993	1994	
Borracha (t)/ *Rubber (tons)*	18 826	15 652	(-) 16,86
Gomas não-elásticas (t)/ *Non-elastic gums (tons)*	172	157	(-) 8,72
Ceras (t)/ *Waxes (tons)*	16 726	17 053	1,96
Fibras (t)/ *Fibers (tons)*	75 345	83 867	11,31
Tanantes (t)/ *Tanning products (tons)*	1 766	671	(-) 62,00
Oleaginosos (t)/ *Oilseeds (tons)*	142 135	121 171	(-) 14,75
Alimentícios (t)/ *Food products (tons)*	404 670	391 322	(-) 3,30
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes (t)/ *Aromatic, medicinal, toxic and dyeing products (tons)*	6 177	5 669	(-) 8,22
Carvão vegetal (t)/ *Charcoal (cubic meters)*	1 937 930	1 886 782	(-) 2,64
Lenha (m^3)/ *Firewood (cubic meters)*	94 154 132	89 747 728	(-) 4,68
Madeira em tora (m^3)/ *Roundwood (cubic meters)*	62 840 016	62 526 820	(-) 0,50
Nó-de-pinho (m^3)/ *Pine-knots (cubic meters)*	89 987	80 715	(-) 10,30

Fonte/*Source*: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 1993-1994 Rio de Janeiro. IBGE, v 8-9, 1996



Indústria

Industry

J. Altair (João Altair de Barros)
Moenda de cana / *Sugar cane mill*, 1984
Acrílica s/madeira / *Acrylic colour on wood* - 0,35x0,64 m

Indústria

A indústria brasileira vem experimentando profundas transformações estruturais a partir do início dos anos 90. Essas transformações estão associadas ao processo gradual de abertura comercial, que envolveu a remoção das barreiras não-tarifárias e a redução progressiva das tarifas alfandegárias, e ao movimento de integração do País no âmbito do Mercosul, bem como, no período mais recente, à nova realidade decorrente do ambiente não-inflacionário que vigora a partir de 1994. O processo de reestruturação industrial em curso se reflete nas estatísticas relativas ao setor industrial apresentadas a seguir.

O resultado mais expressivo é certamente o aumento de produtividade da mão-de-obra registrado na primeira metade desta década - 60% de aumento na razão entre o índice de produção física e o número de horas pagas na indústria entre 1989 e 1996, o correspondente a uma taxa média de crescimento de 7,0% ao ano. Essa taxa superestima, possivelmente, o crescimento efetivo da produtividade ao longo do período, uma vez que está afetada por algumas das próprias características das mudanças estruturais em curso - como o aumento da participação dos insumos importados e a difusão das experiências de terceirização dos serviços de apoio - as quais, por razões metodológicas, afetam o indicador apresentado embora não signifiquem efetivamente um aumento de produtividade. De todo modo, a magnitude do valor aqui observado, bem como a evidência de outras medidas de produtividade, de menor abragência setorial ou temporal, mas de maior rigor conceitual, apontam inequivocamente a ocorrência de um significativo aumento da produtividade industrial na primeira metade dos anos 90.

O processo de transformação em curso provocou fortes oscilações no nível de atividade industrial ao longo da década. Os primeiros anos do período se caracterizam por uma forte queda da produção, que reflete, em boa medida, o impacto sobre a atividade econômica da aceleração do processo inflacionário e das tentativas de combate à inflação no final dos anos 80 e no início dos 90. Em 1992, a produção industrial era cerca de 15% menor do que a observada em 1989. Os anos seguintes marcam a recuperacão do nível de atividade, mas apenas em 1995 a produção física retoma o patamar alcançado em 1989.

Essa recuperação é, de maneira geral, comum aos diversos segmentos industriais, sendo acentuada, no entanto, no caso dos bens de consumo onde o crescimento da produção física alcança a taxa de 6,4% entre 1992 e 1996. As taxas correspondentes aos bens intermediários e de capital são, respectivamente, 3,6% e 2,4%.

A combinação do quadro recessivo registrado no início dos anos 90 com o aumento de produtividade acima apontado resultaram em uma redução bastante significativa do emprego industrial. Esse declínio é sobretudo expressivo nos primeiros anos da década, quando se acumulam os dois fatores mencionados, determinando um decréscimo de 22,5% no número de pessoas ocupadas na indústria entre 1989 e 1992, o equivalente a uma taxa média negativa de 7,8% ao ano. Com a progressiva recuperação do nível de produção industrial, o ritmo de declínio do emprego industrial se atenua, mas é ainda assim expressivo: - 4,4% ao ano no período 1992-96. Em decorrência, o número de pessoas ocupadas na indústria correspondia, em 1996, há cerca de 2/3 daquele registrado em 1989.

Em contrapartida, o salário real pago no setor industrial, após declinar 16,5% entre 1989 e 1991, experimentou um aumento bastante expressivo nos anos subseqüentes, crescendo a uma taxa anual de 7,3% entre 1991 e 1996, o que implicou um aumento acumulado de 42% no qüinqüênio.

Eduardo Augusto Guimarães
Professor do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Industry

The Brazilian mining and manufacturing industries are experiencing profound structural transformations since the beginning of the nineties. These transformations are related to the gradual process of trade opening, with the elimination of non tariff barriers and the progressive reduction of customs duties; to the country's integration in Mercosul; and, to the effects of a non inflationary environment that has existed since 1994.

The most expressive result is the increase of labor productivity registered during the first half of the current decade - a 60% growth in the ratio between the physical production index and the number of hours paid by mining and manufacturing between 1989 and 1996, corresponding to an average annual growth rate of 7.0%. This rate possibly overestimates the actual growth of productivity, since it is affected by some characteristics of the ongoing structural changes themselves - such as the increase of the participation of imported inputs and the new practices of outsourcing auxiliary services. These factors, for methodological reasons, affect the indicator, without actually implying an increase of productivity. At any rate, the magnitude of the value observed here, combined with evidence from other productivity measures, based on a smaller sectorial or temporal coverage but displaying greater conceptual rigor, confirm the occurrence of a significant increase of industrial productivity during the first half of this decade.

The ongoing process of transformation led to strong fluctuations on the level of industrial activity. The first years are characterized by a strong fall of production, reflecting largely the impact of acceleration of the inflationary process and the attempts to fight inflation at the end of the eighties and the beginning of the nineties. In 1992, industrial production was roughly 15% lower than that of 1989. Economic activities rebounded in subsequent years, with physical production reaching in 1995 the same level of 1989.

This recovery was particularly significant concerning consumer goods, where physical production reached an annual growth rate of 6.4% between 1992 and 1996. The rates corresponding to intermediate goods and capital goods are 3.6% and 2.4%, respectively.

The combination of recession in the early nineties and the productivity increases in later years let to a significant reduction of industrial employment. The number of persons employed in the industries fell by 22.5% between 1989 and 1992, an average negative rate of 7.8% a year. With the recovery of industrial production the pace of decline in industrial employment abated, but remained expressive: -4.4% a year in the 1992-1996 period. As a result, the number of persons employed by mining and manufacturing industries was, in 1996, only two thirds of the figure for 1989.

To compensate for lower employment, real wages paid by the industrial sector, after declining 16.5% between 1989 and 1991, increased sharply in subsequent years, growing at an annual rate of 7.3%, between 1989 and 1996, an accumulated increase of 42% in five years.

Eduardo Augusto Guimarães
Professor , Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Tabela 12.1 - Taxas anuais de crescimento na indústria - 1996

Table 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing - 1996

(continua/*continued*)

Classes e gêneros de indústria/ *Classes and groups of industry*	Produção física/ *Physical production*	Emprego/ *Employment*	Salário médio real/*Real average wage*	Produtividade/ *Productivity*
Geral/ *General*	1,45	(-) 11,14	3,62	14,47
Indústria extrativa mineral/ *Mining and quarrying*	9,73	(-) 11,43	9,05	24,57
Indústria de transformação/ *Manufacturing*	0,82	(-) 11,13	3,54	13,78
Produtos de minerais não-metálicos/ *Nonmetallic mineral products*	6,22	(-) 9,82	5,09	17,08
Metalúrgica/ *Metal products*	1,02	(-) 8,13	4,53	11,23
Mecânica/ *Machinery*	(-) 12,91	(-) 17,33	1,88	7,72
Material elétrico e de comunicações/ *Electric and communication equipment*	3,48	(-) 8,78	1,33	12,38
Material de transporte/ *Transportation equipment*	(-) 0,26	(-) 14,62	2,95	18,03
Madeira/ *Wood products*	2,02	(-) 8,92	5,41	9,67
Mobiliário/ *Furniture*	13,73	(-) 3,40	1,58	17,33
Papel e papelão/ *Paper and paperboard*	2,21	(-) 4,94	5,22	8,41
Borracha/ *Rubber products*	(-) 0,70	(-) 18,70	9,01	19,97
Couros e peles/ *Leather, hides and skins*	(-) 2,12	(-) 4,65	5,52	0,69
Química/ *Chemicals*	4,90	(-) 8,28	3,22	14,42
Produtos farmacêuticos e veterinários/ *Pharmaceutical and veterinary products*	(-) 8,64	0,18	7,29	(-) 8,63
Perfumaria, sabões e velas/ *Toilet preparations, soap and candles*	4,01	(-) 2,29	8,90	6,85
Produtos de matérias plásticas/ *Plastic products*	11,29	(-) 6,27	4,73	20,95
Têxtil/ *Textiles*	(-) 5,86	(-) 21,33	2,62	20,84

Tabela 12.1 - Taxas anuais de crescimento na indústria - 1996

Table 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing - 1996

(conclusão/*concluded*)

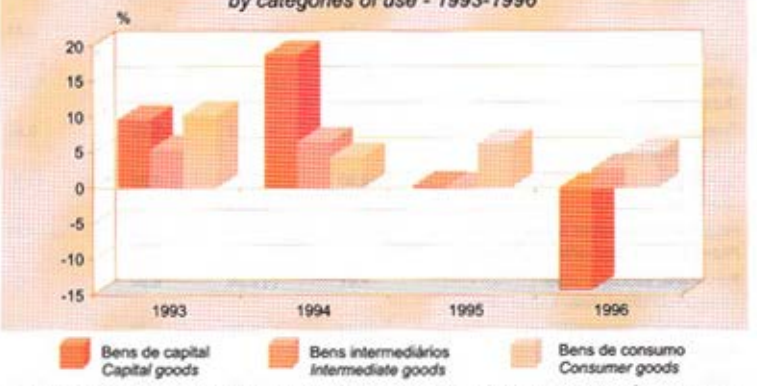
Classes e gêneros de indústria/ *Classes and groups of industry*	Produção física/ *Physical production*	Emprego/ *Employment*	Salário médio real/*Real average wage*	Produtividade/ *Productivity*
Vestuário, calçados e artefatos de tecido/ *Apparel, footwear and textile products*	(-) 3,26	(-) 18,97	7,45	16,16
Produtos alimentares/ *Food products*	5,13	(-) 2,39	5,25	9,18
Bebidas/ *Beverages*	(-) 3,34	(-) 3,84	13,26	1,12
Fumo/ *Tobacco*	12,49	3,40	(-) 3,41	10,83
Editorial e gráfica/ *Printing and publishing*	-	(-) 2,84	6,94	-
Diversas/ *Other*	-	(-) 14,62	10,63	-

Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez.1996; Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: emprego, salário e valor da produção. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

Nota: Base: ano anterior = 100. */Note: Base: previous year = 100.*

Gráfico 12.1 - Taxas anuais de crescimento da produção industrial, por categoria de uso - 1993-1996

Graph 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing production, by categories of use - 1993-1996



Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física Brasil. Rio de Janeiro:IBGE, jan./dez. 1993-1996.

Tabela 12.2 - Taxa de crescimento industrial - 1990-1996
Table 12.2 - Mining and manufacturing growth rate - 1990-1996

Ano/ *Year*	Produção física/ *Physical production*	Pessoal ocupado/ *Employed persons*	Horas pagas/ *Hours paid*	Jornada média de trabalho/ *Hours paid per worker*	Produtividade/ *Productivity*	Salário médio real/ *Real average wages*
1990	(-) 8,9	(-) 5,4	(-) 6,9	(-) 1,6	(-) 2,2	(-)16,4
1991	(-) 2,6	(-) 10,1	(-) 10,1	0,1	8,3	(-) 0,2
1992	(-) 3,7	(-) 7,7	(-) 8,0	(-) 0,4	4,6	11,5
1993	7,5	(-) 1,9	(-) 1,9	0,0	9,5	6,9
1994	7,6	(-) 2,2	(-) 2,9	(-) 0,7	10,8	5,7
1995	1,8	(-) 1,9	(-) 2,3	(-) 0,4	4,3	8,7
1996	1,5	(-) 11,1	(-) 11,4	(-) 0,3	14,5	3,8
1996/1990	2,1	(-) 34,3	(-) 36,5	(-) 3,3	60,6	18,6

Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1990-1996; Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: emprego, salário e valor da produção. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

Nota: Base: ano anterior = 100. */Note: Base: previous year = 100*

Gráfico 12.2 - Indicadores da indústria - 1986-1996
Graph 12.2 - Mining and manufacturing indicators - 1986-1996

Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física Brasil: Rio de janeiro: IBGE, jan./dez. 1986-1996; Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: emprego, salário e valor da produção. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

Nota: Base: ano anterior = 100./ *Note: Base: previous year = 100.*

Tabela 12.3 - Produção industrial - 1994-1995

Table 12.3 - Mining and manufacturing production - 1994-1995

(continua/*continued*)

Produtos selecionados/ *Selected products*	Unidade de medida/ *Unit*	1994	1995
Alumínio/ *Aluminum*	1 000 t *1,000 tons*	1 184	1 188
Aço bruto/ *Crude steel*	1 000 t *1,000 tons*	25 747	25 076
Produtos fundidos/ *Cast-metal products*	1 000 t *1,000 tons*	1 764	1 610
Ferroligas/ *Ferroalloys*	1 000 t *1,000 tons*	936	872
Produtos químicos/ *Chemicals*	1 000 t *1,000 tons*	26 092	26 535
Petróleo/ *Petroleum*	1 000 m³ *1,000 cu meters*	38 589	40 018
Gás natural/ *Natural gas*	1 000 m³ *1,000 cu meters*	7 712	8 044
Máquinas Agrícolas Automotrizes/ *Self-propelled agricultural machines*	Unidade *Unit*	51 333	28 338
Automóveis/ *Automobiles*	Unidade *Unit*	1 581 389	1 629 008

Tabela 12.3 - Produção industrial - 1994-1995

Table 12.3 - Mining and manufacturing production - 1994-1995

(conclusão/*concluded*)

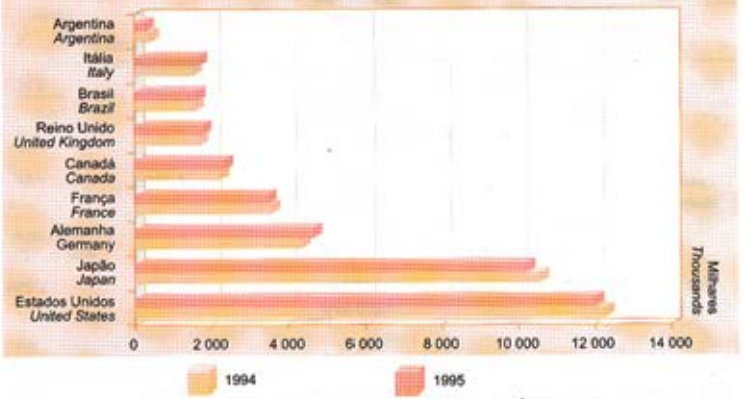
Produtos selecionados/ *Selected products*	Unidade de medida/ *Unit*	1994	1995
Papel/ *Paper*	1 000 t *1,000 tons*	5 653	5 798
Celulose/ *Cellulose*	1 000 t *1,000 tons*	5 376	5 443
Cimento/ *Cement*	1 000 t *1,000 tons*	25 230	28 256
TV em cores (1)/ *Color television sets (1)*	1 000 unidades *1,000 units*	4 985	6 066
Refrigeradores (1)/ *Refrigerators (1)*	1 000 unidades *1,000 units*	2 400	3 031
Fogões (1)/ *Cooking stoves (1)*	1 000 unidades *1,000 units*	3 091	3 917
Sistemas de som (1)/ *Sound equipment (1)*	1 000 unidades *1,000 units*	2 690	3 807
Vídeocassete (1)/ *Videocassette recorders (1)*	1 000 unidades *1,000 units*	1 234	1 923

Fontes/*Sources* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 4-32, 4-34, 4-38, 4-40, 4-42, 4-76, 4-77, 1997, Anuário Estatístico setor metalúrgico 1991/1995 Brasília Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia, p 63, 95, 1997, Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos Eletros 1994, dados não publicados

(1) Dados relativos a vendas industriais */(1) Industrial sales data*

Gráfico 12.3 - Produção de autoveículos, por países selecionados - 1994-1995

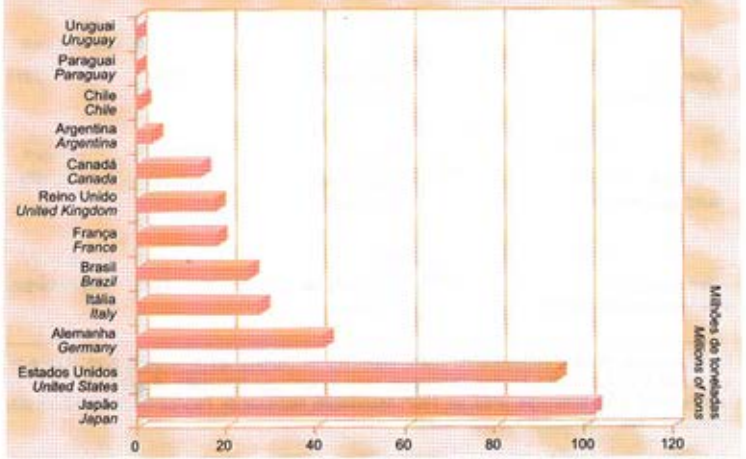
Graph 12.3 - Production of motor vehicles, by selected countries - 1994-1995



Fonte/*Source:* Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira 1957-1995. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, p.21, 1996.

Gráfico 12.4 - Produção de aço, por países selecionados - 1995

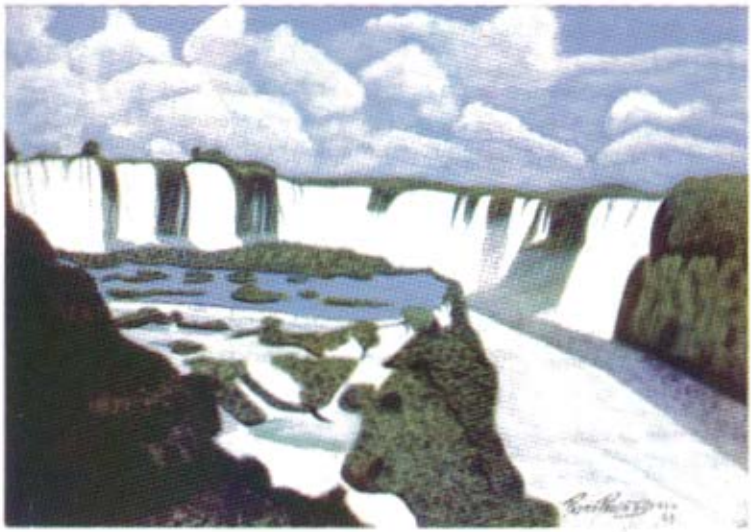
Graph 12.4 - Production of steel, by selected countries - 1995



Fonte/Source: A Siderurgia em Números 1997. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Siderurgia, p. 2, abr. 1997.

Energia

Energy



Pedro Paulo de Jesus
Foz do Iguaçu / *Iguaçu Falls*, 1991
Óleo s/ tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,46x0,65 m

Energia

A eficiência com que a energia é usada no Brasil pode ser obtida calculando a energia consumida (em tep - tonelada equivalente de petróleo) para gerar uma unidade de produto bruto nacional (em unidades de 1.000 reais). Em 1995 este indicador que se denomina de **intensidade energética** se situa em torno de 0,3 tep/R$ 1.000, portanto menor do que o valor para países industrializados que se situa em torno de 0,4 tep/US$ 1000. Este valor menor reflete o fato de que o Brasil ainda está construindo sua infra-estrutura. Ao longo dos últimos anos a intensidade energética tem crescido no Brasil aproximando-se lentamente da intensidade energética dos países industrializados.

As tabelas e gráficos apresentados nesse tema demonstram que:

- o consumo de eletricidade e de petróleo *per capita* no Brasil é cerca de quatro vezes menor do que na França e Japão e sete vezes menor do que nos Estados Unidos;
- 66% da oferta interna de energia é proveniente de lenha e carvão vegetal, derivados de cana-de-açúcar (álcool e bagaço) e energia hidráulica e eletricidade, sendo portanto renovável. Apenas 34% da energia têm origem no petróleo, que é um combustível fóssil, não renovável;
- cerca de metade do petróleo usado no Brasil é importado;
- o consumo de lenha e carvão vegetal, que são formas primitivas de usar madeira de florestas naturais (ou artificiais), declinou de cerca de 30% de 1985 até 1994;
- o consumo de derivados de cana-de-açúcar (bagaço e álcool), que são formas sofisticadas do uso de biomassa (sobretudo o álcool), está aumentando (cerca de 25% de 1985 a 1994);
- o setor industrial é o que mais consome energia no Brasil (49% em 1995), tendo crescido cerca de 15% desde 1991. O setor transporte representa 25% do consumo e o residencial 20%. Ambos cresceram cerca de 10% desde 1991.

José Goldemberg
Professor Titular da Universidade de São Paulo - USP

Energy

The efficiency in the use of energy in Brazil can be gauged by computing the energy consumed (in pet - petroleum-equivalent tons) to generate one gross national product unit (in units of R$ 1,000). In 1995 this indicator, called **energetic intensity**, was around 0.3 pet/R$ 1,000, lower than the figure for industrialized countries, which is around 0.4 pet/US$ 1,000. This figure reflects the fact that Brazil is still building its infrastructure. During the last years the energetic intensity has been growing and gradually approaching the energetic intensity of industrialized countries.

The tables and graphs presented show that:

- electricity and petroleum per capita consumption in Brazil is about four times lower than in France and Japan and seven times lower than in the United States;
- 66% of the domestic supply of energy derives from firewood and charcoal, sugarcane products (alcohol and bagasse) and hydro power and electricity, hence being renewable. Only 34% of energy originates from petroleum, which is a fossilized fuel, nonrenewable;
- near half of the petroleum used in Brazil is imported;
- consumption of firewood and charcoal, primitive forms of using wood from natural (or artificial) forests, declined close to 30% from 1985 to 1994;
- the consumption of sugarcane products (bagasse and alcohol), sophisticated forms of using biomass (especially alcohol), is increasing (approximately 25% from 1985 to 1994);
- the mining and manufacturing sectors are the largest consumers of energy in Brazil (49% in 1995), having expanded close to 15% since 1991. The transportation sector represents 25% of the consumption, and the residential sector, 20%. Both have increased near 10% since 1991.

José Goldemberg
Professor, Universidade de São Paulo - USP

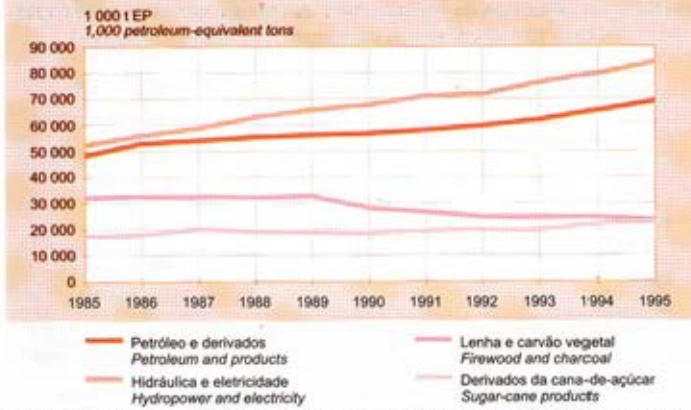
Gráfico 13.1 - Produção de energia primária - 1985-1995

Graph 13.1 - Primary energy production - 1985-1995

Fonte/*Source:* Balanço Energético Nacional 1996. Brasília: Ministério de Minas e Energia, p. 15, 1996. Ano base 1995.

Gráfico 13.2 - Evolução da oferta interna de energia - 1985-1995

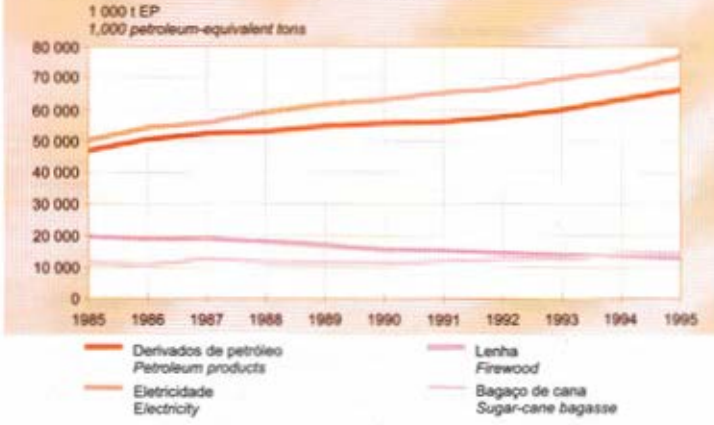
Graph 13.2 - Domestic supply of energy - 1985-1995



Fonte/*Source:* Balanço Energético Nacional 1996. Brasília: Ministério de Minas e Energia, p. 16, 1996. Ano base 1995

Gráfico 13.3 - Evolução do consumo final de energia, por fonte - 1985-1995

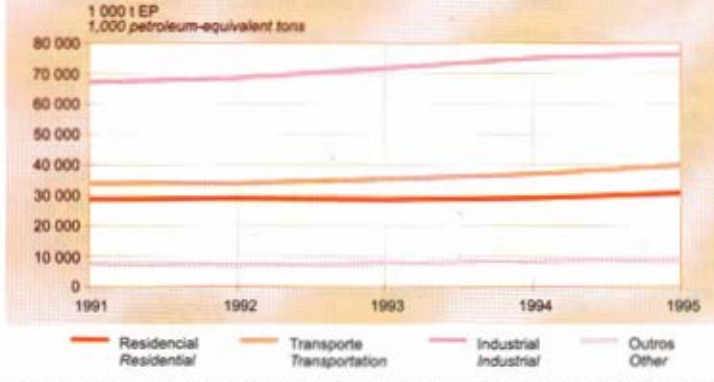
Graph 13.3 - Final energy consumption, by source - 1985-1995



Fonte/*Source*: Balanço Energético Nacional 1996. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 1996. p. 18, 1996. Ano base 1995.

Gráfico 13.4 - Evolução do consumo final de energia, por setor - 1991-1995

Graph 13.4 - Final energy consumption, by sector - 1991-1995



Fonte/*Source*: Balanço Energético Nacional 1996. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 1996. p. 20, 1996. Ano base 1995.

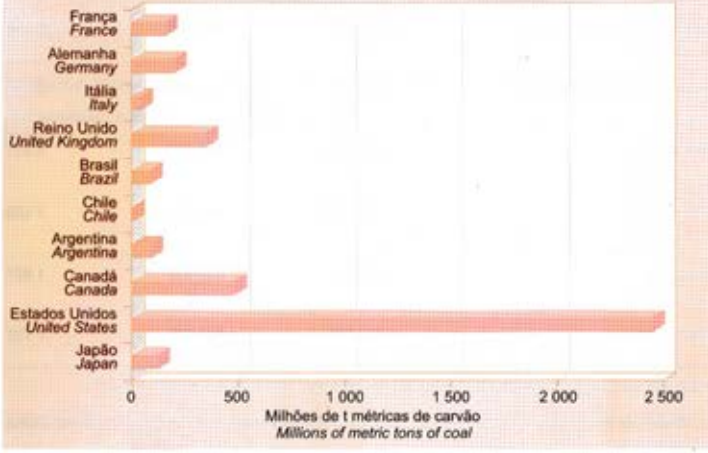
Gráfico 13.5 - Dependência externa de energia - 1985 -1995

Graph 13.5 - Dependence on foreign energy - 1985-1995

Fonte/*Source*: Balanço Energético Nacional 1996. Brasília: Ministério de Minas e Energia, p. 22, 1996. Ano base 1995.

Gráfico 13.6 - Produção de energia primária, por países selecionados - 1993

Graph 13.6 - Primary energy production, by selected countries - 1993



Fonte/*Source*: Energy Statistics Yearbook 1994. New York: United Nations, v. 38, p. 2, 1996.

Tabela 13.1 - Produção e consumo total e "per capita" de eletricidade, por países selecionados - 1994

Table 13.1 - Total production and total and per capita consumption of electricity, by selected countries - 1994

Países selecionados/ *Selected countries*	Produção (1)/ *Production (1)*	Consumo/ *Consumption*	
		Total (1)/ *Total (1)*	"Per capita" (2)/ *Per capita (2)*
Canadá/*Canada*	554 186	510 272	17 510
Estados Unidos/*United States*	3 268 250	3 312 888	12 711
Argentina/*Argentina*	66 196	67 162	1 965
Chile/*Chile*	25 250	25 250	1 798
Paraguai/*Paraguay*	35 862	3 090	640
Uruguai/*Uruguay*	7 617	5 957	1 881
Alemanha/*Germany*	528 221	530 558	6 528
Reino Unido/*United Kingdom*	325 383	342 270	5 870
Itália/*Italy*	231 783	269 382	4 711
França/*France*	475 622	412 454	7 139
Brasil/*Brazil*	260 682	292 339	1 837
Japão/*Japan*	964 328	964 328	7 726

Fonte/*Source:* Energy Statistics Yearbook 1994. New York United Nations, p 460, 1996.

(1) Milhões de kilowatt/hora. (2) Kilowatt/hora "per capita". */(1) Millions of kilowatts/hour. (2) Per capita kilowatts/hour*

Tabela 13.2 - Produção e consumo total e "per capita" de petróleo, por países selecionados - 1994

Table 13.2 - Production and total and per capita consumption of petroleum, by selected countries - 1994

Países selecionados/ *Selected countries*	Produção (1)/ *Production (1)*	Consumo/ *Consumption*	
		Total (1)/ *Total (1)*	"Per capita" (2)/ *Per capita (2)*
Canadá/*Canada*	85 688	68 101	2 337
Estados Unidos/*United States*	335 972	685 064	2 628
Argentina/*Argentina*	34 278	24 304	711
Brasil/*Brazil*	33 494	64 298	404
Chile/*Chile*	594	7 213	514
Alemanha/*Germany*	2 938	108 251	1 332
Itália/*Italy*	4 877	79 455	1 390
Reino Unido/United Kingdom	119 030	84 296	1 446
Japão/*Japan*	543	224 680	1 800
França/*France*	2 769	76 795	1 329

Fonte/*Source*: Energy Statistics Yearbook 1994 New York United Nations, p 167, 1996

(1) Mil toneladas métricas (2) Kilogramas "per capita" */(1) Thousands of metric tons. (2) Per capita kilograms.*

Comércio

Trade

Ivonaldo (Ivonaldo Veloso de Melo)
Vendedor de melancias / *Watermelon seller*, 1975
Acrílica s/tela e eucatex / *Acrylic colour on canvas and masonite* - 0,50x0,40 m

Comércio

Constitui um fato notório a grande mutação que vem sendo observada no setor comercial do Brasil, principalmente quanto à prevalência dos grandes estabelecimentos do tipo supermercados, em relação aos antigos armazéns e quitandas, assim como das concentrações em shopping centers, no lugar das tradicionais lojas de bairros.

Ao lado dessas transformações estruturais, observa-se também uma variação importante sob vários aspectos, como, por exemplo: as margens de comercialização vêm apresentando tendência à redução; o nível de emprego é decrescente nas grandes empresas, em função das inovações tecnológicas, e mais estável nas pequenas empresas; e o salário médio, depois de um período de decréscimo correspondente à recessão dos primeiros anos da década de 90, apresenta tendência ao crescimento. Entre 1995 e 1996, há uma melhoria do salário real, após o plano de estabilização de 1994, mais pronunciada nas pequenas e médias empresas, com número inferior a 50 empregados. Da mesma forma, observa-se que, em termos de emprego, houve maior estabilidade no grupo das pequenas empresas, certamente por falta de alternativas tecnológicas.

Os dados de 1995 e 1996 se referem exclusivamente ao comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entretanto, pela sua representatividade cosmopolita, os resultados do Rio, de um modo geral, refletem a situação do País como um todo.

Vale assinalar que o setor comércio, assim como a indústria, recebeu um grande impulso através da forte expansão do crédito ao consumidor, propiciada pela estabilidade dos preços. Em 1994, as vendas do comércio varejista expandiram 16,0%, mas perderam o fôlego em 1995, quando a expansão se reduziu a 2,5%, até chegar à recessão de 1996, com decréscimo de 5,9%. O resultado negativo de 1996 se deve ao elevado índice de inadimplência, passada a fase de euforia.

Ernane Galvêas
Consultor da Confederação Nacional do Comércio

Trade

The Brazilian trade sector is changing notably, with the prevalence of large establishments such as supermarkets, compared with the emporiums and grocery stores of old, while the concentration in shopping centers is replacing the traditional neighborhood stores.

Besides these structural transformations, we observe also important changes in the trading margins, which are getting smaller; in the employment level in the larger companies, which is also being reduced; and in the growth trend of average wages, after a period of decline during the recession in the yearly nineties. Between 1995 and 1996, after the 1994 stabilization plan, real wages have improved particularly in small and medium-sized establishments with less than 50 employees. This group of small establishments presented also more job stability, surely caused by the lack of technological alternatives.

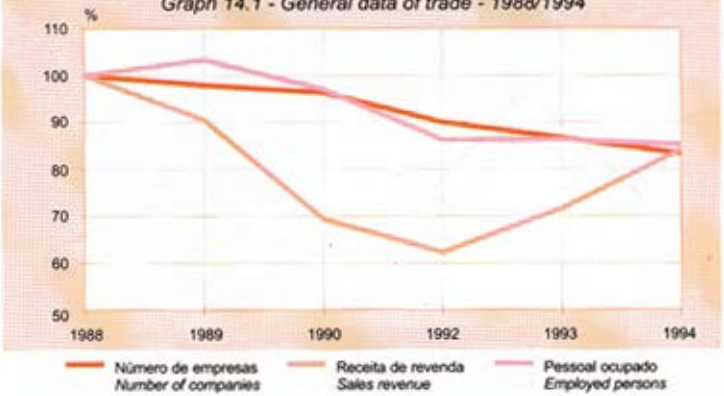
Data for 1995 and 1996 refer exclusively to retail trade in the Metropolitan Area of Rio de Janeiro, but we can assume that, as a large cosmopolitan center, its results reflect the situation of the Country as a whole.

Price stability and the strong expansion of consumer credit led to a very significant impulse in industrial and commerce activities at first, being reduced more recently. Retail trade sales expanded 16.0% in 1994, losing strength in 1995, when the expansion was reduced to 2.5%, until reaching the 1996 recession, with a decrease of 5.9%. The negative result in 1996 is due to the high rate of delinquency, after the initial euphoria.

Ernane Galvêas
Consultant, Confederação Nacional do Comércio

Gráfico 14.1 - Dados gerais do comércio - 1988/1994

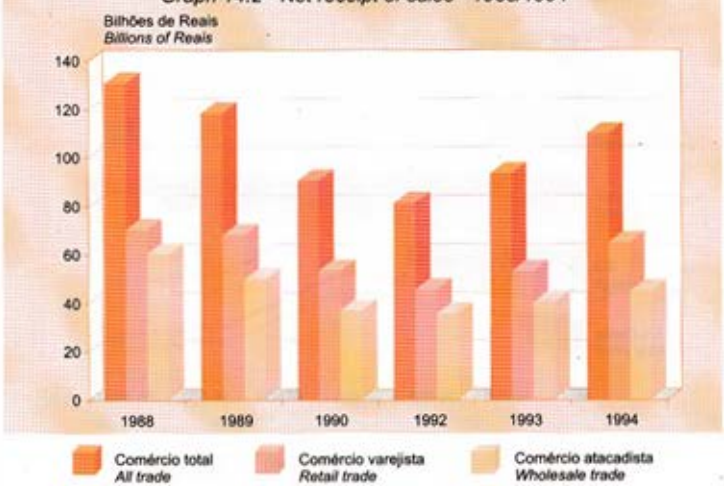
Graph 14.1 - General data of trade - 1988/1994



Fonte/*Source:* Pesquisa Anual do Comércio 1988-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1-6, 1993-1997.
Nota: Base dos números-índices: 1988 = 100. / *Note: Index number base: 1988 = 100.*

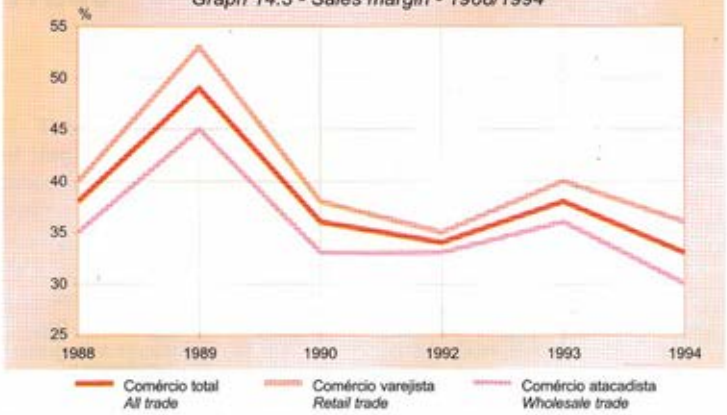
Gráfico 14.2 - Receita líquida de revenda - 1988/1994

Graph 14.2 - Net receipt of sales - 1988/1994



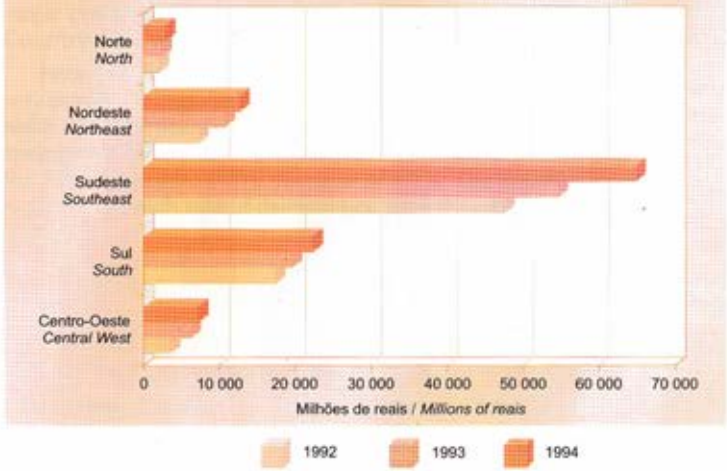
Fonte/*Source:* Pesquisa Anual de Comércio 1988-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1-6, 1993-1997.

Gráfico 14.3 - Margem de comercialização - 1988/1994
Graph 14.3 - Sales margin - 1988/1994



Fonte/*Source:* Pesquisa Anual de Comércio 1988-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v, 1-6, 1993-1997.

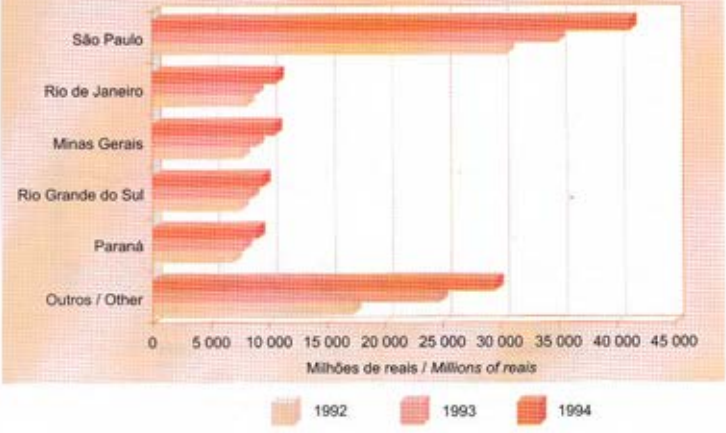
Gráfico 14.4 - Receita de revenda, por Grandes Regiões - 1992-1994
Graph 14.4 - Receipt of sales, by Major Regions - 1992-1994



Fonte/*Source:* Pesquisa Anual de Comércio 1992-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v, 4-6, 1995-1997.

Gráfico 14.5 - Receita de revenda, por principais Unidades da Federação - 1992-1994

Graph 14.5 - Receipt of sales, by main Federative Units - 1992-1994



Fonte/*Source:* Pesquisa Anual de Comércio 1992-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v, 4-6, 1995-1997.

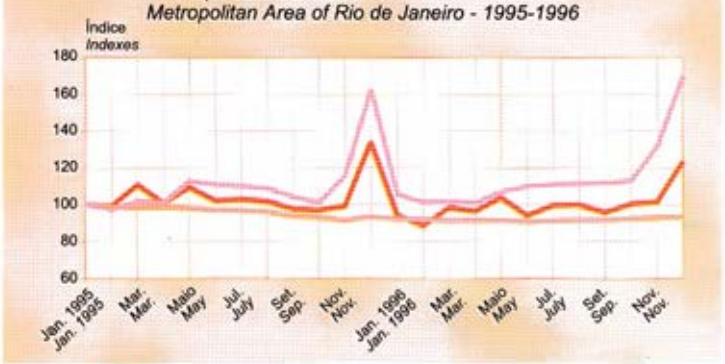
Gráfico 14.6 - Evolução do salário médio no setor de comércio - 1988/1994

Graph 14.6 - Evolution of the average wage in the trade sector - 1988/1994

Fonte/*Source:* Pesquisa Anual de Comércio 1988-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v, 1-6, 1993-1997.

Gráfico 14.7 - Evolução do comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1995-1996

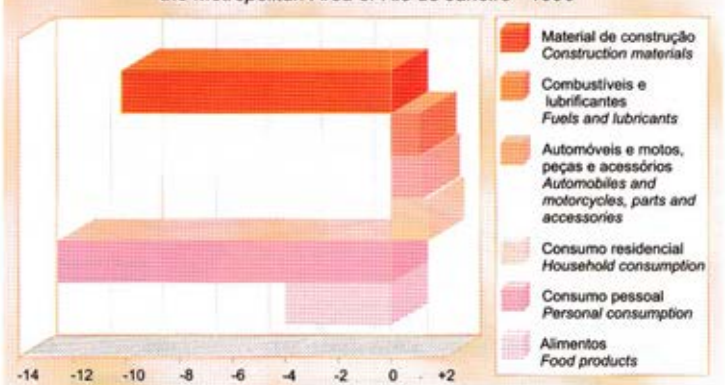
Graph 14.7 - Evolution of retail trade in the Metropolitan Area of Rio de Janeiro - 1995-1996



Fonte/*Source:* Indicadores IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez., 1995-1996.
Nota: Índice de base fixa: jan. 1995 = 100. / *Note: Fixed-base index: jan. 1995 = 100.*

Gráfico 14.8 - Taxa de variação do faturamento real do comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1996

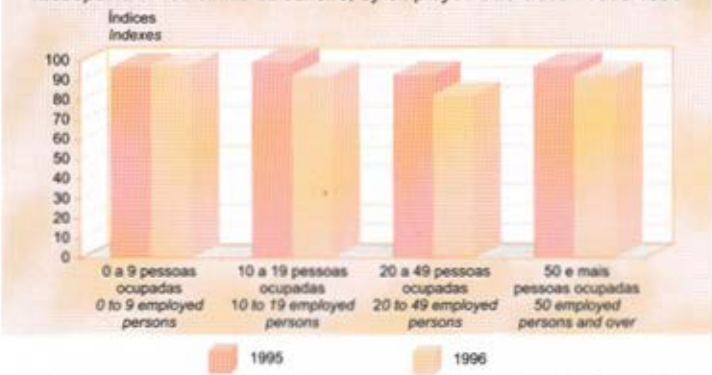
Graph 14.8 - Rate of change of retail invoicing in the Metropolitan Area of Rio de Janeiro - 1996



Fonte/Source: Indicadores IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez., 1995-1996.

Gráfico 14.9 - Índice de emprego assalariado, por classes de pessoal ocupado no comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1995-1996

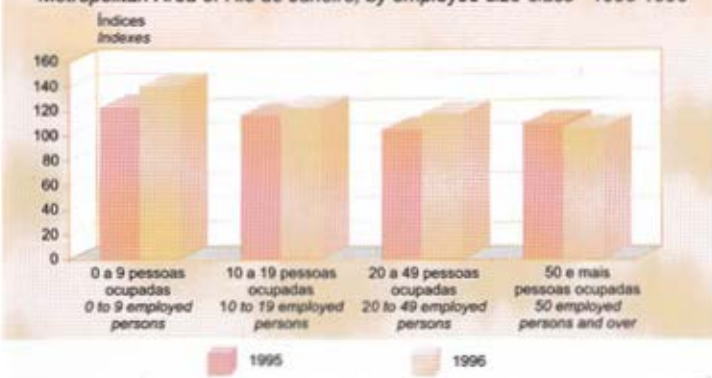
Graph 14.9 - Index of salaried employment in retail trade of the Metropolitan Area of Rio de Janeiro, by employee size-class - 1995-1996



Fonte/Source: Indicadores IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez., 1995-1996.

Gráfico 14.10 - Índice de salários total e de outras remunerações, por classes de pessoal ocupado, no comércio varejista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1995-1996

Graph 14.10 - Index of total wage and other remuneration in retail trade of the Metropolitan Area of Rio de Janeiro, by employee size-class - 1995-1996



Fonte/Source: Indicadores IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez., 1995-1996.
Nota: Média do índice de base fixa: jan. 1995 = 100./ *Note: Average of the fixed-base index: jan. 1995 = 100.*

Transportes

Transportation

José Antonio da Silva
Trem de ferro cortando o milharal / *Train in the cornfield*, 1983
Óleo s/ tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,59x0,98 m

Transportes

O quadro geral do setor Transportes brasileiros é apresentado nas tabelas e gráficos desta seção segundo uma divisão modal: rodoviário, ferroviário, aéreo e hidroviário. Os dados para transporte dutoviário podem ser obtidos de outras fontes,[1] observando-se que esse modo é responsável por menos do que 4% do transporte de carga no Brasil.

Os grandes números que caracterizam a operação do transporte rodoviário são apresentados na Tabela 15.1 e sua evolução nos Gráficos 15.1 a 3. Note-se que a Pesquisa Anual de Transporte Rodoviário - PATR, conduzida pela Fundação IBGE desde 1968, abrange, nos anos mais recentes, apenas as maiores empresas do subsetor; estas, no entanto, respondem pela maior parcela da produção [2]. No caso do transporte de passageiros, as 4.681 empresas pesquisadas, em 1995, incluem as do transporte coletivo, por ônibus, nos segmentos intramunicipal, intermunicipal, interestadual e internacional, as quais somadas auferiram receitas de R$6,6 bilhões. O transporte rodoviário de passageiros, enquanto serviço público, é prestado por essas empresas sob regime de permissão ou concessão, sendo os poderes concedentes os Municípios (intramunicipal), as Unidades da Federação (intermunicipal) e a União (interestadual e internacional). No transporte rodoviário de carga, a PATR informa sobre as empresas cujo objetivo social precípuo seja o transporte de bens (Empresas Comerciais de Transporte - ECT). Não atinge, portanto, empresas agrícolas, industriais e comerciais, que transportam suas próprias cargas, assim como os transportadores autônomos. Os serviços prestados por esses autônomos, entretanto, são indiretamente incorporados nas despesas das ECT, que totalizaram R$6,8 bilhões, em 1995, quando estes prestam serviços a ETC, fato este que ocorre com freqüência no mercado de fretes rodoviários. No domínio rodoviário, a Tabela 15.2 descreve ainda a extensão da rede de vias planejadas e em tráfego, nas situações pavimentadas, não-pavimentadas e em obras, por Unidades da Federação.

Os dados apresentados na Tabela 15.3 consolidam os números do subsetor ferroviário, incluindo empresas que atuam predominantemente

[1] Ver Anuário Estatístico dos Transportes Brasília: GEIPOT

[2] Em 1987, por exemplo, foram pesquisadas mais de 23 000 empresas Ver Anuário Estatístico do Brasil 1990 Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, p. 725, 1990

no transporte de carga (Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA, e as Estradas de Ferro: Vitória a Minas; Carajás; do Amapá; Votorantim; do Jari; e a da Mineração Rio do Norte), e no transporte de passageiros de subúrbio, em 10 Regiões Metropolitanas brasileiras, e interurbano (FEPASA). O ano de 1995, a que os dados se referem, será também lembrado por grandes transformações institucionais no subsetor. Foi o último ano em que a operação ferroviária de carga esteve quase que integralmente sob a tutela de empresas estatais, pois em 1996/97 as operações ferroviárias da RFFSA e da Estradas de Ferro Vitória a Minas e Carajás foram concessionadas a operadores privados, sendo que as duas últimas no âmbito da desestatização da Cia.Vale do Rio Doce S.A. Destacam-se ainda as estqdualizações das operações de trens suburbanos das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O transporte aéreo é dividido em três grandes mercados: doméstico, internacional e regional (Tabela 15.4). As dimensões territoriais do Brasil acentuam a importância relativa do transporte doméstico, que embarcou mais de 12 milhões de passageiros, em 1995. Esses números, para os mercados internacional e regional, alcançaram cerca de 4,8 milhões de passageiros, em cada caso. Releva ainda comparar, no Gráfico 15.8, a posição do Brasil, em relação a outros países, no tocante ao transporte aéreo, que é equiparável ao Canadá e destaca-se ante os países do Cone Sul.

O transporte hidroviário é representado, neste painel, através da movimentação de embarcações nos portos nacionais, por tipo de navegação (Gráfico 15.7). Note-se que os quase 15 mil navios de longo curso que atracam no País, anualmente, movimentam mais de 90% do comércio exterior brasileiro. Na cabotagem, predomina o transporte de petróleo e derivados assim como de minérios. Na categoria Outros, incluem-se as embarcações que operam nas hidrovias interiores (rios e lagos) e alto-mar (e.g., suprimentos e apoio), observando-se um significativo declínio dessa movimentação nos três últimos anos. Esse declínio se deu em todas as macrorregiões brasileiras, com exceção do Sudeste, e mais acentuadamente no Sul (Porto de Porto Alegre, em especial) e no Norte.

Newton Rabello de Castro
Professor Titular da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Transportation

This section presents the data on the main types of transportation in Brazil: highway, railway, air and water transportation. Data for pipeline transportation, accounting for less than 4% of the country's total freight, may be obtained elsewhere.[1]

Table 15.1 gives the broad figures for highway transportation, and graphs 15.1 to 15.3 show their evolution. The Annual Road Transportation Survey-PATR, carried by IBGE since 1968, includes only the largest companies for recent years, but they answer for most of the activities.[2]. Regarding passenger transportation, the 4,681 enterprises surveyed in 1995 include public transportation, by bus, in the local, inter-municipal, interstate and international segments; and their revenues added up to R$6.6 billion in that year. Passenger highway transportation is provided by private firms under public oversight, the authorizing powers being the Municipalities (local), States (inter-municipal) and the Federal Government (interstate and international). Data on highway freight transportation refer to companies that have as their stated goal the transport of goods (Commercial Transportation Enterprises - ECT). This means that the survey does not include private fleets operated as auxiliary establishments to agricultural, manufacturing and trade companies, nor self-employed truckers. Nevertheless, the services provided by these self-employed truckers are indirectly incorporated into the expenditures made by Commercial Transportation Companies, which reached R$6.8 billion in 1995, when they work for ECTs, as this happens frequently regarding highway freights. Also concerning highways, Table 15.2 describes the extent of the highway network, planned and in traffic, paved, not paved and under construction, by state.

Table 15.3 gives information on railways, including companies primarily devoted to freight service (Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA; Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA; and Railroads Vitória to Minas;

[1] See Anuário Estatístico dos Transportes Brasília: GEIPOT.

[2] In 1987, for example, over 23,000 enterprises were surveyed See Anuário Estatístico do Brasil 1990 Rio de Janeiro IBGE, v 50, p 725, 1990

Carajás; Amapá; Votorantim; Jari; and Mineração Rio do Norte), and to suburban passenger service in ten Brazilian Metropolitan Areas. It includes also inter-city passenger service by FEPASA. The year 1995, to which the data refer, will also be remembered by the vast institutional changes affecting rail transportation in Brazil. It was the last year when railroad freight operations were almost entirely under the tutelage of state-owned companies. In 1996/97 railway operations by RFFSA and Railroads Vitória to Minas and Carajás were privatized, the last two together with the mining company Companhia Vale do Rio Doce S.A. Suburban train operations in the Metropolitan Areas of Rio de Janeiro and São Paulo were also transferred from the federal to the respective state governments.

Air transportation is divided into three large markets: domestic, international and regional (Table 15.4). Domestic transportation is of special importance due to Brazil's large territory; over 12 million passengers were transported in 1995. The figure for the international and the regional markets reached roughly 4.8 million passengers each. We should also compare the Brazil's place vis-à-vis other countries (Graph 15.8); it is equivalent to Canada, and well above the other countries in the Southern Cone.

Water transportation is represented by vessels arriving in national ports, by type of navigation (Graph 15.7). Close to 15 thousand long-range vessels arrive a year, carrying over 90% of the Brazilian foreign trade. Coastwise shipping carries mostly petroleum and its byproducts, as well as ores. The category "others" includes vessels operating on inland waterways (rivers and lakes) and offshore (e.g. supplies and support). There was a significant decline of such movement in the last three years, except in the Southeast, and particularly in the South (port of Porto Alegre, in particular) and in the North.

Newton Rabello de Castro
Professor, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis,
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

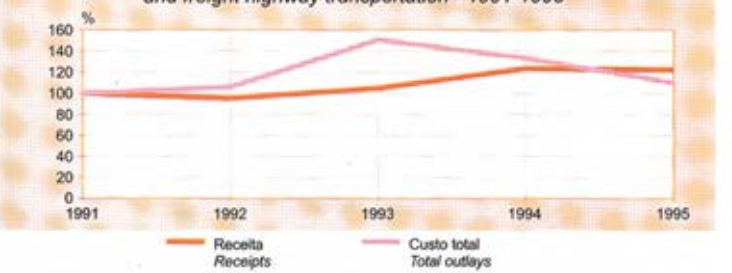
Tabela 15.1 - Dados gerais do transporte rodoviário - 1994-1995
Table 15.1 - General data of highway transportation -1994-1995

Dados gerais/ *General data*	Total/ *Total*		Tipo de transporte/ *Type of transportation*			
			De passageiros/ *Passenger*		De carga/ *Freight*	
	1994	1995	1994	1995	1994	1995
Número de empresas/ *Number of companies*	6 279	4 681	1 120	898	5 159	3 783
Pessoal ocupado/ *Persons employed*	717 909	553 602	462 824	379 260	255 085	174 342
Salários (1)/ *Wages (1)*	2 998	3 116	1 892	2 069	1 106	1 047
Receita de transporte (1)/ *Transportation receipts (1)*	12 864	13 183	5 739	6 608	7 125	6 575
Custos e despesas (1)/ *Costs and expenses (1)*	16 886	14 594	9 130	7 802	7 756	6 792

Fonte/*Source:* Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário 1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1996; 1995, dados não publicados.

Notas: 1. Valores de 1994, inflacionados pelo IPCA médio do IBGE.
2. Em 1995, dados sujeitos a retificação. /
Notes: 1. Figures for 1994 inflated by IBGE average IPCA.
2. Data for 1995 subject to correction.
(1) Valores em milhões de Reais, em moeda constante de 1995. */(1) Figures in millions of Reais, at 1995 constant currency.*

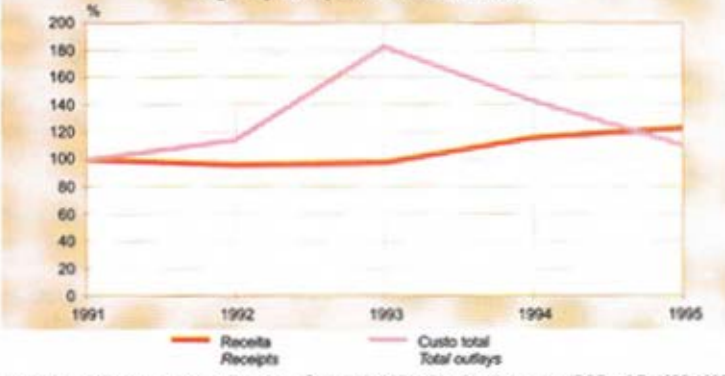
Gráfico 15.1 - Evolução da receita e do custo total do transporte rodoviário total - 1991-1995
Graph 15.1 - Evolution of receipts and total outlays of passenger and freight highway transportation - 1991-1995



Fonte/*Source:* Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário 1991-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v.5-7, 1995-1996; 1995, dados não publicados.
Nota: Base dos números-índices: 1991 = 100. / *Note: Index numbers base: 1991 = 100.*

Gráfico 15.2 - Evolução da receita e do custo total do transporte rodoviário de passageiros - 1991-1995

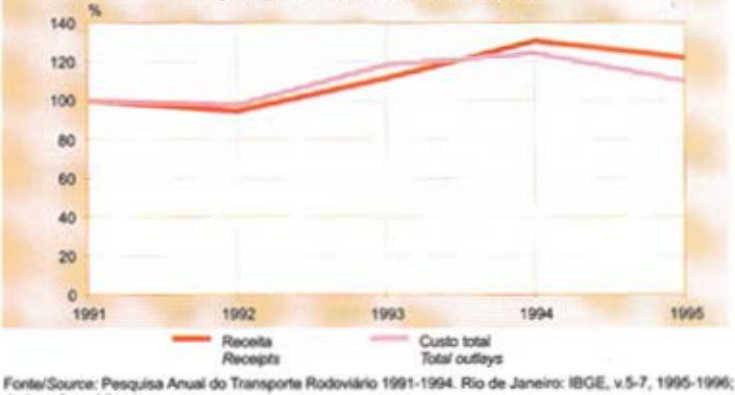
Graph 15.2 - Evolution of receipts and total outlays of passenger highway transportation - 1991-1995



Fonte/Source: Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário 1991-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v.5-7, 1995-1996; 1995, dados não publicados.
Nota: Base dos números-índices: 1991 = 100. / *Note: Index numbers base: 1991 = 100.*

Gráfico 15.3 - Evolução da receita e do custo total do transporte rodoviário de cargas - 1991-1995

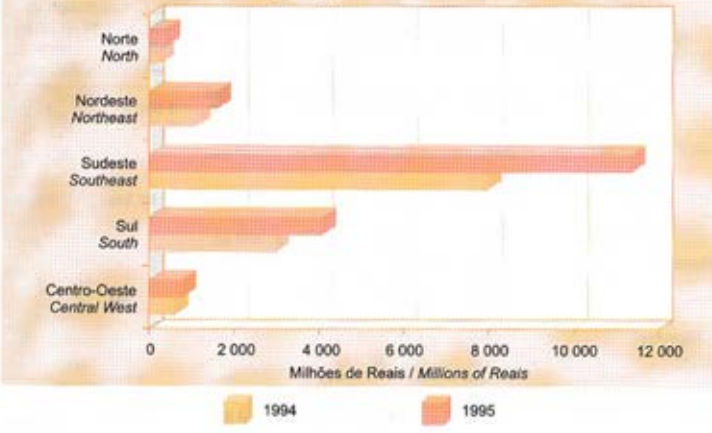
Graph 15.3 - Evolution of receipts and total outlays of freight highway transportation - 1991-1995



Fonte/Source: Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário 1991-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v.5-7, 1995-1996; dados não publicados.
Nota: Base dos números-índices: 1991 = 100. / *Note: Index numbers base: 1991 = 100.*

Gráfico 15.4 - Receita de transporte rodoviário, por Grandes Regiões - 1994-1995

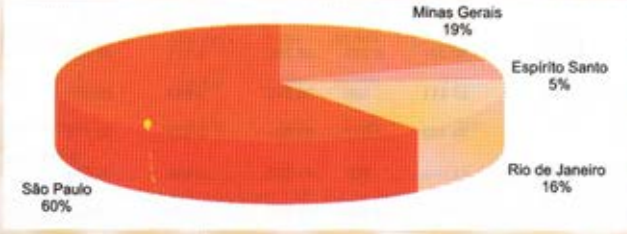
Graph 15.4 - Receipts of highway transportation, by Major Regions - 1994-1995



Fonte/*Source:* Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário 1994. Rio de Janeiro: IBGE, v.7, 1996; 1995, dados não publicados.

Gráfico 15.5 - Receita de transporte rodoviário na Região Sudeste - 1995

Graph 15.5 - Receipts of highway transportation in the Southeast Region - 1995



Fonte/*Source:* IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Comércio e Serviços, Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário, dados não publicados.

Tabela 15.2 - Extensão da rede rodoviária nacional em tráfego - 1996

Table 15.2 - Extent of the national highway network in traffic - 1996

(continua/*continued*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Total/ *Total*	Planejada/ *Planned*	Em tráfego/ *In traffic*			
			Total/ *Total*	Pavimentada/ *Paved*	Não-pavimentada/ *Not paved*	Em obras (1)/ *Under construction*
Brasil/ *Brazil*	**1 824 392**	**163 993**	**1 660 399**	**148 122**	**1 501 340**	**10 938**
Norte/ *North*	**138 282**	**41 102**	**97 181**	**8 442**	**87 245**	**1 494**
Rondônia	27 240	4 883	22 357	1 397	20 951	9
Acre	5 943	3 748	2 195	315	1 881	-
Amazonas	14 872	8 686	6 186	1 363	4 653	170
Roraima	7 010	2 143	4 867	409	4 458	-
Pará	41 559	7 215	34 344	3 418	30 926	-
Amapá	7 169	5 054	2 115	224	1 763	129
Tocantins	34 490	9 373	25 117	1 317	22 613	1 187
Nordeste/ *Northeast*	**430 626**	**33 291**	**397 334**	**41 411**	**353 463**	**2 460**
Maranhão	55 973	3 118	52 854	4 016	48 025	814
Piauí	59 250	6 512	52 737	3 580	49 077	81
Ceará	50 521	2 310	48 210	6 171	41 654	385
Rio Grande do Norte	27 411	466	26 945	3 693	23 091	161
Paraíba	34 722	1 517	33 205	2 977	30 170	58
Pernambuco	41 949	608	41 340	5 405	35 834	101
Alagoas	14 860	1 871	12 989	2 230	10 645	114
Sergipe	11 567	2 057	9 510	1 720	7 544	247
Bahia	134 375	14 832	119 544	11 620	107 424	500

Tabela 15.2 - Extensão da rede rodoviária nacional em tráfego - 1996

Table 15.2 - Extent of the national highway network in traffic - 1996

(conclusão/*concluded*)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ *Major Regions and Federative Units*	Total/ *Total*	Planejada/ *Planned*	Em tráfego/ *In traffic*			
			Total/ *Total*	Pavimentada/ *Paved*	Não-pavimentada/ *Not paved*	Em obras (1)/ *Under construction*
Sudeste/ *Southeast*	**499 067**	**19 527**	**479 541**	**51 879**	**426 146**	**1 515**
Minas Gerais	244 107	11 717	232 390	18 402	212 944	1 044
Espírito Santo	31 289	1 234	30 056	3 015	26 570	471
Rio de Janeiro	24 954	2 885	22 069	5 156	16 913	-
São Paulo	198 717	3 691	195 026	25 306	169 720	-
Sul/ *South*	**513 053**	**52 370**	**460 683**	**29 359**	**429 349**	**1 975**
Paraná	264 500	3 666	260 834	15 112	245 411	311
Santa Catarina	105 705	44 309	61 396	5 285	55 830	281
Rio Grande do Sul	142 848	4 394	138 453	8 962	128 109	1 383
Centro-Oeste/ *Central West*	**243 364**	**17 704**	**225 660**	**17 031**	**205 136**	**3 494**
Mato Grosso	90 509	6 858	83 651	3 970	77 968	1 713
Mato Grosso do Sul	56 995	3 151	53 844	4 499	48 865	481
Goiás	94 293	7 593	86 700	7 822	77 578	1 300
Distrito Federal/ *Federal District*	1 568	102	1 466	740	726	-

Fonte/*Source* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 5-21, 1997, dados fornecidos pelo Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Divisão de Planejamento

(1) Inclusive os trechos em obras de implantação e/ou pavimentação */(1) Includes the sections being opened and/or paved*

Tabela 15.3 - Dados gerais do transporte ferroviário - 1995

Table 15.3 - General data of railway transportation - 1995

Especificação/ *Item*	1995
Extensão em tráfego (km)/ *Extent in traffic (km)*	29 899
Material rodante em tráfego/ *Rolling stock in service*	
Locomotivas/ *Locomotives*	1 543
Automotrizes/ *Railcars*	32
Trens unidade/ *Trains*	538
Carros (todos os tipos)/ *Passenger cars (all types)*	2 872
Vagões (todos os tipos) (1)/ *Freight cars (all types) (1)*	56 973
Pessoal empregado em 31 12/ *Persons employed on Dec 31st*	84 900
Movimento financeiro (1 000 R$)/ *Railway finances (1,000 R$)*	
Receita total/ *Total receipts*	6 831 631
Despesa total/ *Total expenses*	10 331 516
Transporte realizado/ *Transportation services*	
Passageiros (1 000)/ *Passengers carried (1,000)*	1 265 091
Mercadorias (1 000 t úteis) e outros/ *Freight carried (1,000 of net tons) and other*	260 251
Consumo de energia/ *Energy consumption*	
Energia elétrica (MWh)/ *Electric energy (MWh)*	99 043
Óleo combustível (t)/ *Fuel oil (tons)*	175
Óleo diesel (t)/ *Diesel fuel (tons)*	628 950
Carvão (t)/ *Coal (tons)*	-

Fonte/*Source*: Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 5-25, 1997, dados fornecidos pelo Ministério dos Transportes, Departamento de Transportes Ferroviários

(1) Não inclui os vagões de propriedade particular /*(1) Excluding private cars*

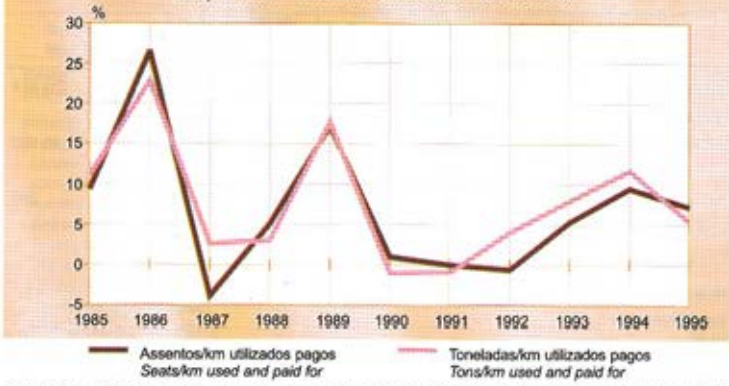
Tabela 15.4 - Tráfego aéreo doméstico e internacional - 1995

Table 15.4 - Domestic and international air traffic - 1995

Especificação/ *Item*	Doméstico/ *Domestic*	Internacional/ *International*	Regional/ *Regional*
Horas voadas/ *Hours flown*	261 552	194 853	239 617
Quilômetros voados (1 000)/ *Kilometers flown (1,000)*	172 826	156 336	95 705
Velocidade média (km/h)/ *Average speed (km/h)*	661	802	726
Assentos/quilômetros/ *Seats/kilometers*			
Oferecidos (1 000)/ *Offered (1,000)*	20 658 442	35 863 281	6 351 113
Utilizados (1 000)/ *Used (1,000)*	12 385 115	23 466 125	3 549 901
Toneladas/quilômetros/ *Tons/kilometers*			
Oferecidos (1 000)/ *Offered (1,000)*	3 047 940	6 296 342	670 609
Utilizados (1 000)/ *Used (1,000)*	1 643 217	3 457 146	309 652
Passageiros embarcados/ *Passengers enplaned*			
Total (1 000)/ *Total (1,000)*	12 005	4 784	4 806
Pago (1 000)/ *Paid (1,000)*	11 820	4 632	4 706
Consumo de combustível (1 000 l)/ *Fuel consumed (1,000 l)*	1 221 183	1 705 649	288 306

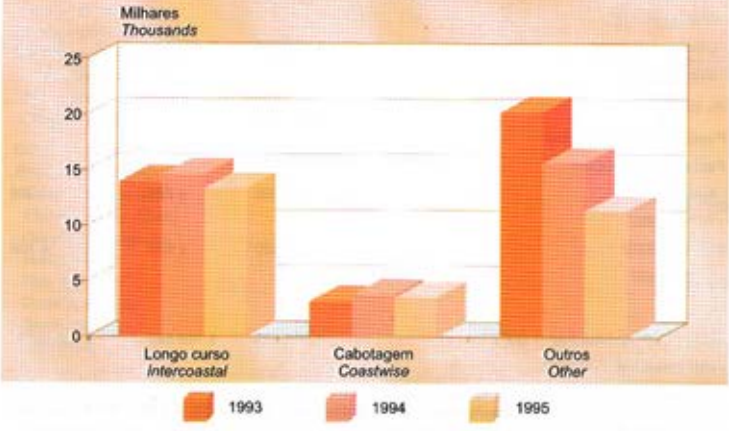
Fonte/*Source*. Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v 56, p 5-53, 1997, dados fornecidos pelo Ministério da Aeronáutica, Departamento de Aviação Civil, Assessoria de Organização e Controle

Gráfico 15.6 - Evolução do tráfego aéreo brasileiro - 1985-1995
Graph 15.6 - Brazilian air traffic - 1985-1995



Fonte/*Source:* Anuário do Transporte Aéreo: dados estatísticos 1995. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, Departamento de Aviação Civil, v.1, p. 8, nov. 1996.
Nota: Base: 1981 = 100. / *Note: Base: 1981 = 100.*

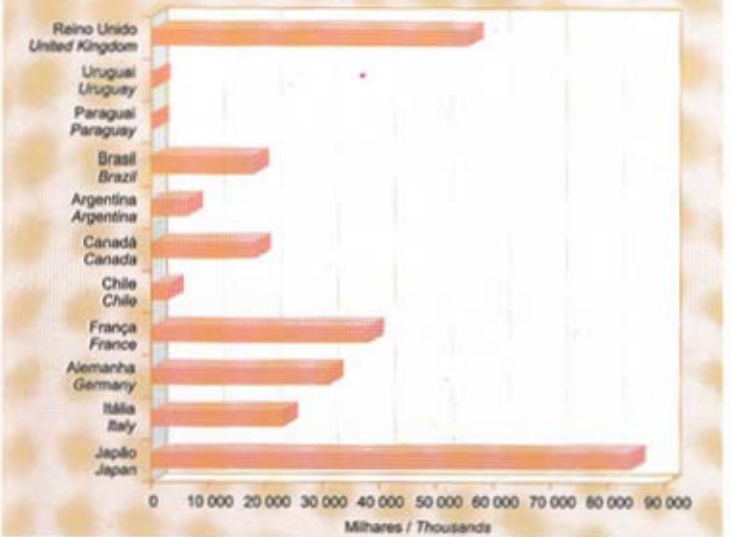
Gráfico 15.7 - Evolução do movimento de embarcações, por tipo de navegação - 1993-1995
Graph 15.7 - Movement of vessels, by type of navigation - 1993-1995



Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, p. 5-39, 1997, dados fornecidos pelo Ministério dos Transportes, Secretaria de Transportes, Departamento de Portos.

Gráfico 15.8 - Passageiros transportados pelo tráfego aéreo, por países selecionados - 1994

Graph 15.8 - Passengers transported by the air traffic, by selected countries - 1994



Fonte/Source: Statistical Yearbook. [of the] United Nations 1994. New York: Departament of International Economic and Social Affairs, v. 41, p. 575, 1996.

Turismo

Tourism

Heitor dos Prazeres
Frevo, 1966
Óleo s/tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,46x0,55 m

Turismo

O acelerado processo de crescimento do turismo em todo mundo faz com que dados estatísticos confiáveis e atualizados sejam de fundamental importância tanto para o setor público como privado da atividade. As tabelas e gráficos contidos nesta seção permitem a avaliação do setor e a determinação de ações futuras.

Os dados da Tabela 16.1 demonstram que, entre 1993 e 1995, houve um aumento gradual do número de turistas estrangeiros que visitaram o Brasil, o que corresponde a 20,06 % no período, percentual bastante significativo se comparado com os anos anteriores, nos quais o número de visitantes estrangeiros chegou a situar-se por volta de 1 600 000 turistas/ano.

Com exceção da África e da América do Sul, os demais continentes/países aparecem com um número crescente de turistas no Brasil, mas, mesmo assim, a América do Sul ainda contribui (em 1995) com 55,5 % dos turistas internacionais, com especial destaque para a Argentina que corresponde a 59,4 % deste fluxo. Apesar destes números favoráveis, constata-se que, se comparados aos fluxos internacionais de outros países (Gráfico 16.4), o Brasil ainda recebe uma fatia muito pequena do mercado turístico internacional, no qual se destacam a França, a Espanha, a Itália e os Estados Unidos.

Já o Gráfico 16.1 mostra uma acentuada queda na entrada de turistas entre 1986 até 1990, motivada, provavelmente, pelos problemas socioeconômicos enfrentados pelo País no período. Nos anos seguintes, até 1995, dá-se a retomada do crescimento dos fluxos turísticos internacionais, destacando-se o Rio de Janeiro como maior pólo receptor de turistas (Gráfico 16.2), seguido de São Paulo e Foz do Iguaçu. Estes números mostram que o Rio de Janeiro continua a atrair os turistas internacionais, destacando-se, ainda, São Paulo para o turismo de negócios e Foz do Iguaçu, internacionalmente conhecida pelas suas famosas Cataratas do Rio Iguaçu.

No que se refere ao número de Agências de Viagens e Turismo (Tabela 16.5) e Meios de Hospedagem (Tabela 16.4), percebe-se a concentração numérica de Agências de Viagens e de Unidades

Habitacionais nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, por se tratarem dos maiores pólos de turismo emissivo e receptivo do País. O Estado do Paraná aparece em terceiro lugar no número de unidades habitacionais devido ao afluxo de turistas para Foz do Iguaçu, não somente devido ao atrativo das já citadas Cataratas, mas também devido ao grande movimento de compras de produtos estrangeiros em Ciudad del Leste (Paraguai).

Dos dados apresentados, conclui-se que o Brasil vem retomando, gradativamente, o seu lugar como destino turístico internacional, deixando, porém, ainda muito a desejar, se comparado com os fluxos internacionais de outros países. A Argentina, nosso maior emissor de turistas, apresenta um fluxo com permanência curta e de gastos reduzidos no País; fato este que induz à necessidade de se empreender uma estratégia voltada para a captação de outros mercados internacionais que, permanecendo mais tempo, despendem mais dinheiro, contribuindo, assim, de forma mais significativa para a entrada de divisas através do turismo.

Doris Ruschmann
Docente nos cursos de graduação e de pós-graduação em Turismo da Universidade de São Paulo - USP - e Universidade do Vale do Itajaí

Tourism

Tourism is a fast growing activity all over the world, and reliable and accurate statistical data a basic tool for public and private sectors concerned with this expanding business.

Table 16.1 shows a gradual increase in the number of foreign tourists visiting Brazil between 1993 and 1995, a 20.06% growth. This should be compared with the figures of the previous years, when the number of foreign visitors was about 1 600 000 tourists/year.

There was an increase in the number of tourists from most regions in the world except for Africa and South America. But tourism from South America is still the largest, with 55.5% coming from this region in 1995, 59,4% of which from Argentina. In spite of these favourable numbers, Brazil still receives a very small part of the international tourist market, if compared with the number of tourists admitted to other countries(graph 16.4).

Graph 16.1 shows an accentuated decrease in the number of tourists entering the country from 1986 to 1990, probably caused by socio-economic problems faced by Brazil in the period. In the following years, until 1995, international tourist flows grew again, with Rio de Janeiro appearing as the main receiving center (graph 16.2), followed by São Paulo, a business center, and Foz do Iguaçu, thanks to its famous waterfalls.

In regard to the number of travel and tourism agencies (table 16.5) and lodging places (table 16.4), we observe the concentration of travel agencies and rooms in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. The state of Paraná is the third in terms of available rooms, not only due to the great number of travellers that go to Foz do Iguaçu to visit the waterfalls, but also due to the great movement of purchases of foreign products in Ciudad del Leste (Paraguay).

In short, we can conclude that Brazil is gradually retaking its place as international tourist destination, but this position is still not completely satisfactory, if compared with other countries. Argentina is the country that sends the largest number of visitors to Brazil, but their lenght of

stay is short and the amounts spent are limited. There is ample room for a policy to increase the volume, destinations and revenues from international tourism in Brazil.

Doris Ruschmann
Professor, Cursos de graduação e de pós-graduação em Turismo,
Universidade de São Paulo - USP and Universidade do Vale do Itajaí

Tabela 16.1 - Entrada de turistas no País - 1993-1995

Table 16.1 - Tourists admitted to the Country - 1993-1995

(continua/*continued*)

País de residência permanente/ *Country of permanent residence*	1993	1994	1995
Total/*Total*	**1 571 940**	**1 853 301**	**1 991 416**
África/*Africa*	**20 305**	**25 229**	**18 933**
América Central/*Central America*	**5 847**	**10 281**	**13 482**
América do Norte/*North America*	**107 791**	**188 141**	**254 567**
Canadá/*Canada*	8 664	12 086	16 707
Estados Unidos/*United States*	91 471	164 209	224 577
México/*Mexico*	7 656	11 846	13 283
América do Sul/*South America*	**1 111 084**	**1 158 830**	**1 106 062**
Argentina/*Argentina*	794 766	787 117	657 942
Bolívia/*Bolivia*	23 873	24 237	20 737
Chile/*Chile*	29 640	46 058	63 900
Colômbia/*Colombia*	6 272	9 822	13 484
Paraguai/*Paraguay*	77 967	93 728	90 716
Peru/*Peru*	11 334	14 940	14 997
Uruguai/*Uruguay*	150 087	157 327	200 423
Venezuela/*Venezuela*	7 336	16 916	29 490
Outros/*Other countries*	9 809	8 685	14 373
Ásia/*Asia*	**24 867**	**42 862**	**58 879**
Japão/*Japan*	13 082	21 667	30 219
Outros/Other countries	11 785	21 195	28 660

Tabela 16.1 - Entrada de turistas no País - 1993-1995

Table 16.1 - Tourists admitted to the Country - 1993-1995

(conclusão/*concluded*)

País de residência permanente/ *Country of permanent residence*	1993	1994	1995
Europa/*Europe*	**290 181**	**407 972**	**509 153**
Alemanha/*Germany*	54 993	81 622	102 106
Áustria/*Austria*	5 870	9 806	12 570
Bélgica/*Belgium*	4 963	9 171	12 448
Espanha/*Spain*	35 120	47 906	59 502
França/*France*	32 786	41 792	55 257
Holanda/*Netherlands*	11 305	17 032	20 851
Inglaterra/*England*	18 975	29 949	38 520
Itália/*Italy*	58 636	71 869	84 001
Portugal/*Portugal*	30 352	43 653	52 183
Suíça/*Switzerland*	20 020	26 281	33 505
Outros/*Other countries*	17 161	28 891	38 210
Oceânia/*Oceania*	**3 801**	**5 587**	**7 966**
Oriente Médio/*Middle East*	**5 773**	**8 501**	**12 168**
Israel/*Israel*	3 732	5 588	7 569
Outros/*Other countries*	2 041	2 913	4 599
Não especificado/*Unspecified*	**2 291**	**5 898**	**10 206**

Fonte/*Source* Anuário Estatístico EMBRATUR 1996 Brasília, v 23, p 27, 1996

Nota Em 1994, dados revisados e, em 1995, dados preliminares /*Note Revised data for 1994 and preliminary data for 1995*

Gráfico 16.1 - Evolução da entrada de turistas no País - 1985-1995
Graph 16.1 - Tourists admitted to the Country - 1985-1995

Fonte/*Source*: Anuário Estatístico EMBRATUR 1996. Brasília, v. 23, p. 17, 1996.

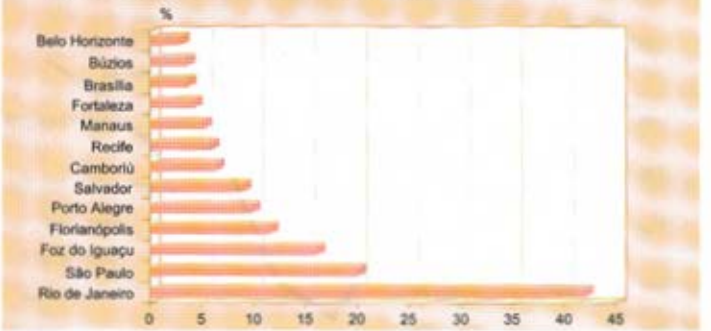
Tabela 16.2 - Entrada de turistas no Brasil, por Unidades da Federação de acesso - 1993-1995
Table 16.2 - Tourists admitted to Brazil, by Federative Unit of access - 1993-1995

Unidades da Federação de acesso/ *Federative Unit of access*	1993	1994	1995 (1)
Amazonas	2 007	11 835	14 800
Pará	9 490	7 828	8 915
Pernambuco	48 367	51 307	51 545
Bahia	25 026	68 138	64 254
Rio de Janeiro	361 865	429 549	489 907
São Paulo	221 151	410 304	537 841
Paraná	146 492	164 504	154 493
Rio Grande do Sul	595 967	528 427	460 229
Mato Grosso do Sul	26 224	26 399	22 763
Distrito Federal/*Federal District*	2 974	3 874	4 603
Outros/*Other*	132 377	151 136	182 066

Fonte/*Source*: Anuário Estatístico EMBRATUR 1996. Brasília, v. 23, p. 17, 1996.

(1) Dados preliminares. /*(1) Preliminary data.*

Gráfico 16.2 - Cidades mais visitadas do País, por turistas estrangeiros - 1995
Graph 16.2 - Cities more visited by foreign tourists in the Country - 1995



Fonte/Source: Anuário Estatístico EMBRATUR 1996. Brasília, v. 23, p. 148, 1996.

Tabela 16.3 - Permanência e gasto médio de turistas no País - 1995
Table 16.3 - Length of stay and average expenditure of tourists in the Country - 1995

País de origem/ *Country of origin*	Média dias/ *Average stay (days)*	"Per capita"/dia (US$)/ *Per capita/day (US$)*
Alemanha/*Germany*	16,97	104,92
Argentina/*Argentina*	10,67	53,36
Chile/*Chile*	6,99	91,07
Espanha/*Spain*	17,4	98,38
Estados Unidos/*United States*	12,23	124,99
França/*France*	17,61	125,46
Inglaterra/*England*	14,42	79,15
Itália/*Italy*	22,44	78,71
Paraguai/*Paraguay*	12,33	60,63
Portugal/*Portugal*	23,13	82,83
Uruguai/*Uruguay*	9,86	58,68

Fonte/Source: Anuário Estatístico EMBRATUR 1996. Brasília, v. 23, p. 149, 1996.

Tabela 16.4 - Meios de hospedagem e unidades habitacionais - 1995

Table 16.4 - Lodging places and number of rooms - 1995

Unidades da Federação/ *Federative Units*	Meios de hospedagem/ *Lodging places*	Unidade habitacional/ *Number of rooms*
Brasil/*Brazil*	**2 334**	**139 550**
Rondônia	27	993
Acre	9	254
Amazonas	27	2 010
Roraima	3	137
Pará	29	2 416
Amapá	4	173
Tocantins	3	141
Maranhão	15	1 083
Piauí	17	798
Ceará	39	3 379
Rio Grande do Norte	35	1 901
Paraíba	15	1 028
Pernambuco	116	5 786
Alagoas	44	2 398
Sergipe	20	1 256
Bahia	109	7 074
Minas Gerais	240	12 996
Espírito Santo	51	3 108
Rio de Janeiro	309	18 697
São Paulo	515	29 814
Paraná	208	14 023
Santa Catarina	162	10 000
Rio Grande do Sul	213	11 360
Mato Grosso	26	1 553
Mato Grosso do Sul	21	1 135
Goiás	45	2 678
Distrito Federal/*Federal District*	32	3 359

Fonte/*Source* Anuário Estatístico EMBRATUR 1996 Brasília, v 23, p 185-187, 1996

Tabela 16.5 - Agências de viagens e turismo - 1995
Table 16.5 - Travel and tourism agencies - 1995

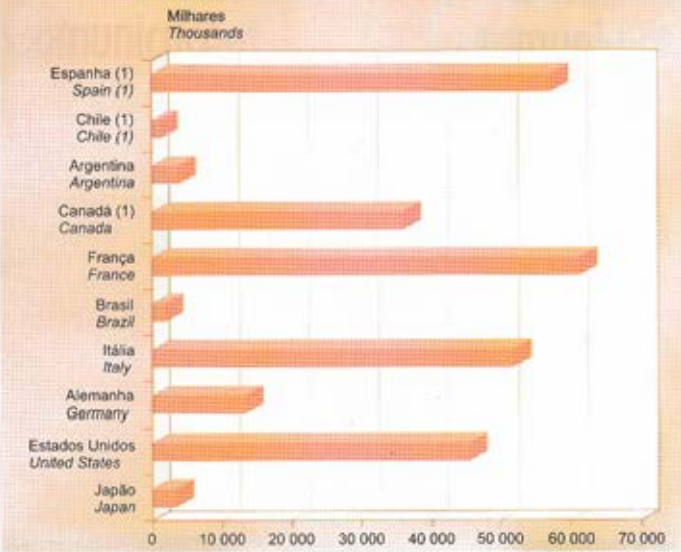
Unidades da Federação/ *Federative Units*	Agências/ *Agencies*	Unidades da Federação/ *Federative Units*	Agências/ *Agencies*
Brasil/*Brazil*	**10 388**	Alagoas	103
		Sergipe	44
Rondônia	40	Bahia	291
Acre	12	Minas Gerais	746
Amazonas	185	Espírito Santo	166
Roraima	15	Rio de Janeiro	1 571
Pará	125	São Paulo	3 633
Amapá	7	Paraná	652
Tocantins	9	Santa Catarina	432
Maranhão	54	Rio Grande do Sul	948
Piauí	36	Mato Grosso	121
Ceará	184	Mato Grosso do Sul	133
Rio Grande do Norte	111	Goiás	130
Paraíba	71		
Pernambuco	289	Distrito Federal/*Federal District*	280

Fonte/*Source*: Anuário Estatístico EMBRATUR 1996. Brasília, v. 23, p. 185-187, 1996.

Gráfico 16.3 - Receita da balança de pagamentos da conta turismo - 1985-1995
Graph 16.3 - Receipt of the balance of payments of the tourism account - 1985-1995

Fonte/*Source*: Anuário Estatístico EMBRATUR 1996. Brasília, v. 23, p. 171, 1996.
(1) Dados estimados através de pesquisas. (2) Dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil. / *(1) Data estimated from surveys. (2) Data from the Central Bank of Brazil.*

Gráfico 16.4 - Entrada de turistas, por países selecionados - 1994
Graph 16.4 - Tourists admitted, by selected countries - 1994



Fonte/*Source:* The Europa World Yearbook. London: Europa Publications, v. 1, p. 756, 817, 1232, 1353, 1707, 1753, 1996; Anuário Estatístico EMBRATUR 1996. Brasília, v. 23, p.17, 1996; Statistical Abstract of the United States 1995. Washington, D.C.: Bureau of the Census, p. 267, 1995; Anuario Estadístico de España 1995. Madrid: Instituto Nacional de Estadística, p. 335, 1996; Anuario Estadístico de la República Argentina. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, p. 272, 1996.

(1) Dados de 1993. *(1) Data for 1993.*

Comunicações

Communications

Melo
Programa Silvio Santos, s. data / *Silvio Santos TV program, no date*
Óleo s/eucatex / *Oil on masonite* - 0,45x0,61 m

Comunicações

As comunicações brasileiras em números apresentam resultados bastante expressivos, tanto em suas dimensões quanto em suas potencialidades e problemas. Este setor tem estado, em todo o mundo, no centro da mudança tecnológica ocorrida nas últimas décadas e é o responsável por boa parte do crescimento econômico ocorrido no período. A emergência de novas tecnologias e a implementação de novos serviços, associando telecomunicações e informática, criaram uma poderosa base de expansão que levou a mudanças significativas no padrão de concorrência e na forma de organização das empresas líderes a nível mundial, tornando obsoletos vários conceitos e práticas que vigoraram até os anos 70.

No Brasil, às naturais dificuldades decorrentes do ajuste ao novo cenário, soma-se a herança de um quadro macroeconômico marcado por altas taxas de inflação, dificuldades de financiamento externo e graves problemas na área fiscal e financeira do Estado. Esta herança contribuiu para a queda dos investimentos no setor e para a redução de sua capacidade de autofinanciamento, tornando mais difícil para o País acompanhar a onda de inovações e reestruturação que se espraiou pelos principais mercados.

Quando se observa os números relativos à organização dos Correios e Telégrafos (Tabela 17.1), verifica-se, no intervalo 1993-95, uma redução de quase 12% nas unidades de atendimento, ao lado de uma expansão superior a 25% nas unidades operacionais, mantendo-se praticamente constantes as caixas de coleta. Observa-se também um pequeno crescimento do pessoal empregado, tudo isto mostrando um esforço de reestruturação interna, na busca de maior eficiência e menores custos. Assim é que a carga transportada através de meios mais dispendiosos (via aérea) reduziu-se em 1995, após violenta expansão em 1994, enquanto que a que utiliza o transporte de superfície apresenta uma tendência firme de crescimento (36% em 1994 e 12% em 1995).

Também o tráfego postal e telemático (Tabela 17.2) apresenta índices positivos em sua evolução nos anos considerados. O total dos serviços alocados nesta rubrica cresceu a uma taxa superior a 52% nos anos

extremos da série, principalmente devido ao peso do serviço postal convencional que se expandiu em 60% no período. O Serviço Especial de Entrega de Documentos (SEED), no entanto, apresentou uma redução de quase 9% em seus resultados.

É no campo das telecomunicações propriamente ditas que os contrastes do sistema brasileiro apresentam-se com maior nitidez. A rede brasileira apresenta dimensões gigantescas, servindo a cerca de 21 mil localidades (Gráfico 17.2) e tendo o número de terminais telefônicos (Tabela 17.3 e Gráfico 17.1) atingido, em 1995, a marca de quase 15 milhões de unidades, o que significa uma expansão de cerca de 15% em relação ao ano anterior. Vale, no entanto, observar que este resultado global encobre resultados diferenciados quando se considera a natureza diferenciada do serviço. Assim é que os terminais residenciais, não-residenciais e os que são utilizados como troncos (PABX) cresceram abaixo da média; foi a expansão da telefonia móvel (123% em relação a 1994) que explica o importante crescimento do número global de terminais. Quanto ao número de terminais de uso público, reduziu-se mais ainda, em relação a 1994.

O que ocorre com a telefonia pública é o traço característico de nosso sistema de telecomunicações: a desigualdade. Este traço pode ser observado, qualquer que seja o corte adotado para análise: por extrato de renda, por região do País ou pela natureza do serviço. Em relação a este último ponto, cabe recordar que o indicador de universalização da telefonia é muito baixo (7 terminais para cada 100 habitantes); em compensação, o número de portas de acesso a redes comutadas de pacotes é bem elevado, o País possui um sistema próprio de satélites de comunicação, a digitalização da rede está mais avançada que em muitos países do primeiro mundo e a rede de fibra ótica, que se estende de Florianópolis a Fortaleza, é capaz de servir de suporte a todas as comunicações entre os países do Cone Sul e os Estados Unidos e a Europa.

Mesmo àquele indicador de 7 terminais para cada 100 habitantes, que situa o País entre os mais atrasados do mundo (ver Gráfico 17.3), pode ser qualificado quando se consideram as diferentes regiões do País. De fato, o indicador varia de 5, nas Regiões Norte e Nordeste, a 10 na Região Sul, 13 na Região Centro-Oeste e 14, na Região Sudeste; por Unidades da Federação, este índice chega a 16 em São Paulo - valor igual ou superior aos demais países da América Latina - e a 36, no Distrito Federal, número que se aproxima dos países europeus. Estudos recentes, inclusive, estimam que a densidade telefônica para o

conjunto das famílias com renda superior a 10 salários mínimos mensais é de 44 linhas para cada 100 habitantes, e que o atendimento para este conjunto é superior a 90% da demanda.

A colocação do setor de telecomunicações no centro das preocupações do governo, como uma de suas principais prioridades, tendo em vista sua importância estratégica como veículo de difusão do novo paradigma tecnológico e como vetor de diferenciação na competitividade entre empresas e países, aponta para a tão esperada ampliação dos investimentos, capaz de reduzir o *gap* quantitativo e qualitativo que ainda caracteriza as telecomunicações brasileiras.

Aloísio Teixeira
Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Communications

The Brazilian communications' sector is very expressive not only in its dimensions, but also in its potentialities and problems. This sector has been at the center of the last decades' technological change, all over the world, and it is responsible for a large part of the economic growth that took place during the period. The emergence of new technologies and the implementation of new services, associating telecommunications and computer science, created a powerful basis of expansion leading to significant changes in the pattern of competition and in the organization of leading enterprises at world level, turning obsolete many concepts and practices that prevailed until the seventies.

In Brazil, to the natural difficulties caused by the adjustment to the new scenario, we add the legacy of an economy marked by high inflation, difficulties of foreign financing and serious problems in the State's fiscal and financial areas. This legacy contributed to the decrease in investments on the sector and to the reduction of its capacity for self-financing, while it made more difficult to follow the wave of innovations and restructuring that spread out over the main markets.

The figures for the Postal and Telegraph Services (Table 17.1) show, for the 1993-1995 period, a reduction of approximately 12% in the number of post offices, together with an expansion above 25% in the mail handling units, while the number of mail collection boxes remained stable. We also observe a small increase in the number of employees. These figures denote an effort of internal restructuring in the search for greater efficiency and lower costs. Thus the volume of mail carried through more expensive means (air mail) has been reduced in 1995, after a violent expansion in 1994, while surface mail presents a steady tendency to grow (36% in 1994 and 12% in 1995).

The postal and electronic data traffic (Table 17.2) has also evolved positively during these years. The total of services increased at more than 52% from the beginning to the end of the period, due to the growth of the conventional postal service, which expanded 60%. The Special Document Delivery Service (SEED), however, reduced in almost 9%.

It is in the area of the telecommunications that the contrasts of the Brazilian system appear more clearly. The Brazilian network is vast, serving roughly 21 thousand localities (Graph 17.2) and the number of telephone lines (Table 17.3 and Graph 17.1) reached, in 1995, almost 15 million units, an expansion of roughly 15% compared with the year before. These figures disguise great differences which appear when one considers the varied nature of the services provided. The residential and nonresidential telephone lines, as well as those used as exchange branches (PABX), increased below the average; it is the expansion of mobile telephone lines (123% compared with 1994) that explains the significant growth in the overall number of telephone lines. The number of public telephones, on the other hand, decreased more still, when compared with 1994.

What occurs with the public telephone lines is typical of our system of telecommunications: inequality. This trait will be observed no matter what cross-section we use for the analysis: by level of income, by region or by nature of service. Regarding the latter, we must recall that the indicator of universality of the telephone is very low (seven lines for every 100 inhabitants); on the other hand, the number of access ways to package commuting networks is very high. The Country has its own communication satellite system, the expansion of the digital network is more advanced than in many first world countries and the fiberoptic network that extends from Florianópolis to Fortaleza can support to all communications between the Southern Cone countries and the United States and Europe.

Even that indicator of seven telephone lines for every 100 inhabitants, which places Brazil among the most backward countries of the world (see Graph 17.3), might be qualified when we consider the different regions. In fact, the indicator varies from five, in the North and Northeast Regions, to ten in the South Region, 13 in the Central West Region and 14 in the Southeast Region; by Federative Units, this index reaches 16 in São Paulo - value equal or above that of other Latin American countries - and 36, in the Federal District, number approaching that of European countries. Recent studies estimate that the density of telephone lines for families with monthly income above ten minimum wages is 44 lines for every 100 inhabitants, and the demand by this segment is more than 90% satisfied.

The government has identified the telecommunications sector as one of its main priorities, considering its strategic importance as a vehicle for diffusion of the new technological paradigm and its role as a

decisive factor in the competition between enterprises and countries. Accordingly, we can expect a substantial expansion of investments in this sector, which could reduce the quantitative and qualitative gaps that still characterize Brazilian telecommunications.

Aloísio Teixeira
Professor, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Tabela 17.1 - Organização dos Correios e Telégrafos - 1993-1995

Table 17.1 - Organization of Postal and Telegraph Services - 1993-1995

Especificação/ *Item*	1993	1994	1995
Unidades de atendimento/ *Post offices*	28 203	26 714	24 944
Caixas de coleta/ *Mail collection boxes*	22 707	19 920	22 651
Unidades operacionais/ *Mail handling units*	463	543	582
Pessoal/ *Employees*	73 928	78 277	79 789
Receita total/ *Total revenue*	(1) 143 933 656	1 178 915	1 797 280
Transporte de superfície (carga transportada)/ *Surface mail (volume carried)*	281 864	384 283	432 064
Transporte aéreo (carga transportada)/ *Air mail (volume carried)*	90 275	150 480	72 249

Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro IBGE, v. 56, p. 5-60, 1997, dados fornecidos pelo Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Nota Dados em 31 12 */Note Data on December 31*

(1) Valor expresso em milhares de cruzeiros reais */(1) Value expressed in thousands of cruzeiros reais*

Tabela 17.2 - Tráfego postal e telemático - 1993-1995

Table 17.2 - Postal and electronic data traffic - 1993-1995

Especificação/ *Item*	1993	1994	1995
Total/ *Total*	**4 309 761 316**	**4 668 089 867**	**6 588 601 000**
Serviço Especial de Entrega de Documentos - SEED/ *Special Document Delivery Service - SEED*	419 974 113	389 025 170	382 490 000
Serviço Postal Convencional *Conventional Postal Service*	3 800 432 282	4 173 408 905	6 081 555 000
Outros/ *Other services*	89 354 921	105 655 792	124 556 000

Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro. IBGE, v 56, p 5-60, 1997, dados fornecidos pelo Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Nota Dados em 31 12 */Note Data on December 31*

Tabela 17.3 - Terminais telefônicos em serviço - 1995
Table 17.3 - Telephone lines in service - 1995

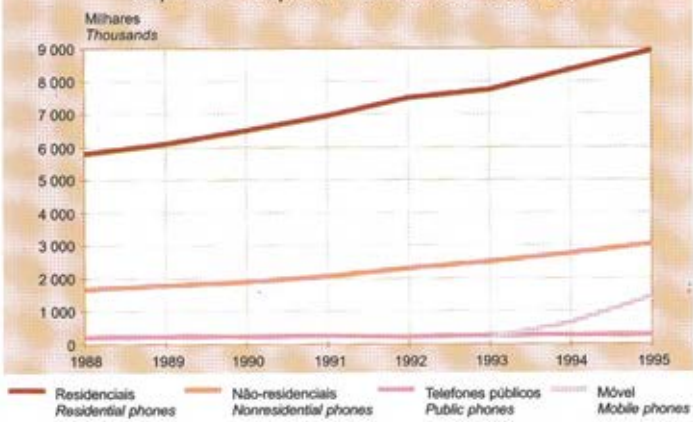
Unidades da Federação/ *Federative Units*	Total (1)/ *Total (1)*	Residenciais/ *Residential phones*	Não-residenciais/ *Nonresidential phones*	Troncos (PABX)/ *Private branch exchanges (PABX)*	Telefones de uso público/ *Public phones*	Móvel/ *Mobile phones*
Brasil/ *Brazil*	**14 874 569**	**8 927 581**	**3 048 573**	**1 020 161**	**277 383**	**1 441 361**
Rondônia	65 392	38 081	18 312	2 786	1 207	5 006
Acre	30 086	22 017	4 579	1 032	615	1 843
Amazonas	145 911	91 483	25 053	8 657	3 049	17 669
Roraima	22'893	13 507	4 981	837	402	3 166
Pará	219 490	152 011	25 694	8 835	5 058	25 021
Amapá	29 844	19 721	5 628	214	539	3 683
Tocantins	35 894	16 020	11 829	1 813	1 176	5 056
Maranhão	153 027	91 075	24 396	4 888	3 291	29 377
Piauí	110 712	76 523	17 347	3 788	2 456	10 598
Ceará	382 223	204 009	72 084	22 955	10 553	64 154
Rio Grande do Norte	124 709	75 138	23 308	6 367	2 958	15 321
Paraíba	161 632	104 889	26 149	6 462	3 621	15 934
Pernambuco	285 732	171 392	65 494	23 070	6 513	15 093
Alagoas	115 520	66 504	19 093	4 017	2 377	23 028
Sergipe	83 176	50 567	17 132	1 886	1 713	11 260
Bahia	662 745	380 594	113 919	33 117	12 910	96 256
Minas Gerais	1 582 527	990 463	314 196	113 708	25 618	126 588
Espírito Santo	254 024	152 137	44 935	18 149	5 614	28 502
Rio de Janeiro	1 723 101	1 103 796	376 370	95 601	24 488	118 803
São Paulo	5 161 837	3 081 370	1 035 844	434 576	104 414	445 215
Paraná	968 030	584 793	205 445	64 588	17 406	74 707
Santa Catarina	468 099	257 009	104 018	36 522	7 485	62 844
Rio Grande do Sul	818 932	441 209	227 347	47 888	15 132	87 322
Mato Grosso do Sul	174 182	109 517	41 028	11 192	2 734	8 455
Mato Grosso	151 618	86 352	36 337	12 095	3 701	11 661
Goiás	361 847	195 128	80 213	25 873	6 346	48 783
Distrito Federal/ *Federal District*	581 386	352 276	107 842	29 245	6 007	86 016

Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996 Rio de Janeiro. IBGE, v 56, p 5-64, 1997, dados fornecidos pelo Ministério das Comunicações, Telecomunicações Brasileiras, Departamento de Planejamento e Controle Empresarial

(1) Inclui terminal telefônico comunitário e terminal telefônico virtual. */(1) Includes community-shared telephone lines and virtual telephone lines*

Gráfico 17.1 - Evolução dos terminais telefônicos - 1988-1995

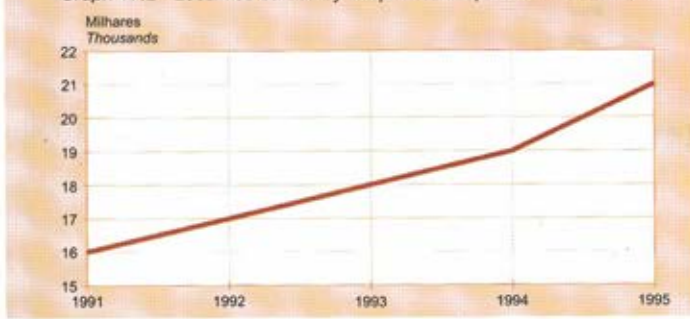
Graph 17.1 - Telephone lines in service - 1988-1995



Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, p. 5-64, 1997, dados fornecidos pelo Ministério das Comunicações, Telecomunicações Brasileiras, Departamento de Planejamento e Controle Empresarial.

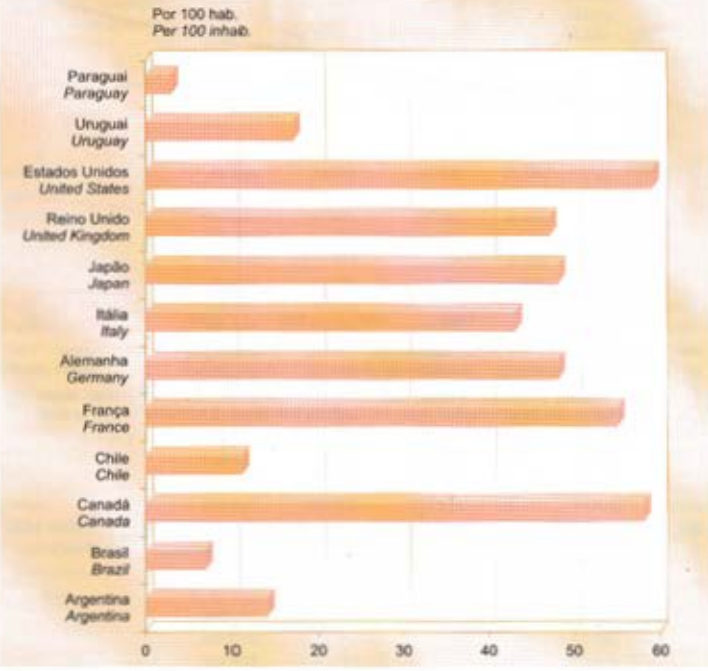
Gráfico 17.2 - Localidades atendidas por empresas telefônicas - 1991-1995

Graph 17.2 - Localities served by telephone companies - 1991-1995



Fonte/*Source:* Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, p. 5-63, 1997, dados fornecidos pelo Ministério das Comunicações, Telecomunicações Brasileiras, Departamento de Planejamento e Controle Empresarial.

Gráfico 17.3 - Telefones convencionais, por países selecionados - 1994
Graph 17.3 - Conventional telephone lines, by selected countries - 1994



Fonte/*Source:* Statistical Abstract of the United States 1995. Washington, D.C.: Bureau of the Census, p. 859, 1995.

Finanças

Finances

Chico da Silva (Francisco Domingos da Silva)
Meus animais imaginários, cerca de 1965 / *My imaginary beasts, about 1965*
Guache s/cartolina e eucatex / *Guache on board and masonite* - 0,56x0,76 m

Finanças

A primeira tabela desta seção mostra a execução financeira do Tesouro Nacional, no triênio 1994 a 1996. Ela indica os fluxos financeiros anuais de receitas e gastos da União, seu resultado de caixa, superavitário ou deficitário, e a maneira como tal resultado foi financiado. Observa-se uma mudança acentuada na execução financeira da União de 1994 para os dois anos seguintes: naquele primeiro ano, houve superávit de caixa, com as receitas excedendo o total de gastos. A situação inverteu-se em 1995 e agravou-se mais ainda em 1996, quando o déficit de caixa quase triplicou em relação ao ano anterior. Isto demonstra a dificuldade encontrada pela União para ajustar seus gastos às suas receitas. Esse excesso de dispêndios sobre rendas foi financiado principalmente pelo aumento do endividamento, quer dizer, pela colocação voluntária de títulos públicos federais junto ao mercado: instituições financeiras, fundos mútuos, fundos de pensão, empresas e indivíduos.

As demais tabelas e gráficos referem-se às estatísticas monetárias e às operações de empréstimo do sistema financeiro. A Tabela 18.2 mostra o valor mensal dos saldos de empréstimos e a destinação destes créditos pelos diferentes setores da economia nacional. De janeiro a dezembro de 1996, o total de empréstimos cresceu 14,4% e a maior parte deste crédito destinou-se ao financiamento das atividades empresariais (indústria, comércio, agricultura, habitação, etc.). Registre-se aqui a grande expansão das operações de crédito às pessoas físicas: entre janeiro e dezembro, observou-se um aumento de 46,0 % nos empréstimos pessoais. Foi este crescimento do crédito que provavelmente viabilizou a recuperação nos gastos de consumo das famílias e indivíduos e que permitiu o acesso de uma larga faixa da população brasileira à compra de bens duráveis.

Finalmente, as últimas tabelas e gráficos registram a evolução mensal ao longo do ano dos saldos dos principais agregados monetários. No conceito mais restrito, os meios de pagamentos, compreendendo papel-moeda em poder do público e depósitos à vista nos bancos comerciais, cresceram 30,5% entre janeiro e dezembro de 1996. Estes são os recursos de maior liquidez à disposição das empresas, famílias, governos e outros agentes econômicos e que são utilizados no financiamento

do fluxo global de transações em bens e serviços da economia brasileira. As demais séries registram conceitos mais amplos de meios de pagamentos, nos quais são incluídos haveres financeiros de menor liquidez do que a moeda, mas que geram rendimentos aos seus detentores (fundos de investimento, cadernetas de poupança, depósitos a prazo). O crescimento destas últimas cifras fornece-nos uma indicação do fluxo de poupança da sociedade que está sendo canalizado para aplicações financeiras e que, em última análise, permitirá o crescimento dos investimentos na economia.

Alkimar R. Moura
Diretor do Banco Central do Brasil

Finances

The first table of this section shows the performance of the National Treasury in the period between 1994 and 1996. It indicates the annual financial flows of revenues and expenditures of the Union, its cash balance, with deficit or superavit, and how that result has been financed. There was a remarkable change in the performance of the Union since 1994. At the beginning, there was a cash superavit, with revenues exceeding total expenditures. The situation was reversed in 1995 and deteriorated further in 1996, when the cash deficit almost tripled when compared with the year before. This demonstrates the Union's difficulty to adjust expenditures to revenues. The excess expending has been financed mostly by increasing indebtedness, that is, through the selling of federal securities to financial institutions, mutual funds, pension funds, enterprises and individuals.

The other tables and graphs refer to monetary statistics and financial system loans. Table 18.2 shows the monthly value of loan balances and the destination of those credits to different sectors of the national economy. From January to December 1996, the total of loans increased 14.4%, most of it being used to finance business activities (mining and manufacturing, trade, agriculture, housing, etc.). There was also a large expansion of individual credits: between January and December, we observe a 46.0% increase in consumer loans. Such credit expansion helps to explain the recovery of consumer expenditures, mostly for the purchase of durable goods, by a sizeable part of the Brazilian population.

The last tables and graphs show the monthly change, during the year, of the balances of the main monetary aggregates. The money supply, defined in narrow terms as including currency outside banks and cash deposits at commercial banks, increased 30.5% between January and December 1996. These liquid resources are available to companies, families, government and other economic agents to finance the overall flow of transactions in goods and services of the Brazilian economy. The remaining series record broader

concepts of money supply, including financial assets with less liquidity than currency, but generating yields for their holders (financial investment funds, savings accounts, time deposits). The increase of those last figures provides an indication of society's savings flow, which is being directed to financial applications and, ultimately, will allow the growth of investments on the economy.

Alkimar R. Moura
Director, Banco Central do Brasil

Tabela 18.1 - Execução financeira do Tesouro Nacional - 1994-1996

Table 18.1 - National Treasury performance - 1994-1996

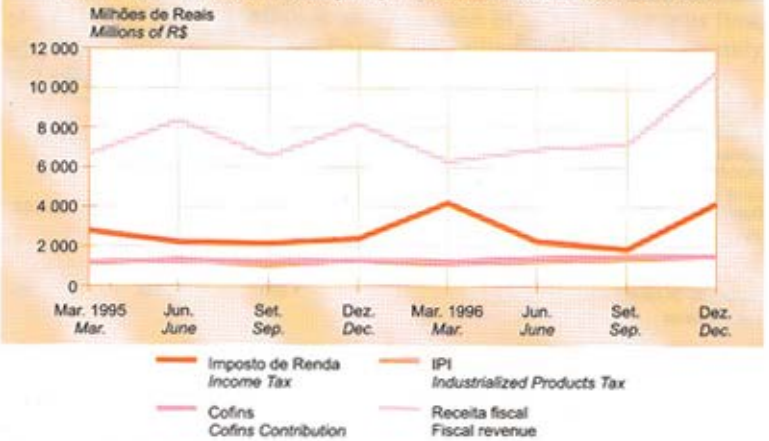
Especificação/ *Item*	Fluxos (1 000 000 R$)/ *Flows (1,000,000 R$)*		
	1994	1995	1996
Receita/ *Revenues*	48 180	86 294	97 132
Despesa/ *Expenditures*	46 810	90 256	106 182
Resultado de caixa/ *Cash balance*	1 370	(-) 3 962	(-) 9 050
Operações com títulos públicos federais/ *Federal security operations*	(-) 21 297	20 539	20 846
Remuneração de disponibilidade no Banco Central/ *Remuneration of available funds in the Central Bank*	7 880	4 950	3 386
Resultado do Banco Central/ *Result of the Central Bank*	5 135	-	-
Encargos da dívida mobiliária da carteira do Banco Central/ *Federal security charges - Central Bank portfolio*	(-) 3 710	3 408	(-) 1 671
Renegociação da dívida externa e aquisição de garantias/ *Negotiation of foreign debt and acquirement of warranties*	18 483	1 972	(-) 6 504
Amortização da dívida contratada interna e externa/ *Domestic and external contracted debt amortization*	(-) 1 383	(-) 5 130	(-) 5 321
Disponibilidade de recursos/ *Resources available*	6 489	14 961	1 686

Fonte/*Source*· Boletim do Banco Central do Brasil Brasília, v 33, n 4, p 122, abr 1997

Nota Regime de caixa /*Note*· *Cash basis*

Gráfico 18.1 - Principais receitas do Tesouro Nacional - Mar. 1995/Dez. 1996

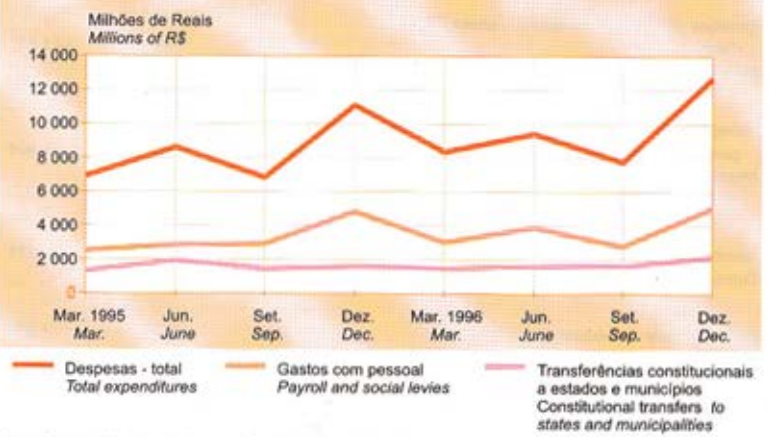
Graph 18.1 - National Treasury major revenues - Mar. 1995/Dec. 1996



Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v. 33, n. 4, p. 123, abr. 1997.
Nota: Regime de caixa. / *Note: Cash basis.*

Gráfico 18.2 - Principais despesas do Tesouro Nacional - Mar. 1995/Dez. 1996

Graph 18.2 - National Treasury major expenditures - Mar. 1995/Dec. 1996



Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v. 33, n. 4, p. 124, abr. 1997.
Nota: Regime de caixa. / *Note: Cash basis.*

Tabela 18.2 - Empréstimos do sistema financeiro - 1996

Table 18.2 - Financial system loans - 1996

(continua/*continued*)

Ano e mês/ *Year and month*	Saldos (1 000 000 R$)/ *Balances (1,000,000 R$)*				
	Total/ *Total*	Governo/ *Government*	Atividades empresariais/ *Business activities*		
			Total/ *Total*	Indústria/ *Industry*	Comércio/ *Commerce*
1996					
Janeiro/*January*	256 174	26 914	229 260	64 554	28 806
Fevereiro/*February*	257 541	27 572	229 969	63 911	29 196
Março/*March*	263 380	30 513	232 867	66 511	29 668
Abril/*April*	265 526	29 310	236 216	66 725	29 958
Maio/*May*	268 895	29 748	239 147	67 792	29 721
Junho/*June*	273 135	29 357	243 778	68 580	30 412
Julho/*July*	277 847	29 851	247 996	68 978	30 569
Agosto/*August*	284 001	30 157	253 844	72 051	31 465
Setembro/*September*	284 363	30 714	253 649	72 849	31 600
Outubro/*October*	282 705	30 821	251 884	74 328	28 440
Novembro/*November*	285 562	32 010	253 552	74 347	29 036
Dezembro/*December*	293 079	31 943	261 136	78 330	29 429

Tabela 18.2 - Empréstimos do sistema financeiro - 1996

Table 18.2 - Financial system loans - 1996

(conclusão/*concluded*)

Ano e mês/ *Year and month*	Saldos (1 000 000 R$)/ *Balances (1,000,000 R$)*			
	Atividades empresariais/ *Business activities*			
	Habitação/ *Housing*	Outros serviços/ *Other services*	Rural/ *Rural*	Pessoas físicas/ *Individuals*
1996				
Janeiro/*January*	54 771	39 679	25 585	15 865
Fevereiro/*February*	54 758	39 478	26 283	16 343
Março/*March*	55 758	38 908	26 235	15 787
Abril/*April*	55 965	40 753	27 205	15 610
Maio/*May*	55 512	43 598	27 406	15 118
Junho/*June*	58 672	42 647	27 386	16 081
Julho/*July*	62 870	42 756	25 963	16 860
Agosto/*August*	63 052	44 557	24 589	18 130
Setembro/*September*	62 447	43 906	23 879	18 968
Outubro/*October*	61 738	43 178	24 318	19 882
Novembro/*November*	59 900	43 654	24 948	21 667
Dezembro/*December*	61 228	44 564	24 414	23 171

Fonte/*Source* Boletim do Banco Central do Brasil Brasília, v. 33, n. 4, p. 100, abr 1997

Gráfico 18.3 - Empréstimos do sistema financeiro - Mar. 1995/Dez. 1996

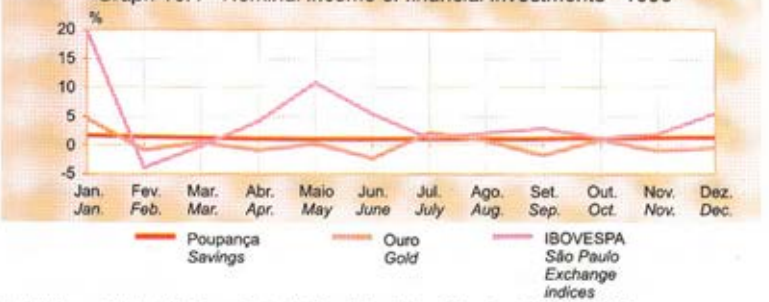
Graph 18.3 - Financial system loans - Mar. 1995/Dec. 1996

Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v. 33, n. 4, p. 92-96, abr. 1997.

Nota: Valores em bilhões de reais. / *Note: In billions of R$.*

Gráfico 18.4 - Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 1996

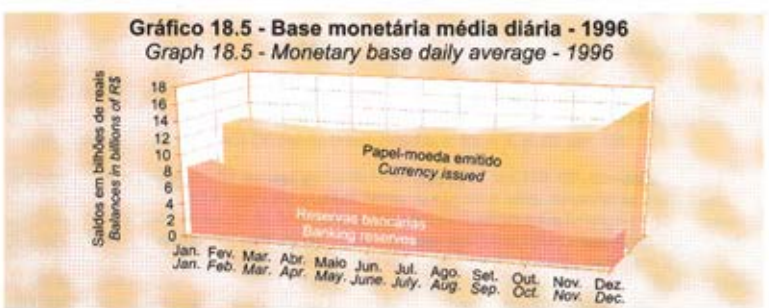
Graph 18.4 - Nominal income of financial investments - 1996



Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v. 33, n. 4, p. 105, abr. 1997.

Gráfico 18.5 - Base monetária média diária - 1996

Graph 18.5 - Monetary base daily average - 1996



Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v. 33, n. 4, p. 78, abr. 1997.

Nota: Cálculo sobre os dias úteis do mês. / *Note: Calculated using the number of working days of month.*

Tabela 18.3 - Saldos dos meios de pagamento - 1996

Table 18.3 - Money supply balances - 1996

(continua/*continued*)

Ano e mês/ *Year and month*	M_1	FAF, FIF-CP e FRP-CP Financial/ *investment funds and short-term fixed-income funds*	Títulos em poder público (1)/ *Securities outside banks (1)*	
			Federais/ *Federal*	Estaduais e Municipais/ *State and Municipal*
	1 000 000 R$/ *1,000,000 R$*			
1996				
Janeiro/*January*	23 482	14 958	61 179	9 092
Fevereiro/*February*	23 095	15 785	66 413	8 868
Março/*March*	22 985	16 071	70 937	8 279
Abril/*April*	23 276	16 543	75 243	7 933
Maio/*May*	22 762	16 921	82 929	7 442
Junho/*June*	23 513	17 534	85 185	7 890
Julho/*July*	23 265	18 082	90 120	9 154
Agosto/*August*	23 620	18 889	92 607	9 389
Setembro/*September*	25 397	19 385	94 513	9 795
Outubro/*October*	23 825	19 743	96 719	10 640
Novembro/*November*	25 029	21 505	100 362	10 950
Dezembro/*December*	30 636	22 832	102 855	11 193

Tabela 18.3 - Saldos dos meios de pagamento - 1996

Table 18.3 - Money supply balances - 1996

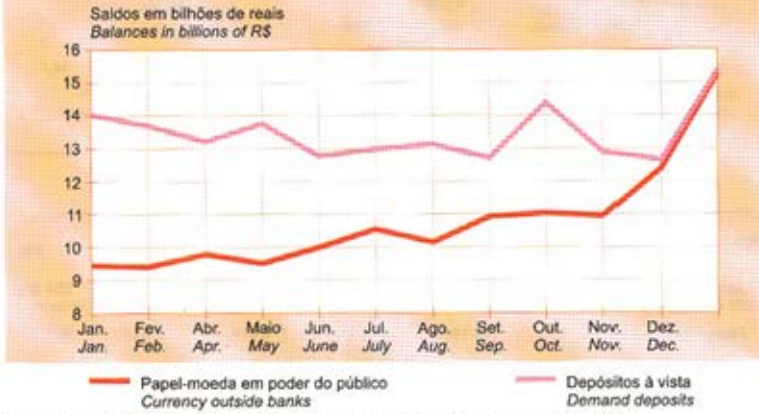
(conclusão/*concluded*)

Ano e mês/ *Year and month*	M_2	Depósitos de poupança/ *Savings deposits*	M_3	Títulos privados (2)/ *Private securities (2)*	M_4
			1 000 000 R$/ *1,000,000 R$*		
1996					
Janeiro/*January*	108 711	64 233	172 944	81 271	254 215
Fevereiro/*February*	114 161	64 753	178 914	81 617	260 531
Março/*March*	118 272	64 757	183 029	82 301	265 330
Abril/*April*	122 995	64 674	187 669	81 218	268 887
Maio/*May*	130 054	64 231	194 285	81 637	275 922
Junho/*June*	134 122	64 078	198 200	81 987	280 187
Julho/*July*	140 621	63 854	204 475	81 664	286 139
Agosto/*August*	144 506	63 754	208 259	82 149	290 408
Setembro/*September*	149 090	64 265	213 355	84 286	297 641
Outubro/*October*	150 928	65 218	216 145	87 683	303 829
Novembro/*November*	157 846	66 988	224 835	88 162	312 997
Dezembro/*December*	167 516	72 024	239 540	83 429	322 968

Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v. 33, n 4, p. 82, abr 1997

(1) Exclui títulos em carteira do Banco Central do Brasil, dos FAF, dos FRF-CP, dos FIF-CP e de Instituições Financeiras. (2) Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio e letras hipotecárias, exceto aqueles em poder dos fundos de aplicação financeira, dos fundos de investimentos financeiros de curto prazo, dos fundos de renda fixa de curto prazo e em carteira das Instituições Financeiras */(1) Excludes securities in portfolios of the Central Bank of Brazil, financial investment funds, short-term fixed-income funds, short-term financial investment funds and Financial Institutions. (2) Includes time deposits, exchange bills and mortgage bonds, excepting those held by financial investment funds, short-term fixed-income funds, short-term financial investment funds and those in Financial Institutions portfolios.*

Gráfico 18.6 - Meios de pagamento no fim de período - 1996
Graph 18.6 - Money supply at end of period - 1996



Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v. 33, n. 4, p. 78, abr. 1997.

Gráfico 18.7 - Saldos em depósitos de poupança - 1996
Graph 18.7 - Savings deposits balances - 1996

Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil, v. 33, n. 4, p. 82, abr. 1997.

Comércio Exterior

Foreign Trade

Miranda (José Rodrigues de Miranda)
Porto de Recife / *Recife Port*, 1976
Óleo s/eucatex / *Oil on masonite* - 0,71x1,00 m

Comércio Exterior

A partir de 1995, a balança comercial brasileira, após manter saldos positivos durante 14 anos consecutivos, volta a apresentar novamente valores negativos, influenciados principalmente pelo crescimento das importações ocorrido desde a implementação do Plano Real. De fato, podemos notar na Tabela 19.1 e no Gráfico 19.1, que, após atingir em 1994 um superávit comercial de US$ 10,5 bilhões, a conta de mercadorias assinala déficits crescentes que atingiram US$ 3,3 bilhões em 1995 e US$ 5,5 bilhões em 1996.

Este resultado na conta de bens, associado ao tradicional déficit na balança de serviços, elevou o pequeno déficit em transações correntes de US$ 1,6 bilhões em 1994 para US$ 18 bilhões e US$ 21,7 bilhões, respectivamente, em 1995 e 1996. No entanto, a entrada de capitais externos foi altamente favorável, levando a um superávit no balanço de pagamentos, o que permitiu acumular reservas internacionais nestes três anos.

As exportações de bens tiveram um desempenho bastante modesto, passando de US$ 43,5 bilhões em 1994 para US$ 46,5 bilhões em 1995, alcançando US$ 47,7 bilhões em 1996, com taxa de crescimento de produtos primários (16,1%) levemente superior ao dos produtos industrializados (13,3%) no período 1994-96 (ver, na Tabela 19.2, a evolução das exportações globais, de produtos primários e industrializados e seus principais componentes).

As compras externas, conforme frisado anteriormente, aumentaram de US$ 33,1 bilhões em 1994 para US$ 49,8 bilhões em 1995, atingindo US$ 53,3 bilhões em 1996. O desempenho das importações foi provocado pelo aumento no nível de atividade econômica, pela sobrevalorização do real frente ao dólar e pela maior abertura comercial, sendo esta última aplicada parcialmente de forma unilateral e pela entrada em vigor do MERCOSUL, em 1º de janeiro de 1995, estabelecendo o livre-comércio para a maior parte das exportações intrabloco e uma tarifa externa comum que, em média, era inferior à que prevalecia anteriormente no Brasil. A sobrevalorização do câmbio e as reduções tarifárias unilaterais foram adotadas nos primeiros meses do Plano Real

para assegurar a estabilidade dos preços internos através de uma maior competição externa. Na Tabela 19.3 podemos observar a evolução das importações globais, classificadas segundo categorias de usos e seus principais produtos.

A dívida externa total registrada no Banco Central aumentou de US$ 114,3 bilhões em 1993 para US$ 129,3 bilhões em 1995. Merece destaque a mudança na sua composição, com aumento na participação dos bônus em detrimento dos empréstimos em moeda (ver Tabela 19.5).

Apesar do déficit crescente em transações correntes, a liquidez internacional favorável tem contribuído com recursos externos em níveis superiores aos exigidos para equilibrar as contas externas, o que tem permitido aumentar as reservas internacionais tanto no conceito de caixa como no de liquidez, conforme destacado no Gráfico 19.2.

Por último, na Tabela 19.6, mostramos a evolução mensal da taxa de câmbio nominal no biênio 1995-96. Assinalamos também, nas duas últimas colunas, a variação mensal e o acumulado no ano da taxa de câmbio real, medida pela paridade do poder de compra com base nos índices de preços no atacado interno e externo. A variação acumulada de 11,2% no câmbio real em 1995 confirma a mudança verificada na política cambial, em decorrência das projeções de elevados déficits comerciais no início do ano e das dificuldades da dependência externa apontadas pela crise mexicana de dezembro de 1994. Posteriormente, em 1996, o câmbio real manteve-se estável, com uma desvalorização real acumulada no ano de apenas 0,7%.

Honorio Kume
Pesquisador Sênior da Diretoria de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Foreign Trade

After 1995, the Brazilian balance of trade, following a period of 14 consecutive years with positive results, again presents negative values, influenced chiefly by the increase of imports occurred since Plan Real has been implemented. We observe on Table 19.1 and Graph 19.1 that, after reaching a US$ 10.5 billion trade superavit in 1994, the goods account signalizes growing deficits that reached US$ 3.3 billion in 1995 and US$ 5.5 billion in 1996.

This result in the goods account, associated to the traditional deficit in the services balance, raised the small deficit in current transactions from US$ 1.6 billion in 1994 to US$ 18 billion and US$ 21.7 billion, in 1995 and 1996, respectively. Nevertheless, the foreign capital inflow has been highly favorable, leading to a superavit in the balance of payments, allowing the accumulation of international reserves during these three years.

The export of goods had a quite modest performance in recent years, from US$ 43.5 billion in 1994 to US$ 46.5 billion in 1995, reaching US$ 47.7 billion in 1996, with a growth rate of primary products (16.1%) slightly above that of manufactured products (13.3%) during the 1994-96 period (see, on Table 19.2, the evolution of overall exports, of primary and manufactured products and their main components).

Imports, as previously stressed, increased from US$ 33.1 million in 1994 to US$ 49.8 billion in 1995, reaching US$ 53.3 billion in 1996. This was caused by the increase in business activity, by the overvaluation of the real to the dollar and by the lowering of trade barriers. Import tariffs were reduced unilaterally by Brazil, and MERCOSUL, established on the 1st of January 1995, led to free trade for most exports within the market countries and a common external tariff that, on average, was below the one prevailing in Brazil until that date. The overvaluation of exchange and the unilateral tariff reductions were adopted during the first months of Plan Real to ensure the stability of domestic prices through increased foreign competition. On Table 19.3 we can observe the evolution of overall exports, organized by categories of use and their main products.

The total external debt as recorded by Banco Central increased from US$ 114.3 billion in 1993 to US$ 129.3 billion in 1995. There was a significant change in its composition, with an increase in the participation of bonds at the expense of currency loans (Table 19.5).

Despite the growing deficit in current transactions, the favorable international liquidity has been contributing with foreign resources at levels above those required to balance the foreign accounts, leading to an increase in foreign reserves not only in cash but also in liquidity, as showed on Graph 19.2.

Lastly, table 19.6 shows the monthly evolution of the nominal exchange rate in the 1995-96 period. The two last columns show the change, both monthly and accumulated during the year, of the real exchange rate, measured by the parity of purchasing power based on domestic and foreign wholesale price indexes. The accumulated change of 11.2% of the real exchange rate in 1995 confirms the modification in the exchange policy, due to an expected high trade deficits, as projected at the beginning of the year, and to a concern with the difficulties caused by foreign dependence, as revealed in the Mexican crisis of December 1994. Afterwards, in 1996, the real exchange remained stable, with a real devaluation accumulated during the year of just 0.7%.

Honorio Kume
Senior Researcher, Diretoria de Pesquisa, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Assistant Professor, Faculdade de Ciências Econômicas,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Tabela 19.1 - Balanço de pagamentos - 1994-1996

Table 19.1 - Balance of payments - 1994-1996

Especificação/ *Item*	1994	1995	1996
	1 000 000 US$/ *1,000,000 US$*		
Balança comercial/ *Trade balance*	10 466	(-) 3 352	(-) 5 539
Exportações/ *Exports*	43 545	46 506	47 747
Importações/ *Imports*	33 079	49 858	53 286
Serviços/ *Services*	(-) 14 743	(-) 18 594	(-) 21 707
Juros/ *Interest*	(-) 6 338	(-) 8 158	(-) 9 840
Outros/ *Other services*	(-) 8 405	(-) 10 436	(-) 11 867
Transferências unilaterais/ *Unrequited transfers*	2 588	3 974	2 899
Transações correntes/ *Current transactions*	(-) 1 689	(-) 17 972	(-) 24 347
Capital/ *Capital*	14 294	29 359	32 391
Investimento/ *Investment*	8 131	4 663	15 558
Outros/ *Other*	750	(-) 1 069	(-) 290
Erros e omissões/ *Errors and omissions*	334	2 093	973
Resultado da balança de pagamentos/ *Result of the balance of payments*	12 939	13 480	9 017

Fonte/*Source* Boletim do Banco Central do Brasil Brasília, v 33, n. 4, p 154, abr 1997

Tabela 19.2 - Exportação - 1994-1996
Table 19.2 - Exports - 1994-1996

(continua/*continued*)

Especificação/ *Item*	1994	1995	1996
	1 000 000 US$ FOB/ *1,000,000 US$ f o b.*		
Total/ *Total*	**43 545**	**46 506**	**47 747**
Produtos primários/ *Primary products*	15 564	16 777	18 071
Café/ *Coffee*	2 558	2 426	2 095
Soja/ *Soybeans*	4 135	3 820	4 458
Cacau (grãos, manteiga, licor e torta)/ *Cacao (beans, butter, liqueur and cake)*	281	117	162
Açúcar (cristal, demerara e refinado)/ *Sugar (crystal, raw and refined)*	983	1 817	1 491
Suco de laranja/ *Orange juice*	986	1 105	1 392
Carne/ *Meat*	1 334	1 297	1 509
Minério de ferro, manganês e outros minérios metalúrgicos/ *Iron ore, manganese and other ores*	2 500	2 746	2 933
Fumo em folhas/ *Tobacco in leaf*	694	769	1 029
Outros/ *Other*	2 094	2 681	3 004
Produtos industrializados/ *Manufactured products*	27 981	29 729	31 672
Material de transporte e componentes (partes, peças e equipamentos para transportes)/ *Transportation equipment and components (parts, accessories and equipment)*	4 660	4 259	4 750

Tabela 19.2 - Exportação - 1994-1996

Table 19.2 - Exports - 1994-1996

(conclusão/*concluded*)

Especificação/ *Item*	1994	1995	1996
	1 000 000 US$ FOB/ *1,000,000 US$ f o.b.*		
Produtos industrializados/ *Manufactured products*			
Máquinas e instrumentos mecânicos/ *Machines and mechanical instruments*	2 878	3 050	3 150
Equipamentos elétricos e eletrônicos/ *Electric and electronic equipment*	1 404	1 505	1 584
Produtos metalúrgicos/ *Fabricated metal products*	6 081	6 593	6 261
Produtos químicos/ *Chemical products*	2 841	3 348	3 464
Madeiras e manufaturas/ *Wood and products*	1 066	1 135	1 110
Calçados e produtos de couro/ *Footwear and leather products*	1 674	1 550	1 712
Derivados de petróleo/ *Petroleum products*	1 131	774	927
Papel e celulose/ *Paper and pulp*	1 794	2 705	1 935
Produtos têxteis/ *Textile products*	1 378	1 328	1 272
Outros/ *Other*	3 076	3 473	3 511

Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v 33, n 4, p 158, abr. 1997

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento */Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding*

Tabela 19.3 - Importação - 1994-1996
Table 19.3 - Imports - 1994-1996

(continua/*continued*)

Especificação/ *Item*	1994	1995	1996
	1 000 000 US$ FOB/ *1,000,000 US$ f.o b.*		
Total/ *Total*	**33 079**	**49 858**	**53 286**
Bens de consumo/ *Consumer goods*	4 658	8 631	9 213
Alimentos/ *Food products*	2 014	3 514	3 278
Vestuário/ *Apparel*	296	804	862
Outros/ *Other*	2 348	4 313	5 073
Matérias-primas/ *Raw materials*	11 662	16 624	17 765
Cereais e produtos de indústria de moagem/ *Grains and mill products*	1 408	1 665	2 103
Trigo/ *Wheat*	749	914	1 288
Adubos e fertilizantes/ *Fertilizers*	634	661	860
Produtos químicos/ *Chemical products*	4 961	7 349	7 958
Ferro fundido e aço/ *Cast iron and steel*	432	699	793
Metais não-ferrosos/ *Nonferrous metals*	571	1 096	938
Carvão/ *Coal*	677	764	755
Outras/ *Other*	2 979	4 390	4 358
Petróleo e derivados/ *Petroleum products*	4 069	4 712	6 124

Tabela 19.3 - Importação - 1994-1996
Table 19.3 - Imports - 1994-1996

(conclusão/*concluded*)

Especificação/ *Item*	1994	1995	1996
	1 000 000 US$ FOB/ *1,000,000 US$ f.o.b.*		
Bens de capital/ *Capital goods*	12 690	19 891	20 184
Material de transporte/ *Transportation equipment*	3 396	5 935	4 512
Veículos automóveis, tratores, etc./ *Automotive vehicles, tractors, etc.*	3 166	5 577	3 979
Outros/ *Other*	231	358	533
Máquinas e material elétrico/ *Machines and electric equipment*	9 293	13 956	15 672

Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v. 33, n. 4, p. 160, abr. 1997.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento. /*Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.*

Gráfico 19.1 - Comércio exterior - 1994-1996
Graph 19.1 - Foreign trade - 1994-1996

Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, v. 33, n. 4, p. 154, abr. 1997.

Tabela 19.4 - Investimentos diretos e reinvestimentos estrangeiros no País - 1992-1994

Table 19.4 - Foreign investments and reinvestments in the Country - 1992-1994

Países selecionados/ *Selected countries*	Ano/ *Year*	Total/ *Total*	Investimentos/ *Investments*	Reinvestimentos/ *Reinvestments*
		1 000 US$/ *1,000 US$*		
Canadá/ *Canada*	1992	2 281 920	1 569 775	712 145
	1993	2 132 155	1 470 459	661 696
	1994	2 209 859	1 524 002	685 857
Estados Unidos/ *United States*	1992	12 180 893	9 041 556	3 139 337
	1993	14 896 800	11 888 165	3 008 635
	1994	18 589 119	15 590 068	2 999 051
Cayman/ *Cayman*	1992	470 837	450 601	20 236
	1993	2 182 441	2 164 467	17 974
	1994	2 617 299	2 592 787	24 512
Alemanha/ *Germany*	1992	5 429 388	3 568 992	1 860 396
	1993	5 476 468	3 657 434	1 819 034
	1994	6 315 171	4 283 962	2 031 209
França/ *France*	1992	2 010 716	1 130 851	879 865
	1993	2 037 545	1 202 539	835 006
	1994	2 387 508	1 467 051	920 457
Itália/ *Italy*	1992	1 227 706	887 859	339 847
	1993	1 668 385	1 376 666	291 719
	1994	1 603 371	1 292 953	310 418
Reino Unido/ *United Kingdom*	1992	2 808 856	1 910 851	898 005
	1993	3 537 680	2 691 087	846 593
	1994	5 107 009	4 209 311	897 698

Fonte/*Source*: Boletim do Banco Central do Brasil Brasília, v 33, n 4, p. 355, abr 1997

Tabela 19.5 - Dívida externa registrada total - 1993-1995
Table 19.5 - Total registered external debt - 1993-1995

Dívida externa/ *External debt*	1993	1994	1995
	1 000 000 US$/ *1,000,000 US$*		
Total/ *Total*	**114 270**	**119 668**	**129 313**
Empréstimos compensatórios/ *Compensatory loans*	305	186	142
Empréstimos-programa/ *Program loans*	204	204	204
Bônus/ *Bonds*	10 270	53 154	53 903
Financiamentos de importações/ *Import financing*	36 282	35 711	36 113
Empréstimos diversos/ *Other loans*	30	26	23
Empréstimos em moeda/ *Currency loans*	67 179	30 387	38 928

Fonte/*Source:* Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, v. 33, n. 4, p. 185, abr. 1997.

Gráfico 19.2 - Reservas internacionais do País - 1990-1996
Graph 19.2 - International reserves of the Country - 1990-1996

Fonte/*Source:* Boletim do Bamco Central do Brasil, Brasília, v. 33, n. 4, p. 177, abr. 1997.

Tabela 19.6 - Taxa de câmbio - 1995-1996

Table 19.6 - Exchange rate - 1995-1996

(continua/*continued*)

Ano e mês/ *Year and month*	Média mensal em R$/US$/ *Monthly average in R$/US$*		Taxa real (%) (1)/ *Real rate (%) (1)*	
	Compra/ *Buying*	Venda/ *Selling*	Ao mês/ *Monthly*	Ao ano/ *Annual*
1995				
Janeiro/*January*	0,845136	0,847136	(-) 0,8	(-) 0,8
Fevereiro/*February*	0,838750	0,840750	1,14	0,33
Março/*March*	0,887413	0,889370	3,94	4,28
Abril/*April*	0,905529	0,907529	0,73	5,04
Maio/*May*	0,895364	0,897364	1,37	6,48
Junho/*June*	0,912048	0,914048	0,83	7,36
Julho/*July*	0,926762	0,928762	(-) 0,43	6,90
Agosto/*August*	0,939957	0,941957	(-) 0,52	6,34
Setembro/*September*	0,950750	0,952750	2,72	9,24
Outubro/*October*	0,958681	0,959681	0,93	10,29
Novembro/*November*	0,962375	0,963375	(-) 0,67	9,55
Dezembro/*December*	0,967285	0,968285	1,51	11,20
Média anual/*Annual average*	0,915838	0,917584		
1996				
Janeiro/*January*	0,973477	0,974477	(-) 0,12	(-) 0,12
Fevereiro/*February*	0,980079	0,981079	0,01	(-) 0,11

Tabela 19.6 - Taxa de câmbio - 1995-1996

Table 19.6 - Exchange rate - 1995-1996

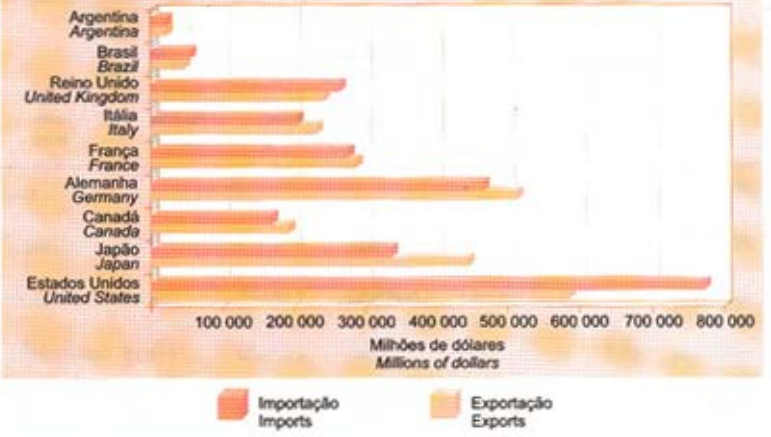
(conclusão/*concluded*)

Ano e mês/ *Year and month*	Média mensal em R$/US$/ *Monthly average in R$/US$*		Taxa real (%) (1)/ *Real rate (%) (1)*	
	Compra/ *Buying*	Venda/ *Selling*	Ao mês/ *Monthly*	Ao ano/ *Annual*
1996				
Março/*March*	0,985319	0,986119	0,55	0,44
Abril/*April*	0,989450	0,990250	0,87	1,31
Maio/*May*	0,994482	0,995282	(-) 0,10	1,21
Junho/*June*	1,000532	1,001332	(-) 0,61	0,60
Julho/July	1,006135	1,006935	(-) 0,69	(-) 0,09
Agosto/*August*	1,012614	1,013414	0,80	0,70
Setembro/*September*	1,018490	1,019290	(-) 0,05	0,65
Outubro/*October*	1,024314	1,025114	0,36	1,01
Novembro/*November*	1,029585	1,030385	0,30	1,32
Dezembro/*December*	1,036519	1,037319	(-) 0,60	0,71
Média anual/*Annual average*	1,004250	1,005083	.	

Fonte/*Source*: Retrospectiva [da] Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto 1996 Rio de Janeiro, p 104, 1996.

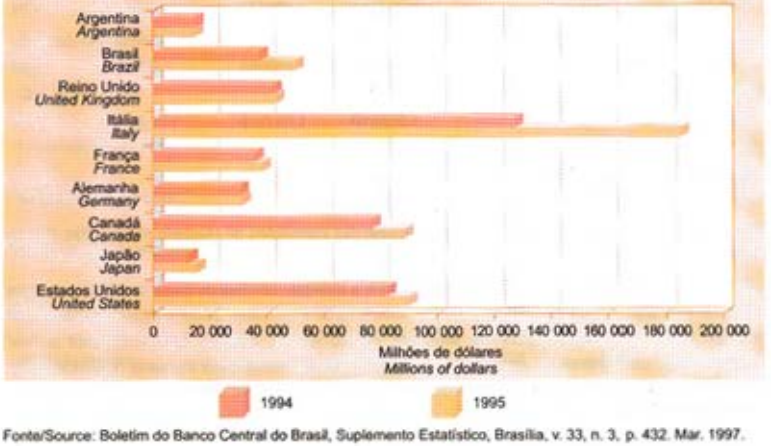
(1) O conceito de taxa de câmbio real corresponde à variação nominal de câmbio, multiplicada pela taxa de paridade (Índice de Preços por Atacado do Norte-Americano, sobre o Índice de Preços por Atacado do IPA-OG Brasil) A partir de setembro, estimativas da ANDIMA. */(1) The concept of real exchange rate corresponds to the nominal exchange change, multiplied by the parity rate (Wholesale Price Index of the United States by the Wholesale Price Index of IPA-OG Brazil). Estimates by ANDIMA from September on*

Gráfico 19.3 - Comércio mundial, por países selecionados - 1995
Graph 19.3 - World trade, by selected countries - 1995



Fonte/*Source*: Boletim do Banco Central do Brasil, Suplemento Estatístico, Brasília, v. 33, n. 3, p. 428, mar. 1997.
Nota: Valores da exportação em dólares FOB e da importação em dólares CIF. / *Note: All exports in dollars f.o.b., and all imports in dollars c.i.f.*

Gráfico 19.4 - Reservas internacionais, por países selecionados - 1994-1995
Graph 19.4 - International reserves, by selected countries - 1994-1995



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil, Suplemento Estatístico, Brasília, v. 33, n. 3, p. 432. Mar. 1997.

Ciência e Tecnologia

Science and Technology

Gerson (Gerson Alves de Souza)
Natal no Cosmos / *Christmas in Cosmos*, 1968
Óleo s/tela e eucatex / *Oil on canvas and masonite* - 0,14x0,60 m

Ciência e Tecnologia

O Brasil investe uma percentagem pequena de seu PIB em Ciência e Tecnologia, se comparado com os países desenvolvidos ou com os países de industrialização recente da Ásia, mas, mesmo assim, tem um setor de Ciência e Tecnologia bastante amplo e diversificado. Este setor é coordenado, a nível federal, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, e as atividades de pesquisa se desenvolvem sobretudo nas universidades públicas, mas também em institutos especializados do próprio MCT e de outros Ministérios, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Laboratório Nacional de Luz Síncroton, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Fundação Oswaldo Cruz, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e vários outros. Alguns estados também investem recursos significativos em Ciência e Tecnologia, sobretudo o Estado de São Paulo, através da Fundação de Amparo à Pesquisa, mas também os de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, entre outros. A formação de pesquisadores é feita através de uma rede de cursos de mestrado e doutorado, apoiada por um sistema de bolsas de estudo no País e no exterior. O extraordinário crescimento dos recursos para bolsas de estudo para estudantes de pós-graduação, a partir sobretudo de 1987, ajuda a entender o número crescente de publicações de pesquisadores brasileiros na literatura internacional, mas a estagnação e instabilidade dos recursos para o financiamento de projetos de pesquisa por parte do governo federal têm sido objeto de preocupação.

Chama a atenção a predominância das universidades públicas paulistas e federais nas atividades de pesquisa, e a participação ainda tímida do setor privado. A presença da pesquisa nas universidades tem sido um fator importante para a manutenção dos padrões de qualidade nas instituições de ensino superior de melhor nível e na formação de técnicos de alta qualificação, mas seus benefícios para a população como um todo, e para a melhoria do desempenho das atividades econômicas, ainda são modestos. A abertura da economia brasileira à competição internacional, na década de 90, exige que as empresas sejam capazes de inovar suas práticas gerenciais e seus processos de trabalho, reduzindo custos e melhorando a qualidade de seus produtos.

O governo federal, através de incentivos fiscais e outros instrumentos, vem trabalhando para apoiar o setor produtivo neste esforço de modernização, estimulando os investimentos privados em pesquisa e capacitando os institutos públicos para responderem de forma mais ágil às necessidades da economia e da sociedade.

Simon Schwartzman
Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Science and Technology

Compared with developed countries or Asian countries of recent industrialization, Brazil invests a small percentage of its GDP on Science and Technology, but, even so, it has a large and diversified Science and Technology sector. This sector is under the coordination of the Ministry of Science and Technology, at federal level, and research activities are carried on especially at public universities but also at specialized institutes such as Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Laboratório Nacional de Luz Síncroton, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística and many others. Some states also invest significant resources on Science and Technology, especially the State of São Paulo, through the Fundação de Amparo à Pesquisa, and Minas Gerais, Rio Grande do Sul and Rio de Janeiro, among others. Researchers are trained by a network of course programs conferring masters' and doctor's degrees, supported by a system of grants, and fellowships are also available for graduate studies abroad. The extraordinary expansion of resources for grants to postgraduate students, mostly after 1987, helps to understand the increasing number of publications by Brazilian researchers on the international literature, but the stagnation and instability of funding for research projects by the federal government have been a reason for worry.

Most of the research takes place in federal and São Paulo's public universities, while the participation of the private sector is still timid. University research has been important in maintaining quality standards at the best higher education institutions and to train highly qualified professionals, but the benefits to the population as a whole and to the improvement of economic activities are still modest. The opening of the Brazilian economy to international competition, during the nineties, demands that enterprises be capable of innovate their management practices and work processes, reducing costs and improving the quality of their products. The federal government, through fiscal incentives and other tools, is

working to support the productive sector in this modernization effort, stimulating private investments on research and empowering the public institutes to answer more readily to the needs of the economy and society.

Simon Schwartzman
President, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Tabela 20.1 - Dispêndios públicos em ciência e tecnologia, por fontes de recursos - 1990-1995

Table 20.1 - Public expenditure for science and technology, by source of funds - 1990-1995

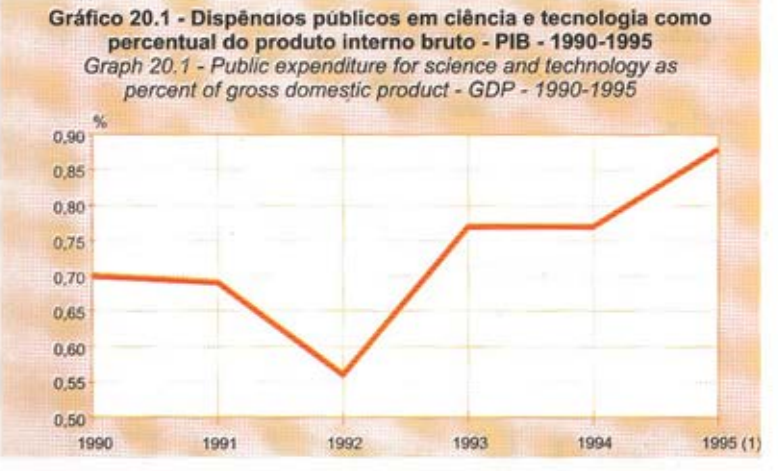
Fontes de recursos/ *Source of funds*	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (1)
	1 000 000 US$					
Total/*Total*	**3 081**	**3 034**	**2 443**	**4 703**	**4 995**	**5 957**
Governo Federal/ *Federal government*	2 584	2 397	1 826	2 582	2 587	2 807
Governo Estadual/ *State government*	497	637	617	866	761	1 300
Empresas públicas/ *Government-owned enterprises*	...	...	...	397	453	550
Empresas privadas/ *Private enterprises*	...	...	...	858	1 194	1 300

Fonte/*Source:* Indicadores Nacionais de Ciência & Tecnologia 1990-95. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, p.16, dez. 1996.

(1) Inclui aproximadamente 350 milhões de dólares dos salários dos pesquisadores das universidades federais./ *(1) Includes approximately 350 million dollars of salaries paid to researchers at federal universities.*

Gráfico 20.1 - Dispêndios públicos em ciência e tecnologia como percentual do produto interno bruto - PIB - 1990-1995

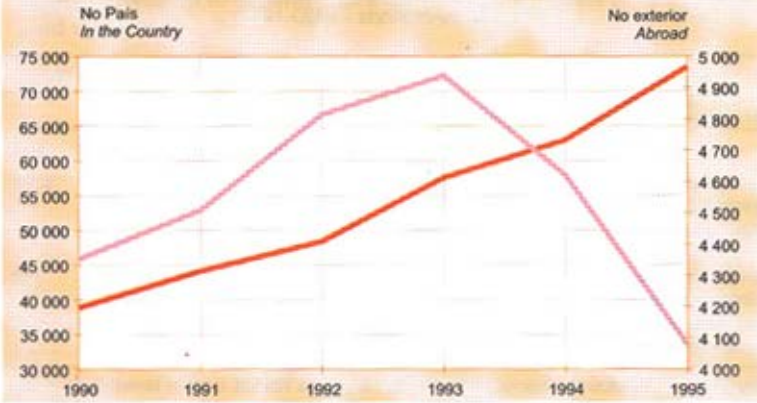
Graph 20.1 - Public expenditure for science and technology as percent of gross domestic product - GDP - 1990-1995



Fonte/*Source:* Indicadores Nacionais de Ciência & Tecnologia 1990-95. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, p. 16, dez. 1996.
(1) Inclui aproximadamente 350 milhões de dólares dos pesquisadores das universidades federais. / *(1) Includes approximately 350 million dollars for researchers at the federal universities.*

Gráfico 20.2 - Bolsas de estudo concedidas no País e no exterior - 1990-1995

Graph 20.2 - Scholarships granted in the Country and abroad - 1990-1995



Fonte/*Source:* Indicadores Nacionais de Ciência & Tecnologia 1990-95. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, p.30, dez. 1996.
Nota: CNPq e CAPES. / *Note: CNPq and CAPES.*

Gráfico 20.3 - Gastos com bolsas de estudo e com apoio a projetos de pesquisa - 1980-1995

Graph 20.3 - Expenditure with scholarships and grants to research projects - 1980-1995

Fonte/*Source:* Relatório de Atividades MCT-1995. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, p. 169, jul. 1996.

Tabela 20.2 - Publicações de cientistas brasileiros na literatura internacional - 1981/1995

Table 20.2 - Publications by brazilian scientists on the international literature - 1981/1995

Área de conhecimento/ *Field of study*	1981	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (1)
Ciências da Vida/ *Sciences of Life*	1 192	1 492	2 167	2 431	2 582	2 509	2 765	2 450
Ciências Exatas/ *Exact Sciences*	846	897	1 358	1 468	1 788	1 884	2 055	2 102
Ciências da Terra/ *Earth Sciences*	48	55	104	82	119	116	91	155
Meio Ambiente/ *Environment*	18	45	68	114	119	102	131	102
Ciências Humanas/ *Human Sciences*	95	76	104	111	110	125	100	89

Fonte/*Source.* Dados levantados por Margarete Pereira Friedrich e Paulo dos Santos Rodrigues, Instituto de Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir do banco de dados do Institute for Scientific Information (ISI), National Citation Report for Brazil, 1981-1995

(1) Dados incompletos / *(1) Incomplete data*

Tabela 20.3 - Cientistas e engenheiros na área de desenvolvimento científico e tecnológico, por países selecionados - 1993

Table 20.3 - Scientists and engineers working in the field of scientific and technological development, by selected countries - 1993

Países selecionados/ *Selected countries*	Cientistas e engenheiros (por 1 000 000 hab)/ *Scientists and engineers (per 1,000,000 inhab)*
Japão (1)/*Japan (1)*	5 677
Estados Unidos/*United States*	3 732
Alemanha (2)/*Germany(2)*	3 016
República da Coréia (3)/*Republic of Korea (3)*	2 636
França/*France*	2 537
Reino Unido/*United Kingdom*	2 417
Canadá (2)/*Canada (2)*	2 322
Itália /*Italy*	1 303
Chile (4)/*Chile (4)*	364
Brasil (5)/*Brazil (5)*	355
Argentina (4)/*Argentina (4)*	350
África do Sul (2)/*South Africa*	319
Índia (6)/*India*	151
México/*Mexico*	95

Fonte/*Source*· Statistical Yearbook [of] Unesco 1996 Paris, p 5-5, 1997, Indicadores Nacionais de Ciência & Tecnologia 1990-95 Brasília Ministério da Ciência e Tecnologia, p. 8, 10, 14, dez 1996

(1) Dados de 1992 (2) Dados de 1991 (3) Dados de 1994 (4) Dados de 1988 (5) Dados de 1995 (6) Dados de 1990 */(1) Data for 1992 (2) Data for 1991 (3) Data for 1994. (4) Data for 1988 (5) Data for 1995. (6) Data for 1990*

Tabela 20.4 - Percentual do produto nacional bruto gasto com a área de desenvolvimento científico e tecnológico, por países selecionados - 1993

Table 20.4 - Percent of gross national product expended in scientific and technological development, by selected countries - 1993

Países selecionados/ *Selected countries*	Percentual do produto nacional bruto gasto (%)/ *Percent of gross national product expended*
Japão (1)/*Japan (1)*	3,0
Estados Unidos/*United States*	
Alemanha (2)/*Germany (2)*	2,6
República da Coréia (3)/*Republic of Korea (3)*	2,8
França/*France*	2,5
Reino Unido/*United Kingdom*	2,2
Canadá (2)/*Canada (2)*	1,6
Itália/*Italy*	1,3
Chile (4)/*Chile (4)*	0,8
Brasil/*Brazil*	0,9
Argentina (4)/*Argentina (4)*	0,3
África do Sul (2)/*South Africa (2)*	1,0
Índia (6)/*India (6)*	0,8
México/*Mexico*	0,3

Fonte/*Source*: Statistical Yearbook [of] Unesco 1996. Paris, p 5-5, 1997, Indicadores Nacionais de Ciência & Tecnologia 1990-95 Brasília Ministério da Ciência e Tecnologia, p 8, 10, 14, dez 1996

(1) Dados de 1992 (2) Dados de 1991 (3) Dados de 1994 (4) Dados de 1988 (5) Dados de 1995 (6) Dados de 1990 /*(1) Data for 1992 (2) Data for 1991 (3) Data for 1994 (4) Data for 1988 (5) Data for 1995 (6) Data for 1990*

Governo

Government

Juca (Ovídio Melo Andrade)
Abolição / *Abolition*, 1988
Acrílica s/cartolina e eucatex / *Acrylic colour on board and masonite* - 0,50x0,60 m

Governo

O setor governo, pelos recursos que arrecada e gasta, pelo pessoal que emprega, e pelas políticas públicas que implementa, representa um componente central da sociedade brasileira. Os dados de gastos e de pessoal permitem conhecer as principais dimensões deste setor, a partir das quais as políticas públicas se desenvolvem.

A Tabela 21.1 apresenta uma visão dos gastos federais em sua totalidade, enquanto que a Tabela 21.2, organizada em uma outra perspectiva, mostra a evolução dos gastos sociais entre 1994 e 1996.

Os gastos federais em 1995 de todas as fontes corresponderam a 37% do Produto Interno Bruto do País. O principal item de despesa é representado pelos encargos financeiros, o pagamento da dívida pública, que chega a 45% do gasto total. Isto significa que o setor público está tendo que se financiar no mercado, uma vez que suas receitas são insuficientes para cobrir o nível atual de despesas.

O segundo maior componente do gasto se refere a transferências diretas a pessoas, que consomem 24% do total. São gastos com Previdência e Assistência Social, inativos e pensionistas do setor público e seguros de acidentes do trabalho. Os encargos financeiros, somados às transferências a pessoas, são obrigações inarredáveis do governo federal, e consomem 70% dos recursos. Os 30% restantes precisam ser partilhados pelos setores de saúde, educação, ciência e tecnologia, as Forças Armadas, o Legislativo, o Judiciário e a própria administração do governo. A área de Saúde, parte essencial do gasto social, corresponde a 5,5% do total do gasto. Educação, cultura, ciência e tecnologia consomem 3,3%. As demais áreas gastam 12%. Os estados e municípios recebem transferências do Governo Federal equivalentes a 8% do gasto total da União. Os 1,5% remanescentes ficam por conta de operações oficiais de créditos oficiais. A Tabela 21.2 confirma que a maior parte dos gastos sociais federais dedicam-se ao pagamento da previdência social, e que o governo federal vem aumentando progressivamente os recursos disponíveis para a área social, particularmente em atividades como a qualificação profissional, a organização agrária e a educação de crianças até 6 anos de idade.

A conclusão mais importante que se pode retirar destas tabelas é que a dívida e as transferências obrigatórias a pessoas tornam o gasto

público muito inflexível e pouco sensível a esforços de contenção de despesas em outras áreas. A redução da dívida pública, com a privatização de ativos do setor público, e os ajustes que permitem a redução da taxa de juros e que eliminem a necessidade de dívida pública nova constituem a via mais direta para liberar recursos para as áreas sociais. A mudança na forma de financiar os gastos com previdência, pensionistas e inativos, estabelecendo regimes de capitalização que cubram, pelo menos parcialmente, as transferências futuras, permitiria diminuir, ainda mais, o peso desses encargos sobre a receita tributária corrente. Disciplinar esses encargos, hoje muito desiguais e injustamente distribuídos, daria mais flexibilidade à gestão do gasto público e criaria condições para maiores investimentos em saúde e educação.

Uma parcela relevante desses dispêndios é consumida com salários e previdência do funcionalismo público da União. O funcionalismo público não é grande no Brasil, quando se compara com outros países. Os empregados civis da União, dos estados e dos municípios representam apenas 11% da população empregada, assim distribuídos: Setor Público Federal 2%, Estadual 5% e Municipal 4%. A maior parte do funcionalismo já está empregada nas áreas centrais de obrigação do setor público. A área social emprega 42% das pessoas que trabalham para o setor público, nos três níveis de governo. Educação absorve a maior parte, 31% do total, a saúde emprega 8% e a assistência social 3%. A segurança pública, outra obrigação indeclinável do governo emprega 11%. As atividades sociais e de segurança empregam, portanto, mais da metade do funcionalismo brasileiro, 53%. O funcionalismo federal representa 18% dos empregados civis do setor público brasileiro, o funcionalismo estadual 44%, e o municipal 38%. Esta descentralização tende a aumentar no futuro, com ainda menor participação dos empregados federais no funcionalismo público.

Uma das características que mais preocupam, hoje, os administradores, com relação ao servidor público federal, é o crescimento da participação dos inativos no total. Em março de 1997, para 560 mil servidores em atividade no Executivo Federal, haviam 379 mil inativos, e 181 recebedores de pensões. Na Administração Direta, praticamente a metade já é de funcionários inativos. A trajetória para os próximos anos aponta na direção de agravamento considerável desta relação: 33% dos funcionários públicos federais têm mais de 45 anos de idade e 16%, mais de 50 anos. Entre as mulheres, que se aposentam mais cedo, 28% têm mais de 45 anos e 13%, mais de 50 anos.

Sérgio Abranches
Sociólogo da Secretaria de Projetos Especiais

Government

The government sector, by the revenue collected and expended, by the personnel employed and by the public policies implemented, represents a central component of the Brazilian society. The data on expenditure and personnel reveal the actual dimensions of this sector, from which public policies arise.

Table 21.1 presents an overview of total federal expenditure, while table 21.2, organized from another perspective, shows the evolution of social expenditures between 1994 and 1996. Federal expenditures from all sources corresponded, in 1995, to 37% of the country's Gross Domestic Product. The main item of expenditure is represented by financial charges, the payment of the public debt, 45% of the total expenditure. The public sector is having to borrow from the market, since its revenues are insufficient to cover the current level of expenditure.

The second larger expenditure item is direct transfers to individuals, consuming 24% of the total. These are expenditures with Social Security, the payment of retirement benefits and pensions in the public sector and insurance for work-related injuries. The financial charges, added to transfers to individuals, are fixed obligations of the federal government and consume up to 70% of the available funds. The remaining 30% must be shared by the health, education, science and technology sectors, the Armed Forces, the Legislative, the Judicial Power and the government administration itself. The Health sector, an essential part of the social expenditure, corresponds to 5.5% of the total expenditures. Education, culture, science and technology consume another 3.3%. The other areas spend 12%. The states and municipalities receive Federal Government transfers equivalent to 8% of the Union's total expenditure. The remaining 1.5% are used for official credit operations. Table 21.2 confirms that the largest part of the federal social expenditures is used for social security payments, and that the federal government has been progressively increasing the funds available to the social area, particularly to activities such as vocational education, agrarian organization and preschool for children up to six years old.

The main conclusion from these tables is that the debt and the compulsory transfers to individuals make the public expenditure very

inflexible and not very sensitive to efforts to contain expenses in other areas. The best way to free resources for the social area is to reduce public debt, through the privatization of public sectors' assets and the reduction of interest rates. Another step would be to change the way expenditures in social security pensioners and retired personnel are financed, establishing capitalization systems to reduce, at least partially, future transfers of tax resources. The distribution of social benefits is lopsided and unfair, and its adjustment would give the government more flexibility in the management public resources, allowing for higher investments on health and education.

A very significant share of public expenditures is spent in salaries and social security benefits of federal employees. The number of civil servants in Brazil is not large, when compared to other countries. The civil servants of the Union, states and municipalities represent only 11% of the employed population, thus distributed: Federal Public Sector 2%, State 5% and Municipal 4%. Most of these employees work in activities which are inherently public. Forty two percent work in social services, of which 31% in education, 8% in health and 3% in social assistance activities. Public safety, another evident obligation of the government, employs 11%. The social and safety activities employ, therefore, more than a half of the Brazilian civil servants (53%). The federal servants represent 18% of the personnel employed by the Brazilian public sector, the state officials, 44% and the municipal employees, 38%. This decentralization tends to increase in the future, with an even smaller participation of federal employees among the public servants.

One aspect of the civil service that is causing great concern to administrators is the increasing share of the retired personnel in relation to those in active duty. In March 1997, for 560 thousand active servants in the Federal administration, there were 379 thousand retirees and 181 thousand were pensioners. Half of the employees in the Federal payroll (the so called "direct administration") have already retired. Projections for the next few years point toward a considerable aggravation of this relation: 33% of the federal public servants are more than 45 years old and 16%, more than 50. Among women, who retire earlier, 28% are more than 45 and 13%, more than 50 year's old.

Sérgio Abranches
Sociologist, Secretaria de Projetos Especiais

Tabela 21.1 - Distribuição dos gastos federais, por fontes e e despesas - 1995

Table 21.1 - Distribution of federal expenditure, by source and outlays - 1995

(continua/*continued*)

Especificação/ *Item*	Total/ *Total*	Pessoal (1)/ *Personnel (1)*	Outros custeios e capital (2)/ *Other coasting and capital (2)*			Encargos financeiros/ *Financial charges*
			Total/ *Total*	Investimentos/ *Investments*	Demais itens (3)/ *Other items (3)*	
	Valor (1 000 000 R$)/ *Value (1,000,000 R$)*					
Total/ *Total*	**242 958**	**37 895**	**92 794**	**4 895**	**87 899**	**112 269**
Do tesouro/ *From treasury*	234 253	37 223	85 075	4 106	80 970	111 955
Outras fontes/ *Other sources*	8 705	672	7 719	789	6 929	314
Transferências a Estados e Municípios (4)/ *Transfers to States and Municipalities (4)*	20 373	1 297	19 075	-	19 075	-
Encargos financeiros da União/ *Union's financial charges*	110 020	-	723	-	723	109 297
Operações oficiais de crédito/ *Official credit operations*	4 062	-	3 972	-	3 972	89
Gastos sociais/ *Social expenditure*	79 750	23 958	54 312	1 351	52 961	1 479
Transferências diretas a pessoas/ *Direct transfers to individuals*	58 381	18 622	39 755	66	39 689	4
Previdência e Assistência Social/ *Social security and Assistance*	38 267	1 999	36 265	55	36 210	3
Inativos e pensionistas *Retired personnel and pensioners*	16 295	16 295	0	-	-	-
Seguro desemprego e trabalho (5)/ *Unemployment and labor insurance (5)*	3 819	328	3 490	11	3 479	1

Tabela 21.1 - Distribuição dos gastos federais, por fontes e despesas - 1995

Table 21.1 - Distribution of federal expenditure, by source and outlays - 1995

(conclusão/*concluded*)

Especificação/ *Item*	Total/ *Total*	Pessoal (1)/ *Personnel (1)*	Outros custeios e capital (2)/ *Other coasting and capital (2)*			Encargos financeiros/ *Financial charges*
			Total/ *Total*	Investimentos/ *Investments*	Demais itens (3)/ *Other items (3)*	
	Valor (1 000 000 R$)/ *Value (1,000,000 R$)*					
Saúde/ *Health*	13 320	2 144	9 806	413	9 393	1 369
Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia *Education, Culture, Science and Technology*	8 049	3 192	4 751	872	3 879	106
Demais gastos/ *Other expenditures*	28 753	12 640	14 711	3 544	11 167	1 402
Militares/ *Armed forces personnel*	8 960	5 342	3 169	1 054	2 115	449
Infraestrutura/ *Infrastructure*	2 884	997	1 552	835	717	335
Legislativo e Judiciário/ *Legislative and Judicial*	3 520	2 274	1 245	266	979	-
Fazenda/ *Treasury*	3 023	1 748	1 272	51	1 221	3
Outros órgãos / *Other agencies*	10 367	2 279	7 473	1 338	6 135	615

Fonte/*Source.* Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Sistema Integrado de Administração Financeira, 1997, dados não publicados

Notas 1 As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento de dados

2 Dados supondo que a participação da despesa com inativos e pensionistas nas despesas de pessoal total de cada órgão seja igual à média global de 43% /

Notes 1 Individual figures may not add up to totals due data rounding

2 Supposing the participation of the expenditure with retired personnel and pensioners in each agency's total payroll amounts to a total average of 43%

(1) Despesa com o pessoal ativo, exceto na linha destinada aos inativos e pencionistas (2) Exclui amortizações (3) Inclui despesas correntes, inversões financeiras e outras despesas de capital (4) Exclui a despesa de pessoal com inativos e pencionistas (5) Exclui aplicações do FAT via BNDES / *(1) Payroll excluding the line for retired personnel and pensioners (2) Excludes amortizations (3) Includes current expenditure, financial investiments and other capital expenditures*

Tabela 21.2 - Gastos social-federal, total "per capita" e total como percentual do produto interno bruto - PIB - 1994-1996

Table 21.2 - Expenditure - social-federal, total per capita and total as percent of gross domestic product - GDP - 1994-1996

(continua/*continued*)

Área de atuação (1)/ *Area of action (1)*	1994	1995	1996	Variação percentual (%)/ *Percent change (%)*	
				1996/ 1995	1996/ 1994
	Valor (1 000 R$)/ *Value (1,000 R$)*				
Gastos/ *Expenditures*					
Total (2)/ *Total (2)*	75 226 585	91 395 831	95 299 116	4,3	26,7
Total "per capita"(3)/ *Total per capita (3)*	491	589	605	2,8	23,4
Total como percentual do PIB/ *Total as percent of GDP*	11,8	12,2	12,3	0,8	4,2
Cobertura dos riscos da velhice na invalidez e do desemprego/ *Coverage of old-age, disability and unemployment risks*	45 949 392	58 708 607	66 022 219	12,5	43,7
Previdência social/ *Social security*	43 291 876	54 174 583	61 128 143	12,8	41,2
Benefícios pagos pelo INSS/ *Benefits paid by INSS*	30 406 262	36 429 951	43 271 322	18,8	42,3
Benefícios pagos a servidores federais/ *Benefits paid to federal servants*	12 885 614	17 744 632	17 856 821	0,6	38,6
Seguro desemprego/ *Unemployment insurance*	2 116 903	3 264 450	3 491 373	7,0	64,9
Qualificação profissional/ *Vocational education*	508	18 876	262 536	1 290,8	51 580,3
Organização agrária/ *Agrarian organization*	540 105	1 250 698	1 140 167	(-) 8.8	111,1
Atendimento a demandas da população de baixa renda/ *Assistance to demands of lower-income population*	10 440 700	11 671 087	11 967 184	2,5	14,6

Tabela 21.2 - Gastos social-federal, total "per capita" e total como percentual do produto interno bruto - PIB - 1994-1996

Table 21.2 - Expenditure - social-federal, total per capita and total as percent of gross domestic product - GDP - 1994-1996

(conclusão/*concluded*)

Área de atuação (1)/ *Area of action (1)*	1994	1995	1996	Variação percentual (%)/ *Percent change (%)*	
				1996/ 1995	1996/ 1994
	Valor (1 000 R$)/ *Value (1,000 R$)*				
Assitência médica e sanitária/ *Health care*	8 776 666	10 177 148	10 082 232	(-) 0,9	14,9
Saneamento básico/ *Basic sanitation*	674 216	350 118	688 610	96,7	2,1
Assistência social/ *Social assistance*	989 818	1 143 821	1 196 342	4,6	20,9
Atenção à população infanto-juvenil/ *Assistance to population under 18 years old*	1 808 092	2 013 257	1 882 956	(-) 6,4	4,1
Ensino fundamental (4)/ *Elementary education (4)*	1 070 795	1 016 462	1 158 288	14,0	8,2
Merenda escolar/ *School lunch*	664 256	731 707	465 287	(-) 36,4	(-) 30,0
Educação de crianças de 0 a 6 anos/ *Preschool for children 0 to 6 years old*	73 041	264 088	259 381	(-) 1,8	255,1
Outros/ *Other*	17 028 401	19 003 880	15 426 757	(-) 18,8	(-) 9,4

Fonte/*Source:* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Políticas Sociais, 1977, dados não publicados

(1) Este conceito traz a melhor aproximação possível do tipo de ação efetiva dos gastos públicos junto à população, independentemente da dimensão setorial da unidade de dispêndio (2) Total do gasto social-federal, de acordo com a metodologia adotada. (3) Dados em Reais (4) Exclui a merenda escolar, a cota-parte de estados e Distrito Federal na arrecadação do salário-educação, nem os investimentos diretamentes realizados pelo governo federal / *(1) This concept presents the best approximation to type of effective action by public expenditure to the population, independently of sectorial dimension of expense unit (2) Total of federal-social expenditure, according to the methodology adopted (3) Data in R$ (4) Excludes school lunch, states and Federal District shares from the education-wage collected, and federal direct investments*

Tabela 21.3 - Pessoas empregadas no setor público, total absoluto e distribuição percentual - 1995

Table 21.3 - Public sector personnel, total and percent distribution - 1995

Atividade/ *Function*	Total/ *Total*	Federal/ *Federal*	Estadual/ *State*	Municipal/ *Municipal*
Total/ *Total*	**7 901 166**	**1 444 407**	**3 467 604**	**2 989 155**
Ensino/ *Education*	31,27	11,25	39,93	30,89
Administração municipal/ *Municipal administration*	16,77	0,16	0,75	43,38
Segurança pública/ *Public safety*	10,90	23,25	14,42	0,85
Serviços de saúde/ *Health services*	7,93	7,87	7,94	7,95
Serviços públicos/ *Public utilities*	5,66	2,40	6,22	6,59
Administração estadual/ *State administration*	5,22	0,88	11,30	0,28
Serviços financeiros/ *Financial services*	4,15	12,89	4,06	0,05
Serviços assistenciais/ *Assistance services*	3,29	6,18	1,54	3,92
Judiciário/ *Judicial*	2,56	3,99	4,09	0,10
Comunicações/ *Communications*	2,54	7,92	2,17	0,35
Administração federal/ *Federal administration*	2,31	9,91	1,02	0,12
Legislativo e tribunal de contas/ *Legislative and accounting court*	1,62	0,95	1,49	2,10
Serviços diversos/ *Miscellaneous services*	1,58	2,93	1,90	0,56
Transporte/ *Transportation*	1,19	3,50	0,77	0,56
Outras/ *Other*	3,00	5,92	2,39	2,30

Fonte/*Source:* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995 Rio de Janeiro IBGE, [1996]

Tabela 21.4 - Servidores civis do poder executivo - Dez. 1996

Table 21.4 - Civil servants in the executive power - Dec. 1996

Servidores/ *Servants*	Total/ *Total*	Administração direta/ *Direct Administration*	Autarquia/ *Autarchy*	Fundações/ *Foundations*
Total/ *Total*	**1 120 667**	**600 814**	**375 981**	**143 872**
Ativos/ *Active*	560 853	241 947	212 226	106 680
Inativos/ *Inactive*	377 899	223 000	126 553	28 346
Pensões/ *Pensioners*	181 915	135 867	37 202	8 846

Fonte/*Source:* Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Estatísticas [online]. 1997. Disponível· http://www mare.gov.br/Estat/Pessoal/servidor11.htm [capturado em 21 ago 1997].

Tabela 21.5 - Distribuição da despesa com o pessoal da União - 1987-1996

Table 21.5 - Distribution of the expenditure with Union personnel - 1987-1996

Ano/ Year	Total/ *Total*	Ativo/ *Active*	Inativos/ *Inactive*	Benefícios globais e ajustes/ *Total benefits and adjustments*	Transferências intergovernamentais/ *Intergovernmental transfers*
1987	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1988	122,7	127,3	125,5	93,0	97,1
1989	151,5	156,7	149,7	122,7	136,8
1990	174,7	184,9	194,0	2,1	180,2
1991	143,2	156,9	148,0	0,0	136,9
1992	116,6	123,1	135,5	0,0	103,6
1993	157,6	138,5	257,2	0,0	148,4
1994	181,9	154,3	321,2	(-) 33,6	171,4
1995	237,4	193,0	433,1	0,0	213,2
1996	227,0	190,2	405,9	0,0	178,3

Fonte/*Source:* Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Estatísticas [online] 1997 Disponível: http://www.mare gov br/Estat/Pessoal/despesa11.htm [capturado em 21 ago 1997]

Nota· Índice 1987 = 100. / *Note: Index 1987 = 100.*

Bibliografia/Bibliography

AGROANALYSIS. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, v. 17, n.2, p. 40-43, maio 1997.

ANUÁRIO ESTADÍSTICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 1996. Santiago, Chile: Comisíon Económica para América Latina y el Caribe, p. 428, 1997.

ANUÁRIO ESTADÍSTICO DE ESPAÑA 1995. Madrid: Instituto Nacional de Estadística, 1996. 880 p.

ANUÁRIO ESTADÍSTICO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 1996. 570 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 55-56, 1996-1997. Paginação irregular.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO EMBRATUR 1994/1995. Brasília: Instituto Brasileiro de urismo, v. 22, 1994/1995. 198 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA 1957-1995. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1996. 138 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1995.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 1995. Brasília: Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, v. 4, 1996. 968 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO: setor metalúrgico 1991/1995. Brasília: Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia, 1997.

ANUÁRIO DA INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA 1995. São Paulo: Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados, v. 22, 1995. 334 p.

ANUÁRIO DO TRANSPORTE AÉREO: dados estatísticos 1995. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, Departamento de Aviação Civil, v.1,1996.

ANUÁRIO DOS TRANSPORTES 1995. Brasília: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, v. 22, 1995. 226 p.

BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL 1996. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 996. 150 p. Ano base 1995.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, v. 33, n. 2, fev. 1997. 204 p.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, v. 33, n. 4, abr. 1997. 232 p.

____. Relatório 1995. Brasília, v. 32, 1996. 236 p.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Suplemento estatístico. Brasília, v. 33, n. 3, p. 424, mar. 1997.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO DE AIDS. Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis, v. 9, n. 5, p. 13, fev. 1997.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Estatísticas [online]. 1997. Disponível: http://www.mare.gov.br/Estat.pessoal/servidor 11.htm [capturado em 21 ago. 1997].

____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Estatísticas [online]. 1997. Disponível: http://www.mare.gov.br/Estat.pessoal/despesa 11.htm [capturado em 21 ago. 1997].

____. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 96. [online]. Disponível: http://www.tse.gov.br. [capturado em 25 jun. 1997].

CENSO DEMOGRÁFICO 1900-1930. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1910-1940.

____. 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997.

CONTAGEM da população 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. V. 1: Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar.

CONTAS CONSOLIDADAS PARA A NAÇÃO: Brasil 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 26 p.

CONTAS nacionais: contas nacionais consolidadas 1980-1989: produto interno bruto por unidades da federação 1970-1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 33 p.

DEMOGRAPHIC YEARBOOK 1994. New York: United Nations, p. 126-136, 156, 1996.

ENERGY STATISTICS YEARBOOK 1994. New York: United Nations, v. 40, 1996. 490 p.

ESTATÍSTICAS DAS ELEIÇÕES DE 1994. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 1994. 4 disquetes.

ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642 p.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CÍVIL 1974-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1- 21, 1986-1996.

THE EUROPA WORLD YEAR BOOK. London: Europa publications, v. 1, 1996. 1803 p.

FAO FERTILIZER YEARBOOK. Rome, v. 24-48, 1970-1994.

FAO Statistics database [online], 1997. Disponível: http://apps.fao.org/lim 500/nph-wrap.pl?Production.crops.Primary&Domain=SUA [capturado em 11 set. 1997].

INDICADORES IBGE: pesquisa industrial mensal: emprego, salário e valor da produção. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

_____: pesquisa industrial mensal: produção física Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996-jan. 1997.

_____: pesquisa mensal de comércio: Região metropolitana do Rio de Janeiro 1996. Rio de Janeiro: IBGE, janeiro 1997. 19 p.

_____: pesquisa mensal de emprego. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1990-1996.

_____: sistema nacional de índices de preços ao consumidor. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

_____: sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1996.

INDICADORES NACIONAIS DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA 1990-95. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, dez. 1996.

INDUSTRIAL COMMODITY STATISTICS YEARBOOK 1994. New York: United Nations, 1996. 967 p.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1987-1996. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1987-jan./dez. 1996.

MENDES, Márcia Martins Salgado et al. *Projeção preliminar da população do Brasil para o período 1980-2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. 21 p. (Textos para discussão, n. 73)

PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO 1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1997.

PESQUISA ANUAL DE COURO 1986-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-[1997].

PESQUISA ANUAL DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO 1991-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v.5-7,1995-1996.

PESQUISA de assistência médico-sanitária 1992: base de dados em formato tabular. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 2 disquetes.

PESQUISA DE ESTOQUES. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2. sem. 1995-1. sem. 1996.

PESQUISA MENSAL DE ABATE DE ANIMAIS 1987-1996. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1987-dez. 1996.

PESQUISA MENSAL DE LEITE 1987-1996. Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez. 1987-dez. 1996.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981-1995. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-[1996].

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: culturas temporárias e permanentes 1994. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, n. 1, 1996.

PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 1993-1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8-9, 1996.

PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA 1987-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1987-1996.

PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL 1993-1994. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11-24, 1985-1996.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES MCT-1995. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, jul.1996. 215 p.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO [DO] MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA 1985 a 1995. Brasília, 1996. 174 p.

RETROSPECTIVA [DA] ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO ABERTO 1996. Rio de Janeiro, 1996. 115 p.

A SIDERURGIA em números 1997. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1997. 19 p.

STATISTICAL ABSTRACT OF THE UNITED STATES 1995. Washington, D.C.: Bureau of the Census, 1995. 1045 p.

STATISTICAL YEARBOOK [OF] UNESCO 1996. Paris, 1997. Paginação irregular.

STATISTICAL YEARBOOK [OF THE] UNITED NATIONS 1994. NEW YORK: Departament of International Economic and Social Affairs, v. 41, 1996. 886 p.

TENDÊNCIAS demográficas: uma análises a partir dos resultados do censo demográfico 1991. Pré-edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. 63 p.

TOTAL de municípios, zonas, seções e eleitores para Brasil, regiões e unidades da federação, 1996. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, [1997]. Listagem de computador.

YEARBOOK OF LABOUR STATISTICS. Geneva: International Labour Office, 1996. 145 p.

EQUIPE/STAFF

Editor/*Editor*
Simon Schwartzman

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Coordenação Geral/*General Coordination*
Micheline Christophe

Coordenação Executiva/*Executive Coordination*
Luisa Pinheiro Teixeira

Desenvolvimento do Projeto/*Project Development*
Jorge Calian - Gerente/*Manager*
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira
Célia Regina Monteiro dos Santos

Documentação/*Documentation*
Cléa Nogueira Addor

Editoração/*Editorial Team*
Maria do Carmo da Costa Cunha
Neuza Maria O G. Damásio
Paulo Fernandes
Anna Maria dos Santos
Iaracy Prazeres Gomes
Maria da Penha Uchôa da Rocha
Maria de Lourdes Amorim

Preparação das Informações do IBGE/*Preparation of IBGE's Information*
Departamentos da Diretoria de Geociências e da Diretoria de Pesquisas

Versão para o Inglês/*English Version*
Anamaria de Almeida Monteiro